

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Diretora de Publicações

Lizir Arcanjo Alves

Nº 103
Salvador, Bahia
2008

ISSN Nº 1516-344x

Conselho Editorial:

ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO

SÉRGIO MATTOS

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, nº 94-A – Piedade

CEP 40.060-001, Salvador-Bahia

Tel.: (71) 3329-4463 – Telefax: 3329-6336

Site: www.ighb.org.br

E-mails: presidencia@ighb.org.br e biblioteca@ighb.org.br

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da
Bahia v. 103 (jan-dez) 2008. – Salvador: IGHB,
2008.

346 p.

O 1º volume foi publicado em 1894.

1. Bahia – História

CDU: 94(813.8)

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade pública
pela Lei nº 110, de 13 de agosto de 1895.

*Maxima sunt documenta res temporis acti in
proesens validusque in veniens stimulus*

SALVADOR

ANUAL

Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia	Salvador	v. 103	p. 1/346	2008
-------------------------------	----------	--------	----------	------



INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Diretoria – 2008/2009

Presidente:	Consuelo Pondé de Sena
1º Vice-Presidente:	Angelina Nobre Rolim Garcez
2º Vice-Presidente :	Sylvio de Carvalho Marback
3º Vice –Presidente:	Luiz Ovídio Fischer
Secretário Geral:	Sérgio Mattos
Secretária Adjunta:	Tatiana Brito de Araújo
Diretor Financeiro:	Wilson Thomé Sardinha Martins
Dir. Financeiro Adjunto:	Archimedes Pedreira Franco
Orador Oficial:	Edivaldo Machado Boaventura
Diretora de Publicações:	Lizir Arcanjo Alves
Dir. da Biblioteca:	Esmeralda Maria de Aragão
Dir. do Arquivo Histórico:	Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes

Luiz Guilherme Pontes Tavares
Pedro Faustino Souza Pondé
Guarani Valença de Araripe

Conselho Fiscal

Aramis Ribeiro Costa
Sônia Maria de Couto Jonas
Soane Nazaré de Andrade

Suplentes

Ellen Melo dos Santos Ribeiro
Aristeu de Almeida
Manoel Antônio dos Santos Neto

COMISSÕES PERMANENTES

Admissão de Sócios: Célia Maria Leal Braga
Consuelo Novais Sampaio
Zita Magalhães Alves

Conselho Editorial: Esmeralda Maria de Aragão
Sérgio Mattos

Comissão de Orçamento: Ademar Bento Gomes
Abigail Lordello

Conselho Fiscal:

Titulares:
João Eurico Matta
Luiz Ovídio Fischer

Suplentes:
Caio César Tourinho Marques
João da Costa Pinto Victória

Sumário

Apresentação	9
<i>Lizir Arcanjo Alves</i>	
ARTIGOS	
As vozes do saber	13
<i>Yeda Pessoa de Castro</i>	
Os mais antigos retábulos e o altar-mor na Catedral Basílica de Salvador	25
<i>Antonio José Faria Góis</i>	
Os cassacos do Cocorobó	53
<i>Manoel Neto</i>	
Jerônimo Ribeiro e os grandes povoadores de Uauá	75
<i>José Dionísio Nóbrega</i>	
A educação a distância e o ensino de história: novas possibilidades de aprendizagem	111
<i>Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior</i>	
Educação jesuítica na Bahia colonial: os colégios urbanos .	123
<i>Antonietta d'Aguiar Nunes</i>	
Portugal perante as invasões napoleônicas	165
<i>João Sabido Costa</i>	
Sabão em mão de lavadeiras	213
<i>Gisela d'Arruda</i>	
DISCURSOS E PALESTRAS	
A festa dos 114º aniversário do IGHB	227
<i>Consuelo Pondé de Sena</i>	

História da Universidade Federal da Bahia	231
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
Luís Henrique Dias Tavares, o Historiador	251
<i>Consuelo Pondé de Sena</i>	
Cid Teixeira e o reconhecimento popular	259
<i>Consuelo Pondé de Sena</i>	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2007	269
<i>Edivaldo M. Boaventura</i>	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2008	283
<i>Edivaldo M. Boaventura</i>	

MEMÓRIA DO DOIS DE JULHO

O Dia Dois de Julho – (<i>O Guaicuru</i> , 1845)	295
O Dia 2 de Julho – (<i>O Guaicuru</i> , 1846)	299
O povo há de vencer – (<i>A imprensa</i> , 1851)	301
Viva o dia Dous de Julho (<i>O Argos Santa'amarense</i> , 1851) .	303
O Dia Dous de Julho – (<i>O Cascavel</i> , 1852)	307
A festividade do dia 2 de Julho (<i>O País</i> , 1852)	311
O dia 2 de Julho – (<i>O Noticiador Católico</i> , 1854)	317
Dous de Julho – (<i>O Protesto</i> , 1855)	319

ATIVIDADES CULTURAIS

Calendário de Atividades 2007	325
Biblioteca Ruy Barbosa – Relatório do exercício de 2007 .	327
Relatório do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio 2007	329
Sócios do IGHB	331
Normas para apresentação de Trabalhos	342

Apresentação

O presente número da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* tem como finalidade manter a tradição desta Casa da Bahia de divulgar trabalhos de pesquisa histórica e geográfica, não somente de interesse local como também de suas relações com a história geral do país. Podem colaborar com a revista os sócios e outros estudiosos, professores universitários e especialistas de áreas afins, que tenham produzido artigos, conferências, palestras que concorram para os objetivos propostos por este Instituto, desde sua fundação, em 1894. À comissão de publicações compete aceitar ou recusar os trabalhos enviados, podendo interferir apenas na normalização dos artigos, visando ao conjunto a ser publicado, mas a responsabilidade pelas matérias analisadas é exclusiva dos seus autores.

A matéria da revista é composta de artigos, na primeira parte; seguida de discursos, comunicações e palestras. Neste número estamos inaugurando a seção de “Memória do Dois de Julho”, com o propósito de reunir documentação dispersa sobre a magna data baiana, que possa servir de fonte aos estudantes em geral e aos pesquisadores de história da Bahia. A importância dos textos aqui transcritos torna-se maior devido ao fato dos originais desses periódicos não serem encontrados nas bibliotecas da Bahia, pertencendo alguns deles ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional e outros ao Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Na última parte da revista, aparecem as Atividades Culturais da instituição relativas ao ano anterior, e a Relação de sócios.

Para a publicação deste número da sua revista, o IGHB contou com o apoio da Fundação Gregório de Mattos. Outro apoio que merece registro foi o dos recursos concedidos pelo MINC, para a área de restauração de livros, catalogação, implantação do sistema PHL, e treinamento de pessoal.

Lizir Arcanjo Alves
Diretora de Publicações

Artigos

As vozes do saber

Yeda Pessoa de Castro*

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem, a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

TIERNO BOKAR

Resumo:

As civilizações negro-africanas jamais conheceram o apoio do letrismo como artifício indispensável no processo de transmissão de idéias e aquisição da sabedoria. No Brasil colonial, essa tradição oral milenar foi amplamente difundida pelas vozes das mulheres negras na condição de mães-pretas, mucamas, velhas contadoras de estórias e pelas sacerdotisas negro-africanas narrando os feitos heróicos dos seus deuses, reinos e ancestrais. Da oralidade aos tempos modernos da escrita, essa geração de lideranças religiosas sobreviveu ao rigor da escravidão, à discriminação racial e sexual, bem como ao preconceito religioso que ainda tem de enfrentar. Entre elas, duas figuras emblemáticas do poder feminino nos candomblés da Bahia: Olga Francisca Regis, Ialorixá-Princesa do Alaketu, seu Reino Nagô, com ensinamentos em suas palavras sempre ditas defendendo o sagrado da sua religião e suas raízes ancestrais, e Stella Azevedo, Ialorixá-Cronista do seu terreiro, o Axé Opô Afonjá, autora de uma

* Assessora em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo e Membro da Academia de Letras da Bahia.

literatura que resgata a imagem da mulher negra do âmbito folclórico de um enredo em que foi perversamente colocada como protagonista omissa e sem participação no processo,

Introdução

Para atender às necessidades geradas pela sua intrincada rede de relações humanas, o mundo ocidental inventou o letrismo e substituiu o poder ético e moral do compromisso assumido apenas com a *palavra dada* pela força mágico-simbólica da sua representação escrita. Desde então, a *palavra dada* em compromisso deixou de “valer ouro” quando perdeu o seu valor real como legítima razão social de existir e deu lugar ao prestígio que foi destinado pelo mundo ocidental ao documento escrito em detrimento da oralidade.

A partir desse casuísmo, criou-se o parâmetro que se colocou para povos que conhecem uma forma de literatura e povos que se valem da tradição oral, os últimos, por mais essa razão infundada, passando a ser vistos como se fossem portadores de uma cultura menor ou até mesmo desprovidos de qualquer tipo de cultura. Esse argumento absurdo que serviu, entre outros, aos propósitos colonialistas europeus no mundo, é uma presunção evolucionista que ainda pode ser encontrada em vários meios através da suposta inferioridade cultural atribuída a determinadas civilizações da África Subsaariana, principalmente no que diz respeito às suas religiões e línguas.

Sob esse falso pressuposto, as religiões negro-africanas, com sua ética e estética peculiares, começaram a ser tratadas no conjunto das manifestações do âmbito meramente folclórico ou lúdico, no sentido pejorativo do termo, ou seja, pela sua

pretensa falta de seriedade, isso, sobretudo, por não terem sido jamais prestigiadas pela escritura em livros que se tornaram sagrados, tais como a Bíblia para os católicos, o Corão para os muçulmanos e o Torá para os judeus.

Quanto às línguas negro-africanas, essas passaram a ser marginalizadas na categoria de dialetos, em sua conotação depreciativa, concebidas como falares sem importância social ou inaceitáveis aos ouvidos “civilizados”, numa projeção de tal ordem que se pode chegar às raias de outro absurdo ainda maior, o de se querer re-inventar a teoria escravista do negro-africano na condição inumana de “coisa” ou de “peças” e que, portanto, só começou a falar “língua de gente”, isto é, articuladamente humana, quando adquiriu uma das línguas de colonização européia, em nosso caso o português, prestigiado no mundo ocidental pela sua notável produção literária.

Tradição e oralidade

A oralidade é característica fundamental na tradição das sociedades africanas. Nelas, a comunicação jamais conheceu o apoio do letrismo como artifício indispensável ao processo de aquisição da sabedoria. Pelo contrário. Os textos são regravados pela memória do grupo e a ele pertencem, uma atitude radicalmente oposta à que ocorre na criação literária, que é mais de cunho individual e de propriedade autoral reconhecida. O que vale é repassar a transmissão do saber através de gerações pela tradição oral, depositária do conhecimento empírico das experiências materiais e espirituais vivenciadas pelo grupo, com o qual o narrador tem uma interatividade constante.

Nesse plano de compreensão, justifica-se a veracidade contida nos provérbios populares “saber é poder” e “antiguidade é posto”, porque o exercício do poder está na competência do saber memorizar e assimilar símbolos e códigos tradicionais que sustentam e garantem a continuidade da harmonia sócio-histórica consensual do grupo. Conseqüentemente, nesse contexto, os mais velhos são respeitados e reverenciados pela sua notória sabedoria, acumulada e aprofundada por uma longa vivência pessoal, enquanto os contadores da História constituem uma elite professoral na condição de autênticos Mestres da *grande universidade da Palavra ensinada à sombra dos baobás*, no dizer de Amadou Mampate Ba, historiador malinês, conterrâneo e discípulo de Tierno Bokar (1875-1939), o líder espiritual muçulmano que pregava a tolerância e o amor universal como aspectos essenciais de toda religião¹. Aqueles oradores vetustos são escritores verbais das crônicas antigas, cantores das glórias guerreiras e sociais, proclamadores das genealogias ilustres, ressuscitando de geração em geração o que não deve morrer pelo esquecimento. Entre eles, as figuras emblemáticas dos *griôs* da Costa Ocidental da África e dos *apalós* dos iorubás.

Essa tradição milenar de textos orais floresceu no Brasil colonial nas vozes das mulheres negras propagando, desdobrando e reinterpretando contos, cânticos e poesias africanas e portuguesas, essas últimas ouvidas de suas sinhás na casa-grande em meio aos escravos domésticos, os *escravos de jó* (quimbundo *jinjo*, da casa²) *que jogavam caxangá* na conhecida

¹ Hampate Ba, Amadou. *A spirit of tolerance*. USA: World Wisdom, 2008.

brincadeira infantil do nosso folclore. Nessa condição de escrava doméstica, as escravas de jó, mães-pretas, babás e mucamas, tiveram oportunidade de exercer uma influência socializadora dentro da casa senhorial, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo nos hábitos da família, a começar da criança, através de determinados mecanismos de natureza material e psicossocial. Entre eles, elementos de sua dieta nativa, maxixes, quiabos, moquecas com sabor de dendê e componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional, com expressões de afeto (o cafuné, o dengo), de repúdio, crenças e superstições (os tabus alimentares).

Privando de sua intimidade como amas-de-leite, enquanto no embalo do seu canto de acalanto povoavam o imaginário das criancinhas com entes fantásticos e amedrontadores, fazendo-as dormir de pronto sob a ameaça constante do ataque dos tutus, cucas, bichos-papões, bois-da-cara-preta que, à noite, ficavam à espreita nos telhados ou galpões.

Entre os mais conhecidos até hoje,

*Boi, boi, boi
da cara preta,
pegue este menino
que tem medo de careta.
Não, não, não,
não, coitadinho,*

² Cf. Coelho, Virgílio. “Os de dentro, os de fora e os outros”... *Luanda: Fontes & Estudos*, v. 4-5, n. 210, 1998-1999.

*não pegue este menino
que ele é muito bonitinho.*

Por sua vez, o componente subjetivo presente nos atos de amamentar, acalantar e cuidar da criança branca serviu para projetar a imagem ideal e suposta da “boa ama” que teria se caracterizado pelas relações harmoniosas com os senhores graças ao reconhecimento pelo privilégio de gozar da sua vida de família. No entanto, o que surge de forma surpreendente é o protesto negro contido na delicadeza e ternura do seu canto de acalanto. Nele a expressão carinhosa e de aparência ingênua disfarça a crítica sutil, mas acerba, da revolta de quem serve para quem está obrigado a servir e criar multiplicadores em potencial de outras “mães-pretas” iguais a ela.

Eis o exemplo de uma cantiga-de-ninar muito conhecida na Bahia, cujo verso final traz uma mensagem equivalente ao ditado popular *quem criou os seus que embale*, e, na versão mais corrente, *quem pariu Mateus que balance*, ou seja, que cuide do que é seu, do seu mandu, na expressão baiana³:

*Su, su, su menino mandu,
Cara de gato (de pato), nariz de peru,
Su, su, su, menino mandu:
Quem te pariu, que te dê caruru.*

Como damas-de-companhia das sinhazinhas e das meninas-moças, filhas dos seus senhores, as mucamas eram cama-

³ Cf. Pessoa de Castro, Yeda (1990). *No canto do acalanto*. Salvador: CEAO/UFBA. (Ensaio/Pesquisa, 12).

reiras e confidentes, conhecendo-lhes mais os segredos da alma do que o padre confessor e os desejos e as mazelas do corpo mais do que o médico da família, e ainda, segundo Gilberto Freyre, iniciando-lhes nos mistérios do amor⁴. Na literatura brasileira da fase romântica, não faltam exemplos dessas mulheres, negras jovens ou matronas como Eufrosina e Felícia, personagens de José de Alencar em *O tronco do Ipê*, que, na qualidade de mucamas eram incumbidas de velar sobre a formosura e o bem-estar de nhanhã Alice.

Por sua vez, as negras velhas libertas ou alforriadas iam de engenho a engenho narrando histórias de imaginação e exagero, protagonizadas por negros idosos, os *baculos* do ciclo do Pai João, um preto-velho astuto e esperto à semelhança de Trancoso e Pedro Malazarte importados do imaginário português, que impregnavam a memória das crianças brancas como personagens verídicas do seu universo infantil. Em seu romance autobiográfico *Menino de Engenho*, José Lins do Rego conta que a preta-velha Totonha vivia de contar histórias de Trancoso, andando léguas e léguas a pé, de engenho a engenho, como um edição viva das “Mil e uma Noites” e um jeito admirável de falar em nome de todas as personagens.

Também as sacerdotisas negras rompiam o silêncio a que eram submetidas, narrando os feitos heróicos e as histórias de vida dos seus deuses, reinos e ancestrais em uma linguagem pontuada de vocábulos e cânticos africanos de teor religioso e sagrado que se encontram na prática litúrgica dos candomblés

⁴ V. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984, 45-47.

da Bahia como marcas lingüísticas diferenciadoras de identidade etno-religiosa entre as suas denominadas nações-de-candomblé. Essa linguagem, conhecida como língua-de-santo, é a fonte atual dos aportes africanos que são apropriados pelo português brasileiro e enriquecem o vocabulário da língua portuguesa como um todo. Presentemente esse tipo de contributo proveniente de lexemas da língua iorubá, a exemplo do nome dos orixás Oxóssi, Xangô, Iemanjá, Iansã, Oxum, tem aumentado em número e se popularizado no Brasil graças à sua divulgação na mídia por compositores da música popular brasileira que são adeptos de terreiros de tradição nagô-queto, entre outros, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Dorival Caymmi. Exemplo significativo é a palavra *axé* que, de fundamento sagrado dos terreiros, passou a denominar um estilo de música criado na Bahia nos anos 80 que se tornou conhecida internacionalmente como *axé-music* e já faz parte do patrimônio lingüístico brasileiro como uma saudação votiva de boa-sorte, amém⁵.

Os terreiros de tradição nagô-queto

Do final do século XVII a meados do século XIX, em razão das constantes guerras interétnicas em territórios situados ao longo do Golfo do Benim entre o Togo, Benim e Nigéria, onde se concentram povos de línguas do grupo gbe ou ewe-fon e iorubá, respectivamente jeje e nagô na denominação popular

⁵ Cf. Pessoa de Castro, Yeda (2001/5). *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora.

brasileira, a cidade da Bahia, nome antigo de Salvador, recebeu, na condição de escravas, mulheres iorubanas de descendência nobre, provenientes do reino nagô de Queto (Ketu), arrasado em 1780 pela invasão dos fons do Daomé, e do Império iorubá de Oyó, destruído em 1835 pela invasão dos nupes e fulanis islamizados. Eram ialorixás detentoras do saber tradicional do seu povo, que fundaram, na cidade da Bahia, terreiros de tradição nagô-queto e estrutura conventual jeje-nagô que conseguiram alcançar largo prestígio no Brasil e no exterior⁶.

Entre elas, ao final do século XVIII, a princesa Otampê Ojarô, filha do rei de Queto (Ketu), na atual República do Benim, ancestral de Olga Francisca Regis e fundadora do Ilê Maroiálaji, o Alaketu, e Iyá Nassô, da realeza de Oyó, na Nigéria, fundadora do Engenho Velho da Casa Branca, provavelmente na primeira metade do século XIX. Essa Casa deu origem à criação de dois dos mais proeminentes terreiros de “nação” nagô-queto no Brasil: o Gantois, de Maria Júlia Conceição Nazaré, bisavó da consagrada Mãe Menininha, Maria Escolástica da Conceição Nazaré, e o Opô Afonjá, de Mãe Aninha, Eugenia Ana dos Santos.

Essas mulheres, como tantas outras de igual valor e coragem que plantaram as sementes do baobá e fortificaram os alicerces do candomblé da Bahia, sobreviveram ao suplício da escravidão, à discriminação racial e sexual, ao rigor da perseguição policial a que ficaram sujeitas até recentemente – na Bahia, só a partir de 1964 os terreiros foram liberados para celebrar seus festejos públicos – além do preconceito religioso que ainda têm de enfrentar ante a propa-

⁶ Cf. Lima, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia*. Salvador: Corrupio, 2003.

ganda difamatória de modernas seitas cristãs economicamente poderosas. Mais do que ninguém são vítimas da acusação de patrocinar cultos endemoniados e de ter “arte com o diabo” ou de ser o próprio “diabo em forma de gente”, imaginadas como supostas criaturas de forças contrárias ao ideal de bem e virtude do mundo cristão⁷. No entanto, de sua parte, desmentindo essa concepção discriminatória e demoníaca, elas acataram e respeitaram o cristianismo e a mítica indígena com que seus antepassados entraram em contato desde cedo no Brasil, de acordo com o ensinamento da inesquecível Ialorixá Olga de Alaketu:

Cada favor tem seu merecimento

Do dito ao escrito

Da oralidade aos tempos modernos da escrita, uma geração de mulheres negras desponta nesses terreiros como lideranças religiosas e sócio-políticas no combate à intolerância religiosa no Brasil, à depreciação do candomblé como sistema religioso e à marginalização socioeconômica da população negra brasileira.

Entre elas, duas figuras icônicas do poder feminino dos candomblés da Bahia, cujas histórias de vida e de luta se entrelaçam no propósito de salvaguardar o candomblé da “folclorização” e preservar sua linguagem matricial como meio de expressão simbólica dos seus valores religiosos ancestrais: as ialorixás Olga do Alaketu e Stella de Oxóssi. Coincidentemente nascidas no mesmo ano de

⁷ Cf. Pessoa de Castro, Yeda. Também mulher, imagem de Deus. In: QUINTAS, Fátima (org.), *Mulher negra, preconceito, sexualidade e imaginário*. Recife, Massangana, 1994.

1925, ambas foram condecoradas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil em reconhecimento pela sua importância para a memória e identidade das matrizes negro-africanas na cultura brasileira e seus terreiros tombados pelo Ministério da Cultura do Brasil como Patrimônio Histórico Nacional.

Olga Francisca Regis, falecida em 2005, é Oyá Funmin, Ialorixá-Princesa do Alaketu, seu Reino Nagô, com ensinamentos em suas palavras sempre bem ditas onde fosse e onde estivesse, defendendo o sagrado da sua religião e suas raízes ancestrais em pronunciamentos magistras como aqueles que foram documentados do seu depoimento nos *Anais do Encontro de nações de Candomblé*, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Bahia em 1981⁸.

Entre eles, à página 28:

O candomblé é uma religião como a de Roma e se respeitamos a Igreja, temos de respeitar também cada templo de Orixá para não cair este pedaço de céu da África que *temos no Brasil*.

Maria Stella de Azevedo Santos é Ode Kayode, Ialorixá-Cronista do seu terreiro, o Axé Opô Afonjá, Doutora Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia e autora de uma literatura que restaura a imagem da mulher negra de um enredo em que ela foi perversamente colocada como sendo personagem omissa e sem voz no processo.

Juntando-se ao célebre grito de alerta de Hampate Ba sobre a fragilidade da cultura oral africana – *Na África, quando*

⁸ Salvador, Ianamá, 1984.

*um velho morre, é uma biblioteca que queima – em Meu Tempo é agora*⁹, ela também profetiza:

Não podemos ficar confinados ao Axé. A tradição somente oral é difícil. O que não se registra, o tempo leva.

Em seguida, sentencia:

O Olorixá tem que se alfabetizar, adquirir instrução para não passar pelo dissabor de dizer sim à própria sentença. Ninguém ignora a avalanche de livros sobre jogos de búzios, receitas de ebó, iniciação e por aí adiante..... Isso é profanação, destruição da religião, o jogo do inimigo. E ponto final.

Diante desta realidade, ressoa a voz mensageira e promissora da antropóloga e radialista Nivalda Costa na apresentação dos seus poemas dramáticos “Da cor da noite”, na coletânea *Poetas Baianos da Negritude*¹⁰:

[...] são os primeiros passos de uma nova poética onde o drama direciona acordes para um futuro no qual a dor caiba apenas como uma lembrança remota.

Que assim seja. Axé.

⁹ São Paulo: Editora Odudwa, 1993.

¹⁰ Salvador: CEAO/UFBA, 1983 (*Arte/Literatura*, n. 3).

Os mais antigos retábulos e o altar-mor na Catedral Basílica de Salvador

*Antonio José Faria Góis**

Resumo:

A Catedral Basílica de Salvador inscreve-se no grupo de templos jesuíticos resultantes, em sua arquitetura, da adesão da Ordem inaciana ao estilo maneirista. A decoração interior reveste-se da mesma conotação, formando seus altares um conjunto onde ficou documentada a evolução formal do estilo, entre nós, e a transição ao barroco. Mostramos eles o influxo, na arte portuguesa, dos tratados que na época veiculavam intensamente os desenhos de ornatos e de elementos compositivos e estruturais, configurando o repertório decorativo a ser desvelado pela análise morfológica. São estes aspectos pouco abordados pela historiografia da arte brasileira; no entanto, a concepção maneirista torna-se essencial à compreensão da arquitetura e da arte retabular. Numa época em que se consolidava a noção da classificação estilística da talha, aconteceu a valiosa contribuição do mestre Valentin Calderón no Museu de Arte Sacra da UFBA, com o “Curso de Escultura Barroca Baiana”, em caráter pioneiro, entre 19-5 e 27-5 de 1975, indispensável referência no presente texto.

* Professor de História da Arte e restaurador especializado.

O Maneirismo

Ao propormos a análise de retábulos reconhecidos como dos mais antigos exemplares, em nosso acervo, devemos de certo proceder previamente à inserção dos mesmos na época em que foram produzidos. O que significa – nesse caso, que nos conduz de forma instigante à História da Arte – indagar sobre o maneirismo, de como o estilo maneirista foi introduzido em Portugal e qual o seu significado para nós.

Examinando o sistema colonial que se implantou no Brasil, desde pontos de vista diversos, verificamos o fundamental interesse que a então dominante cultura religiosa para nós representa. É, nesse período, da introdução dos padrões europeus, que se delinea o papel desempenhado pelo maneirismo, já confundido com um estilo jesuítico, não somente em razão da contemporaneidade entre a afirmação dos seus preceitos e a Contra-Reforma, que a Ordem dos Jesuítas tinha protagonizado, mas, além disso, pelo vínculo existente entre o referido estilo e o vasto programa construtivo empreendido pelos inacianos (SILVA, 1986; 112 – 113). Estes, desde meados do século XVI, envolvidos numa identificação com alguns dos princípios maneiristas, ou seja, com o estilo que, para autores, como Pevsner, representa a expressão simbólica da ordem contra-reformista (SILVA, 1986; 155).

O tema vem adquirindo há meio século a conotação de fundamento da arquitetura e arte sob a feição ibérica e luso-brasileira. Sendo válido, para nós, ressaltar a coincidência entre o panorama assim resumido e a fundação da Cidade do Salvador como mais uma razão para que nos detenhamos no ambiente cultural que é o de nossa formação inicial.

Na historiografia e no pensamento crítico formulado durante o modernismo europeu, que o redescobriu e o valorizou, o maneirismo está vinculado à idéia de conhecimento técnico e estilístico conforme uma interpretação expressa, porém, desde as “Vidas dos mais excelentes pintores, escultores e arquitetos”, a ampla obra literária com a qual Giorgio Vasari inaugurou a historiografia artística, editada pela primeira vez em 1550. Devendo-se observar, entretanto, que apenas se esboçava então a noção de estilo, como a temos hoje.

O termo, que foi há muito consagrado, veio a ser assumido desde o final do século XIX para designar a complexidade das manifestações que ocorreram nas artes figurativas e na literatura em seguida ao apogeu do classicismo; estas impulsionaram a afirmação de uma nova época artística a partir da insatisfação para com a ordem estética pré-constituída e tida como insuperável (ARNOLDI, 1992; 65). Considerado como a última das descobertas no campo da análise estilística e um momento essencial do pensamento crítico, com ele sintonizaram-se os movimentos de vanguarda ao questionarem o naturalismo, na época mencionada (HAUSER, 1964; 5). Coube posteriormente a autores como Panofsky a confirmação dessa fase maneirística, caracterizável pelo livre emprego do repertório formal do estilo clássico (ENC. UNIV. DELL'ARTE, 1963; v. VIII, p. 808).

O maneirismo assume o significado de uma mudança no direcionamento requerido pela arte renascentista a qual estabelecia uma relação entre a imitação da natureza e o conhecimento científico das suas leis. Ao invés, o movimento maneirista abandona esse aspecto eminentemente especulativo, embora mantivesse vivo o interesse pelas regras codificadas durante o Renascimento clássico.

Do que resulta uma permanente tensão entre essas duas tendências contrárias – a codificação essencial das normas clássicas por um lado e, por outro, a sua transgressão (BENEVOLO, 1974; 209). O não naturalismo, o gosto pelo virtuosismo, pelo bizarro e pela ambigüidade, a revivescência da idealização neoplatônica, mas, sobretudo objetivando a prática artística, o modo de fazer, isto é, a “maneira”. O maneirismo, então, confirma “o triunfo da prática sobre a teoria” (ARGAN, 1999; 326). Trata-se de uma orientação voltada para a pesquisa de leis novas e secretas, para o surpreendente e o incomum. Não devemos perder de vista em suas manifestações, além disso, a presença do paradoxo (HAUSER, 1964; 14). Não sendo de estranhar, ao lado dos traços já mencionados, um caráter convencional, formalístico manifestado por parte considerável do acervo maneirista, tendência esta que alimentou o conservadorismo e a regularidade presentes na arquitetura lusa.

Abordamos, portanto, um estilo refinado do ponto de vista cultural, que implica a codificação de receitas estéticas e artísticas, ocasionando desse modo a contribuição de numerosos tratadistas. Aliás, a aceitação do maneirismo se deve, em parte, à circulação das primeiras gravuras impressas que possibilitaram interações entre as diversas artes, quando motivos maneiristas se difundiram em países europeus como nunca ocorrera antes, o mesmo acontecendo em Portugal.

Os Tratadistas e o Maneirismo em Portugal

Esse percurso de particular erudição torna, pois, relevante e indispensável a publicação de tratados. É assim que se impõe destacar, as “Medidas del Romano”, de Diego de Sagredo, como

sendo para o nosso estudo dos mais significativos. A estadia de artistas portugueses na Itália, como é o caso igualmente de Francisco de Hollanda, se faz acompanhar da difusão no ambiente português de pinturas e gravuras principalmente originárias de Flandres, cujos autores mais conhecidos são Lucas de Leyden e Cornelius Bos. Durante esse período, a concepção da arte permanece essencialmente racionalista, o que faz com que não se conceba a arte sem teoria. Eis a razão pela qual tantos artistas são teóricos e a eles se deva quase todos os tratados, tornando-se decisiva especialmente a repercussão que tiveram em Portugal as obras teóricas de Sebastião Serlio e Andrea Palladio.

Nesse ambiente, Diego de Sagredo representa, juntamente com Serlio, o interesse pela prática construtiva manifestada com o maneirismo, enquanto a importância de Sagredo deve-se ao fato de que ele marca com as “Medidas do Romano”, a adesão ao classicismo na Península Ibérica, com idêntico interesse pela atividade artesanal. Torna-se oportuno esclarecer que o “Romano” da obra sagrediana é personificado por Vitruvius, o arquiteto e tratadista do primeiro século da era cristã, cuja obra, redescoberta em 1414, teve uma decisiva importância no Renascimento e numerosas edições, constituindo-se em um modelo para a tratadística posterior. “Ao Romano” era o nome dado à arquitetura do Renascimento italiano em Portugal e às “Medidas do Romano”, conforme a intenção do autor, no início do século XVI, devia se constituir em um manual, destinado preferencialmente aos oficiais e aos diletantes, mais do que aos humanistas.

Os estudiosos lusos atestam a importância de Diego de Sagredo a partir de sua obra, à qual tivemos acesso através da

publicação recente em *fac-símile*, em Portugal. Data de 1526, em Toledo, a edição castelhana, enquanto aquela de Lisboa é de 1540, tornando possível, a partir de então, uma produção maneirista em Portugal (SILVA, 1986; 231). Mais significativas ainda foram as numerosas publicações de Francisco de Hollanda acontecidas aproximadamente na mesma época. As informações e codificações de seu tratado, relativas às formas e medidas das diferentes peças arquitetônicas, incluíam, graças a Sebastião Serlio, no que se refere às colunas, o domínio das cinco verdadeiras “Ordens” clássicas, que revestem caráter canônico.

Como esteio dessa necessidade de identificar na cultura ibérica conteúdo e reforços primordiais da nossa formação, cumpre-nos enfatizar o papel desse pintor e escritor português, Francisco de Hollanda (1517-84), com o seu *Tractato de Pintura Antigua*, de 1549. Tendo nascido e morrido em Lisboa, ele forneceu a base teórica ao maneirismo em Portugal. Observe-se que o próprio nome do autor, por si só, já nos recorda a forte influência flamenga sobre a arte lusa, pois o seu pai era miniaturista de origem holandesa. Atraído pela Itália, fez ele uma viagem a Roma, querendo conhecer a nova arte e o mestre Miguel Ângelo (BAZIN, 1989; 369). Em seguida, virá o mesmo a se tornar o discípulo mais convicto da doutrina classicista então desenvolvida, rompendo radicalmente com aquele passado de tradição nórdica, do qual seria, por origem, um representante.

Francisco de Hollanda imprimiu ao seu tratado a forma de diálogo entre dois interlocutores, um dos quais, o classicista, consegue sobrepujar completamente o outro, este um pintor partidário do antigo estilo plateresco. O que ele expõe nas duas primeiras partes parece simplesmente um eco das concepções

artísticas desenvolvidas na Itália; o que não impede venha a ser considerado por especialistas diversos, através dos seus textos e obra gráfica, autor da mais relevante peça doutrinária do maneirismo em Portugal, certamente por ter resultado sua obra da experiência absorvida na própria fonte.

Faz-se notar, porém, ao lado dessas conexões reestruturantes, uma característica autenticamente lusitana constituída pelo tradicionalismo, que pode ser notado desde a maior permanência do gótico diante das instâncias renascentistas. Assim é que a união da coroa portuguesa à espanhola, entre 1580 e 1640, repercute profundamente no ambiente cultural português e, por extensão, no Brasil. Por ocasião desse acontecimento, o maneirismo já se encontrava em vigor em Portugal, mas, o gosto hispânico por este estilo, tendo como resultado o vasto programa da construção do Escorial, seguramente influi para o citado prolongamento.

A partir dessas premissas podemos dizer que o estilo maneirista assume as conotações específicas, resistindo ao total predomínio do barroco, no mundo lusitano, até a primeira metade do século XVIII. Exemplo disso são as igrejas edificadas em Salvador, que conservam em suas fachadas o rigor de um traçado maneirista básico. O influxo advindo dos tratados de arquitetura deve-se inclusive às traduções que passam a ser feitas na Península Ibérica, unindo-se a isto o intenso intercâmbio que compreendia a estadia de artistas estrangeiros em solo português, assim como as viagens de bolsistas lusos à Itália. O itinerário maneirista, que aqui resumimos, afirma-se na arquitetura e na arte do retábulo, tendo conseqüências relativamente análogas no mobiliário então produzido, haja vista a importância que a arquitetura assume nestes dois setores.

Evolução da talha em Portugal

Desde o final do século XVI o maneirismo passa por uma evolução para formas portuguesas. Isto ocorre a partir das possibilidades que são criadas por um novo padrão de retábulos, denotando a visão renovadora na arte da talha em Portugal. Entretanto, o desenvolvimento do retábulo lusitano cumpria assim um percurso iniciado desde o momento em que se delineou a talha clássica do Renascimento, em torno a 1550: seu modelo no país se originou da modalidade mais simples dos retábulos góticos.

Até essa época a talha tinha se limitado às fórmulas góticas em retábulos que eram produzidos por artistas e entalhadores estrangeiros, podendo ser de madeira ou de pedra. Dividiam-se esses retábulos de caráter gótico em duas modalidades. O modelo inicial, e portanto mais antigo, mostrava uma decoração radiante de talha recortada e em composição grandiosa, servindo como enquadramento para uma série variável de nichos, onde se distribuíam as imagens exprimindo variegada iconografia (SMITH, 1962; 175).

Esse tipo inicial de concepção grandiosa – exemplificado no altar-mor da Sé Velha de Coimbra – seria em breve abandonado, o que torna pouco provável a vinda de algum retábulo dessa modalidade para a Bahia. O contrário, porém, sucedeu com o tipo que se lhe seguiu, do qual alguns exemplares terão, certamente, aportado em nosso território, como se infere da cronologia.

Na segunda fase do estilo, em Portugal, o mesmo se apresenta simplificado em sua composição – substituindo-se os nichos por pinturas sobre tábuas, passando assim os relevos, sempre mais requintados, a se contentar com uma função de mero com-

plemento do elemento pictórico (CALDERÓN, 1975). Sua importância reside nos reflexos que teve para a formação do retábulo luso. Foi com o gótico, aliás, que a arte da talha de madeira nasceu em Portugal. A nova talha clássica ingressou em meados do século XVI, com seu padrão de altar se resumindo em uma composição de um andar com o remate em arquitrave e edícula, ou em arco, esse protótipo simples veio a adquirir expressão monumental posteriormente. Tendo os seus criadores se inspirado nos moldes da arquitetura maneirista italiana, assimilaram dos tratadistas italianos e franceses o ornato clássico, observando-se que o estilo do Renascimento, em sua primeira fase, foi pouco determinante na arte portuguesa limitando-se às molduras entalhadas em torno de tábuas pintadas (CALDERÓN, 1975).

Entretanto, uma segunda fórmula surgiu, tendo origem no mesmo quinhentismo clássico lusitano, e esta se fez assinalar pelo emprego predominante dos arcos; tendência que resultou em produzir um modelo de perfil fechado e grande sobriedade, exemplificado pelo retábulo da capela-mor de Nossa Senhora do Carmo, em Coimbra, e o da capela-mor da catedral de Portalegre, realizações de Gaspar Coelho e seus irmãos Bernardo e Domingos.

A produção dos irmãos Coelho se estendeu de 1582 a 1605. A transformação que impuseram no partido e na organização do retábulo – dando-lhe nova expressão dinâmica, no emprego dos arcos repetidos, e um novo ritmo aos elementos construtivos e compositivos (SMITH, 1962; 39) – trouxe a contribuição para o florescimento da arte da talha, segundo o reconhecimento de seus estudiosos, dando o primeiro passo para a criação de formas portuguesas. Bazin o confirma: “Os retábulos

de Portalegre e de Coímbra inauguraram em Portugal a grande arte da talha monumental” (BAZIN, 1956; I-258), de modo que, no começo do século XVII, continuava-se usando o partido e os desenhos que os irmãos Coelho criaram no fim do século XVI, os quais, moldados, pois, no contexto serliano, eram seguidos ainda nos exemplares plenamente maneiristas do Seiscentos (CALDERÓN, 1975).

A produção desse tipo de retábulos prolongar-se-ia, nessa fase, graças sobretudo a um particular esforço dos jesuítas – justamente os mais vinculados ao maneirismo, no território luso – em cujos altares a talha vai ganhar maior importância (SILVA, 1986; 204). Esses retábulos correspondem a etapas diferentes de decoração, seja com motivos geométricos, seja ostentando motivos ornamentais de caráter naturalístico, motivos decorativos estes que se tornam importantes quando se trata de fixar a cronologia. Os altares maneiristas localizados no interior da atual Catedral Basílica adquirem significação ímpar, por conterem todos os elementos do estilo – embora sendo parte desse acervo já de transição ao barroco – apresentando-se seus remates ora em forma de cartelas, frontão partido e edícula, como ocorre nos dois retábulos a seguir analisados, ora em formas que refletem a predominância dos arcos, como veremos no altar-mor da mesma igreja.

Por conseguinte, ao proceder à complexidade do processo operativo envolvido na arte de construir e ornamentar, o entalhador luso colocava-se na época, naturalmente, sob a inspiração e os influxos das estampas do tratadista italiano Sebastião Serlio, personagem do Alto Renascimento, cujo *Trattato di Architettura* foi traduzido para o castelhano em 1552. Tudo a partir de um padrão

inicial, advindo do gótico, onde a escultura preenchia as molduras e os remates em torno de tábuas pintadas.

Vivendo em ambiente cultural que assistira à tardia passagem ao classicismo, o mestre renovador Gaspar Coelho não somente ampliou a função do elemento escultórico – ele o revalorizou ao esculpir nos altares relevos de *anjos* e *evangelistas*, ao lado de *cabeças de anjos*, frisos com *frutos* etc. – como impôs uma nova ordem simétrica que também assinalou à talha sua identidade própria, inclusive afirmando-a ante a arte hispânica (SMITH, 1962; 42).

Altars das Virgens Mártires e dos Santos Mártires

Tendo chegado até nós como vívidos documentos históricos cabe examiná-los sob o ângulo de sua elaboração morfológica – que nos desvela as raízes na tratadística e na História da Arte – tomando como fundamento a observação do objeto artístico em seus componentes de estilo, vendo-os, igualmente, como expressão do maneirismo em sua assimilação ao novo ambiente. São os altares localizados logo na entrada da atual Catedral Basílica: o das Virgens Mártires do lado da Epístola e o dos Santos Mártires do lado do Evangelho, cada um contendo uma série de quinze bustos relicários, tradição que revelava a obediência aos preceitos tridentinos.

Esses altares nos lembram o labor criativo intensificando-se, no mundo português, no período que precedeu a edificação do templo. Os dois retábulos demonstram o mesmo rigor de organização planimétrica exibido pela arquitetura externa da antiga igreja do Colégio.

Os retábulos dos Santos Mártires e das Virgens Mártires apresentam-se com três divisões na vertical e duas divisões no sentido horizontal, repetindo-se aqui o partido que os irmãos Coelho haviam introduzido. A divisão do espaço em sentido vertical é efetuada por meio de *lesenas*, que estão decoradas com um dos mais típicos elementos serlianos, maneiristas: as *cadeias* que se impuseram na decoração do mobiliário, das fachadas e dos retábulos, sobretudo (CALDERÓN, 1975).

Observando a parte superior, podemos verificar elementos ornamentais que identificam esses altares do estilo, em decoração geométrica: são os “*diamantes*” e as “*almofadas*”, constituídos por losângulos salientes, nas laterais, enquanto nas molduras dos nichos estão *entrelaços*, *cadeias*, *discos*, etc. Vemos motivos comuns nas portadas das edificações baianas do século XVII e perdurando até o final desse século. Lembremos que os motivos geométricos marcam a decorativa serliana (SMITH, 1962; 42).

Temos, na parte superior dos exemplares em exame, um frontão de andamento triangular, rematado por *cartelas* que aí assumem a forma de volutas extravagantes. As suas origens são identificadas nas cartelas de couro recortado, a imitação das quais era uso no maneirismo dos Países Baixos, e que é sua mais notável contribuição ao estilo (PEVSNER, 1974; 194), provindo principalmente do território hoje correspondente à Holanda, de onde se internacionalizaram. As cartelas formando volutas são parte do vocabulário decorativo “*rollwerke*” que, difundido, na segunda metade do século XVI, em livros de ornatos, preparam a transição ao barroco (ENC. UNIV. DELL’ARTE, 1963; v. VIII – p. 498). Ladeado por pináculos

característicos dessa fase – tal como nos é dado ver em Salvador, na portada de acesso ao convento de Santa Tereza –, o referido frontão é ainda caracterizado por uma edícula central emoldurada por lesenas e um pequeno frontão interrompido que estabelece uma continuidade e complementa o ápice do altar. A intenção era a de aí inserir uma representação pictórica, conforme se usava e pode ser visto no retábulo dos Santos Mártires.

A adaptação dos retábulos das Virgens Mártires e dos Santos Mártires ao pé direito de cerca de 9,20m das capelas laterais da Catedral é, por si mesma, impregnada de significados. Verifica-se isto a partir do sistema construtivo que inclui a saliência do muro sobre o qual os mesmos estão pousados, sendo a mesa do altar ali anexada. Igual sistema se repete visivelmente em altares posteriores, apoiados na muratura, como os de São Francisco de Borja e o de São José, situados no local de destinação e não transferidos. Portanto, podemos deduzir que este artifício fosse comum ao apoio de outros altares cujo peso, assim, gravava sobre muratura e não sobre sustentação de madeira. O oportuno revestimento em talha, porém, permitiria esconder esse fato. Podemos supor ainda a existência de uma compenetração entre partes de suporte em madeira e a parede de apoio. O sistema assim, de certo modo, se assemelharia ao dos revestimentos marmóreos em igrejas medievais.

Um outro fator a ser analisado é de natureza estilística e se refere ao alongamento das capelas, no novo espírito monumental que se quis imprimir à igreja do Colégio. Caráter ainda uma vez atribuível à doutrina serliana, determinante na formação da arquitetura e da decoração na Espanha e em Portugal, entre 1550 e 1700. Entretanto, aí estão em confluência o maneirismo

e a Contra-Reforma. Podemos então inferir que a dosada apropriação de elementos renascentistas se insere, nas formas propositalmente alongadas, fornecendo um novo sentido às relações proporcionais. Convém destacar que, aqui, o programa arquitetônico toca em questionamento essencial do estilo maneirista, qual seja, o do jogo renovado das proporções, mas, referindo-se também à tradição lusa da igreja salão, das “hallenkirche”, ou seja, as sobrevivências do gótico em Portugal, com colunas ou pilares colossais (NEVES, 1980; 23 – in Barroco, 11). As fontes dessa concepção, que implicou no alongamento do pé direito das capelas laterais, nos são provavelmente indicadas em textos como o de Francastel, ao mencionar a “tradição erudita que, através de Sérlio, remonta bem longe no passado”, incluindo-se nesse passado as reminiscências góticas, na visão do mesmo autor (FRANCASTEL, 1982; 381).

O historiador Anthony Blunt esclarece que os artistas, a partir de 1530, “*abandonam os ideais renascentistas do espaço racional e das proporções regulares, e se servem livremente, quase tanto quanto os artistas medievais, das construções arbitrárias e das formas alongadas*”, portanto, daquela mesma verticalização em total sintonia com o espírito místico e com os aspectos teológicos ou litúrgicos que voltam a ser valorizados (BLUNT, 1966; 116).

Assinale-se que, por sua vez, a inserção no espaço arquitetônico passara a ser um tema mais presente na produção do altar após as inovações introduzidas. Esse aspecto nos é indicado por Bazin, segundo o qual a produção dos retábulos de Portalegre e de Coimbra, “foi o ponto de partida de uma arte nova que se iria desenvolver paralelamente à arquitetura, extra-

indo dela suas inspirações, elaborando-as e por vezes até contradizendo-as” (BAZIN, 1982; v. I – 258).

A afirmação, antes historiada, da arte da talha de madeira significou, no mundo lusitano, a adesão decisiva à linguagem plástica da Contra-Reforma, linguagem que Juan de Herrera introduzira na Espanha, com o altar-mor do Escorial, iniciado em 1579, tendo ampla repercussão em toda a cristandade. Provém daí o definitivo acréscimo feito na escala dos altares, enquanto uma nova relação se manifestava, então, entre a escultura e o elemento pictórico – note-se, porém, que, nesse primeiro momento, o elemento escultórico permaneceu ainda preso ao enquadramento e valorização das tábuas pintadas, apesar de se indicar uma inicial e significativa evolução. Viviam-se em pleno período filipino, quando o domínio hispânico não impediu a emancipação ocorrida na arte da talha. Parece-nos útil lembrar aqui as diversas viagens realizadas pelo arquiteto Juan de Herrera a Portugal, acompanhando Filipe II, a partir do ano de 1565, mas, realizando também incursões pessoais pelo interior do país (ENC. UNIV. DELL’ARTE, 1963; v. VII; 82-86).

Inicialmente, por volta de 1672, os dois retábulos das Virgens e dos Santos Mártires foram colocados nas capelas das extremidades do cruzeiro na nova igreja dos jesuítas, conforme o mestre Valentin Calderón, devendo, desde então, ser adaptado. Assim é que o “estilo do corpo inferior já não é o mesmo da parte superior, mais antiga, mas sim contemporâneo da talha das extensas nexas existentes nas paredes de fundo da capela-mor, onde se vêem os mesmos motivos e a mesma técnica”, como refere Lúcio Costa (COSTA, 1978; 71). Nota ainda o referido autor encontrarem-se aí, pela primeira vez representa-

dos, frutos tropicais dentre os quais os *cajus* em substituição às clássicas *pêras*, indício de ter sido o trabalho executado no país. Ladeando esses motivos fitomorfos o motivo zoomorfo de *serpentes entrelaçadas*.

Por conseguinte, os painéis desta divisão inferior do retábulo obedecem à concepção naturalística que parece refletir intenção inédita de traduzir o ambiente da terra com os meios expressivos oriundos da tratadística do maneirismo, que incluem o elemento zoo-antropomorfo. Lembremos que na época o Colégio ainda se constituía o centro logístico das missões no interior, podendo-se estabelecer a hipótese de uma referência à catequese pelo artífice.

Estes são, assim, retábulos formados por duas partes superpostas com distinto sistema decorativo e aparentemente com diversa procedência. A sua parte inferior em forma de armário nos lembra um gênero de móvel, próprio para conter objetos de arte, e difundido na segunda metade do Quinhentos na Europa. A simulação de painéis fixos ou mesmo a designação de retábulos-armários não impede que possamos reconhecer nos dois exemplares a característica fundamental das antigas távolas articuladas (trípticos e polípticos), ou seja, tem-se aí a dupla possibilidade de função devocional: quando fechados exibem a pintura sacra e quando abertos mostram, ao invés, a série de nichos e respectivos bustos relicários de grande impacto popular.

Situado em frente ao altar das Virgens Mártires se ergue o seu similar, o dos Santos Mártires. Este repete o primeiro em quase tudo, salvo no que se refere a pequenas variações, sobretudo quanto ao fundo branco, como alternativa ao dourado dos

relevos. Constituem eles exemplos raros, não se tendo notícia de outros quanto aos motivos geométricos utilizados. As pinturas são atribuídas ao padre Paulo Belchior¹. As características do estilo correspondem, em Portugal, ao período em que se coloca a elaboração dos retábulos em questão: os dois primeiros decênios do século XVII – por isso, muito provavelmente, os mais antigos que existem no Brasil, em talha de madeira, juntamente com o altar-mor de São Lourenço dos Índios, em Niterói.

O altar das Virgens Mártires é hoje dedicado, na parte superior, a São Francisco Régis. Na decoração sob a tímida forma de baixo-relevos, elementos que ganharão notável desenvolvimento na talha barroca, quando não, como no caso da *cabeça de anjo*, que aqui no exemplar ora estudado se apresenta ainda dourada, mas logo a seguir se revestirá de policromia. Este último elemento provém das criações dos irmãos Coelho que marcaram a evolução do retábulo português (CALDERÓN, 1975).

Concluimos que esses altares, em sua parte superior, sintetizam as características da arte maneirista de decoração geométrica, constituindo assim uma raridade no mundo português, valorizados ainda por testemunharem o encontro da decorativa do estilo com a natureza dos trópicos que inspirou a talha, na parte inferior do retábulo de decoração naturalística.

¹ Nascido em Portugal c. 1554 e falecido no Rio de Janeiro em 1619. Ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra, no ano de 1572. Tendo sido inicialmente calígrafo do Colégio das Artes, veio para o Brasil em 1587, permanecendo em Pernambuco até 1588, quando se transferiu para a Bahia,

Altar-Mor

A arquitetura interior da atual Catedral Basílica realiza a noção estabelecida do espaço unificado, de conotação tridentina; no entanto, as capelas laterais se apresentam coincidentes com o modelo do maneirismo, em Portugal, e com as proporções alongadas relativas à evolução estilística do retábulo (SMITH, 1962: 5), tornando-se nítida aqui a íntima relação entre arquitetura e retábulo. Esse renovado esquema de proporções, suscitando um ritmo solene, resulta assim do longo processo envolvendo a talha e a arquitetura. Ritmo que se acentua na concepção da capela mor, exemplo da fórmula jesuítica que associava talha e pintura numa unidade indivisível como mostram as capelas laterais. Contudo, o sistema que foi adotado na ornamentação parietal desta capela-mor remonta em sua origem a um momento primordial do maneirismo – qual seja a decoração pictórica do salão vasariano no Palazzo Vécchio, em Florença.

O altar-mor da Catedral Basílica foi produzido entre 1659 e 1672, obra do irmão João Correia, o mesmo que é considerado também o provável autor do risco do retábulo. Com ele trabalharam Domingos Trigueiros² e Domingos Rodrigues³, mem-

² Domingos Trigueiros (Ponte de Lima, Portugal c. 1652 – Salvador, 1732) ingressou na companhia de Jesus com 19 anos, em plena fase de construção da Igreja do Colégio, onde faleceu com mais de 80 anos. Sabe-se ter sido escultor e entalhador, portanto, o seu ambiente de trabalho só pode ter sido o mesmo onde sempre viveu desde a fase de aprendiz.

³ Domingos Rodrigues (Arruda, Distrito de Lisboa c. 1632 – Salvador ?), vindo para o Brasil em 1659 ou 1660, afirma-se como pintor, dourador e escultor, tendo vivido por curto período na cidade de Santos. É tido como o dourador da talha da Igreja do Colégio de Salvador.

bros igualmente da Companhia de Jesus; esse último, que se afirmara como pintor e como dourador, é tido como o realizador do douramento do conjunto executado com a melhor qualidade técnica.

Trata-se de um altar de transição entre o maneirismo e a nova tipologia da arte religiosa, conforme irá se processando com apurado bom gosto. A compreensão plena do seu significado requer, contudo, que previamente façamos o percurso da arte da talha até aquele momento, no mundo lusitano.

A talha portuguesa do período gótico se encontrava sob o domínio de mestres artífices vindos do norte da Europa, sobretudo flamengos, que então percorriam a Península Ibérica – dado esse que a fazia assemelhar, na época, à arte hispânica. Não obstante, a passagem tardia ao Renascimento assistiu à afirmação da autonomia produtiva da arte da talha em Portugal, até que se apresentasse, no final do século XVI, um novo padrão de retábulos no interior do classicismo luso, modelo este que estava, entre outros elementos, marcado pelo uso dos arcos repetidos. Naquele momento, tinha origem, pode-se dizer, a formação de uma arte retabular portuguesa de caráter nacional, que, por mais de um século, permaneceu fiel a esse elemento compositivo.

No corpo do retábulo da antiga igreja do Colégio se nos apresenta a estrutura estabelecida ao final do Quinhentos, no mesmo partido dos dois exemplares que anteriormente analisamos – com três divisões no sentido vertical e duas divisões no sentido horizontal (CALDERÓN, 1975). Contudo, sua composição exprime uma nova atitude, na qual se delineia a ruptura em relação à concepção clássica planimétrica, que dá lugar a

um jogo de planos, de saliências e reentrâncias, efeito este resultante da disposição atribuída aos elementos arquiteturais e compositivos – entablamentos e arcos e grupos de colunas – aparecendo as colunas distribuídas em escalas diversas, conforme os dois diferentes níveis ou andares do retábulo. Devemos à repercussão das obras de Gaspar Coelho – valorizado a partir de pesquisas de R. Smith – a exata coincidência entre as dimensões do altar e as da capela. Assim, levava-se o seu remate, em forma de arco, a se conjugar com o teto em abóbada, destarte se completando a adaptação perfeita do conjunto ao espaço preexistente (SMITH, 1962; 39).

Trata-se de uma composição que, essencialmente, contém “dois arcos ligeiramente recuados um em relação ao outro, e colocado cada um sobre um pé direito, revestidos, em cada andar, por duas colunas geminadas” (BAZIN, 1956; v. I – 286). As dezoito colunas, de fuste inteiramente lavrado, deveriam, no entanto, enquadrar pinturas sobre madeira, como se supõe ter sido o risco original seguindo o gosto vigente.

Torna-se oportuno ressaltar as modificações sofridas por esse retábulo, que nos dificultam saber como era o mesmo, quando os seus autores o conceberam (TOLEDO, 1983; v. I, 81-86). Ao ser inaugurado, em 1672, o altar-mor da atual Catedral apresentava ao centro da composição, no andar superior, o mencionado elemento pictórico, que foi, porém, eliminado em seguida, em 1679, a fim de ser aberto o camarim ou tribuna, destinado à introdução de um trono para servir de pedestal à imagem do orago. O componente constituído pela pintura sacra, marcante na morfologia do altar maneirista, era plenamente assimilado a esse estilo, mas, advindo da tradição gótica (CALDERÓN, 1975).

Os jesuítas, contudo, ao efetuarem tal mudança, que não mais comportava o painel fixo, dotaram o camarim de um painel, inserido lateralmente, que se pode fazer deslizar fechando a abertura e no qual estão representadas as imagens de São Francisco Xavier e Santo Inácio. Repetia-se assim a duplicidade devocional já advertida nos altares dos Santos e das Virgens Mártires. Um defeito, não restaurado, deixou de permitir o deslizamento, forçando o painel a permanecer há longo tempo no local de inserimento, com um provável comprometimento do seu estado de conservação.

A implantação desse camarim ou tribuna, com a impressionante profundidade de c. 2,60m, tornou necessária a abertura na parede, nesta parte comunicante com a biblioteca, onde a sua armação está montada. Bazin nos chama a atenção para o fato de que este componente da arquitetura do altar-mor inspirou uma nova preocupação com a profundidade, que os retábulos passariam a ter na Bahia, após este, a fim de poderem comportar o trono (COSTA, 1978; 73). Impõe-se constatar, afinal, a funcionalidade dessa medida tomada pela Ordem de referência ao cotidiano devocional, questionado desde a Contra-Reforma, uma vez que o trono viria a se tornar uma peça essencial dos altares baianos, a partir do exemplo dado pelo altar-mor dos jesuítas. Contudo, “o trono aparatoso” é um elemento indissociável da arte portuguesa. De modo que – a quem analise a realização e montagem desta obra de tão relevante significado para a formação da Arte Sacra luso-brasileira – parecerá indicado perguntar o que motivou a singularidade do processo operativo envolvido.

Vindo assim a alterar, poucos anos após ser inaugurado, o conjunto maneirista – segundo Bazin, a primeira obra de talha

que recobre todo o espaço de uma capela-mor – (BAZIN, 1956; 285) talvez o fato demonstre o empenho e preocupação dos padres não somente com os aspectos da prática devocional, mas também com a atualização da arte da talha. Não estivessem eles em contato com o núcleo emissor dos novos conceitos da estética interpretada na visão dos religiosos.

Uma outra intervenção, entretanto, quando ainda eram efetuados os trabalhos de decoração do altar, foi praticada pelos inicianos, ao instalarem, no plano inferior, um tabernáculo monumental. Repetiam aqui uma adaptação que eles estavam, na época, introduzindo nos altares de muitas de suas igrejas, vinculada que era a Companhia de Jesus ao culto do Santíssimo Sacramento. Informa-nos, aliás, o professor Valentin Calderón que outra modificação, objetivando a colocação de uma segunda pintura, fora aí operada, na forma de um arco que deveria abrigá-la, porém, tendo sido tal idéia afastada, diante da opção de instalar o imenso tabernáculo, resta hoje pouco perceptível esse arco localizado na divisão inferior do retábulo (CALDERÓN, 1975).

A observação do processo evolutivo do retábulo, em sua morfologia, entre nós, aponta-nos para um procedimento recorrente no percurso da Arte Sacra luso-brasileira: o das intervenções na composição dos altares alterando alguns de seus elementos e motivos característicos. Essas modificações podem até mesmo fazer com que eles se expressem em nova linguagem, mudando o nexos mais íntimo e original do mesmo com o espaço arquitetônico, sempre obediente à aspiração estética profunda do período em que fora concebido e realizado. Esta genuína condição – que a organização formal com os elementos do esti-

lo viabiliza – tende a ceder, porém, com o tempo, em face das novas exigências, privando o observador de vê-lo na inteireza do traçado com que seus autores o conceberam e do efeito compositivo-decorativo pretendido por eles.

Retomando a análise do altar-mor, nós temos aí, nos arcos repetidos que o rematam, aquele já mencionado motivo da evolução da arte religiosa lusa, considerando o papel que estes arcos passaram a representar. Tornam-se eles, em realidade, os indutores da nova noção de profundidade e movimento protagonizada pelas colunas, que vemos aqui dispostas em dois planos diferentes, em cada andar. Lembramos que o emprego deste componente arquitetural passou, inicialmente, a ser uma característica das criações jesuíticas, na fase seiscentista que precedeu o Barroco.

O altar-mor divide-se em dois andares e tem elementos compositivos articulados por meio de um entablamento de função dúplice – uma vez que o mesmo serve também como base e como pódio das colunas do andar superior – elemento este através do qual igualmente se definem e estruturam os planos do retábulo. Do seu dimensionamento, proporcional ao dos arcos repetidos e apresentando-se por sua vez duplicado, ele também –, resulta o notável efeito de horizontalidade, como contraponto preciso à propensão ao alongamento e à verticalidade que a interpretação maneirista fez imprimir à capela-mor. Esta mesma forma concorre também em amenizar o reconhecido caráter fechado do retábulo de derivação coelhiana. Porém, ao mesmo tempo, demonstrando o equilíbrio que presidiu à sua produção, insinua-se nele um movimento ascendente motivado pelo recurso utilizado das colunas superpostas, em dupla escala. Ressaltamos que “a idéia de colunas aos pares sobre um pódio alteado

deriva de Bramante”, no projeto para a casa de Rafael Sanzio (SUMMERSON, 1999; 81). Entretanto, a concepção adotada nos lembra o papel que os jesuítas exerciam na capital francesa, nessa época, participando do programa de construções religiosas seiscentistas, com esquema semelhante de dois ou três andares de colunas, em ordens superpostas.

Tendo no proselitismo uma marca fundamental de sua atuação, e estando cientes da importância dos altares como as células essenciais do espaço religioso, os inicianos tiveram, como já vimos, um papel destacado na formação da arte lusitana e na evolução do retábulo. Pode-se observar no altar-mor da Catedral que seus autores não hesitam em compendiar, no mesmo, tal evolução; no entanto, abertos que estavam os padres às proposições emanadas de Roma, protagonizando-as inclusive, transformaram esse altar no marco do advento de um novo espírito – produto da experiência acumulada desde a fundação da Ordem até a segunda metade do Seiscentos. Em consequência, o retábulo nos exhibe a ênfase na pureza dos elementos plenamente arquiteturais do maneirismo, aliada à nova e elaborada preocupação de profundidade na proeminência dada a esses elementos compositivos, fazendo mesmo antever o que viria a ser em breve a formação de espaço côncavo, com o altar barroco; o que levou Bazin a descrevê-lo como “um precioso documento datado, para reconstituir a evolução que assistiu ao renascimento da forma chamada românica” (BAZIN, 1956; v. I, 286).

Foi a perícia artesanal das suas oficinas baianas, a essa altura, que lhes permitiu esculpir as colunas tardo-renascentistas de fustes inteiramente lavrados, em talha baixa – os únicos exemplares do estilo que restam na Arte Sacra luso-brasileira, na arte dos “*plateros*”, portanto, como produtos de ourivesaria.

Em torno de 1640, antecedendo, assim, em poucas décadas a época da realização do retábulo, as colunas que até então se apresentavam somente com o terço inferior decorado, tiveram os fustes tomados, pouco a pouco, pela decoração de gosto plateresco. Assimilou-se, como vemos, em templos baianos o novo padrão de colunas surgido na arte portuguesa, com os ornatos renascentistas revestindo inteiramente o seu fuste. É uma ornamentação em talha plana com *folhas de acanto* pouco desenvolvidas, mas os pecíolos bem visíveis (CALDERÓN, 1975).

Esse estilo de colunas, expressão da talha seiscentista, representa a segunda fase do maneirismo, com uma decoração naturalística de caráter acântico, que se seguiu ao maneirismo de decoração geométrica, exemplificado anteriormente – nos altares das Virgens Mártires e dos Santos Mártires. Significam elas, por si mesmas, mais um passo dado no percurso, que se ia completando, na direção da decorativa barroca. Entre seus ornatos, além de *ramicelos, frutas, pecíolos* formando círculos, arabescos, cartelas no terço inferior, algumas das colunas ostentam ainda *caneluras helicoidais* entremeadas de decoração (CALDERÓN, 1975). Minúsculas *cabeças de anjos* policromas realçam o preciosismo dessa ornamentação, pontilhando arcos, colunas e entablamento. São no dizer de Robert Smith uma feliz criação do repertório de Gaspar Coelho e seus irmãos (SMITH, 1962; 33). Repetem-se nas extremidades laterais as faixas verticais de frutas tropicais douradas, motivos que são igualmente identificáveis ao fundo do camarim, em sua parte superior.

Não é possível isolarmos o conjunto da capela-mor do seu retábulo, tal o efeito de unidade aí verificável. E o altar-mor da Catedral Basílica – que não tem similar em Portugal e é tão re-

presentativo da atuação dos inicianos – constitui o documento de um especial momento de transição na História da Arte.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico anticlássico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARNOLDI, Francesco Negri. *Storia dell'arte*. Milano: Fabri Editori, 1992. 3º vol.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 vols.

_____. *História da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BECHERUCCI, Luiza. Maneira e Maniereti. In: *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Milão: Sansoni, 1963.

BENEVOLO, Leonardo. *Introduzione all'architettura*. Roma/Bari: Laterza, 1974.

_____. *Storia dell'arte architettura del rinascimento*. Roma/Bari: Laterza, 1973.

CHIARINI, Carlo. Mobilio. In: *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Milão: Sansoni, 1963.

CUECA, Fernando Goitia. Herrera, Juan de. *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Milão: Sansoni, 1963.

ENCICLOPEDIA UNIVERSALE DELL'ARTE. Milão: Sansoni, 1963.

FRANCASTEL, Pierre. A contra reforma e as artes na Itália no fim do século XVI. In: *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GÓIS, Antonio José S. de Faria. *Fatores condicionantes na morfologia do Retábulo*. Universidade de São Paulo-USP, 1995. Tese (Doutoramento).

- HAUSER, Arnold. *Il manierismo*. Torino: Giulio Einaudi, 1964.
- CUECA, Fernando Goitia. Herrera, Juan de. *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Milão: Sansoni, 1963.
- PEVSNER, Nikolaus. *Storia dell'architettura europea*. Roma/Bari: Laterza, 1974.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da. *Estudos sobre o Maneirismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- SMITH, Robert. *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes Ltda., 1962.
- SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: *História Geral da Arte no Brasil*, obra coletiva.

Outras fontes

- CALDERÓN, Valentin. Curso de escultura barroca baiana, no Museu de Arte Sacra da UFBA. Anotações e apostilas.

Os cassacos do Cocorobó

*Manoel Neto**

*O cassaco de engenho
o cassaco de usina
o cassaco é um só
com diferente rima.*

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Resumo

A visita que o Presidente Getúlio Vargas fez a Canudos é o marco referencial para o projeto de construção do açude de Cocorobó, reservatório que comporta 245 milhões de metros cúbicos. A participação dos trabalhadores nesta obra monumental, os denominados cassacos, que ainda hoje recordam a vida e o labor no soerguimento da barragem que sepultou sob as águas represadas do rio Vaza Barris os escombros da antiga morada de Antonio Conselheiro e seu povo.

Introdução

As **folhinhas** assinalavam o dia 18 de outubro de 1940, quando Getúlio Dornelles Vargas desembarcou na histórica Vila de Canudos, situada no sertão da Bahia. Essa visitação mudaria drástica-

* Historiador/pesquisador do CEEC/UNEB. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

mente a vida daquele lugarejo no território baiano. O ditador que já lera *Os Sertões*, a aclamada obra de Euclides da Cunha, era o responsável pela instituição do Estado Novo em novembro de 1937, através de um golpe de Estado que suprimira direitos constitucionais assegurados pela Carta de 1934. Naquele momento realizava antigo sonho e cumpria compromisso previamente agendado¹. Talvez mais que isso. Se, por exemplo, levarmos em conta as afinidades estabelecidas entre o novo regime e o discurso euclidiano, quem sabe possamos enxergar mais longe, percebendo na presença do caudilho gaúcho em terras conselheiristas um gesto simbólico de maior alcance. Eli Napoleão de Lima, no ensaio “Euclides da Cunha e o Estado Novo”, publicado em *De sertões, de desertos e espaços incivilizados*, nos alerta:

A apropriação da obra de Euclides da Cunha pelo Estado Novo se inscreve no projeto de nacionalidade expansionista inaugurado por Vargas nos anos 30 e absolutizado nos anos 37-45 [...] Nos anos 40, define-se, difunde-se, divulga-se e consome-se uma proposta nacionalista sem fronteiras: a nação estava “definitivamente” criada, possuindo referências geográficas, históricas e culturais (ALMEIDA, 2001,97).

Mais adiante prossegue:

Euclides da Cunha seria um veículo estratégico na formulação da identidade nacional pelo Estado, por ter convivido pes-

¹ A visita, segundo o escritor Eldon Canário, teria sido motivada por uma carta endereçada pelas lideranças políticas locais ao Presidente, com o objetivo de impedir a suposta transferência do IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, então construindo uma estrada naquela região. O aviso da viagem presidencial ao lugarejo teria sido comunicado por telegrama ao chefe do escritório do IFOCS, Dr. Fernandes Pedreira.

soalmente com antíteses da realidade brasileira – o sertão nordestino e a selva amazônica – e ter narrado, como nenhum outro escritor, matizes tão antagônicos que, no entanto, eram faces de uma mesma moeda, as realidades brasileiras (p. 97).

Por outro lado, do ponto de vista político, o regime estadonovista vivia um período de consolidação. Alguns historiadores ressaltam:

No início da década de 40, o governo do Estado Novo já se sentia à vontade para comemorar em solenidades públicas o aniversário do golpe de novembro. Para tanto, servia-se do controle dos meios de comunicação e de diversas instituições da sociedade. O clima de “paz social” e a “prosperidade econômica” eram freqüentemente exaltados, assim como a figura do Presidente da República (ALENCAR, 1985, 265).

Além de internamente a situação política configurar “céu de brigadeiro” para os partidários de Vargas e do regime – muito embora nos subterrâneos as forças democráticas continuassem combatendo o governo fascista –, no plano internacional as contínuas vitórias militares do Eixo, notadamente da Alemanha nazista, país com o qual o Governo brasileiro vinha estreitando relações políticas e diplomáticas, deixavam os dirigentes do país mais seguros e eufóricos. Como bem resume o dito popular “juntava a fome com a vontade de comer”.

O cenário

Na Canudos reconstruída sobre os escombros do conflito que se encerrara em 1897, ainda era possível visualizar alguns

resquícios da arrasada cidade de Antonio Conselheiro. Ruínas das velhas igrejas, de Santo Antônio e do Bom Jesus, a Velha e a Nova, ambas erguidas pelo Peregrino de Quixeramobim. O antigo e tosco Cruzeiro crivado de balas, como a relembrar o sacrifício de milhares de homens, mulheres, velhos e crianças imoladas pelas armas republicanas. Trechos conservados das antigas ruas, o emblemático cemitério e, sob o solo, por vezes aflorando, artefatos militares, restos esqueléticos de soldados e conselheiristas, peças de roupas, uniformes esgarçados, utensílios domésticos, dentre os quais finas porcelanas e outras quinquilharias. Testemunhos materiais da vida e da morte que ali travaram duras pelejas. Este era o cenário que aguardava o ditador.

O pedido

Ao anotar em seu *Diário*, expectativas e impressões sobre o “passeio”, Getúlio descreve resumidamente o que desejava conhecer e o que efetivamente aconteceu naquele dia: “1940-18.10 – Pela manhã, sigo para Canudos de avião – Visita ao arraial, exame do cenário, lugares de combate, conversa com os moradores, cânticos e discursos. Canário, Ciríaco, regresso a Jatobá. Fica Luiz Vieira que me acompanhara desde Fortaleza” (VARGAS, 1995, 345). Ainda que fugaz, a passagem Vargas no arraial foi determinante para o futuro da comunidade canudense.

Segundo versa a tradição oral ainda hoje corrente no município, naquela ocasião, atendendo a uma solicitação de chefes políticos do pequeno lugarejo, notadamente Isaías Canário, cujo nome aparece nas anotações feitas no Diário, Getúlio teria pro-

metido aos moradores a construção da futura barragem de Cocorobó. O escritor Eldon Canário, sobrinho de Isaías, desmente categoricamente esta e outras versões semelhantes, classificando-as como “imaginosas”. Vejamos o parágrafo abaixo:

Uma delas, surgida mais recentemente, conta que, quando da visita do Presidente Getúlio Vargas a Canudos, o governante brasileiro, ao despedir-se do seu anfitrião, Isaías Canário, perguntou-lhe o que poderia fazer em benefício do lugar, ao que o filho da terra respondeu: “a construção de uma barragem”. “Será construída”, teria respondido o grande estadista. (CANÁRIO, 2002, 55).

O senhor Antônio Batista, 90 anos, que, na década de 40, era poderoso comerciante na Vila e membro da comitiva que recepcionou o Presidente, em depoimento concedido ao autor deste artigo, em 1999, foi enfático ao afirmar a inexistência de qualquer conversa sobre a construção de uma barragem entre Vargas e os membros do receptivo canudense, durante a curta estadia do Presidente na pequena cidade:

“Recebi ele. Ainda havia um cruzeiro, nós fomos para o pé do cruzeiro. Ele com *Os sertões* debaixo do braço”. Quanto ao pedido feito pelo Sr. Isaías, a resposta é incisiva: “Não, a gente não esperava nem essa evolução. Só queríamos uma rodagem porque faltava transporte, mas não foi pedido por Isaías não. Ninguém esperava que o açude tivesse tanta vantagem para a região. Ninguém pensava nem em açude, porque era um rio perene, não é?”

² Depoimento prestado ao autor e a José Carlos Pinheiro, em 25/8/1999, no município de Euclides da Cunha. Vale destacar também que o rio Vasa Barris, em terras do município de Canudos, não é um manancial perene. Acervo CEEC/UNEB.

A dúvida, entretanto, permanece. A maioria absoluta dos habitantes, especialmente os mais idosos, sempre que inquiridos sobre o assunto, repetem a versão, a qual, o escritor e o comerciante negam com tanta veemência. A senhora Salustiana Santos, 87 anos, mais conhecida como dona Salú³ relata o fato como muitos outros dos seus conterrâneos. Ela inicia sua narrativa recordando a chegada do visitante ilustre:

“Nós viemos em fila, tudo marchando na chega de Getúlio Vargas. Nós tudo na fila esperando a chegada dele na casa do Isaías Canário, que era quem recebia os graúdos daí. Quando chegou já estava tudo preparado, cantamos o hino nacional”. E prossegue: “O açude foi porque o Getúlio Vargas falou com Isaías Canário, falando com ele, que ele pedisse o que ele quisesse, então ele pediu: “um açude para Canudos, um açude e uma vaca turina”.

Outra testemunha presencial, Edmundo Cerqueira⁴, servidor aposentado do DNOCS, 78 anos, confirma o fato, narrando-o de forma assemelhada:

Getúlio disse assim: “Sr. Isaías Ferreira Canário me diga o que o senhor quer que eu faça nessa região”. Aí “seo” Isaías disse: Eu queria que o senhor arranjasse para fazer uma barragem ou um açude aqui no rio Vaza Barris. Aí Getúlio chamou um caboclo forte para anotar, e ele anotou tudo. Tudo indica que era Gregório⁵”. E acrescentou peremptório: “Eu assisti. Eu estava lá”!.

³ Entrevista concedida em 24/8/1999, ao autor e ao historiador José Carlos Pinheiro, da UNEB. Acervo CEEC/UNEB.

⁴ Depoimento ao autor em 6/12/1999. Acervo CEEC/UNEB.

⁵ Tenente Gregório Fortunato, Chefe da Guarda Pessoal do Presidente Vargas.

O confronto entre o texto do *Diário* e os variados testemunhos que recolhemos sobre os acontecimentos aponta algumas coincidências, destoando, no entanto, no crucial: Getúlio não faz nenhuma menção sobre construção de açude, barragem ou reservatório, apesar da referência explícita a Isaías Canário. No mais a conversa do povo confirma o documento escrito. Muitos são os que evocam os festejos, alguns mencionam os personagens citados por Getúlio, mesmo o roteiro percorrido pelo Ditador não escapa a memorialística sertaneja. Está tudo na ponta da língua! Então como interpretar testemunhos tão discrepantes? Seria simplesmente uma elaboração fantasiosa do imaginário popular? Boato muitas vezes repetido até transformar-se em verdade? Cotejada as informações apenas o escritor Eldon Canário e o cidadão poderoso que foi o senhor Antonio Batista, ambos integrantes da elite local, desmentem o célebre e controverso diálogo. Batista foi participante privilegiado, mas Eldon conta o que ouviu, ou melhor, o que não ouviu. Fato concreto é que não há nada de desproposital ou estranho no suposto pedido.

A região de Canudos encontra-se no chamado “Polígono das Secas”, espaço geográfico historicamente castigado por estiagens longas e cíclicas, demandando por consequência a adoção de políticas públicas para combater tal fenômeno, no entanto, os sucessivos governos jamais trataram seriamente do assunto como prioridade. São muitos os exemplos do descaso governamental.

As políticas públicas e a seca

Já quase ao final do regime monárquico, em 1877, milhares de nordestinos transformados em migrantes andrajosos, morreram de fome e sede, vitimados pela famosa **Setentinha**, violenta e prolongada seca que atingiu de forma devastadora o nordeste brasileiro. A queda da monarquia e a instauração da República, em 1889, pouco ou quase nada alteraria o roteiro das repetidas tragédias. Se alguma esperança houve após a chamada Revolução de 1930, logo veio o desvanecimento. Segundo um estudioso, em 1932, o prenúncio de novo desastre não evitou a reedição do drama. Afirmo Marco Antonio Villa:

Como já tinha ocorrido em secas anteriores, a região estava desaparelhada para enfrentar o terrível flagelo. O último governo da chamada República Velha, a presidência Washington Luís nada tinha realizado pela região, especialmente a semi-árida, mantendo a política de Bernardes, que no seu último ano de governo dedicou apenas 2% do orçamento do Ministério da Viação para as obras contra as secas (VILLA, 2000, 141).

Embora a Constituição de 1934 comportasse em seu texto o artigo 177, “pelo qual a União ficava obrigada a estabelecer um plano sistemático de combate das secas. Nas obras o governo federal não poderia despender menos de 4% da receita tributária” (p. 160), o que valia também para os estados, quase nada mudara concretamente. As verbas continuavam escassas, o orçamento logo passou a ser descumprido, enfim, “tudo continuava como dantes no quartel de Abrantes”. Em que pese haver chovido satisfatoriamente entre 1934 e 1940, o que certamente amenizava a situação de descalabro, os muitos anos de

abandono haviam transformado a miséria em mal endêmico, com todos os seus agravos sociais. E o açude de Canudos?

Alguns anos sobreviriam antes que as obras da barragem se iniciassem, ainda que de acordo com o mesmo Edmundo Cerqueira, decorrido “seis meses” após a partida da comitiva presidencial, tenham aparecido “12 topógrafos, autoridades, fazendo levantamento, de Canudos acima até Jeremoabo⁶”, encaminhando assim os primeiros estudos para a viabilização técnica do projeto.

Em 1945, deposto pelos militares, chegaria ao seu término o primeiro e longo mandato de Getúlio Vargas. Quanto ao açude, ao que parece, andara apenas do círculo vicioso da promessa para os escaninhos oficiais. Nesse ínterim, porém, um outro político viajaria a Canudos.

Octavio Mangabeira visita Canudos

Tendo assumido o governo da Bahia para cumprir um mandato que se estenderia de 1946 a 1949, o doutor Octávio Mangabeira, velha raposa da cena política brasileira, resolveu também visitar as antigas hostes conselheiristas. Fidalgamente recepcionado, o governante baiano caminha, ouve e promete. Teria na oportunidade ajuizado publicamente sobre a inconveniência de sepultar sob as águas represadas do Vaza Barris, os velhos e arruinados escombros históricos. Afirmaria que “em lugar de destruir Canudos, o que precisamos é preservar o lu-

⁶ Depoimento já citado.

gar. Isto aqui vale muito mais do que se pensa por aí” (CANÁRIO, 1988, 232). Assentado em informações dos moradores presentes recomenda que técnicos da sua comitiva realizem uma rápida inspeção no lugar denominado Caipã⁷, para avaliá-lo como ponto alternativo à implantação da futura represa. Despede-se, segue seu caminho, conclui seu mandato e a obra não se concretiza!

A estrada e a barragem

Se para iniciar e concluir o represamento do Vaza Barris tanta água correu debaixo da ponte, um outro melhoramento, a construção de uma estrada, antigo postulado dos habitantes da região, teria início na década de 30. Mais uma vez nos socorremos no texto memorialístico de Eldon Canário:

Quando o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS⁸, chegou a Canudos, ainda sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, não se falava em açude [...] A missão precípua do DNOCS era construir a rodovia conhecida como Transnordestina, que tinha início na cidade de Feira de Santana, na Bahia, indo até a capital do Ceará, Fortaleza (CANÁRIO, 2002, 40)

Com a estrada vieram os cassacos. Autóctones e migrantes oriundos de outras regiões e estados. Homens rudes, analfabe-

⁷ Serra localizada pouco acima da atual cidade de Canudos.

⁸ Cabe aqui um esclarecimento. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, fundado em 1945, deriva do antigo IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, criado em 1909, e transformado em IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, em 1919.

tos ou semi-analfabetos, afeitos ao trabalho braçal que requer força bruta e considerável resistência física. Chegaram também os funcionários mais qualificados com melhores salários e maior poder aquisitivo. Eram engenheiros, agrimensores, topógrafos, funcionários burocráticos. Novas famílias, novos hábitos. Tal inovação fez expandir o comércio, incrementou a geração de emprego e renda e propiciou melhor qualidade de vida aos moradores da localidade. De imediato Canudos passou a contar com serviços antes inexistentes: luz elétrica (a motor), posto de saúde, médico, enfermeiro. A oferta de transporte aumentou, os meios de comunicação foram ampliados, enfim, a Vila ganhou nova feição.

Segundo a publicação “Barragens do Nordeste do Brasil”⁹, página 183, “A barragem do açude de Cocorobó teve sua construção iniciada em 1951, por administração direta do DNOCS¹⁰”. Estávamos sob um novo governo do “homem de São Borja” que voltara ao Poder através do voto popular, nas eleições de 1950. Começava a cumprir o prometido onze anos depois, se é que realmente assumira algum compromisso. A construção, contudo, prosseguiria a passos de cágado. De acordo com o mesmo documento, ainda na folha 183, os trabalhos se desenvolveram da seguinte maneira:

A maior parte do aterro fora executada nos últimos meses antes do término da obra, obedecendo aproximadamente ao

⁹ Exemplar xerografado, sem data, ou outras referências.

¹⁰ Oriundo da antiga IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas criada em 1909, cuja nomenclatura foi alterada para IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, em 1919, o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – passou a ter essa denominação em 1945.

seguinte cronograma: de 1951 até 1966, foram executados 600.000 m³ ou 48% da obra. Durante o ano de 1967, a barragem atingiu seu volume total, tendo sido feitos neste período, 650.000 m³ de aterro compactado.

Pareceu-nos, à primeira vista, que a expressão cassaco derivasse do substantivo cossaco. Nossa suspeita não se confirmou ao consultarmos diferentes fontes. Numa busca inicial encontramos: “Trabalhador de construção de estradas; arigó”. Quanto ao arigó: “Cassaco. Indivíduo rústico, matuto, caipira” (AURÉLIO, 1999, s/n). Em outro dicionário o verbete vem mais completo:

1. Gambá (Designação comum) **2.** servente de padaria **3.** operário que atua na construção de estradas de ferro **4.** trabalhador em engenhos e usinas de açúcar. Etim. segundo Nei Lopes, de possível orig. banta; o autor sugere cp. “o quicg. *Kasakana* “trabalhar, fazer qualquer coisa sob o império da fome ou de outras necessidades (Laman); a primeira acep. pode ter decorrido daquela de trabalhador de engenho, pela folclórica predileção do gambá pela aguardente de cana”. SN./VAR. arigó, peão” (HOUAISS, 2002, 645).

As citações acima, na íntegra, possibilitam algumas reflexões. De início fica evidente que o termo se aplica aos trabalhadores de diferentes atividades, cujo ponto comum entre eles é a rusticidade dos ofícios desempenhados. Depois, podemos inferir que os homens que funcionavam na implantação de estradas de ferro, precedidos pelos que laboravam nos engenhos e usinas de açúcar é que motivaram a expressão. A possível origem banta da palavra seja talvez explicável pela composição étnica destes grupos de trabalhadores e operários, de ampla maioria

afrodescendente, realidade irrefutável no Nordeste açucareiro. Arigó na Amazônia era um vocábulo que designava os **migrantes nordestinos**, também alcunhados de “soldados da borracha”, que para lá eram deslocados através de projetos governamentais, em busca de trabalho, sendo empregados na extração do látex, ou seja, como seringueiros na floresta, de onde poucos retornavam ou retornavam combalidos pelas doenças endêmicas na região (caso da malária) e pela vida miserável que levavam na selva¹¹. Por fim, não seria falacioso afirmar que os cassacos das estradas de ferro originaram os cassacos das rodovias. A palavra migrou com esses grupos itinerantes.

Em um estudo sociológico intitulado *Cassacos e corumbas*, Maria Teresa S. de Melo Suarez escreve:

O cassaco, ou morador que nova safra já não fundou, nas palavras de João Cabral de Melo Neto, é um termo comumente usado em algumas regiões do Nordeste açucareiro, para designar justamente este tipo de trabalhador rural que já não planta lavoura ao redor de sua moradia na propriedade como meio de complementar a sua subsistência, vivendo exclusivamente do salário recebido. [...] Ou seja, aquele que, além da condição de cassaco (desprovido de lavoura de subsistência na propriedade), passa a trabalhar sem vínculo empregatório direto com a propriedade e, portanto, sem carteira de trabalho assinada, sendo comumente contratado através a intermediação de empregado. (SUAREZ, 1977, 18).

¹¹ Sobre o assunto sugerimos a leitura do romance “A selva”, do escritor português Ferreira de Castro.

Quanto ao **corumba** seria o “trabalhador migrante sazonal proveniente do Agreste ou Sertão”, ordinariamente vivendo em terra própria ou arrendada que durante o período de safra encaminha-se à lavoura açucareira para vender sua força de trabalho. De acordo com a mesma autora, tais mudanças nas relações produtivas no Nordeste se devem a razões que remontam ao período colonial, passando pela monarquia escravagista e atingindo a era republicana. São alterações vinculadas as grandes propriedades fundiárias, ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e ao advento da agroindústria no campo.

Também a literatura ficcional brasileira, não por coincidência através de textos de autores nordestinos, ocupou-se dos cassacos. Um escritor célebre, o paraibano José Lins do Rego, e outro menos conhecido, o cearense Cordeiro Andrade, incluíram-nos em seus romances. No romance *Pureza*, ao tratar de uma greve de ferroviários, um dos personagens de José Lins, Antonio Cavalcanti, Chefe de Estação, declara: “Os cassacos não entram, porque aquilo não entra no rol de gente. Era mesmo que cabra de bagaceira” (REGO, 1987, 991). Ironicamente, o funcionário aposentado do DNOCS, Cornélio Oliveira, entrevistado por nós em 2004, afirmou: “Você queria saber o que é cassaco, não é? Eu não queria dizer, porque cassaco é a pessoa mais ruim que pode existir, porque cassaco é igual a jegue, quando ele tá bom de trabalho, tá bom, quando não tá ele não presta¹²”. É emblemático como ficção e realidade se aproximam. Para Cornélio que foi cassaco e jamais leu José Lins do Rego, o sentimento é o mesmo: não se trata de gente, mas sim

¹² Depoimento concedido em abril de 2004.

de bicho, animal de carga, jumento, numa redução brutal do ser humano, cuja única serventia está associada a sua vitalidade no trabalho. Sobre o livro de Cordeiro Andrade, Dênis Melo comenta:

Cassacos é uma obra que, muito mais que a *Luízia Homem*, de Domingos Olímpio, consegue dar visibilidade a uma cidade em suas múltiplas e perigosas tensões. Além do mais, os personagens construídos por C. A. apresentam uma dimensão menos imagética e mais real. [...] Por essa razão um dos cenários do livro é exatamente o canteiro de obras do açude de Forquilha. Aqui encontramos nas fronteiras das palavras as fronteiras da história¹³.

A exemplo de Forquilha, cidade situada na região de Sobral, no Ceará, em Canudos, os cassacos trabalharam igualmente na construção de uma represa, o açude de Cocorobó. Aqui, como em terras cearenses, “encontramos nas fronteiras das palavras as fronteiras da história”.

Transitando por diferentes regiões do país, sempre em busca de ocupação, esses trabalhadores quase sempre sem pouso fixo, foram deixando marcas por onde passavam. É o caso de uma cidadezinha paraense, de toponímia curiosa. Tracuateua¹⁴, esse o nome do pequeno município, se originou da construção da ferrovia Belém-Bragança, isto no ano de 1908.

¹³ Melo, Denis. O (I)maculado Cordeiro. Artigo veiculado no site Google.

¹⁴ O vocábulo, de origem indígena, significa “local de formiga tracuaá”, inseto endêmico na região. O município também é conhecido como “cidade dos ipês”.

A ferrovia em Tracuateua tinha cerca de 4 km de extensão e para sua construção, foram trazidos diversos trabalhadores braçais, principalmente da Região Nordeste. Esses trabalhadores tinham o objetivo de abrir caminho para a nova ferrovia e, para isso, se utilizavam apenas de ferramentas manuais como pás e picaretas. Eles foram os primeiros habitantes da Vila e receberam a denominação de **cassacos**.

Vida de cassaco

Em Canudos, ao final da década de 1930, aconteceu algo semelhante. Além de provocar, como já salientamos neste texto, inquestionável alento à economia local e regional, os adventícios também alteraram o *modus vivendi* pacato e previsível do acanhado distrito. Com uma rotina de trabalho que era deflagrada nos primeiros momentos do dia, o amanhecer canudense antes pouco sonoro, modorrento, passou a conviver com a inquietação dos homens sendo transportados ou caminhando em grupos distintos para a labuta. Entre os nativos contratados para as obras da rodovia Transnordestina, cujo cotidiano era anteriormente preenchido pelas atividades pastoril e agrícola de pequeno porte ou de subsistência, a existência mudou com a atividade assalariada, que agregada à modesta produção doméstica agora tocada por familiares, melhorou a qualidade de vida dos beneficiados. Antonio Macedo da Silva, mais conhecido pelo apelido de “Antonio Canela”, natural de Uauá, onde nasceu em 1921, numa pequena fazenda de seus pais, ingressou na Inspeção Federal – IFOCS aos 18 anos, portanto em 1939, “enquadrado na BR-116, de Euclides da Cunha a Barra do

Tarrachil”, trabalhando “na picareta, na alavanca, na pá, na enxada, na foice, de ajudante de carpinteiro, ajudante de pedreiro, era assim, no pesado”, tendo se aposentando já como funcionário do DNOCS, na função de Agente da Defesa Florestal. Continuando sua narrativa, Canela nos conta que “Pegava seis horas do dia, ia até meio-dia, parava para o almoço, voltava uma hora e arriava cinco ou seis horas tarde. Tinha gente daqui e de fora. Era povo do Uauá, de Euclides da Cunha, mas também do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, Sergipe, todo lugar”. Ele ainda esclarece que eram duzentos homens no total, em todo o percurso da estrada, subdivididos em grupo e comandados por um “feitor”. Muitos pernoitavam no próprio trecho onde trabalhavam, acomodados precariamente: “Dormia ali, naquele ranchinho ali, fazia um ranchinho, dormia de baixo de um pé de pau, outro dia mudava prá outro trecho. A gente mesmo cozinhava, não tinha barraquinha nem nada, a gente mesmo cozinhava, ali mesmo comia, no campo”. Na época, como não eram funcionários do quadro da IFOCS, tinham a frequência controlada pelo feitor e pelo administrador. Quanto ao pagamento: “A gente recebia num dia de sexta-feira, para fazer a feira num dia de sábado ou domingo, em Euclides da Cunha”. Por vezes, quando o pagamento atrasava, o que não era incomum, era utilizado o sistema de “cadernetas”, financiado pelos principais comerciantes do lugar, Enoque Canário e Antonio Batista¹⁵, que também costumavam emprestar dinheiro a juros (os chamados va-

¹⁵ Numa entrevista que nos concedeu o Gerente Regional do DNOCS, que dirigiu o órgão na Bahia naquele período, os juros eram extorsivos e enredavam os trabalhadores num círculo vicioso, uma vez que ficavam presos a uma dívida que se renovava permanentemente.

les), numerário com o qual os cassacos adquiriam outras mercadorias, tais como: vela, querosene, sabão, cachaça, charutos, cigarros, fósforos e pequenas quinquilharias. A dieta alimentar era simples, frugal, típica de qualquer mesa sertaneja pobre: carne (geralmente de bode), feijão, farinha, açúcar, arroz. Além da cesta básica, os cassacos também adquiriam nesses armazéns roupas, tecidos e aviamentos, indispensáveis para vesti-los e às respectivas famílias. Nos momentos de descanso, feriados, domingos e durante as festas do calendário regional (Santo Antonio, São João, São Pedro e outras), o arraial se alvoroçava. Vale salientar, todavia, que a hierarquia social mantinha-se inalterada. As pessoas mais bem situadas socialmente divertiam-se em festas no Barracão e em espaços familiares fechados, excluindo desses comes e bebes a *cassacada* que nas ruas e bares da cidade realizavam os seus festejos.

Conclusão

Em 1945, quando o Presidente Vargas assina Decreto instituindo uma Autarquia Federal com a nomenclatura de DNOCS, muitos trabalhadores que prestavam serviços ao IFOCS na manutenção da Transnordestina, passaram a integrar o quadro funcional da repartição reestruturada. Antigos cassacos promovidos a servidores públicos federais foram enquadrados como mecânicos, ferreiros, motoristas, soldados, torneiros e outras funções. No ano de 1951, quando o Presidente Vargas resolve iniciar a construção do açude de Cocorobó, toda essa mão-de-obra vai ser aproveitada e novos cassacos são contratados. Com a longa duração da empreitada os laços se estreitaram, os afe-

tos se consolidaram, as marcas se tornaram mais visíveis. Entre os homens e mulheres que entrevistamos, podemos sentir uma clara dicotomia. Se, de um lado, eles se mostram orgulhosos pela tarefa grandiosa que cumpriram, afinal o açude ocupa seu espaço majestoso em terras da antiga fazenda Cocorobó, por outro lado lamentam a perda da cidade que submergiu. Alguns reclamam as irrisórias indenizações recebidas pelos antigos imóveis, outros choram lembranças existenciais: a festa predileta, a rua onde moraram, os familiares sepultados no antigo cemitério, a casa paterna, enfim, a vida celebrada no correr do tempo.

Dois relatos descrevem com dolorosa precisão o momento vivenciado há quase quarenta anos. Cornélio Oliveira pondera:

Por uma parte foi bom porque o açude taí matando a fome de muita gente, por outra parte para nós que criava nossos bichinhos na beira do rio era uma beleza! Tinha roça de capim, tinha tudo, né? Era muito difícil perder um animal, e hoje não tem um lugar para você fazer uma roça. Na beira do açude só tem lage, lagedo, você não vai cavar lage para aprontar a terra para plantar¹⁶.

D. Salu, a quem já recorremos anteriormente, menos contida que de costume, desabafa:

Ave Maria, eu tive um grande sentimento! Eu não me conformo nunca, eu tive cada nervoso tão grande, me levaram para São Paulo. Eu não tomava nem um suco, as minhas irmãs era quem me da-

¹⁶ Entrevista concedida em abril de 2004.

vam. Tinha um nervoso, o médico dizia: “De que a senhora tem tanto sentimento”? Eu respondia: “Canudos foi pelas águas abaixo”. Sai quando a balsa chegou. Era Dr. Francisco Peixoto mesmo. Ele veio e mandou tirar tudo da minha casa, a água subia 9 metros, e ela subiu foi a 18 metros. Choveu muito, mas no dia que o açude encheu o céu era limpo, tava limpo, limpo.

Não tendo sido até o momento objeto de matéria historiográfica, a versão oferecida pelos antigos cassacos para a controversa origem e construção do açude de Cocorobó, de há muito merece trabalho que preencha esta lacuna. Hoje envelhecidos, os trabalhadores ainda guardam nas suas recordações o drama da desconstrução e edificação de duas cidades. Uma “dorme profundamente” sob as águas turvas e mansas do açude. A outra, acanhado lugarejo, realça com o desemprego e a ociosidade de muitos dos seus jovens, a presença dos cassacos, pois são eles, homens de faces enrugadas e cabelos encanecidos, as únicas fontes de renda de dezenas de famílias. As mesmas mãos pondo o pão sobre a mesa.´

Referências

ALENCAR, Francisco et al. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico: 1995, 338 p., il.

ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj / Mauad, 2001. 304 p.

CANÁRIO, Eldon. *Cativos da terra*. Petrópolis: Vozes, 1988. 304 p.

_____. *Canudos sob as águas da ilusão*. Salvador: UNEB/CEEC, 2002. 100 p., il.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOAUISS, Antonio. *Dicionário Hoauiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p., il.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. 308 p.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 837 p., il.

REGO, José Lins do. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. V.1, 1278 p., il.

SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo. *Cassacos e corumbas*. São Paulo: Ática, 1987. 144 p., il.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. História das secas nos séculos XIX e XX. Ática: São Paulo, 2000. 269 p., il.

Periódicos

AÇUDE DE COCOROBÓ ameaça romper-se. *Jornal da Bahia*. Salvador, p. 1, 20 de mar. 1969.

COCOROBÓ sofre sangria e já está tragando completamente vila de Canudos. *Diário de Notícias*. Salvador, p. 3, 14 de mar. 1969.

DNOCS garante que é fantasia ameaça de queda do Cocorobó. *Diário de Notícias*. Salvador, p. 3, 21 de mar. 1969.

GOVERNO decreta calamidade em Conde. *Jornal da Bahia*. Salvador, p. 1, 20 mar. 1969.

MUNICÍPIO de Tracuateua: uma vez conheça a história da cidade. *Governo do Pará, [Belém]*, 12 de mar. 2006. Disponível em : < <http://www.governopara.pa.gov.br/conhecaopara/tracuateua4.asp>>. Acesso em 12 mar. 2006.

Jerônimo Ribeiro e os grandes povoadores de Uauá

*José Dionísio Nóbrega**

Resumo

Uauá, município desmembrado de Monte Santo, começou como uma simples fazenda de criar gado pertencente à Casa da Torre, depois arrendada a André Gonçalves Batista e finalmente vendida ao capitão Nicolau da Costa Silva que, com a sua morte, deixou para os filhos que não a povoaram. Só no último quartel do século XIX é que surgiram as primeiras casas do arraial que se transformará em Vila de Uauá em 1926, graças ao trabalho do jovem deputado Cícero Dantas Martins, neto do Barão de Jeremoabo. As terras e os primeiros povoadores são os dois grandes objetivos deste trabalho geográfico, histórico e genealógico. O nome de Jerônimo Ribeiro aparece no título porque se trata de uma das grandes figuras nascidas naquele torrão que, graças a ele, é conhecido como a “terra do bode”.

A origem de Uauá

Há uma grande atração do homem pela terra. Mesmo os que se aventuram pelo ar só se sentem firmes quando a ela vol-

* Membro da Academia de Letras e Artes de Salvador (ALAS). Sócio do IGHB. Titular da cadeira nº 29, do Instituto Genealógico da Bahia.

tam. Mas quando a terra é a que lhe serviu de berço, a simples atração transforma-se em amor.

Hoje é um dia em que os uauaenses, unidos, sem divergência de qualquer ordem, deveriam se perguntar: De onde viemos, quais as primeiras famílias que nesta terra deitaram raízes? Por que escolhemos Uauá para viver?

A primeira notícia de Uauá vem da época em que era uma fazenda de gado, pertencente à Casa da Torre dos Garcia d'Ávila de Tatuapara, arrendada temporariamente a André Gonçalves Batista, mas logo depois vendida ao capitão Nicolau da Costa Silva, juiz trienal e morador na freguesia de Jeremoabo, da qual Uauá recebia muita influência, embora fizesse parte do território de Monte Santo até se emancipar em 1926. Por influência do sergipano Bernardino José de Souza, secretário de Estado do governo Arthur Neiva, Uauá voltou em 1931 a pertencer a Monte Santo na condição de subprefeitura, só retornando como município em 19 de setembro de 1933, a mesma data de restabelecimento de Cumbe e de Pombal.

Com exceção de poucas fazendas, Canudos era uma delas, as terras situadas entre Uauá e Jeremoabo pertenciam aos “Rabelo de Moraes”, “Pires da Fonseca” e “Costa Silva” que, na verdade, formavam uma única família. Este trecho corresponde ao Alto Vaza-Barris que tem o nascedouro na terra do “vagalume”, conforme a tradução do topônimo Uauá por Theodoro Sampaio no seu *O Tupi na Geografia Nacional*.

A fazenda onde vai nascer a sede do município de Uauá pertencerá a três pessoas com a morte, em 1831, do capitão Nicolau da Costa Silva: Guilherme, Constantina e Ana Vitorina. Em 1840 os três herdeiros convencionaram o seguinte: A fazen-

da do Uauá, com todas as benfeitorias, ficará para o major Guilherme, a fazenda Maria Preta, que era logradouro da fazenda do Uauá, com meia légua de extensão, principiando da extrema da fazenda do Jerônimo em direitura à fazenda do Uauá, onde completar meia légua, pertencerá a D. Constantina, e a fazenda Logradouro, desmembrada da Ipueira, que partirá com a do Uauá onde fizer meio, será de D. Ana Vitorina.

Como era a fazenda do Uauá no tempo do capitão Nicolau da Costa Silva?

Muito antes de morrer, o ilustre juiz trienal dividiu a fazenda do Uauá em duas partes. Metade ficou onde se achava um marco de pedra fincado até repartir com terras da fazenda Jerônimo. A outra metade começava do mesmo marco para o Logradouro a extremar com a Travessa da Pedra.

Em 1833, as terras, benfeitorias e aguadas da fazenda do Uauá foram avaliadas em 1:400||000 réis, valor bem significativo para a época. Em seus terrenos pastavam 7 touros, 25 bois, 122 vacas parideiras, 71 novilhos, 56 bezerros (estes mamavam mais do que pastavam), 9 animais cavalares, 85 ovelhas e carneiros e 20 cabras e bodes. Na terra do bode, o que menos havia na fazenda do Uauá era bode. Moravam na fazenda um tal de Luciano e Luis Francisco que deveriam ser vaqueiros.

Em 1848, 15 anos depois de ter herdado do pai e 8 após o acordo com as irmãs, Constantina e Ana Vitorina, major Guilherme da Costa Silva vai vender por um conto de réis metade das terras e benfeitorias da fazenda do Uauá ao tenente-coronel José Rabelo de Moraes (primeiro presidente da Câmara de Vereadores do município de Jeremoabo na década de 1830) que, viúvo de Maria Francisca Varjão, se casará com a viúva do Cap.-

Mor Francisco Pires da Fonseca (pai do fundador da Carnaíba do Pires, hoje povoado do município de Euclides da Cunha). Começava major Guilherme a se desfazer das terras. Em 1842, doara ao comandante superior José Dantas Itapicuru, futuro Barão do Rio Real, 200 braças de terras da fazenda do Uauá, cuja área extremava com a estrada que descia para Patamuté e para o Jerônimo, com a fazenda Alagoinhas e com a do Uauá.

Uma irmã de Nicolau, tia do major Guilherme, chamada Maria Brasida, desfrutava da fazenda do Uauá tanto que quando morreu em 1860 deixara 40 cabeças de gado bovino para a afilhada Lourença Francisca de Souza e 100 para o sobrinho Nicolau. Em seu testamento há um detalhe curioso. Deixa 8 cabeças de gado para que se celebrem 15 capelas de missas: 7 na fazenda dela perto de Jeremoabo e 6 na fazenda do Uauá. Como cada capela tinha 50 missas, imaginem os senhores o deslocamento do padre para tanta celebração.

Não sei como metade das terras da fazenda do Uauá caiu nas mãos do sogro do major Guilherme da Costa Silva, o capitão Antonio Ferreira Gomes Pessoa (juiz suplente de Jeremoabo), que, por sua morte em 5 de janeiro de 1853 (APEB, 7/2970/0/03), ficou para os herdeiros e a viúva. A maior porção das terras e benfeitorias de que dispunha o capitão Antonio Pessoa na fazenda do Uauá foi destinada para a filha mais velha, D. Prima, casada com Francisco Félix de Santana, importando na quantia de 285||705 réis. A viúva, D. Maria Quitéria, veio logo em seguida com 270||593 réis de terras das quais vendeu uma sorte a um dos grandes fazendeiros da região, José Bernardo de Moraes (tucanense e morador no sertão de Monte Santo), que tinha sido um dos avaliadores da fazenda do Uauá no inventário do

capitão Antonio Ferreira Gomes Pessoa. D. Marcolina, com a terceira maior parte no valor de 259||287. D. Guilhermina, viúva de Antonio Manoel de Oliveira, casada com Felix José de Almeida, recebeu 130||307 réis. A menor porção (54||107 réis) de terras ficou para D. Cecília, esposa do major José Calazans Barbosa da França, de Estância (SE), que vendeu ao pai do Barão do Jeremoabo, coronel João Dantas do Reis (vide Reg. Eclesiástico de 20 de maio de 1857). Do sogro Antônio Pessoa, major Guilherme, por cabeça de sua mulher Francisca, não quis herdar nada da fazenda do Uauá.

Em 1856, João Garcia de Carvalho, concunhado do major Guilherme, casado com Marcolina, deixou, por sua morte em 8 de dezembro de 1855, para as duas filhinhas Maria e Mirena, respectivamente de 7 e 6 anos de idade, uma sorte de terras na fazenda do Uauá no valor de 260||000 réis, 72 cabeças de gado bovino de toda sorte e um cavalo ruço no valor de 904||000 réis. Antes, porém, este casal vendera porção de terras da fazenda do Uauá aos senhores Bonifácio J. Barbosa e José Pedro Cardoso (Livro nº 10, fls. 145v do tabelião Vicente Ferrer de Matos). Bonifácio passou uma pequena parte destas terras ao cunhado Joaquim da Silveira Júnior, conforme Registro Eclesiástico de 8 de fevereiro de 1858, que, por sua vez, vendeu a Francisco Justino Soares.

Constam do livro nº 7, fls. 77v, do mesmo tabelião de Monte Santo, duas vendas de terras da fazenda do Uauá feitas por Felix de Almeida; uma, ao senhor Guilherme Cardoso Varjão; e outra, ao senhor Mamédio José dos Santos, as quais houvera por herança do sogro Antonio Gomes Pessoa. De acordo com o Registro Eclesiástico, de 9 de fevereiro de 1858, do vigário

encomendado de Monte Santo, padre José Alves Martins, as terras de Mamédio foram compradas pelo patriarca dos “Ribeiro”, Caetano José Só, pelo patriarca dos Gomes, Sabino Gomes Pereira, e por um dos Gonçalves da Silva, o Silvano, genro de Sabino e de D. Quininha do Vale.

Houve seca em 1860 que levou ao extermínio de grande parte do gado existente na velha fazenda dos descendentes de Nicolau. Seis anos depois, falece major Guilherme sem deixar nada plantado em Uauá, seja como proprietário, seja como povoador. O famoso coronel João Sá, que empresta o nome a um município do antigo sertão de Jeremoabo, descende do juiz trienal Nicolau da Costa Silva.

Quando Uauá desponta como arraial, época em que já reivindica cadeira de professor primário para o sexo masculino, João Gregório da Silva e sua mulher, D. Úrsula, entram com uma ação contra D. Joana Francisca Ribeiro ou Joana Rodrigues, mãe do professor Belarmino Ribeiro, por questão de terras. Perde João Gregório a ação, mas recorre em 1876 ao Tribunal da Relação. As terras de Joana Rodrigues foram adquiridas, conforme registro da igreja de Monte Santo, de 9 de fevereiro de 1858, pelo marido Francisco José Ribeiro a Antonio Pereira de Carvalho, o segundo esposo de Constantina Conrada, esta, filha de Nicolau da Costa Silva.

Deve ser grande a descendência dos “Gregórios” de Uauá, cujo patriarca Gregório José da Silva, morador na fazenda Maria Preta, casado com D. Vitória, deixou uma penca de 12 filhos: José Gregório, Maria Vitória, esposa de Leonardo Mamédio da Silva (cunhado do velho jagunço conselheiro Fabilício do Cocobocó), Valério José da Silva, Rozendo José

da Silva, Francelina, casada com um Almeida de nome Marciano, Anselmo José da Silva, Antonio Cordeiro da Silva, esposo da filha do primeiro Cardoso de São Paulo chamada Donana, Balbina, casada com o primeiro Teles de Uauá, conhecida como Balbina de Pedro Teles, Francisco José da Silva, Vitor José da Silva, Hermenegildo José da Silva e João Gregório, o autor da ação contra Joana Rodrigues, casado com D. Úrsula que lhe deu 16 filhos nascidos no sítio da Boa Sorte em terras da fazenda Maria Preta. João Gregório era dono de uma parte de terras próprias na fazenda do Uauá no lugar denominado Queimadas, inclusive com casa no arraial, compradas a Paulino Pereira de Souza (vide nº 672 do Cível do Forum de Monte Santo).

Os tataravós do “coronel” Jerônimo Ribeiro

Ao “coronel” Jerônimo Ribeiro, que, no último dia 12, completou nove décadas de vida, tenho a declarar que, ao pesquisar sobre as famílias povoadoras de Uauá, consegui identificar os seus 16 tataravós. Citá-los-ei todos: Manoel Ferreira dos Santos, Joana Maria de Jesus, Caetano José Só, Simôa Maria de Jesus, João Mendes Damasceno e Silva, Joaquina Paula dos Santos, Manuel Rodrigues de Santana, Benta Maria de Jesus, Francisco Cardoso da Costa, Quitéria Maria do Espírito Santo, José Francisco de Santana, Josefa Maria do E. Santo, João Dias de Andrade e Antonia Francisca do E. Santo.

Quem foi Manoel Ferreira dos Santos, qual a importância dele para o povoamento de Uauá? Dois filhos dele casaram-se com duas filhas de Caetano José Só, Joana com Manoel e Maria Praxedes Ribeiro com Francisco Ferreira Dias. Convém dizer que

Caetano José Só, um dos tataravós de Jerônimo Ribeiro, casado com Simôa, é o patriarca dos Ribeiros de Uauá. Manoel Ferreira dos Santos é primo segundo do famoso coronel José Américo Camelo de Souza Velho, este, pai do intendente municipal de Cumbe, coronel Potâmio Américo de Souza. Manoel Ferreira dos Santos, casado com Joana, não foi morador em Uauá. Viveu e morreu na fazenda Testa Branca, perto do Boqueirão, em Monte Santo. Não se surpreendam: “coronel” Jerônimo Ribeiro é da família Abreu do Boqueirão e da Testa Branca. O seu quarto-avô, sogro de Manoel Ferreira dos Santos, chamava-se Narciso Luis de Abreu e morava para as bandas do Caimbé, lugar pertencente ao município de Cumbe, hoje Euclides da Cunha.

“Coronel” Jerônimo! Era também do Caimbé o avô da sua avó Jovina: João Mendes Damasceno e Silva que viveu com a filha de Rita do Muriti chamada Joaquina Paula. Por esse lado da Rita do Muriti, “coronel” Jerônimo é parente dos Rehem. O bisavô do coronel Almerindo Rehem, Cap. Manoel do Nascimento, que esteve em Uauá como juiz trienal e municipal, era também filho da fundadora do Muriti, hoje povoado de Euclides da Cunha. Os Mendes Damasceno, pelo lado de Joaquina Paula, são descendentes do Padre Januário J. de Souza Pereira, vigário de Jeremoabo a partir da década de 1750. A quarta-avó do ex-prefeito José Borges, Joaquina Paula, é bisneta do padre. Os Mendes Damasceno de Uauá e de Curaçá descendem do capitão-mor do Caimbé, Joaquim Manoel de Santana e Silva, que recebeu o Silva do pai João Mendes da Silva, mas não tinha o Souza da mãe Clara Rosa de Souza.

Os Mendes da Silva do Caimbé são os mesmos Mendes da Silva da presidente do IGHB, professora Consuelo Pondé de Sena.

Quem foi Clara Rosa de Souza?

O coronel João Dantas dos Reis, pai do Barão de Jeremoabo, dono de terras na região de Canudos, Jeremoabo, Curaçá e Uauá, e José Dantas Itapicuru, o Barão do Rio Real, proprietário de terras em Curundundum e também na fazenda do Uauá, eram sobrinhos-netos dela. O coronel João Moreira do Prado, morador em Tucano, bisavô do bispo D. Jackson Berenguer Prado, era sobrinho de Clara Rosa de Souza. O que o Conselheiro Dantas, nome de rua na cidade baixa, em Salvador, conhecido no Rio de Janeiro por Senador Dantas, onde também é nome de rua, era dela? Sobrinho bisneto. Antonio Ferreira Brito, o primeiro Brito a pisar nas terras pombalenses, era o esposo de uma sobrinha de Clara Rosa de Souza. E o que tem a ver Clara Rosa de Souza com as filhas do “coronel” Jerônimo de Uauá, Perpétua, Carminha, Dôra, Marlene (irmã Rosa), Maria Izabel (Iza) e Fátima? É Clara Rosa de Souza a hexavó delas todas. É a quinta-avó de Jerônimo Ribeiro.

O desembargador Souza Dias, sobrinho do inimicíssimo de Antonio Conselheiro de Canudos, o coronel Zé Américo, nascido nas terras do Caimbé do município de Euclides da Cunha, é trineto de Clara Rosa de Souza. Portanto, parente não muito distante dos Mendes da Silva de Uauá e de Curaçá. Descendem do desembargador Souza Dias os Costa Pinto Dias, a exemplo do médico, professor e diretor do velho hospital Couto Maia, Dr. Catão Newton da Costa Pinto Dias.

Aparentados com os “Almeida Soares” do Sobrado são os Rodrigues de Uauá. Anos antes de 1842, pelo menos três filhas de Chico Cardoso (o fundador de São Paulo), já eram casadas com três Rodrigues: Florência com Vicente Rodrigues,

Cassiana com Manoel Serafim Rodrigues e Francisca Cardoso da Costa com José Rodrigues, cujos pais Manoel Rodrigues de Santana e Benta Maria de Jesus são os tataravós de Jerônimo Ribeiro.

A influência de Sergipe sobre o sertão da Bahia é muito grande, principalmente nas áreas das bacias potamográficas do Vaza-Barris e do Itapicuru. Reflete-se até hoje na idiossincrasia da alma sertaneja. O formato da cabeça, o tipo de alimentação, a maneira de falar e de xingar estão mais próximos do sergipano do que do baiano.

De Simão Dias, em Sergipe, veio para Monte Santo José Francisco Santana que pode aí ter conhecido Josefa, filha de Balthazar Francisco da Cruz, também de origem sergipana. Pois é. Francisco José Leite, casado com uma sobrinha de Caetano José Só, de nome Joana Batista, portanto, Leite se misturando com Ribeiro, era filho do simãodiense. João Dias de Andrade, o fundador do Acaru, casado com uma Ribeiro chamada Antonia Francisca, irmã de Caetano José Só, exerceu influência na região de Uauá como proprietário de terras e gado e como povoador. João Dias de Andrade, genro de Caetano José Ribeiro, para não confundir com o filho Caetano José Só, é o último dos tataravós até agora encontrados desse grande uauaense Jerônimo Rodrigues Ribeiro.

Os descendentes de Quitéria de Santa Rita

Os “Ribeiro”, os “Lopes Guimarães”, os “Dias de Andrade”, os “Dantas Pereira”, de Quembrenghém, como também os

“Cardoso da Costa” e os “Peixinho”, descendem de uma senhora da Pedra Vermelha, hoje povoado de Monte Santo: D. Quitéria de Santa Rita. Em 2009 completar-se-ão 200 anos de seu falecimento. Esta velhinha de sobrenome religioso, mãe de 8 filhos, 5 homens e 3 mulheres, era dona da metade das terras da fazenda Pedra Vermelha. A outra metade pode ter ficado para os filhos quando da morte do marido incógnito.

Dona Quitéria de Santa Rita não era dona de grande patrimônio quando faleceu em 1809. Não passava de quatro escravos, além das terras. Com o chegar da idade é possível que tenha distribuído em vida parte dos bens, o que é muito comum até hoje.

Se pai ou mãe sofre muito com a morte de filho, imaginem os senhores o padecimento de D. Quitéria que, além do marido, perdeu cinco filhos, uma mulher e quatro homens: Antonia Francisca, que deixou viúvo Antonio José Soares, Luis Ribeiro (sogro do grande povoador Balthazar Ferreira Peixinho), Manoel Fernandes, José Maria e Caetano José Ribeiro (pai de Caetano José Só, o patriarca dos Ribeiro, de Uauá, e dos Ferreira Só, de Curaçá, e sogro de Francisco Cardoso da Costa, o fundador do povoado São Paulo, e de João Dias de Andrade, o fundador do Acaru). Sobreviveram à mãe João Damasceno, Maria, já casada com Manoel Dantas Pereira, do Quembrenghém, e Rosa de Francisco Lopes Guimarães (pais de Felix Lopes Guimarães, do Bento). Como outras pessoas entraram na família de Quitéria de Santa Rita, pelo casamento ou pelo simples companheirismo, é possível que a maior parte da população do município de Uauá dela descenda.

José Borges, o Zé Papagaio, ex-prefeito de Uauá, descendente, pelo lado paterno, de pelo menos três netos da viúva Quitéria de Santa Rita, todos filhos de Caetano José Ribeiro: Quitéria, por ser a primogênita, recebeu no batismo o nome da avó, conforme costume da época. Ao casar-se com Chico Cardoso, o primeiro Cardoso de Uauá, mudou-se para a fazenda São Paulo onde teve 15 filhos; Antonia Francisca foi morar no Acaru com o marido João Dias de Andrade (avô de João Cordeiro de Andrade, que foi intendente municipal de Monte Santo em 1893 e amicíssimo do Barão de Jeremoabo), do qual teve 12 filhos, 9 mulheres e 3 homens; e por último, Caetano José Só, o caçula dos homens. Morrendo o único irmão do sexo masculino Vicente José Ribeiro, Caetano, por ficar sozinho entre as cinco irmãs, pode ter ganhado o apelido “Só” que se tornou sobrenome.

Os “Gonçalves da Silva” e os “Cordeiro” da Pedra Grande

Vereadora Julia! Sabia que vossa excelência é dos Gonçalves da Silva? Francisco Gonçalves da Silva, o Francisco do Xó (Xó é um apelido decorrente da função de carpinteiro) é o pai de Norberto Peixinho que, por sua vez, é o pai de Pedro Peixinho (avô da vereadora Júlia), de Belarmino Peixinho (pai de Noêmio Peixinho, que foi secretário do prefeito de Cumbe Joaquim Menino) e de mais sete “Peixinho”. Vereadora Júlia é dos Gonçalves da Silva também pelo lado da mulher de Norberto Peixinho de nome Alexandrina, filha de Nicácio Gonçalves da Silva, da Pedra Grande, e de Luisa Maria, do Poço do Boi.

Três “Cordeiro da Silva”, Ana, filha de Nicolau Cordeiro e de Maria Rosa, e os irmãos Ignácio (ou Inocência) e João, filhos de Manoel Joaquim Cordeiro, entraram na família de Nicácio da Pedra Grande. Ignácio (ou Inocência) teve dois filhos, Joana e Ovídio, e João Cordeiro da Silva com Eduviges uma dúzia: Vicente, Aurora, Veríssimo, Rosa, casada com Joaquim José Cordeiro, filho de José Joaquim Cordeiro e de Maria Cordeiro da Silva, Felix, João Cordeiro Filho, Pedro, Olívia, Urquia, Francisca, Norberto e Antonia.

Vereador Osvaldo (Vavá de Bibiano)! Algum desses Cordeiros pedragrandeiros é seu parente?

Os “Rocha” também entraram através do casamento de Antonio José da Rocha, filho de João José da Rocha e de Ana da Rocha, do Logradouro, com a pedragrandeira Jovina Gonçalves da Silva, filha de Nicácio e de Luisa. Diz-se em Uauá que os “Gonçalves da Silva” são aparentados do líder político bonfinense e primeiro governador constitucional da Bahia, Dr. José Gonçalves da Silva.

O filho mais velho de Nicácio, diferentemente dos outros, não recebeu o sobrenome “Gonçalves da Silva”. Morador no Logradouro, chamava-se João Barbosa da Silva. Era casado com uma Loyola de nome Teodora, neta de Joaquim Cardoso da Costa, este, filho do primeiro Cardoso de São Paulo.

O carpinteiro Francisco do Xó, irmão de Nicácio da Pedra Grande, teve um filho conhecido por Pedro Cheiroso (apelido originado do padrinho Mané Cheiroso que o criou e que foi vaqueiro da fazenda Bonito), genro de Antonio Suzano. São filhos de Pedro Cheiroso: Teago do Caldeirãozinho e Nequinha de Euclides da Cunha.

De Nicácio da Pedra Grande e Luiza do Poço do Boi nasceram outros filhos. Dois deles, Amâncio e Faustino, ambos do Logradouro, casaram-se respectivamente com Joana e Delmira, esta, filha de Julião Gonçalves da Silva e de Bernarda Maria, e aquele, de Manoel Gonçalves da Silva e de Inês Maria de Jesus. Seu Galdino de D. Bebé, morador no Cumbe do Major Antonino, amigo do ex-prefeito Antonio Batista de Carvalho, é filho de Faustino e Delmira que residiam na Serra da Canabrava de Uauá. Antes de D. Bebé, era casado com D. Dalva, filha de Joviniano Cardoso da Costa (Jove) e de Ana Maria que era filha de Francisco do Xó.

Há outros “Gonçalves da Silva” que precisam ser estudados.

Os “Borges de Sá”

Quem for Borges de Sá em Uauá não pode deixar de conhecer Rafael dos Anjos. Filho de pais incógnitos, natural da província de Pernambuco, Rafael dos Anjos foi exposto e criado na casa de D. Luisa Soares, na freguesia de Piancó, da qual nunca mais teve notícia quando passou para o lado da Bahia.

Declara em testamento lavrado em Monte Santo ter se casado com Rosa Maria de Oliveira, no mês de janeiro de 1812, com a qual, no entanto, já tinha tido dois filhos, Antonia Leandra do Sacramento e Joaquim Cardoso da Silva Matos, que faleceu antes dele.

O que tem a ver Joaquim Cardoso da Silva Matos com os Borges de Sá, de Uauá? É o avô de José Borges de Sá (genro de

Cassimiro Gomes Pereira), de João Borges (primeiro intendente de Uauá), de Nicolau Borges (casado com D. “Calu” Divina, morto no dia seguinte ao da chegada da expedição Pires Ferreira a Uauá, genro do agente arrecadador de Uauá Joaquim José Rodrigues, sogro de Aristides Ribeiro, do prefeito Belarmino José Rodrigues e de Roque Ferreira Só, o bisneto de Joana dos Garrotes do município de Curaçá), de Eduarda Borges, esposa de José Alves de Menezes, de Francisco Borges de D. Libânia (pai de Herculano Borges, uma das vítimas dos cangaceiros de Lampião, de Júlia Borges de Pedro Peixinho, de Maria Borges, a sogra do “coronel” Jerônimo Ribeiro, e de Balbina de Pedro Rodrigues Ribeiro, a mãe do ex-prefeito Francisco R. Ribeiro), de Antonio Borges de D. Vitalina (sepultado no cemitério do arraial de Rancharia, município de Juazeiro), e de Gertrudes de David Rodrigues (nora do cobrador de impostos e inimicíssimo de Antônio Conselheiro, Joaquim José Rodrigues). O pai destes Borges todos, Antonio Borges de Sales, foi casado com a filha de Joaquim Cardoso da Silva Matos chamada Carolina. Portanto, todo Borges de Sá de Uauá é um Cardoso da Silva. Não confundir com os Cardoso da Costa de São Paulo.

Por que Rafael dos Anjos teria colocado no filho o nome comprido de Joaquim Cardoso da Silva Matos se os pais dele eram desconhecidos e a mulher da família Oliveira? Pode ter sido uma homenagem ao padrinho ou alguém de sua estima.

Quitéria de Santa Rita, a fundadora do povoado Pedra Vermelha e grande povoadora dos sertões de Monte Santo e de Uauá, tinha uma outra neta também chamada Quitéria que foi casada com Joaquim Cardoso de Matos, nome parecidíssimo com o do quinto-avô do jovem vereador Pedro Moraes Ribeiro:

Joaquim Cardoso da Silva Matos.

O genro de Rafael dos Anjos, seu 1º testamenteiro, era da Pedra Vermelha. Chamava-se João Ferreira Peixinho. Seu 2º testamenteiro: Gonçalo Lopes Guimarães, também da região da Pedra Vermelha.

Deixou Rafael dos Anjos dois escravos, uma posse de terra na fazenda Abóbora e também na fazenda dos Pilares, com gado bovino e cavalari, uma casa na vila de Monte Santo e uma roça no lugar chamado Cumbe. Seu corpo está enterrado em Vila Nova da Rainha onde faleceu em 1854.

Além de João Borges, grande batalhador pela causa emancipacionista, sete prefeitos de Uauá são dos Borges de Sá: Edson Borges, Zé Borges (o Zé Papagaio), Jerônimo de Sá Rodrigues, Francisco Rodrigues Ribeiro, Jorge Ribeiro, Pedro Ribeiro (pai) e Rafael Borges, irmão de Herculano Borges que foi assassinado por Corisco, o diabo louro, do bando de lampião.

Os “Peixinho”

De onde vem os “Peixinho”?

Da Pedra Vermelha. O primeiro Peixinho de que se tem notícia foi Balthazar Ferreira Peixinho e foi casado com uma Ribeiro de nome Luisa Maria, prima carnal de Caetano José Só. O nome de Luisa Maria, neta de Quitéria de Santa Rita, se repete nos seus descendentes como, por exemplo, em D. Luisa mulher de Nicácio da Pedra Grande. Portanto, todo Gonçalves da Silva descendente de Nicácio é também Peixinho. Parece que Norberto Peixinho, pai de Belarmino, ganhou o sobrenome

Peixinho da mãe D. Lina, porque o pai dela é Francisco Gonçalves da Silva (o Francisco do Xó). Muitos “Lopes Guimarães” do Bento são também “Peixinho” através do genro de Félix Lopes Guimarães chamado Domingos Dias da Silva que era filho de João Ferreira da Silva Peixinho, este, filho de Francisco Ferreira Peixinho.

A família dos “Peixinho” é uma das maiores povoadoras de Uauá e de Monte Santo.

Os “Gomes Pereira”

Os Gomes Pereira, ou simplesmente Gomes, vêm do casal Sabino e D. Quininha que viveram muitos anos no Patamuté. Entraram nesta família os “Gonçalves da Silva”, através de Silvano, os “Varjão”, representados por Manoel “Guegué” e Honório Varjão, os “Cardoso” por meio de Mathias Joaquim Cardoso, os “Alves de Sena”, graças a Roberto, e os “Cordeiro” por intermédio de Honório, filho de Manoel Joaquim Cordeiro da Pedra Grande. Filhos homens, Sabino Gomes Pereira e D. Joaquina Francisca do Vale só tiveram dois: João Gomes Pereira, bisavô do ex-prefeito de Euclides da Cunha Juviano Gomes, e Cassimiro, também conhecido por Cassiano, que com Joana Batista tiveram dentre outros Eustáquio, morador no Cairá, e Manoel de Dionísia, que residiu na fazenda Sítio. Descende dos “Gomes Pereira” o vereador Miguel Avelino Gomes, o Miguelzinho, também conhecido por Miguel da Mancha.

Os “Ribeiro”

Caetano José Só é o patriarca dos “Ribeiro” de Uauá. Com D. Simôa teve oito filhos: O mais velho, Francisco J. Ribeiro, casado com Joana Rodrigues ou Joana Francisca Ribeiro, pai do professor Belarmino Ribeiro, foi o grande companheiro do pai e da mãe nos negócios da família. Quem sabe se não foi com a ajuda do primogênito que Caetano Só se tornou o banqueiro das caatingas. Três filhos de Caetano não deixaram descendência: Manoel, Pedro e Teodora. Mas em compensação, Maria Praxedes (tataravó da vereadora Irlene Ribeiro e do ex-prefeito Zé Papagaio), casada com um Abreu, teve 10: Deocleciano, César, que desposou uma Moura do Acaru, Juvenal (pai de Aristides Ribeiro e bisavô do ex-prefeito Pedro Ribeiro), que deu origem ao topônimo Logradouro do Juvenal, Eduviges, Eufrázio, Laurinda, mulher de Severiano Lopes Guimarães, do Bento, Manoel Ribeiro Sobrinho, que se uniu a uma neta de Felix Lopes Guimarães conhecida por Vitalina de Josefina, filha de Antonio Rodrigues Vieira, José Ferreira Dias, casado com uma Mendes Damasceno do Caimbé de nome Jovina, que são avós do tetraprefeito Jerônimo Ribeiro, a caçulinha Maria Francisca, casada com João Gonçalves da Silva, e Marcolina, mulher de Joaquim J. Rodrigues (bisavô do ex-prefeito Olímpio José Rodrigues, o Pombo Rodrigues, avô do ex-prefeito Francisco Rodrigues Ribeiro e tio-avô do ex-prefeito Jerônimo de Sá Rodrigues). Joaquim J. Rodrigues, que exercia o cargo de cobrador de impostos no arraial de Uauá quando explodiu o movimento de Antonio Conselheiro, contra o qual ferrenhamente

se posicionou, era tio também do ex-prefeito Belarmino José Rodrigues e do vereador Antonio Rodrigues de Andrade. Vicente J. Ferreira Só, outro filho de Caetano que se deu bem na vida, consorciou-se em Curaçá com a filha da famosa Joana dos Garrotes de quem Caetano Só comprara terras na fazenda Espírito Santo. E por fim Joana e Silvéria. Joana penetrou na família Abreu casando-se com um cunhado de Maria Praxedes, e Silvéria, a caçulinha de Caetano José Só, foi mulher de Lázaro que lhe deu Virgínio (avô do auditor fiscal aposentado Basílio Cardoso Ribeiro), Leolino e Florentina, esta, casada com João José de Almeida.

Com a morte em 1869 de Caetano Só, os filhos e a viúva herdaram quase 10 contos de reis de semoventes, dinheiro que dava para comprar 500 cabeças de gado, 2 contos em dinheiro, quase três de letras decorrentes de empréstimos e terras nas fazendas Várzea, Ipueira, Santa Rosa, Uauá, Pedra Vermelha e Logradouro. Se não fosse a grande seca do início da década de 1860, o patrimônio deixado por este grande povoador teria sido bem maior.

Dos irmãos de Caetano Só, somente Antonia Francisca, mulher de João Dias de Andrade, moradora no Acaru, mas com terras na região do Cocobocó e do Curundundum, o superou em patrimônio.

Os “Loyola”

Loyola é prenome. Torna-se sobrenome a partir de um Ignácio de Loyola.

No caso de Uauá, a família Loyola nasceu de Ignácio José de Loyola que enviuvou em 18 de julho de 1907. Era casado com D. Francisca, neta de Chico Cardoso da fazenda São Paulo, e morador na Queimadas Grandes. Segundo o grande líder Jerônimo Ribeiro, as Queimadas Grandes se dividiram em três: Queimada dos Loyolas, Queimada dos Padeiros e Queimada dos Santos.

Do primeiro “Loyola” nasceram 11 filhos, dos quais pelo menos três continuaram unindo-se pelo laço do casamento à família Cardoso de São Paulinho: Joaquim José de Loyola com Theodora, filha de Antonio Cardoso da Costa, Rosa, com Lúcio Nazário da Costa, e Maria Francisca, com João Antonio Cardoso, também herdeiro de Antonio Cardoso da Costa. Lúcio José de Loyola entrou na “Gonçalves da Silva” unindo-se a D. Polônia, filha de João Gonçalves da Silva e de D. Josefa, esta, neta de Chico Cardoso, da fazenda São Paulo. Theodora Loyola também casou-se com um “Gonçalves da Silva” de nome João Barbosa da Silva, filho de Nicácio e de Luisa do Poço do Boi. Joana, falecida antes da mãe, deixou quatro filhos menores: três homens e uma de nome Maria Francisca, que vai se casar com Guilherme Cardoso Varjão, do São Bento. Maria Antonia, também falecida antes da mãe, ao unir-se a um Almeida, deixou também ainda menores quatro filhos: José Francisco de Almeida, Maria Francisca, Francisco Manoel de Almeida e Maria da Conceição. José Ignácio de Loyola, morto ainda jovem, foi mais além: uma penca de oito herdeiros ainda menores.

O grande povoador dos Loyola, porém, foi Manoel José de Loyola (o Mané Curaçá), nascido na fazenda São Paulo, que legou prole numerosa com três mulheres: Eduviges Varjão, Ino-

cência (irmã de Honório Joaquim Cordeiro) e Joana Loyola. O apelido Curaçá adveio do fato de vender e comprar animais cavaleiros no antigo município de Capim Grosso, hoje Curaçá. Os curaçaenses até hoje não aceitam o epíteto de “Uauá, terra do bode”. Para eles, foi o “coronel” Jerônimo que conseguiu, com seu prestígio, puxar para Uauá a fama de ter o melhor bode. Não há dúvida, no entanto, que o termo bode é muito forte na região de Uauá, tanto que o povo não chama queijo de cabra, mas queijo de bode.

O vereador Jerônimo de Oseas é um desses “Loyola”.

Os “Elpídio” e os “Macedo”

Depois de furtar a filha do já falecido Balbino Manoel dos Santos, genro do coronel João Manoel do Macaco, irmão do Major Lucas do Acaru (dono da Várzea do Luca, de Canudos) e de dona Francisca de Manoel Alexandre, moradora na fazenda Caixão, o primeiro Elpídio de Uauá levou para a Bahia (assim é que se chamava no sertão a cidade de Salvador) a menina Ana Maria. Na capital do Estado, sem o consentimento da futura sogra, D. Alexandrina Umbelina dos Reis, e sem licença judicial, casa-se João Elpídio com a referida menor, bisneta do Pe. Antonio José Pinheiro.

Elpídio era nome próprio, passou a sobrenome a partir dele. Dos seis irmãos, o único homem, Arthur, foi embora. As três irmãs mais velhas casaram-se cedo. Delmira, com o capitão Constantino Ferrer de Matos, filho do tabelião de Monte Santo, Vicente Ferrer de Matos, Adelaide, com o primo carnal Levino Marques da Silveira, e Maria Urânia, com o inspetor de quar-

teirão e também fiscal de feira Brasilino Ferreira Canário, o patriarca dos Canário de Canudos, o pai do grande líder canudense Isaias Ferreira Canário. Portanto, os filhos de João Elpidio são primos carnais de Isaias Canário.

O pai de João Elpídio chamava-se Manoel Gramogênio da Silva e a mãe, Ana Ferreira da Silveira. Ele, um dos sete filhos do Cel. Antonio Alves da Silva e Souza e de Ana Alves dos Reis, ela, filha de Antonio Joaquim da Silveira, morador no Itapicuru de Cima, mas de origem sergipana.

Viúvo de Ana Maria, João Elpídio chegou a viver casado na Canudos pós-conselherista com D. Joaquina, a avó do ex-prefeito euclidense Antonio Batista de Carvalho, este, pai do desembargador aposentado Dr. Aloísio Batista. Um tio de Elpídio, Pedro Alves da Silva e Souza, foi casado com uma filha de Ângelo dos Reis, da Formosa, o homem que mandou enterrar no final da guerra os mortos de Canudos, que já sofriam o assédio dos urubus.

Os “Macedo” de Uauá vieram de uma fazenda de Tucano chamada Maracanãzinho.

De acordo com *O Tupi na Geografia Nacional*, do engenheiro baiano e ex-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (a Casa da Bahia) Theodoro Sampaio, o topônimo maracanã significa uma espécie de papagaio ou o que imita o som de um chocalho.

João Minervino de Macedo, pessoa de destaque na sociedade uauaense, subprefeito na época em que Uauá voltara a pertencer a Monte Santo, descende do padre Pinheiro, tanto pelo lado do pai, o tenente-coronel João Macedo Filho, quanto

pelo da mãe D. Biló, ambos primos carnais. Ana Maria é prima carnal de D. Balbina do capitão Francisco da Silva Dantas, este, conterrâneo do secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e euclidense por adoção.

Padre Antonio José Pinheiro, que viveu a primeira metade do século XIX em Monte Santo, reconheceu em tabelionato do Itapicuru de Cima um casal de filhos nascidos da sua “querida” Maria Madalena: Felisberto e Maria do Sacramento. Felisberto, além de juiz municipal suplente, em vários períodos, foi intendente municipal de Monte Santo na época da guerra de Canudos, tendo facilitado a emancipação de Cumbe, em 1898, a pedido do amigo Major Antonino, de Dr. Passo Filho e do governador da Bahia, conselheiro Luis Viana. Felisberto era adversário do Barão de Jeremoabo.

Maria do Sacramento consorciou-se com o coronel João Manoel dos Reis, a grande figura da política e da justiça do século XIX em Tucano. Conhecido por João Manoel do Macaco, por morar na sua fazenda Macaco, hoje Caldas do Jorro, foi por muitos anos dono do Cambaio, lugar onde ocorreria o “fogo” de Febrônio de Brito contra os jagunços conselheiristas.

Quatro netos do coronel do Macaco exerceram forte influência povoadora na região de Uauá e de Canudos: D. Ritinha, avó de Enock Canário (ex-prefeito de Euclides da Cunha), João Macedo Filho e D. Biló, pais do subprefeito João Minervino de Macedo, e Ana Maria de João Elpidio da Silva.

Segundo o tetraprefeito Jerônimo Ribeiro, João Elpídio Filho, além de músico de primeira, foi em Uauá secretário da câmara de vereadores, Luis Elpídio, vereador, e Pedro Elpídio,

fazendeiro, sendo os três casados com três irmãs da família Cardoso de São Paulo.

Os “Lopes Guimarães” do Bento

Bento é uma fazenda de criar gado.

O primeiro Lopes Guimarães chamava-se Francisco e era genro de dona Quitéria de Santa Rita, portanto, cunhado de Caetano J. Ribeiro. Morava na fazenda da Serra que por influência dele passou a chamar-se Serra do Lopes, topônimo citado no livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Deixou um patrimônio de 2:686||000 réis em 1827 quando faleceu. Era dono de terras também nas fazendas São Gonçalo, Pedra Vermelha, Ipueira e Poço do Boi. A esposa Rosa Maria, tia de Caetano J. Só, lhe deu meia dúzia de filhos, fora os que morriam, principalmente do mal de sete dias e de outras doenças infecto-contagiosas. O caçula deles, Felix Lopes Guimarães, que se casara com a sobrinha de nome Teodora, veio morar no Bento, deixando grande descendência. Jerônimo José Rodrigues, irmão do cobrador de impostos Joaquim José Rodrigues, antes de casar-se em segundas núpcias com Clara Leite Rodrigues (neta de João Dias de Andrade, do Acaru, e avó do “coronel” Jerônimo Ribeiro), foi esposo de Maria da Conceição, irmã de Joana (mãe de Balbina de Arsênio), ambas filhas de Felix Lopes Guimarães, do Bento.

Os “Almeida”

A maior família Almeida de Uauá talvez seja a de José Francisco, cuja mulher, D. Luisa, faleceu na fazenda Volta em 18/2/1876, deixando oito filhos e muitos netos. Os filhos são: Quintino, Marciano, casado com Francelina (irmã de Balbina de Pedro Teles), Vicente, João José, casado com Maria José, Bonifácia, mulher de Pedro Celestino, Simplícia, esposa de José Cardoso da Costa, Maria Félix, mulher de Serafim Rodrigues da Costa, e Leandra, que faleceu antes da mãe, deixando viúvo Balbino José de Santana.

Segundo registro do padre José Alves Martins, de 8 de fevereiro de 1858, Marciano José de Almeida comprou ao tio Benedito Fernandes do Vale uma pequena parte de terras da fazenda do Uauá, que, por sua vez, comprara a Sabino Gomes Pereira.

Coloco aqui uma questão: Qual o parentesco de Thomás Francisco de Almeida, morador no Sítio do Thomás, genro de João Romão Gonçalves, filho de Francisco Manoel de Almeida, com os “Almeida” da fazenda Volta?

Em 1863, Manoel José de Almeida, por cabeça de sua mulher Bernardina Maria de Jesus, herda 184||036 réis da sogra Ana Maria, da fazenda Volta, juntamente com os concunhados Jerônimo José de Santana (tio-bisavô do “coronel” Jerônimo Ribeiro), José Joaquim Cordeiro e Antonio Joaquim das Neves, e com os cunhados Antonio José Gomes, Agostinho Ferreira Peixinho, Lúcio José Gomes, Joana, Justino José Gomes, Francisco José Gomes e Henrique José Gomes.

O que Thomás Francisco de Almeida é de Manoel José de Almeida?

Totonho da Serra, o Totonho Dentista, presidente da Câmara de Vereadores de Uauá, é um dos “Almeida”.

Os “Alves” da Boa Vista

Os Alves da Boa Vista descendem de Paula de Manoel Alves (tetravós da ex-primeira dama do município de Euclides da Cunha, Maria Isa, esposa do ex-prefeito Ataíde), da qual nasceram cinco filhos: Gordiano, morador em Monte Santo, Teodózio, em Vila Nova da Rainha, Zacharias, morreu velho e solteiro, Antonio, enviuvou, mas teve vida longa, um dos seus genros chamava-se Saturnino Hilarião da Silva, e Joaquim Alves da Silva, o patriarca dos Alves da Boa Vista, cuja esposa D. Luísa, falecida em 1880, deixou 14 filhos, dentre os quais Arsênio, casado em primeiras núpcias com Balbina (bisneta de Francisco Ferreira Peixinho, pelo lado do pai Domingos Dias da Silva, e de Francisco Lopes Guimarães, pelo lado da mãe Joana Batista Guimarães). Além de Arsênio, o irmão Alexandre também entrou nos Lopes Guimarães, do Bento.

Dona Balbina de Arsênio teve um filho, Arsênio Alves Guimarães (ou Arsênio Alves da Silva Filho) que se uniu pelo laço do casamento a D. Emília Rodrigues, irmã de D. Rosa de Salomão Ribeiro (pais do “coronel” Jerônimo Ribeiro) e dos políticos uauaenses Belarmino J. Rodrigues, coronel “Pombo” Rodrigues e Antônio Rodrigues de Andrade.

Dona Emília é tetraneta da grande povoadora Quitéria de Santa Rita, tanto pelo lado do pai Jerônimo José Rodrigues (criador e residente na fazenda Bento e tio do professor público uauaense Belarmino Ribeiro), quanto pelo lado da mãe Clara Leite de Andrade, sendo esta de origem sergipana pela parte do pai Francisco José Leite.

Uma filha de D. Balbina de nome Joana casou-se com Demóstenes Moreira Barreto, filho do professor Manoel Felipe (professor “Mãozinha”) que era também dono de farmácia em Monte Santo e muito solidário para com os mais pobres.

Professor “Mãozinha” (apelido que adveio do fato de ter perdido a mão esquerda, conforme assegurava o neto Geraldo Barreto), que chegou a Monte Santo no início do século XX, era da família Moreira Barreto, cujos pais atendiam pelo nome de Braulino e Maria da Glória (tataravós do auditor fiscal de São Paulo, Antônio Jorge). A esposa Maria Leonila (ou Leonília) era também dos “Barreto”, filha de Firmino Alves Barreto e Leocádia Pereira Barreto (tataravós da diretora de teatro “Petinha” e dos cantores e compositores Gereba e Raimundinho Monte Santo).

Além da Boa Vista, Joaquim Alves da Silva deixou terras nas fazendas Retiro, Pimentel e Beldroega.

Os “Mamédio” de Cratacá

Cratacá é um topônimo de origem quiriri que pode significar terra seca.

É possível que o primeiro a pisar nas terras do Cratacá tenha sido Quintiliano Correia da Silva com a esposa Ana Maria (Anania) Cardoso de Negreiros. Este casal é um dos maiores povoadores de Uauá. Corria o ano de 1824, quando faleceu este precursor. Dele ficaram nove descendentes, todos adultos, mas o que mais deixou marcas profundas no Cratacá foi Clemente Mamédio da Silva, que superou o pai em número de filhos: 10. Uma se casou com Cipriano Ferreira Lino (o primeiro Lino de Uauá), Maria Nepomucena deu luz a 11 filhos de Antonio José da Silva, tendo Francisca Dionísia se casado com Pedro Alves de Souza, do Curirici de Euclides da Cunha, Leovigilda, com Joaquim Dantas de Araújo (pai do vereador Américo Dantas de Araújo, avô de D. Maria de Balbino e do expedicionário da 2ª guerra mundial Mário Caramba), Leonardo, com uma Gregório chamada Maria Vitória, irmã daquele que entrou com uma ação contra Joana Rodrigues na questão de limites das fazendas Uauá, Maria Preta e Logradouro. Mas o mais famoso de todos, inclusive porque está no livro “Os Sertões” como jagunço de A. Conselheiro, morto em plena guerra de Canudos, foi Fabílício do Cocobocó (Euclides da Cunha chamou-o de Fabrício) que legou farta descendência, deixando terras no Cocobocó, no riacho do Cratacá, nos Caititus e no Curundundum. Chicão de Caboco Honorato, candidato a vereador e dono de posto de gasolina, era tataraneto do herói de Canudos.

Os “Mota” e os “Coelho”

Uma das maiores e também das primeiras famílias povoadoras do velho sertão de Monte Santo é a dos “Mota Botelho” que se transformou em Alves da Mota, Dias da Mota ou simplesmente Mota. Foi um Mota Botelho que descobriu o famosíssimo meteorito caído na margem esquerda do riacho do Bendegó, afluente do Vaza-Barris, portanto, dentro dos limites do atual município de Uauá. Segundo Von Spix e Von Martius, em seu livro “Através da Bahia”, traduzido em 1916 por Pirajá da Silva e Paulo Wolf, foi Domingos da Mota Botelho que o encontrou entre os matos, quando rapaz, em 1784, na ocasião em que procurava uma vaca desgarrada.

O primeiro Mota a habitar o “Poço dos Pais” foi Francisco Dias da Mota que comprou a fazenda por 250|000 réis a Manoel Coelho da Silva em 10 de setembro de 1855, a qual se dividia com as fazendas Bendegó e Salgado, e com a fazenda Jueté pelo rio do Poço dos Pais.

Faleceu em 1899 o primeiro Mota do Poço dos Pais, deixando viúva D. Joana e os seguintes herdeiros: Joaquim (51 anos), marido de Carrôla Canário, pai de Cirilo e do falecido Francisco, Antonio (40 anos), Cassiano (38 anos), Amâncio (26 anos), Maria (37 anos), Ana (36 anos), Cassimira (35 anos) e Josefa, com 30 anos (vide nº 477 do Cível do Forum de Monte Santo).

Os “Coelho” entraram nos “Mota” ou os “Mota” nos “Coelho”. Três moças de Joaquim Ferreira Coelho, Francisca, Francelina e Josina, foram respectivamente as esposas de Luis Dias da Mota, José Bernardino da Mota e Francisco Venâncio

da Mota. Casado com Rosa Maria da Conceição (falecida em 1879), Joaquim Ferreira Coelho, proprietário de terras na Lage Grande, Boqueirão, Bom Sucesso, Bendegó e Tapera, deixou mais 11 filhos: Antonio Joaquim Coelho, falecido na fazenda Xique-Xique em 20 de maio de 1893, sem filhos, João, Luis, Joaquim, Juvenal, Leolina, casada com João Mendes Coelho, Manoel Joaquim Coelho, esposo de Quintina, Secundina, mulher de Pedro Francisco de Alcântara, José Coelho da Silva, morador na fazenda Cachoeira, marido de D. Rosa, filha do alferes Ezequiel Cardoso da Costa, Joana e Madalena, esta, morrendo antes da mãe deixou dois filhos Pompílio Duarte da Costa e Adelaide, esposa de Eloy Vieira da Costa.

São os mesmos “Coelho” do escritor Oleone Coelho Fontes. Quintina, herdeira de Messias Antônio Dias e de Leonor, e Manoel Joaquim Coelho, dono de belo talho de letra, são bisavós do autor de “Uauá, terra dos vagalumes”. Pedro Ferreira Coelho, avô de Oleone, era filho deles.

Os “Lobo” do Jueté

Encontrei no forum de Itabaiana e no arquivo público do estado de Sergipe farta documentação sobre os “Teixeira Lobo” que pode ter dado origem aos “Lobo” de Monte Santo, de Cumbe e de Uauá. Fortalecendo a hipótese da origem sergipana, localizei documento de um tal Francisco Teixeira Lobo, falecido de varíola na Bahia. O primeiro Lobo a pisar nas terras montesantenses, no início do século XIX, que comprou a fazenda Jueté e outros pedaços de terra, tinha o mesmo nome do sergipano

falecido na Bahia: Francisco Teixeira Lobo. Meio nômade, o Lobo do Jueté morou também em Pombal. Um dos filhos, José Higino dos Santos, avô de José Aras, fez morada no Cumbe do Major no lugar chamado Tanque da Nação e o possivelmente caçula, Inácio Ferreira Lobo, no Jueté. A primeira esposa de Inácio veio de Curral Falso e faleceu ainda jovem, no Jueté, em dezembro de 1871, deixando cinco crianças, Marcolina, a mais velha, com nove anos, Salustiano, o segundo, com seis, e, ainda menores, Balduína, Manoel e Isaias. Quase todos os filhos de Inácio perderam o sobrenome Lobo, inclusive os da segunda esposa, D. Maria Ana (ou Mariana), da família Morais. Um dos poucos a permanecer com Lobo foi Antonio Ferreira Lobo, morador na fazenda Xique-Xique, que teve com D. Maricota, filha de Joaquim Mendes Coelho e de Inês Maria Dantas, 12 herdeiros: Alberto (pai da ex-prefeita Ítala), Aurivaldo (radiotelegrafista em Canavieiras), Arnaldo, casado com Altair Dantas (pais de Wellington Lobo), Amélio, Aliomar (pai da poetisa Mikal Lobo), Artumira, Alzamira (nora de Salustiano Oliveira Monteiro), Azinda, Alzita (mãe do prefeito Jorge Lobo), Alzira, casada com o ex-prefeito de Uauá Belarmino Cardoso de Oliveira (Belinho), Terezinha e Hamilton (Arnoldo).

Um pouco antes de morrer, o primeiro Lobo, quando já morava em Pombal, vendeu a Jerônimo Cerqueira Campos, em 28 de abril de 1864, metade das terras da fazenda Jueté, por 400||000 réis, o qual, no dia seguinte, ganhando 50||000 réis de lucro, passou a propriedade para João Bento Soares, morador na fazenda do Tragá.

Os “Cardoso” de São Paulo

O primeiro Cardoso a pisar nas terras de Uauá foi Francisco Cardoso da Costa. Antes mesmo do capitão Nicolau da Costa Silva ser proprietário da fazenda do Uauá, Chico Cardoso já era arrendatário da fazenda São Paulo. É contemporâneo de André Gonçalves Batista. Quando a Casa da Torre se dispôs a vender a fazenda, o patriarca dos Cardoso teve a preferência para comprá-la por já ser rendeiro de muitos anos.

Embora a mulher Quitéria Maria do Espírito Santo fosse irmã de Caetano José Só, nenhum dos 15 filhos de Chico Cardoso ganhou o sobrenome Ribeiro. O mesmo aconteceu com a outra irmã Antonia Francisca do Espírito Santo, mulher de João Dias de Andrade, do Acaru.

Francisco Cardoso da Costa não construiu um grande patrimônio nos moldes do cunhado Caetano José Só e do concunhado João Dias de Andrade, do Acaru. Mas em compensação deixou família mais numerosa. É o maior povoador de Uauá.

Ao falecer em 1842, Francisco Cardoso já não tinha os filhos José e Maria, tendo esta deixado três herdeiros, Anacleto, Theodora e Manoel, e aquele, dez: Delfina, Luisa, Francisca, Cassiana, Liberata, Theodora, Maria, Inez, Geraldo e Silvéria. Os 13 filhos sobreviventes são: Ana de Antonio Cordeiro, Joaquim Cardoso, casado com Maria Francisca de Jesus, Bernardo, Florência de Vicente Rodrigues, Pedro Cardoso, Francisca de José Rodrigues, bisavô do coronel Jerônimo Ribeiro, João Cardoso, casado com Rosa Maria de São Felix, da Quixaba, Antonio Cardoso, casado com Antonia Maria de Jesus, bisavô do deputado federal e estadual Oscar Cardoso e do ex-prefeito

Olimpinho, Paulo Cardoso, Manoel Cardoso, Cassiana de Manoel Serafim Rodrigues, Claudiana de Antonio Rodrigues e Veríssimo Cardoso, o caçula, que tinha 23 anos quando o pai morreu, dois a menos que a sobrinha Delfina, filha de José Cardoso.

Os irmãos e políticos uauaenses Oscar Cardoso e Olimpinho descendem dos Bastos, do Barracão (lugar próximo de Banzaê), pelo lado de Olímpio Joaquim Cardoso que era filho de Joaquim Antônio Cardoso (neto do fundador do povoado São Paulo) e de Joaquina Theodora, esta, filha de Laurêncio José Bastos, os mesmos Bastos de que descende o tucanense e ator da Rede Globo, Othon Bastos.

Maria Francisca de Jesus teve do marido Joaquim Cardoso (falecido em 1865 na fazenda Caldeirãozinho) 12 filhos, a saber: Theodora, Maria Antonia, esposa de Antonio Gonçalves, Francisca de Ignácio José de Loyola, Joana de Pedro Ribeiro (irmão de Maria Praxedes), Francisco Cardoso de Maria Germana (avô de D. Dalva de seu Galdino), Josefa de João Gonçalves da Silva, Antonio Joaquim Cardoso, João Cardoso, Nazario de Maria Cassiana (pai de Lucio Cardoso de D. Rosa), Sabino, Constancia (Constantina) e do falecido Lucio Cardoso, que deu origem ao topônimo “Rio do Lúcio”.

Os “Varjão” e os “Teles”

O patriarca dos “Varjão” de Uauá é José Cirilo Cardoso Varjão.

Não se iludam meus senhores! Os “Varjão” são uma das maiores famílias do sertão. Encontrei muitos deles no lugar cha-

mado São Francisco a poucos quilômetros de Várzea da Ema, em Tarraxil e na Icoseira, lugares situados entre Canudos e Jeremoabo, no Chorrochó, em Curaçá e também no Uauá.

Se Evaristo Cardoso Varjão Patte, filho de Uauá, vaqueiro do irmão Horácio Cardoso Varjão na fazenda São Bento, lotado como professor primário no arraial de Uauá, não tivesse saído de sua terra para ensinar e viver no povoado de Chorrochó, que na época pertencia a Curaçá, a população de Uauá seria, por ele ter tido muitos filhos, bem maior. Era filho de José Cirilo Cardoso Varjão, o irmão de Vicente (grande povoador da Várzea da Ema e de São Francisco), e de Bernardo Cardoso Varjão, do Tarraxil.

Os Teles descendem de Pedro Francisco Teles que foi casado com D. Balbina, filha de Gregório José da Silva da fazenda Maria Preta. Um filho deste casal, José Francisco Teles (o Pequeno Teles), foi o marido de Ana Loyola, filha de Mané Curaçá e de Joana Loyola da Silva. O vereador Galego Teles (bisneto de Pequeno Teles) é, também, um Gregório e um Loyola.

No São Bento, os Teles se misturaram com os Loyola, e estes com os Varjão, formando praticamente uma só família. Aliás, Uauá é uma só família.

Fontes:

Cartório do Cível de Monte Santo.

Cartório do Cível de Ribeira do Pombal.

Cartório do Cível de Jeremoabo.

Cartório do Cível de Senhor do Bonfim.

Cartório de Registro Civil de Uauá.
Cartório de Registro Civil de Monte Santo.
Cartório de Registro Civil de Jeremoabo.
Cartório de Registro Civil de Ribeira do Pombal.
Cartório de Registro Civil de Itabaiana.
Tabelionato de Notas de Monte Santo.
Tabelionato de Notas de Jeremoabo.
Tabelionato de Notas de Senhor do Bonfim.
Tabelionato de Notas de Ribeira do Pombal.
Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).
Arquivo Público do Estado de Sergipe
Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe.
BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
Livros de notas, inventários e testamentos, além de outros documentos, do Forum de Curaçá.
Livros de notas e do registro civil, além de outros documentos, de Patamuté.
Entrevistas com dezenas de pessoas sobre assuntos relativamente recentes.
SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1987. Brasileira, v. 380.

A educação a distância e o ensino de história: novas possibilidades de aprendizagem

*Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior**

Resumo

Reflexão acerca das novas tecnologias da informática e a utilização dessas no ensino de História. A partir da década de 1980 passou-se a utilizar com frequência os computadores nas salas de aula. Esta possibilidade abriu um leque de opções para o aprimoramento das pedagogias de ensino permitindo um alcance maior do sistema educacional no Brasil com a prática da Educação a Distância. Neste contexto analisamos as mudanças no ensino da História e sua função de transformar o estudante em um cidadão capaz de questionar a realidade em que vive.

Na década de 1970 o Brasil liderava a modalidade de Educação a Distância no mundo. Desenvolveu diversos traba-

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências – EAD. Escritor, presidente do Instituto Genealógico da Bahia, sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e membro das Academias de Cultura da Bahia e da Academia de Letras Mater Salvatoris. E-mail: alvarodantas@ead.ftc.br

lhos e colocou-os em prática proporcionando o aperfeiçoamento de metodologia diferenciada em educação. Projetos como os de Telecurso, Minerva, SACI, entre outros, contribuíram com o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem no país.

Devido à irregularidade do apoio governamental as políticas educacionais, esta prática pedagógica perdeu força nas duas décadas seguintes só retornando com novas propostas e soluções para o baixo nível educacional do povo brasileiro com o advento do terceiro milênio.

Além daqueles que têm acesso a Educação a Distância em ambientes corporativos, ou pelo Telecurso 2000, SEBRAE, e cursos por correspondência, temos hoje, segundo recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), trezentos mil brasileiros estudando em cursos autorizados oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC). (LITTO *apud* MATTA, 2006).

Esses números revelam a busca da sociedade brasileira em encontrar soluções que permitam que um maior número de pessoas tenha acesso a um curso superior. A prática revela que a Educação a Distância é instrumento de democratização e flexibilização do ensino brasileiro. De maneira notável o uso da tecnologia, através da transmissão de aulas, via satélite (videostreaming), e a interação dos alunos com os professores, através da internet, têm permitido que cada vez mais um maior número de jovens brasileiros possam entrar no mercado de trabalho em iguais condições de competitividade.

Diante desta revolução, assim podemos denominar esta nova pedagogia educacional, pesquisadores, professores e edu-

cadores, procuram se empenhar em apresentar pesquisas e trabalhos que reflitam esta nova realidade, que cresce em progressão geométrica, no sentido de estudar casos e fenômenos que possam quantificar os diferentes níveis de medição da qualidade da Educação no Brasil, permitindo se chegar a conclusões que contribuam para o aprimoramento das práticas de ensino e aprendizagem, tendo como suporte as tecnologias de rede.

Profissionais das mais diversas áreas do conhecimento estão envolvidos neste processo. Analistas de sistemas, administradores, comunicólogos, interagem com os professores dando suporte à realização das aulas. A esses cabem a tarefa preeminente de aprofundarem seus conhecimentos, aprimorarem a didática e produzirem trabalhos, em suas especialidades, que contribuam para a conscientização da importância desta modalidade de ensino cuja tendência é abranger cada vez mais um maior número de municípios e estados brasileiros.

A tecnologia a serviço da sociedade

Com a evolução tecnológica atingida no século XXI podemos dizer que estamos inseridos e vivendo uma nova era: a da sociedade da informação. Em todos os setores da sociedade, e nas mais diversas áreas do conhecimento humano, seja na educação, saúde, engenharia, direito, etc, observamos a tecnologia permeando e contribuindo para um maior aperfeiçoamento de suas atribuições.

No campo da educação, que é o foco de interesse deste trabalho, a informática está presente em todos os níveis. Do en-

sino fundamental ao médio, chegando ao superior encontramos ambientes informatizados. Nas instituições de ensino presenciais, as escolas e faculdades possuem laboratórios de informática que permitem aos alunos o uso de computadores para realizarem seus trabalhos, fazer pesquisas e interagirem com outros ambientes de conhecimento.

Com o surgimento e aperfeiçoamento de ambientes de aprendizagem virtuais a Educação a Distância (EAD) passa a ser uma necessidade urgente. Projetada através de uma filosofia, que visa democratizar a educação dando acesso a um maior número de estudantes, inclusive aqueles que residem em cidades onde não existem faculdades, a EAD se torna a alternativa para as gerações futuras.

Destacamos uma questão relevante para a reflexão proposta. De que modo a tecnologia auxilia o processo de ensino e aprendizagem a serviço da sociedade? Para refletir sobre este questionamento vamos fazer uma comparação entre a capacidade de cognição do aluno e a forma como se estrutura a rede de informações em sistema operacional.

Estudos feitos por especialistas em educação, com o auxílio de técnicos em informática, mostraram que existem semelhanças entre a forma como os estudantes processam e constroem o conhecimento, na sua esfera neural, com a lógica engendrada pelos sistemas operacionais e sua disponibilidade em acumular, simular e interagir com o conhecimento proposto. (MATTA, 2006).

A conclusão dos estudiosos leva a uma constatação importante para o avanço das discussões a respeito da importân-

cia da metodologia da EAD para amenizar os problemas de educação no Brasil. A constatação da similaridade entre os sistemas informatizados e a forma como os estudantes assimilam o conhecimento nos abre um caminho para colocar em prática novas possibilidades na área da educação.

Os computadores se tornaram uma ferramenta de estudo privilegiada no ambiente escolar. Passou de mero instrumento de armazenamento de dados para se tornar em ferramenta fundamental do processo de ensino-aprendizagem, já que é reconhecido como agente do conhecimento, no sentido de que permite ao educando interagir com uma multiplicidade de experiências e de formas de saber. Neste sentido esta tecnologia torna-se mediadora do processo de aprendizagem.

Identificado este potencial e esta parceria entre tecnologia e educação vislumbram-se novos horizontes, todos favoráveis ao avanço do saber:

É aí que também se desenvolvem os conceitos de interatividade, autoria, colaboração, infografia, e tantos outros capazes de dotar tanto a tecnologia educativa como a Educação a Distância – EAD de descrição e compreensão operacional e analítica. (MATTA, p. 20, 2006).

Depreende-se daí que todos os instrumentos utilizados para auxiliar a transmissão do conhecimento no formato EAD estão em consonância com a capacidade cognitiva do educando. Aulas via satélite (vídeostreaming), interação por internet, debates em chats e fóruns de discussões, avaliação virtual, são recursos testáveis que contribuem para o avanço do conhecimento.

A história que nos foi contada

Poderíamos apresentar uma série de exemplos de como a metodologia da Educação a Distância pode ser aplicada nas mais diferentes disciplinas do currículo escolar. No patamar em que se chegou da evolução tecnológica o docente e discente têm a possibilidade de chegar mais próximo de um conhecimento totalizado, escapando das limitações dos suportes escritos e fragmentados. A vantagem deste contexto da era da sociedade da informação é a capacidade de se ter acesso a uma infinidade de informações simultânea e continuamente.

Vamos eleger a disciplina história para apresentar as formas de abordagem do processo de ensino e as vantagens que a hipermídia nos traz para o aperfeiçoamento da mesma. A discussão será feita mais do ponto vista da função prática do curso para a sociedade, do papel do aluno no fazer histórico, do que dos conteúdos programáticos propriamente ditos.

A reflexão se inicia a partir da crítica ao sistema tradicional de ensino, que vem sendo repassado durante várias gerações, principalmente no ensino presencial. Os paradigmas educacionais do século XX são um reflexo do XIX e foram tidos como auto-suficientes por muito tempo. A metodologia era de aulas expositivas, objetivando a aprendizagem individual e tendo o estudante como um mero espectador. Em relação ao professor ele concentrava toda a fonte do saber, tinha um conteúdo estável, homogêneo e inquestionável.

O advento da tecnologia da informação que surge concomitantemente com o agravamento de problemas sociais brasileiros, muito deles decorrentes da ineficiência do sistema

educacional nos apresenta novas propostas e metodologias que fazem um contraponto com a pedagogia tradicional e estão em sintonia com as ferramentas cognitivas dos sistemas de informática.

A sociedade brasileira sempre foi passiva durante a maior parte de sua história. Isto se dava, em grande parte, pelo tipo de educação que foi passada durante décadas, para muitas gerações. Focando nosso estudo no ensino da História, esta era vista apenas como uma disciplina que tinha o objetivo de informar aos estudantes os principais acontecimentos históricos que ocorreram no país, seus protagonistas e o período do evento, portanto, uma história recheada de datas e nomes.

Personagens considerados super-heróis dotados de uma capacidade extraordinária de fazer acontecer eram exaltados nos livros didáticos junto com as grandes datas cívicas nacionais. Os estudantes viam apenas este lado – o dos vencedores. Consequentemente a história que era contada não tinha a participação popular, nem aspectos da vida cotidiana das pessoas, transformando-se em páginas sem sangue, suor e lágrimas.

Esta realidade moldou gerações formadas por cidadãos passivos e sem senso crítico, se acomodando e aceitando todas as determinações governamentais e do sistema capitalista vindas, na escala social, de cima para baixo.

Um novo ensino de História

Com o processo de redemocratização do país na década de 1980, todos os setores da sociedade começaram a se articu-

lar no sentido de rever os valores e modelos da sociedade brasileira, inclusive na área de educação. Diversas teorias pedagógicas foram revistas, destacando aqui Piaget e a esfera de influência do construtivismo.

A nova ordem exigiu uma nova forma de abordar a educação. Ao invés de uma aprendizagem centrada no docente passou-se a dar mais importância ao discente, transformando o professor em um facilitador do processo de aprendizagem, que procura dar um sentido coletivo à prática da aprendizagem, tornar um estudante um colaborador, de um conteúdo dinâmico e diversificado, cujo desempenho final do docente é a de ser um guia. (MATTA, 2006).

Todas essas novas exigências se casam com as novas perspectivas do ensino de história e com a infinidade de recursos disponibilizados pela nova tecnologia da sociedade da informação.

Em relação ao ensino de história a proposta é superar os paradigmas da história tradicional, passada como verdade absoluta, pronta e acabada. A idéia é trazer o estudante para o cerne da questão, fazendo com que ele se sinta um possível ator do tempo histórico em que vive. O conhecimento transmitido deve ser útil para o cotidiano do educando, de modo que ele possa compreender o conteúdo como uma construção do dia a dia das pessoas.

O objetivo principal é tornar o estudante um cidadão consciente de sua historicidade e de sua capacidade de refletir, questionar e transformar a realidade em que vive. Vamos dar um exemplo prático, através de um conteúdo programático do curso de História. Na disciplina História Medieval estudamos a sociedade medieval. Observamos a forte divisão social, onde

os dois pólos antagônicos são os senhores feudais, no topo da pirâmide e os servos na base. Chamamos atenção para a diferença das moradias dos membros dessas classes: castelos e palácios abrigando os ‘senhores’, casebres e cabanas para proteger os ‘servos’.

A nova proposta de ensino é que ao invés dos alunos absorverem este conhecimento e utilizarem de uma maneira enciclopédica, passe a refletir sobre este conteúdo transportando-o para a realidade atual. Ou seja, que comparem as classes sociais do mundo em que vivem com a do tempo medieval, observando as semelhanças e diferenças e buscando superar as desigualdades através da experiência passada por aqueles povos. A história, neste caso, passa a ser um instrumento de transformação da sociedade, fruto da conscientização do educando como um ser histórico.

A contribuição das tecnologias de aprendizagem e da Educação a Distância

Quando a informática passou a ser utilizada nos ambientes informatizados houve uma reprodução dos modelos tradicionais de ensino. A partir da década de 1980, com a criação de novos recursos tecnológicos, como: gráficos, tabelas, imagens, etc, e implementação de novos sistemas operacionais é que começa a se despertar para as imensas possibilidades de uso dos computadores.

Com a disseminação do uso da informática na escola, os computadores se tornam os mediadores da aprendizagem. A

partir daí são elaboradas metodologias que se adaptem a novos modelos de ensino-aprendizagem que tenham como ferramenta de ensino os sistemas operacionais.

Nesse contexto a metodologia de aulas em *videostreaming* utilizadas na Educação a Distância ganha espaço e se torna um interlocutor privilegiado. Aprofundando esta constatação sabe-se que as aulas veiculadas via-satélite são preparadas em slides no *power point*. A partir do conteúdo programático da disciplina a ser ministrada, pode-se utilizar textos, imagens, gráficos, mapas, filmes, músicas e uma infinidade de outros recursos, criando-se um ambiente em que o aluno se sinta inserido no processo de construção do conhecimento. Essa afirmação fica mais bem atestada quando se reproduz o seguinte relato:

Para esta realidade, os sistemas informatizados devem ser elaborados e usados, como parceiros intelectuais, para engajar os alunos em pensamentos críticos e aprendizagem de ordem complexa. Sistemas de computadores, nesta perspectiva, servem para possibilitar um meio, ou ambiente, de experimentação capaz de mediar a construção de soluções e de resolução de problemas pelos alunos. Esses sistemas são concebidos para interagir e dialogar com o ser humano e suas idéias, possibilitando que este construa o conhecimento a partir de situações provocadoras, autênticas e que necessitem sua intervenção. (MATTA, p. 56, 2006).

Continuando a exemplificar a teoria apresentada com a prática da Educação a Distância, a interação e o diálogo são uma prática constante na metodologia utilizada. Ao tempo que estão acompanhando o desenrolar da aula via-satélite, os estudantes podem a todo instante interagir com os professores, ti-

rando suas dúvidas, fazendo seus questionamentos ou mesmo botando em prova o conteúdo discutido. Também através dos fóruns de discussão que são veiculadas em ambientes virtuais de aprendizagem podem trocar idéias e apresentar soluções e respostas para problemas históricos transportados para realidade do mundo em que vivem.

O ensino de história e as novas tecnologias: uma parceria desejável

A imensidão de recursos que os sistemas operacionais oferecem e o uso de computadores como ferramenta cognitiva são realidades que pelos serviços que disponibilizam estão aptos a dar um suporte a nova filosofia do ensino de história.

A preocupação básica é fazer do curso de história um ambiente que propicie o surgimento e amadurecimento do pensamento crítico e criativo, de modo que o educando esteja apto a produzir um trabalho colaborativo e se tornar um cidadão ativo. Estes objetivos se encaixam nos recursos oferecidos pela informática e na filosofia da Educação a Distância, que é o democratizar a educação oferecendo uma proposta pedagógica embasada por princípios e por uma dinâmica que permite o autodidatismo e a autonomia intelectual dos docentes.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. *Educação à distância*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

CARRETERO, Mário. *Construir e ensinar as ciências sociais e a história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRICE, Roger. On line information: What do people need? *The society of text. Hypertext, hypermedia, and social construction of information*. London: MIT press, 1989.

JONASSEN, David. *Hypertext/Hipermedia*. New Jersey, Educational technology publication, 1989.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira (Org.). *Educação a distância. Referências e trajetórias*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 2001.

LUCENA, Carlos e FUKS, Hugo. *A educação na era da internet*. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história – utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

NUNES, Silma. *Concepções de mundo no ensino de História*. São Paulo: Papirus, 1996.

PETERS, Otto. *Didática do ensino a distância*. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

ROSINI, Alessandro Marco. *As novas tecnologias da informação e a educação a distância*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Educação jesuítica na Bahia colonial: os colégios urbanos

*Antonietta d'Aguiar Nunes**

Resumo

O trabalho se refere à criação da Cia. de Jesus, seu estabelecimento em Portugal e no Brasil. Fala do Plano pedagógico dos jesuítas desde as Constituições elaboradas por Loyola em 1556 até o Ratio Studiorum finalizado em 1599, relacionando os cursos, sua duração, conteúdos e respectivos níveis de instrução. Menciona como era feita a formação de professores e discorre em mais detalhe sobre o ensino formalizado em escolas e colégios. Fala como cada tipo de colégio foi introduzido na Bahia, o colégio urbano, o seminário em Belém da Cachoeira e o Noviciado já no séc. XVIII. Menciona a tentativa de educação feminina no tempo de Nóbrega, as dotações régias para manutenção dos colégios no reinado de d. Sebastião e a ampliação de cursos desde final do séc. XVI. Fala da rotina escolar e de um episódio de preconceito contra alunos desautorizado pelo rei. Menciona os últimos colégios criados na Bahia, a perseguição do Marquês de Pombal, expulsão dos jesuítas, extinção da Ordem e posterior retorno dos jesuítas como ordem e à Bahia.

* Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia, Prof^o Adjunto de História da Educação – FACED / UFBA

Fundação da Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi criada na época do Renascimento, dentro do espírito de reforma da própria Igreja Católica, a partir de um grupo de estudantes do Colégio de Santa Bárbara¹, formado pelo espanhol Inácio de Loyola e seis colegas seus: Pedro Fabro, de Savóia – o único que já era sacerdote na ocasião – Francisco Xavier, de Navarra; Simão Rodrigues, português; mais os espanhóis: Nicolau de Bobadilha, Diogo Laínez e Afonso Salmerón. Eram eles bolsistas do governo português naquele colégio, onde estudaram de 1529 a 1536. No dia 15 de agosto de 1534 reuniram-se na igreja de Montmartre, e aí fizeram voto de pobreza, castidade e de peregrinação à Terra Santa. Em 1537 foram ordenados sacerdotes em Veneza, já tendo conseguido mais três companheiros: os franceses Pascássio Broët, e João de Codure, mais Cláudio Jay ou Jaio, saboiano. (FERREIRA, 1966, p. 4, GOMES, 1995, p. 27 e BRESCIANI, 1999, p. 13-18). No ano de 1538 dirigiram-se eles a Roma, para apresentar-se ao papa (era na época Paulo III, o que convocou o concílio de Trento em 1º de novembro de 1542 – FISCHER-WOLLPERT, 1991, p. 129) pondo-se à

¹ Colégio particular fundado em 1460 em Paris, arrendado cerca de 1520 pelo português Diogo de Gouveia (1467-1557), doutor em Teologia pela Universidade de Paris e que fora enviado a esta cidade por D. Manuel I para tratar dos pleitos freqüentes motivados por desrespeito dos franceses aos direitos portugueses em questões de comércio marítimo. No Colégio de Santa Bárbara se estudava Gramática e Artes, à maneira de preparatórios, e daí os estudantes saíam para cursar Teologia na Sorbonne. D. João III concordou em enviar para este colégio um certo número de bolsistas portugueses (CARVALHO, 1996, p. 143-144 e 170-172)

sua disposição e dedicando-se nesta cidade a obras de caridade. Em 1539 tomaram a decisão de fundar uma nova ordem religiosa e Inácio de Loyola começou a redigir um esboço de suas *Constituições*, prontas 16 anos mais tarde. Em 27 de setembro de 1540, pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, o papa Paulo III aprovou a nova Ordem ou Companhia de Jesus, especificando-lhe o fim e os meios:

Esta [a Companhia] foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristã e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade e, nomeadamente, pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos (GOMES, 1995, p. 27/8)

Esta Ordem se vinculava diretamente à autoridade papal, distanciando-se da hierarquia comum da Igreja. Não se retiravam em conventos, mas misturavam-se aos fiéis, no mundo, e por isto eram considerados padres seculares. Por pretender propagar a fé os jesuítas se espalharam pelo mundo: na própria Europa, assolada por heresias como nos novos mundos descobertos: África, Ásia e América. Logo descobriram ser mais segura a conquista das almas jovens e se dedicaram à ação pedagógica (ARANHA, 1996, p. 91). A Companhia de Jesus, destaca Tobias (1986, p. 40), consagrar-se-ia à salvação das almas através do ensino, mas sobretudo do ensino médio e universitário, podendo-se afirmar que seu ensino se dirigia – sobretudo na Europa – às elites, que se concentraram no ensino superior. Com grande brevidade a Companhia de Jesus cresceu

em número e poder, e seus colégios se multiplicaram por toda a Europa. Rapidamente rivalizaram com as escolas e universidades dos países protestantes e durante dois séculos dominaram a educação secundária e superior em terras católicas (EBY, 1976, p. 94).

Desde que criaram a Ordem, os jesuítas principiaram um intenso trabalho apostólico tendo como base os *Exercícios Espirituais* elaborados por Inácio de Loyola. Os *Exercícios Espirituais* e as *Constituições da Companhia de Jesus*, também por ele redigidas, formaram, com o posterior *Ratio atque Institutio Studiorum Societas Iesu*, os três documentos que deram as principais diretrizes e garantiram a uniformidade da prática pedagógica dos jesuítas em toda a sua ação missionária e doutrinária (CASIMIRO, 2004, p.116, 119, 121, 122 e 125).

Os jesuítas estiveram sempre dentro do espírito de reforma religiosa e corresponderam às novas diretrizes emanadas do Concílio de Trento, convocado pelo papa Paulo III em 1545 (apenas encerrado em 1563, e cujos vários decretos e medidas foram confirmados em 1564).

Estabelecimento dos jesuítas em Portugal

O grupo de jovens teólogos que formaram a Companhia de Jesus foi recomendado a D. João III por Diogo de Gouveia, reitor do Colégio de Santa Bárbara, e, em 1540, a pedido deste rei, foram para Lisboa os jesuítas Francisco Xavier e Simão Rodrigues. Eles ficaram de início como professores dos príncipes, nos palácios reais. Em 1541 D. João III enviou para o

Oriente a Francisco Xavier, na esquadra do vice-rei da Índia, Martim Afonso de Souza (FERREIRA, 1966, p. 5-7). No ano seguinte Francisco Xavier escreveu, da Índia, uma carta a Jerônimo Nadal, seu contemporâneo na Universidade de Paris, falando de um seminário para a educação de meninos, fundado no ano anterior por dois sacerdotes seculares, e que posteriormente foi confiado aos jesuítas, com a denominação de Colégio de S. Paulo, base da futura Universidade de Goa (FERREIRA, 1966, p. 22 e GOMES, 1995, p. 28)

D. João III (que reinou de 1521 a 1557) fizera uma reforma de estudos em Coimbra para onde se deslocara a corte em fins da década de 20, fugindo da peste que grassava em Lisboa. Criara quatro colégios naquela cidade para instalação de estudantes e para lecionar os preparatórios. Em 1537 El Rei transferiu a Universidade de Lisboa para Coimbra. Na reforma de ensino feita por D. João III ficou clara a separação do ensino de base, preparatório, e o ensino superior ou universitário. Nos estudos menores repudiou-se o esquema de matérias distribuídas pelo trívio (Gramática, Retórica e Dialética) e quadrívio (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia), como nos tempos medievais (CARVALHO, 1996, p. 176, 182, 211, 213). Em 21 de fevereiro de 1548, com o auxílio de André Gouveia, diretor do Colégio de Santa Bárbara de Paris, D. João III inaugurou o Real Colégio das Artes de Coimbra para o qual chamou mestres estrangeiros de renome, sobretudo do colégio da Guiena de Bordéus, que André Gouveia também dirigira; estes professores constituíram aí em Coimbra o grupo dos “bordaleses”. Foram admitidos ainda professores lusitanos, recrutados em Portugal onde já lecionavam, mas que formaram o grupo chamado

“parisiense” por serem antigos bolsistas do Colégio de Santa Bárbara em Paris. Este Colégio Real – ou Colégio das Artes – tinha aí o monopólio do ensino público, vez que determinação régia proibia o ensino das matérias professadas neste colégio em qualquer outro de Coimbra (TOBIAS, 1986, p. 34, NUNES, 1980, p. 62 e CARVALHO, 1996, p. 296).

D. João III cedeu em 1542 o mosteiro de Santo Antão, em Lisboa, para a instalação dos jesuítas em Portugal e eles aí criaram um colégio para os irmãos da companhia neste mesmo ano de 1542, aberto para o público em fevereiro de 1553; ainda este ano, em agosto, inaugurou-se em Évora o colégio do Espírito Santo, jesuíta, com caráter de escola pública, com mestres chamados do colégio de Coimbra. Este colégio teve a proteção do cardeal D. Henrique, irmão do rei, arcebispo de Évora desde 1540, que desejou fundar uma Universidade nesta cidade. Conseguiu de seu irmão a permissão da criação de uma cadeira de Filosofia ou Artes em Évora, instaurada em 1556, e solicitou ao papa permissão para criar uma universidade aí, tendo obtido, podendo lecionar-se aí todas as ciências, exceto: Medicina, Direito Civil e as partes contenciosas do Direito Canônico, que também eram excluídas do ensino ministrado pelos jesuítas nas *Constituições* elaboradas por Inácio de Loiola em 1550. A Universidade de Évora tinha quatro faculdades: Humanidades, Artes ou Filosofia, Teologia e Casos de Consciência (Teologia Moral). Era uma universidade eclesiástica, com a finalidade de formar teólogos; suas aulas se abriram em 1º de outubro de 1559. Estava submetida à autoridade dos jesuítas, em cujo colégio do Espírito Santo ela passou a funcionar (CARVALHO, 1996, p. 286-288, 293-295, 298/9, 307/8 e 310).

Os jesuítas criaram também em 1542, um Colégio em Coimbra (particular); seu 1º reitor foi o jesuíta espanhol de Valência, Diogo Mirão, que o dirigiu desde seu início em 1542 até maio de 1544 (CARVALHO, 1996, p. 296). Em 1º de outubro de 1555 os jesuítas substituíram André Gouveia na direção do Real Colégio das Artes de Coimbra, público, e, também eles, seguiam os métodos das Escolas de Paris (TOBIAS, 1986, p. 34). El rei concedeu ainda que este Colégio passasse a ser independente da Universidade de Coimbra e da jurisdição do seu reitor, governando-se apenas pelas leis da Companhia de Jesus. (CARVALHO, 1996, p. 298).

Plano pedagógico dos jesuítas

Inácio de Loyola, na parte IV das *Constituições da Companhia de Jesus* que terminou de redigir em 1556 (ano de sua morte), expôs o plano pedagógico que pretendia universalizar nos colégios da Companhia, indicando as disciplinas que deveriam ser estudadas. Por esta legislação escolar se moldaram inicialmente os estabelecimentos da Companhia no Brasil. Exigia cinco anos para Letras e sete para os estudos universitários de Filosofia e Teologia (CALMON, 2002, p. 76).

Na redação da parte IV das *Constituições*, Inácio de Loyola levou em conta as primeiras experiências pedagógicas de seus companheiros e estatutos de outras universidades que mandou recolher. Expressou aí os princípios pedagógicos jesuíticos e prometeu sua complementação por documento posterior, que veio a surgir mais tarde, com versão definitiva em 1599 (CASIMIRO, 2004, p. 123).

De fato, em 1581, na congregação que elegeu o padre Cláudio Aquaviva para Geral dos Jesuítas, nomeou-se uma comissão de 12 membros, encarregada de redigir definitivamente as normas pedagógicas da Companhia; a primeira versão ficou pronta em 1585, foi submetida à experiência de vários mestres e, por fim, foi impressa em 1598 em Nápoles e promulgada para todas as escolas da Companhia por circular de 8 de janeiro de 1599. Era a *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, mais conhecida simplesmente como *Ratio Studiorum* que prevaleceu, quase sem alteração até 1832. (CARVALHO, 1996, p. 331/2).

O Plano de estudos constava de três cursos: o Curso de Letras, o mais elementar; seguia-se o Curso de Filosofia ou Curso de Artes, e por fim o Curso de Teologia. O **Curso de Letras** visava a aquisição de uma expressão oral e escrita, elegante, correta e erudita, na língua latina e não na nacional. Dividia-se em três partes: Gramática, Humanidades e Retórica. Os estudos de *Gramática* se organizavam em três graus sucessivos: inferior, médio e superior, com classes anuais para cada grau. Os alunos tinham exercícios diários de escrita e composição, na aula e fora dela. A Gramática adotada era a *De Institutione Grammatica Libri Tres* do jesuíta Manuel Álvares, impressa pela primeira vez em Portugal no ano de 1572, e que ainda se usava no séc. XIX, adotada em toda a Europa para o ensino da língua latina. Em *Humanidades* visava-se adquirir a beleza da arte e explorava-se a poesia e a prosa dos grandes autores latinos, incluindo o estudo da História, utilizando-se nas aulas seleções de textos latinos, expurgados das palavras que os pedagogos jesuítas entendiam ser prejudiciais à formação moral e intelectual dos estudantes. Na *Retórica* pretendia-se atingir a eloquência persuasiva e comovedora do estilo e adotava-se o *De Arte*

Rhetorica Libri Tres ex Aristotele, Cicerone & Quintiliano praecipue de prompti, do jesuíta Cipriano Suárez, editado em Coimbra em 1562 e reeditado em 1575 e 1583, usado até o séc. XVIII. No final deste curso, a *Ratio Studiorum* propunha que se ministrassem conhecimentos ‘úteis e eruditos’ de Cronologia, História, Geografia, Usos e Costumes, Mitologia e Tecnologia. Possivelmente durava dez anos ao todo este Curso de Letras (CARVALHO, 1996, p. 334-341). A Retórica tornou-se, na situação pós-tridentina, uma das principais disciplinas do ensino jesuítico, generalizando-se em Portugal como modelo para todas as práticas de representação, ao menos até fins do séc. XVIII. Deveria dar conta de três coisas essenciais que, para a época, resumiam e normalizavam toda a educação: os preceitos, o estilo e a erudição, segundo especificava o *Ratio Studiorum* (HANSEN, 2000, p. 26).

O **Curso de Filosofia ou de Artes** seguia-se ao de Letras, que lhe era indispensável preparatório. Aí estudava-se, com a duração de três anos e sete meses, a Dialética, a Lógica, a Física e a Metafísica. Para evitar que o professor ditasse a matéria, o jesuíta Jerônimo Nadal, quando veio em 1561 a Portugal como visitador dos colégios, determinou que fosse redigido um Curso de Filosofia encarregando disto dois jesuítas portugueses e dois espanhóis; a obra ficou pronta no fim dos quinhentos, década de 90, com seis volumes e o título comum de *Comentários* (aos livros de Aristóteles); publicou-se também em 1593, a obra de Aristóteles *Moral a Nicômaco*. O conjunto destas obras didáticas ficou sendo conhecido como “Curso Conimbricense” e os jesuítas, seus autores e divulgadores, designados por conimbricenses. (CARVALHO, 1996, p. 341-352).

O Curso de Teologia era o mais elevado nível de preparação alcançada nos Colégios da Companhia de Jesus. Tinha a duração de quatro anos, e nele se estudavam Teologia Escolástica, Sagrada Escritura, Hebreu e outras línguas orientais e a Casuística ou “Casos de Consciência”. O autor seguido era São Tomás de Aquino. Os alunos mais capazes e com perspectiva de se tornarem lentes de Teologia, freqüentavam o Curso por mais dois anos (CARVALHO, 1996, p. 352-353).

Inácio de Loyola seguia os ideais dos estudos humanistas, alicerçando-os na filosofia aristotélica, tal como fora interpretada por Tomás de Aquino (GILES, 1987, p. 134). No plano de estudos, os programas enfatizavam as Humanidades, pelo estudo do Latim e do Grego, e a formação literária e oratória, apoiada no conhecimento progressivo dos autores antigos. História, Geografia, Ciências físicas e matemáticas tinham seu lugar desde o séc. XVI, representando a erudição, ao lado da eloqüência. Mas eram sempre ligadas ao estudo dos autores antigos e tomavam menos tempo dos alunos, tendo um papel relativamente secundário face aos estudos literários clássicos. O humanismo cristão nos colégios jesuítas, na sua forma católica, assim se apresentava no fim da Renascença pedagógica, com suas qualidades e suas fraquezas evidentes: Disciplina, progressão dos estudos feitos em latim, humanidades clássicas, formalismo literário, cuidada formação dos mestres; o essencial já estava presente (DEBESSE, 1974, p. 216). E mais:

A educação e o ensino se pautavam por princípios que, *ipsis litteris*, não prevaleciam *extra muros*... Intra ou extra *muros*, a linguagem e a interpretação eram as mesmas. Não havia percepção de incoerência entre discurso e prática. Era

natural que os interesses de vida determinassem a prática e que a explicação lhe fosse consentânea. Implantava-se, assim, culturalmente, o formalismo pedagógico (PAIVA, 2000, p. 47)

Desde 1546 os Colégios jesuítas admitiam estudantes externos e que não pretendiam tornar-se jesuítas. Os que tinham este último desígnio, eram obrigados a cumprir certas regras e seguiam os Cursos até o final do de Teologia; os seculares podiam terminar seus estudos após o Curso de Letras ou o Curso de Filosofia, conforme o que pretendessem fazer depois. No ano de 1548, atendendo ao pedido da cidade de Messina, na Sicília, os jesuítas fundam um colégio para instrução aos externos. O reitor do colégio de Messina, Jerônimo Nadal (1507-74) elaborou em 1551 um Programa de Estudos que serviu, de início, como modelo para outras escolas da Companhia de Jesus (GILES, 1987, p. 135 e CARVALHO, 1996, p. 353).

Formação de professores

À Ordem dos Jesuítas se deve atribuir também a introdução da prática de formação de professores. Como julgassem que os métodos de instrução deviam ser absolutamente uniformes para todos os mestres, para garantir tal eficiência, os professores deveriam ser treinados com precisão.

Assim, em 1550, foi fundado em Roma o *Colégio Romano* destinado a formar professores e que recebia relatórios das experiências realizadas em todas as partes do mundo. Este Colégio foi muito admirado por Montaigne, quando visitou a Itália. Tornou-se uma verdadeira “central pedagógica”, graças à qual os jesuítas puderam empreender uma metódica implantação de

colégios em toda a Europa, no quadro da Contra-Reforma.

Depois, também em Roma, foi criado o *Colégio Germânico*, que se especializou na preparação de padres para as missões na Alemanha (onde havia muitas escolas mantidas pelos príncipes ou pelos municípios e forte influência protestante) (EBY, 1976, p. 96, DEBESSE, 1977, p. 212 e 214, e ARANHA, 1996, p. 92).

Vinda dos jesuítas para o Brasil e sua instalação na Bahia

Desde 22 de abril de 1500 – no governo de D. Manuel, o Venturoso – Pedro Álvares Cabral tomara posse oficial das terras a oeste das Ilhas Cabo Verde que, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, deveriam pertencer a Portugal. Seu filho e sucessor, D. João III, dividira em 1534 o território da *Terra Brasilis* (nome com que aparece em 1519 no mapa de Lopo Homem) em capitanias hereditárias, doadas a fidalgos para que a povoassem e cultivassem. No ano de 1548 El rei resolveu, para facilitar a comunicação dos capitães donatários com a Coroa nos múltiplos casos em que isto era necessário, criar o Estado do Brasil, nomeando como primeiro governador Geral a Tomé de Souza, encarregado de escolher, na capitania da baía de Todos os Santos², um local defensável para construir a cidade que serviria de capital desta nova unidade administrativa.

² Seu donatário falecera em 1846, e os filhos não quiseram dar continuidade à ocupação, razão pela qual o rei retomou para a Coroa a capitania, estrategicamente situada no meio da vasta costa da América portuguesa.

Acompanhando a armada de Tomé de Souza, d. João enviou os padres jesuítas: Manuel da Nóbrega, que vinha como superior deles; João de Aspilcueta Navarro, Antonio Pires e Leonardo Nunes, mais os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Este último foi, no dizer de Alberto Silva (1953;34), o primeiro mestre particular de instrução primária que tivemos no Brasil. Antes mesmo da conclusão da cidade do Salvador, construída em 1549, o irmão Vicente Rodrigues ou Rijo³ já ensinava doutrina aos meninos e tinha escola de ler e escrever ainda na povoação do Pereira, vila criada em 1535 pelo falecido capitão donatário Francisco Pereira Coutinho. Mais tarde chegou o padre secular Manuel Lourenço, prior da igreja da nova cidade.

Os jesuítas ajudaram a construir com suas próprias mãos a única igreja dentro dos muros fortificados da recém criada cidade do Salvador: a de Nossa Senhora da Ajuda, ao lado da qual construíram uma casa, onde se abrigavam na cidade. Esta igreja serviu logo de paróquia e – quando o Brasil se tornou um bispado em 1551, chegando no ano seguinte o primeiro bispo, e até que se construísse a nova Sé – de primitiva sede do bispado; era conhecida muitas vezes como a “Sé de Palha”, por ter sido construída de taipa de mão e coberta de palha (SAMPAIO,1949, p.190). Com a chegada de d. Pero Fernandes Sardinha, nosso 1º bispo, não só a Sé, como também a casa dos jesuítas mudaram-se da igreja da Ajuda para outras construções maiores e mais apropriadas, em terrenos fora dos muros da primitiva cida-

³ Assim também chamado por ser filho de Antonio Rijo e irmão do padre Jorge Rijo (SILVA,1953, p. 34, nota 1).

de, doados para estes fins específicos, pelo governador Tomé de Souza.

Nóbrega enviou logo para a capitania de Ilhéus Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome. O padre Antonio Pires funcionava como coadjutor de Nóbrega, com quem viajou depois para a capitania de Pernambuco (LEITE, 1993, p. 2).

A 1º de novembro de 1549 Nóbrega acompanhou Tomé de Souza em sua viagem ao sul, de inspeção da costa. Mandou para S. Vicente o padre Leonardo Nunes⁴, para aí fundar um colégio. Na volta, ficou um pouco em Porto Seguro com Diogo Jácome e voltou à Bahia em março de 1550.

Em expedição portuguesa comandada por Simão da Gama d'Andrade e chegada em 1550 à Bahia (SALVADOR, 1931, p. 54 e HESSEL/RAEDERS, 1972, p. 12), veio nova leva de religiosos. Quatro deles eram padres jesuítas portugueses: Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva e Salvador Rodrigues, e vieram também sete meninos do Colégio de meninos órfãos de Lisboa⁵, pedidos por Nóbrega para ajudar nas escolas e na catequese. Um dentre eles tornou-se mais tarde sacerdote: o padre João Pereira.

Nóbrega conseguiu obter do governador em 21 de outubro de 1550 uma sesmaria conhecida por “Água de Meninos”, para ajudar no trabalho e sustento de todos. (LEITE, 2004, v. I,

⁴ Ele compôs, em 1574, uma Doutrina, escrita na língua do Brasil e moldada pela que fizera em Lisboa o padre Marcos Jorge (MACEDO, 1918, p. 174)

⁵ Fundado pelo padre Pero Domenech em 1549, na Ribeira de Lisboa, em que recolhia moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes (MATTOS, 1958, p. 46-47)

p.15). Nóbrega encarregou o padre Salvador Rodrigues da primeira escola criada pelo irmão Vicente Rodrigues na vila do Pereira e transferida para Salvador. Vicente Rijo, como também era conhecido o primeiro mestre-escola, estava com a saúde abalada e foi enviado a Porto Seguro a ver se melhorava, com a mudança de ares, da sua otite e dores de cabeça freqüentes.

No ano seguinte chegaram vinte novos órfãos de Lisboa, com bulas para se ordenar confrarias; os órfãos foram repartidos entre os colégios de Salvador, Espírito Santo e São Vicente, passando de 1551 em diante, a escola da Bahia a designar-se *Colégio dos Meninos de Jesus*, entidade jurídica com bens imóveis e de raiz. Nesta confraria a direção espiritual e docente ficava a cargo dos jesuítas, mas os bens, móveis e imóveis, e toda a administração temporal, era confiada a uma comissão de seculares incumbida de zelar pelos interesses temporais da Confraria dos Meninos (MATTOS, 1958, p. 46 e 50).

Em 1551 Nóbrega foi com o padre Antonio Pires para Pernambuco, onde fundou um Recolhimento de moças e iniciou uma Casa de Meninos. Deixou aí o padre Antonio Pires e retornou em 1552 a Salvador, consolidando o Colégio dos meninos de Jesus (FERREIRA, 1966, p. 32,39 e LEITE, 1993, p. 6).

Quando, em 1552, chegou à Bahia o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, ficou de início no colégio dos padres jesuítas, mas logo entrou em conflito com eles pela forma com que tratavam os indígenas, que não lhe parecia correta.

Nesse ano, em viagem ao sul, Nóbrega se entendeu com colonos de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo para dar início à construção de colégios. Em Porto Seguro já o padre Navarro tinha organizado um externato e, no Espírito Santo, o padre Afon-

so Brás fundaria o colégio e organizaria a confraria dos meninos (MATTOS, 1958, p. 82)

No ano de 1553 chegou ao Brasil o segundo governador geral, D. Duarte da Costa, e com ele mais sete jesuítas: os padres Luís da Grã, Lourenço Brás e Ambrósio Pires, e os irmãos José de Anchieta (com 19 anos de idade), Antonio Blasques, João Gonçalves e Gregório Serrão (FERREIRA, 1966, p. 41).

Neste mesmo ano de 1553 a Companhia de Jesus decidiu constituir o Brasil em Província, desvinculando-o da Província de Portugal, a que esteve inicialmente ligado. E Inácio de Loyola nomeou o próprio Manuel da Nóbrega (1517-1570) como o primeiro Provincial. Ele ficou neste posto até 1559, quando o transmitiu ao padre Luis da Grã (1523-1609), em São Vicente.

O ensino formalizado em escolas e colégios

A vertente da educação jesuítica mais empregada na Europa, porém também utilizada nas novas terras descobertas, foi a de colégios destinados à educação de líderes, da elite, abrangendo, além das escolas elementares, o ensino considerado hoje dos níveis secundário e superior (MONROE, 1988, p. 184).

Quanto às escolas elementares, as primeiras a serem criadas, podemos relacionar de início a do irmão Vicente Rodrigues que, tão logo a cidade Salvador foi construída, transferiu para ela a escola de ler e escrever que estabelecera ainda na vila do Pereira.

Depois da chegada dos órfãos vindos de Lisboa, Nóbrega se preocupou com a organização do Colégio dos Meninos de

Jesus, já funcionando em 1551. Em 1552 eram três as escolas de instrução elementar existentes na América portuguesa: a da Bahia, a de S. Vicente e a do Espírito Santo, sendo as duas primeiras com aulas de Latim e gramática portuguesa, tendo, portanto, alguns sinais tendentes a escola secundária. Em 1554, com a chegada de Nóbrega lá, o colégio de S. Vicente foi transferido para Piratininga (MOACYR, 1936, v. I, p. 10/11), onde foi primeiro mestre Antonio Rodrigues, que conhecia a língua dos índios (LEITE, 1993, p. 40). Em Piratininga, Anchieta ensinava uma aula de gramática latina, em três classes diferentes, além da existente escola de primeiras letras onde o irmão Antonio Rodrigues⁶ ensinava os meninos a ler e escrever, e alguns a cantar, pois era exímio tocador de flauta (MATTOS, 1958, p. 83, FERREIRA, 1966, p. 40 e LEITE, 1993, p. 42).

Nóbrega pretendia fundar grandes recolhimentos onde se educassem os mamelucos (filhos de branco com índias), os órfãos e os filhos dos principais da terra para catequizá-los e ensinar-lhes a vida civilizada. Não podendo juntar aí todos os curumins indígenas, aceitavam-se apenas os filhos dos principais caciques. Isto servia para o sossego dos habitantes das vilas onde estavam os colégios e eram bom salvo-conduto para os missionários jesuítas em suas extensas viagens de catequese

⁶ Fora durante 18 anos soldado dos exércitos de Espanha na América do Sul e como tal assistiu à fundação das cidades de Buenos Aires e Assunção, acompanhou Irala através do Chaco e foi pelo Rio Paraguai ao centro do Brasil com Ribera. Tornou-se jesuíta em 1553, aceito por Nóbrega na aldeia de Piratininga. Era profundo conhecedor da língua tupi-guarani. Foi um dos fundadores de São Paulo no sul, esteve nas aldeias da Bahia e faleceu no Rio de Janeiro, em 1568 (FERREIRA, 1966; 40)

direta pelas aldeias do interior do país. Os curumins, quando adquiriam o domínio da língua portuguesa, começavam a estudar catecismo da doutrina cristã, e a ler e escrever; segundo os pendores, também canto orfeônico e instrumentos musicais. Concluídos os estudos elementares, iriam para o aprendizado de ofícios mecânicos e os mais dotados e com inclinação para os estudos, passariam para a aula de gramática latina, que correspondia a um curso secundário. Os que se distinguiam nesta última, podiam ganhar uma viagem aos colégios europeus de Coimbra ou Espanha e, eventualmente, recrutar-se-ia entre eles vocações sacerdotais (MATTOS, 1958, pp.84-86).

E no nível médio, Nóbrega conseguiu a introdução de uma disciplina profissional e outra de princípios práticos de lavoura, matérias supressas, no entanto, depois de sua morte (TOBIAS, 1986, p. 66).

Nóbrega tinha na metrópole um grande advogado e protetor do seu plano educacional: o Padre Mestre Simão Rodrigues, confessor predileto de D. João III.

Simão Rodrigues fora também o fundador e primeiro provincial da Companhia de Jesus em Portugal. Em 1552, porém, surgiu sério desentendimento entre Simão Rodrigues e Santo Inácio, que o substituiu no provincialato de Portugal pelo padre Diogo Mirão e enviou-o, contra sua vontade, ao reino de Aragão, proibindo-o de voltar a Portugal. Esta atitude drástica de deposição do fundador da Ordem em Portugal levou a graves dissensões internas dentro da Companhia de Jesus, sobretudo em Coimbra, tendo alguns padres abandonado a Ordem.

O novo provincial não aprovava vários itens da política de Nóbrega, como fundar confrarias de escolares com autonomia

financeira e administrativa sobre bens temporais. A Companhia de Jesus pretendia enriquecer seu patrimônio cultural com sólidos bens de raiz, não se dispondo a cedê-los a instituições autônomas que pudessem, no decorrer do tempo escapar de sua alçada. Luís da Grã foi o emissário de Diogo Mirão no Brasil e em fins de 1553 recebeu-se a comunicação de que Santo Inácio, aceitando a sugestão de Diogo Mirão, decidira que a Companhia não deveria aceitar o encargo de instituições de órfãos. Isto visava atingir diretamente o orfanato de Lisboa, fundado pelo padre Pedro Domenech, mas era extensiva aos Recolhimentos do Brasil. A esperança de Nóbrega estava agora no rei, que lhe era simpático por causa do seu confessor Simão Rodrigues, mas el rei morreu em 1557. As Constituições da Companhia, promulgadas em 1556, também proibiam a manutenção de internatos para educandos leigos não candidatos ao ingresso na companhia. Fechou-se o Recolhimento da Bahia e seus bens foram incorporados à Companhia de Jesus (MATTOS, 1958, p. 103-106 e 110-112).

Os colégios passaram a funcionar como externatos para os filhos dos moradores, habitando os alunos com seus pais ou tutores. Apenas em fins do séc. XVII o padre Alexandre de Gusmão iniciou um movimento de internatos, fundando o Seminário de Belém da Cachoeira no ano de 1686, que chegou a contar com 80 estudantes, e o qual ele criteriosamente regeu até o ano de 1700 (MACEDO, 1918, p.175 e LEITE,1993, p. 42)

Na Bahia, foi no ano de 1553 que se teve a primeira classe de Latim, ensinada pelo irmão Antonio Blasques, chegado com a expedição de Duarte da Costa, em companhia de Luís da Grã e do também irmão José de Anchieta. Latim já fazia parte do

curso mais elevado de Humanidades ou Letras Humanas, que incluía também Grego, Gramática, Poesia e História. O curso de Latim teve continuidade até 1560 quando, por falta de estudantes, teve as aulas suspensas (FERREIRA, 1966, p. 68/9). Uma hipótese para esta falta de alunos foi levantada por Mattos (1958, p. 56/7) quando julgou que aparentemente os meninos indígenas e mamelucos estranharam a utilização do regime de palmatória – comum em Portugal e na Europa – que o irmão Blasques tentou introduzir, e abandonavam o colégio.

Nas capitânias onde havia colégios, além das primeiras letras e matemáticas elementares, os jesuítas ensinavam gratuitamente gramática latina, filosofia e teologia dogmática e moral. E no colégio da Bahia, também aulas de Retórica (D'AZEVEDO, 1892, p. 142). Os autores lidos nos colégios da América Portuguesa eram, em fins do séc. XVI, os mesmos do Colégio de Évora: obras de Cícero, César, Ovídio, Quinto Cúrcio e Sêneca, a *Eneida* de Virgílio, a *Arte da Gramática Latina* do padre Manuel Álvares, a *Arte da Retórica* do padre Cipriano Soares (HILSDORF, 2003, p. 9)

Na realidade, aqui na América Portuguesa, o ensino jesuítico de nível elementar – com as primeiras escolas fundadas para os gentios, mamelucos e filhos dos colonos nascidos no Brasil – era democrático, humano e procurava ser universalizado, pois visava salvar a alma de todos os segmentos da população. Já no nível médio, porém, transformava-se num ensino mais aristocrático, destinado a uma elite endinheirada que pretendia cursar as escolas superiores (TOBIAS, 1986, p. 42). Isto no período de Nóbrega. Depois de sua morte, em 1570, sua orientação ainda continuou por uns 10 anos, sendo depois modificada, por orien-

tação de autoridades jesuíticas da Metrópole, e passou a ser, mesmo no nível elementar, uma educação segregadora do índio e do pobre (TOBIAS, 1986, p. 47).

No ano de 1604 os jesuítas criaram uma Residência na vila de Ilhéus, mantendo sempre escola de ler, escrever e contar. Em 1760 a “Casa de Ilhéus” já tinha aula de Humanidades, que se firmou definitivamente depois na segunda década do século XVIII (MOURA, 2000, p. 43).

Em Porto Seguro, onde os jesuítas já haviam trabalhado, restabeleceu-se em 1621 uma Residência da Companhia de Jesus, onde se abriu uma escola de ler, escrever e contar e se começaram estudos de Humanidades. Havia a esperança de se tornar colégio, mas não houve alunos suficientes e os alunos daí quando desajassem, seguiam seus estudos em Salvador (MOURA, 2000, p. 43/4).

No ano de 1686 abriu-se em Belém da Cachoeira, no Recôncavo Baiano um seminário com internato onde os alunos seriam instruídos no curso de Humanidades e educava para a piedade cristã. Constituiu-se no primeiro colégio interno no Brasil (MOURA, 2000, p. 45)

Educação feminina

Apesar de não ser comum na época nem mesmo na Europa, o ensino para meninas foi objeto de cogitações do padre Manuel da Nóbrega. A iniciativa partiu, na realidade, de grupos dos próprios indígenas que lhe solicitaram escolas para as suas filhas também. Nóbrega recebeu bem o pedido e se mobilizou

para conseguir interessar as autoridades neste sentido. Teve algum sucesso com o governador e autoridades já residentes em terras brasileiras, mas não conseguiu a mesma aceitação na metrópole.

Com a morte de D. João III em 1557 – tendo como herdeiro apenas seu neto, D. Sebastião, que contava apenas três anos de idade – ficou de início como regente a rainha viúva, Catarina de Áustria, irmã do imperador Carlos V⁷. A Rainha, apesar de ser mulher, nem sequer respondeu às solicitações de Nóbrega a respeito da educação para as meninas. A idéia era demasiadamente nova, pois nem mesmo em Portugal existiam na ocasião escolas especificamente femininas.

Apenas em 1815 foi efetivada na cidade de Lisboa, a criação de escolas para o sexo feminino (TOBIAS, 1986, p. 45). Elas já haviam sido preconizadas por decreto de 31 de maio de 1790 da rainha D. Maria I, que criara lugares de mestras de meninas em Lisboa, só concretizados 25 anos depois (CARVALHO, 1996, p. 492).

Dotações régias para manutenção dos colégios

Em 1564 no reinado de D. Sebastião – em regência do Cardeal D. Henrique, seu tio-avô – baixou-se uma provisão

⁷ Por pressão popular ela acabou renunciando à regência em 1562 em favor do único irmão de D. João III ainda vivo: o cardeal D. Henrique (1512-1580), que, ao contrário da rainha viúva, defendia a não ingerência espanhola nos assuntos portugueses. Ele foi regente de 1562 a 1568, quando D. Sebastião foi declarado maior de idade e assumiu o trono. (SARAIVA, 1999, p. 166)

mediante a qual a Companhia de Jesus deveria receber a redízima das rendas de El Rei na colônia brasílica para a manutenção do Colégio de Salvador na Bahia, para 60 religiosos da Companhia de Jesus e para a residência dos padres jesuítas nos aldeamentos indígenas da Bahia (MATTOS, 1958, p. 135, FERREIRA, 1966, p. 69 e LEITE, 1993, p. 33)

Em 15 de janeiro de 1565, outra provisão régia mandava fundar novo Colégio na Capitania de S. Vicente ou outro lugar ao sul, na mesma base que o da Bahia, só que para 50 religiosos (LEITE, 1993, p. 33/4). Em 11 de fevereiro de 1568 foi assegurada a redízima das capitanias do sul da colônia para o mantimento dos missionários na recém fundada cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e, em 6 de janeiro de 1576, idêntica providência foi tomada para a manutenção dos religiosos jesuítas da vila de Olinda. Em 1572 os colégios da Bahia e do Rio de Janeiro⁸ já possuíam quintas aprazíveis para os religiosos e seus alunos passarem férias e feriados semanais das quintas-feiras. Iniciava-se para os jesuítas um período de maior segurança financeira, estabilização das atividades realizadas e conforto pessoal. O primitivo ardor apostólico foi sendo substituído pela rotina, os estudos perderam o contato com as realidades imediatas e tornaram-se mais acadêmicos e especulativos (MATTOS, 1958, p. 135, 138/9 e 141)

⁸ O colégio fora fundado em fins de 1549 por Leonardo Nunes em S. Vicente, transferido em 1554 para S. Paulo de Piratininga com a presença de José de Anchieta, foi trazido de volta para S. Vicente em 1561 e foi mudado em 1567 para o Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1964, p. 503-504)

Ampliação dos cursos

Com a dotação régia garantida, os jesuítas puderam ampliar seus trabalhos escolares. O Curso de Artes ou de Filosofia, mais avançado que o de Letras ou Humanidades, começou a funcionar na Bahia em 1572, sendo seu primeiro lente o Padre Pedro Gonçalo Leite, recém chegado de Lisboa. Este curso tinha a duração de três ou quatro anos, em geral. O primeiro grau acadêmico conferido foi o de Bacharel em Artes em 1575 (FERREIRA, 1966, p. 70, SILVA, 1956, p. 39 e LEITE, 1993, p. 51).

A graduação dos primeiros Mestres de Artes do Brasil ocorreu em 1578, com solenidade semelhante à que se seguia no colégio de Évora, em Portugal, regido pelos jesuítas desde 1553. Nova diplomação festiva de 12 alunos ocorreu em 2 de julho de 1590, assistida pelo bispo D. Antonio Barreiros, tendo ambas sofrido reparos por serem consideradas pretensão de se tornar universidade. Em 1592, segundo o padre Marçal Beliarte, Provincial no Brasil de 1587 a 1594, 19 alunos concluíram o curso “com grande exatidão, como se pudesse fazer em qualquer universidade”. Ele procurou com todo empenho elevar a cultura literária e científica nos colégios, mandou vir livros de Portugal e deu todo o brilho aos estudos no colégio da Bahia, que ele teria transformado em universidade, se lho tivessem permitido (SILVA, 1963, p. 40, SILVA, 1956, p. 77-78, LEITE, 1993, p. 51, LEITE, 2004, v. I, p. 376 e CALMON, 2002, p. 76). O Padre Pedro Rodrigues, Visitador de Angola, em trânsito na Bahia neste ano de 1592, desaprovou o procedimento do padre Marçal Beliarte conferindo graus acadêmicos no Colégio

do Terreiro. Seria necessário antes, dizia ele, elevá-lo à Universidade, embora ele achasse que, pelo número de aulas e estudantes, não tinha categoria para isso. Pedro Rodrigues veio depois para o Brasil como Provincial da Companhia, mas não conseguiu elevar o Colégio do Terreiro à condição de Universidade. Obteve, contudo, cerca de 1597, a permissão legal de Roma para conferir graus acadêmicos, que antes se pensara ser consequência da criação de uma universidade aqui na Bahia (SILVA, 1956, p. 79 e 84).

No ano de 1575 o colégio do Terreiro de Jesus, na Bahia, contava com 120 alunos, dos quais 70 na escola elementar e 50 nos cursos mais adiantados. No final do século, em 1599, exatos 50 anos depois de aqui chegados os jesuítas, o colégio de Salvador contava com 216 alunos, 120 no nível elementar e 96 nos mais adiantados (SILVA, 1956, p. 19)

Também o curso de Teologia iniciou-se em Salvador no ano de 1572, sendo aberto para alunos externos em 1575. A partir de 1577, com a reorganização do colégio de Salvador, passaram também a freqüentar as aulas de Latim os capelães da Sé, ou seja, os seminaristas do clero secular (HOONAERT/AZZI, 1992, p. 194).

A 13 de maio de 1583 chegaram à Bahia o Padre Visitador, Cristóvão de Gouveia, e seu secretário, o padre Fernão Cardim, para conhecer o estado da nova Província jesuítica. Estiveram na Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Eles trouxeram para a Bahia, como relíquia, a cabeça de uma das ditas Onze Mil Virgens (HESSEL/RAEDERS, 1972, p. 22-23 e 27).

O primeiro professor de Teologia em Salvador, entre 1576 e 1582 foi o padre Miguel Garcia (1550-1614) que se juntara a Gonçalo Leite, 1º professor de Artes no Brasil, contra a escravidão existente no próprio colégio da Companhia de Jesus. O padre Garcia escreveu carta ao Geral Aquaviva, datada de 26 de janeiro de 1583, sobre a liberdade dos índios, de que era defensor, e se insurgindo contra a multidão de escravos que tinha a Companhia na Bahia. Tal carta provocou confusão. O visitador Cristóvão de Gouveia consultou a Mesa de Consciência, moralistas e dogmáticos no reino e foram todos de parecer que poderia haver cativeiros justos, razão pela qual Garcia foi considerado pelo visitador como “mui afligido de escrúpulos” e reenviado a Portugal no dia 25 de julho de 1583. O padre Gonçalo Leite teve de voltar à Europa em 1586 pela mesma razão (HOONAERT, 1974, p. 60 e LEITE, 2004, v. I, p. 296-297).

Em Portugal, os jesuítas eram responsáveis por ensinar Latim e Filosofia no Colégio de Artes, a escola preparatória obrigatória para ingresso nas faculdades da Universidade de Coimbra, e a única outra universidade existente em Portugal, a de Évora, era uma instituição jesuítica. E ainda, no império ultramarino de Portugal os jesuítas haviam sido a força dominante desde os inícios da expansão portuguesa, contando de fato praticamente com o monopólio do ensino nas províncias ultramarinas lusitanas. No Brasil, quase toda a educação secundária se fazia nos colégios jesuítas (MAXWELL, 1996, p. 13)

A rotina escolar

As aulas do Colégio da Bahia de início duravam quatro horas diárias, divididas em dois turnos, matutino e vespertino, com 120 minutos de aula em cada período. A partir de 1578 acrescentou-se mais uma hora ao total de horas-aulas diárias, ficando as sessões matutinas e vespertinas com a duração de duas horas e meia cada, começando no verão às 8 horas da manhã, e no inverno às 9. (SILVA, 1956, p. 41)

O ano escolar se abria no início de fevereiro, com festa religiosa no dia 2, dia de N. Sra. da Purificação ou da Candelária, festa acadêmica no dia 3, dia de S. Brás, e aulas no dia 4 (LEITE, 1993, p. 54).

O método de ensino dos jesuítas baseou-se de início nas Constituições de 1556 e, a partir de 1599, na *Ratio Studiorum*. Compunha-se de cinco etapas bem definidas: 1) a **Preleção** – uma explicação do que o aluno deverá estudar, introduzindo o texto do ponto de vista gramatical, literário e histórico (LARROYO, 1979, p. 382 e FRANCA, 1986, p. 17). 2) a **Contenda** – em que se despertava o debate entre os alunos para destacar os pontos essenciais do texto. Praticava-se a emulação, tendo cada aluno um oponente com quem discutia os temas do ensino; 3) a **Memorização** – buscando a retenção dos pontos salientes da lição e desenvolver a memória dos alunos; 4) a **Expressão** – em que os alunos deveriam expressar suas idéias por escrito; nos graus inferiores apenas fazendo traduções de uma língua para outra: português tupi, latim-português; e nos graus superiores compondo trechos literários. 5) Por fim, a **Imitação** – em que se procurava adquirir o estilo literário dos

grandes autores clássicos, não descuidando a própria criatividade nem da prática de nobres ações (LARROYO, 1979, p. 382).

O método expositivo era, portanto dominante, e a aprendizagem era reforçada através de recapitulações, sabatinas, disputas semanais e anuais. Também se usavam festas, teatro, música, recreio e tertúlias, pequenas agremiações literárias que serviam para desenvolver a criatividade e estimular o interesse dos alunos (TOBIAS, 1986, p. 71). Era uma didática bastante ativa, em que os alunos eram sempre solicitados a realizar leituras, debates, redações, e com frequência interrogados sobre o tema em estudo. Havia distribuição de prêmios para aqueles que se sobressaíssem, mas, em contrapartida, seguia-se uma rígida disciplina, havendo inclusive punição física, aplicada quase sempre por um não jesuíta. A formação religiosa de cada aluno era também considerada fundamental.

Os jesuítas adotavam em seus colégios aspectos que eram característicos do *modus parisiensis* por terem vários de seus primeiros professores estudado em Paris. Eram principalmente quatro: 1) a divisão em classes dos estudantes da mesma disciplina, conforme a idade e o aproveitamento: *maiores*, *provectores*, *rudiores*; 2) a proibição dos alunos frequentarem arbitrariamente as aulas de vários professores; 3) as *repetições*, sem as quais eram quase inúteis as lições, os *debates públicos*; 4) o contato direto dos mestres com os alunos, para zelarem pela boa moralidade de sua conduta (NUNES, 1980, p. 55-56)

⁹ Em contraposição à educação científico-matemática de Platão, seguida no início da Idade Média por Santo Agostinho.

A educação jesuítica, afirma Tobias (1986,p.43/4), tanto dos padres quanto dos fiéis, sintetizava tudo de bom conseguido pela educação tradicional, porém na linha da educação literária de Isócrates⁹, e da primeira educação cristã. Para Isócrates, diz ele, o início da educação física e intelectual estava no curso primário e o ensino médio era o lugar da educação literária, ministrada, sobretudo, através da leitura dos autores clássicos. O cristianismo em seu início optou por esta formação clássica que tocava de forma mais direta e profunda nos problemas da Filosofia, Teologia, Sagradas Escrituras e formação religiosa. Os jesuítas colheram esta tradição clássico cristã, passada por modernização uma pedagógica aprendida sobretudo através da Universidade de Paris, e que, depois, através da Universidade de Coimbra, veio formar a primeira educação cristã no Brasil.

Manifestações de preconceito

No ano de 1579 o superior geral dos jesuítas, Everardo Mercuriano, emitiu uma proibição quanto à recepção na Companhia dos nascidos na terra do Brasil. Isto provocou uma manifestação do visitador dos jesuítas no Brasil, Cristóvão de Gouveia, a 1º de novembro de 1584, expondo ao Padre Geral o trabalho profícuo dos filhos de portugueses (certamente com índias e, portanto, mamelucos) que, não só tinham mais disposição para o trabalho e sacrifício, como obtinham excelentes resultados no trabalho de evangelização e catequese por conhecerem melhor a língua dos indígenas. Também o provincial Pero Rodrigues confirmou, em carta de 9 de dezembro de 1594, os sentimentos de Gouveia, mas o novo superior geral, Cláudio

Aquaviva, reforçou a proibição do padre Mercuriano de que nenhum nascido no Brasil pudesse ser admitido na Companhia (HOONAERT/AZZI, 1992, p. 202/3).

E, apesar dos jesuítas catequizarem também os negros, no ano de 1688 o Colégio dos jesuítas em Salvador recusou a admissão de moços pardos, por considerarem-nos demasiado irrequietos e numerosos. Como nas Universidades de Coimbra e Évora todos pudessem cursar, os moços pardos recorreram ao rei e, a 9 de fevereiro de 1689, D. Pedro II, em carta datada de Lisboa, mandou admitir os moços pardos por se tratar de uma escola pública, mantida pela Coroa (através da redízima das rendas da Coroa, como visto) (LEITE, p. 1993, p. 52).

O preconceito racial continuou, porém, presente não só entre os jesuítas, mas em todo o reino. Em 1726 houve inclusive uma Ordenação régia vedando o exercício dos cargos municipais aos mulatos e aos brancos casados com mulheres de cor (OSÓRIO, 1979, p. 328).

Últimos colégios na Bahia

Em 1701 os jesuítas construíram um outro Colégio, o de **Nossa Senhora da Conceição**, na rua do Maciel de Baixo (hoje unido ao solar do Ferrão), transferindo para este prédio, em 1757, o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, criado

¹⁰ Depois da expulsão dos jesuítas funcionou neste local uma casa de educação, e, em 1909, o prédio abrigava o Centro Operário (QUERINO, 1909, p. 35 e 125-126). Hoje é a sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, IPAC

pelo arcebispo D. José Botelho de Matos, para a formação de futuros padres (AMARAL, 1921-1922, p. 271, nota 79)¹⁰.

A partir de fins do sec. XVII ocorreu no Brasil a criação de seminários eclesiásticos. A iniciativa pioneira coube ao jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), que no ano de 1686 fundou um Seminário em Belém da Cachoeira, com um espírito mais escolástico renovado do que o tridentino. Já no sec. XVIII, outro jesuíta, Gabriel Malagrida (1689-1761) procurou ativamente implantar seminários segundo o modelo tridentino. Em sucessivos acordos com o bispo D. José Botelho de Matos, um seminário foi criado na Bahia e confiado à direção dos padres da Companhia de Jesus. Já funcionava desde 1747, provavelmente nas dependências do colégio dos jesuítas no Terreiro, tendo sido transferido para uma casa própria em 1756, com o nome de Seminário de N. Sra. da Conceição. A perseguição e a expulsão dos jesuítas em 1759 fizeram este projeto (HOONAERT/AZZI, 1992, p. 199 e 287).

E em 1704 se havia fundado, em Salvador, o **Noviciado da Encarnação**, dos padres jesuítas, localizado em São Joaquim, em terreno doado pelo sertanista Domingos Afonso Sertão. A primeira pedra da igreja foi lançada em 1709. E a 21 de agosto de 1724 concluiu-se o edifício do Noviciado. Em 1728 foi inaugurada a Igreja de São Joaquim, anexa ao Noviciado jesuíta. Seu teto foi pintado por José Teófilo de Jesus.

Com a expulsão destes padres, o conjunto passou a pertencer ao Estado e o governador Conde da Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, com autorização de D. João VI, estabeleceu aí o Asilo de Órfãos dirigido por Joaquim Francisco do Livramento, conhecido por Irmão Joaquim. Este era natural

de Santa Catarina e veio à Bahia em 1803, instituindo com es-
colas o referido asilo, instalado de início nas casinhas da capela
de S. José do Ribamar ou dos Bem Casados, doada ao mesmo
órgão por carta régia do Príncipe Regente D. João de 24 de
outubro de 1807. O colégio de órfãos estabeleceu-se definiti-
vamente no prédio do Noviciado em 12 de outubro de 1825
(AMARAL; 1921-22, p. 412-413 e nota 131 p. 413).

No século XVIII fundou-se uma Faculdade de Matemáti-
ca no Colégio Jesuíta da Bahia e verificava-se nele um aumento
progressivo do número de alunos matriculados e frequentes até
1755, quando se manifestou a má vontade do Conde de Oeiras,
futuro Marquês de Pombal, contra os jesuítas (FERREIRA,
1966, p.137).

Nesta primeira metade do séc. XVIII a Companhia de Je-
sus se defrontou com a concorrência de uma outra Ordem reli-
giosa cujos mestres, mais “modernos”, foram criando ascen-
dência na vida cultural portuguesa, sob a aberta proteção de D.
João V: os Oratorianos.

Embora o sistema jesuítico fosse eficiente no controle da
personalidade humana por doutrinação, seu desprezo pela edu-
cação primária e elementar (as escolas jesuíticas só aceitavam
meninos a partir dos 10 anos de idade) ocorria numa época em
que se acreditava que as atitudes da criança eram determinadas
antes dos sete anos de idade. Foi, portanto, muito criticado e
considerado um elemento ultra conservador na evolução da edu-
cação moderna (EBY, 1976, p. 97)

Por todo o século XVIII vigoraram na Europa as novas idé-
ias do enciclopédismo e do iluminismo, com tendências anticatólicas

e antijesuíticas. Esta onda de forte laicismo do século das luzes repercutiu também no Brasil. Pombal, embebido das novas idéias sobre educação, quis reformar todo o ensino, laicizando-o, mas não conseguiu arranjar leigos suficientes para sequer manter a organização escolar criada aqui pelos jesuítas. A partir de finais do sec. XVIII uma série de leis, decretos e medidas foram pouco a pouco reduzindo todas as atividades dos religiosos em geral, chegando até à supressão de conventos e províncias (HOONAERT/AZZI, 1992, p. 21-22), o que diminuiu grandemente as possibilidades de se obter pessoas com boa formação para se tornarem professores nos vários níveis de ensino.

A perseguição do Marquês de Pombal

No início da segunda metade do sec. XVIII interesses diplomáticos de Portugal e Espanha na América do Sul e a nova definição de fronteiras traçada pelo Tratado de Madri de 1750 viram-se embaraçados pela existência de amplas missões indígenas lideradas pelos jesuítas em ambas as margens do rio Uruguai. A narrativa da campanha militar de Portugal e Espanha unidos contra as missões jesuíticas nesta área foi feita em um texto – a *Relação Abreviada*, publicado em português, italiano, francês, alemão e em inglês, e de que se distribuiu cerca de 20.000 cópias – que serviu como arma de propaganda contra a Companhia de Jesus, finalmente supressa pelo papa Clemente XIV em 1773 (MAXWELL, 1996, p. 20).

Também na região da Amazônia várias aldeias administradas jesuíticas estavam estabelecidas; eles gozavam de isenção

fiscal, o que provocava constantes conflitos com os administradores portugueses.

Além disso, os jesuítas preferiam separar os indígenas do contato não só com outros indígenas não cristianizados, como também dos colonos portugueses que pretendiam sempre escravizá-los. Pombal estava desejoso de povoar e explorar melhor as vastas regiões da América portuguesa e pretendia estimular o casamento entre indígenas e europeus para consolidar os territórios nacionais, o que entrava em confronto direto com a política jesuítica de separação dos índios cristianizados (MAXWELL, 1996, p. 72)

O colapso dos tratados de Madri constatados em 1761 provocou uma grande ofensiva espanhola para expulsar os portugueses da Colônia do Sacramento e das terras que eles haviam povoado ao sul da ilha de Santa Catarina na década de 1750 (MAXWELL, 1996, p. 134). Esta área estava sob a autoridade do Rio de Janeiro e, quando os espanhóis tomaram a Colônia do Sacramento, Pombal, além dos trâmites diplomáticos desenvolvidos na Europa, tratou de transferir a capital do estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, mais próximo da área de conflito e das minas de ouro que já estavam entrando em decadência, mas cuja diminuição de impostos era atribuída por Pombal ao contrabando.

Portugal tinha também objetivos europeus mais amplos e o conflito antijesuítico era um deles, que unia Portugal, Espanha e França no desejo de pressionar o papa a dissolver a Ordem, o que finalmente ocorreu em 1773 (MAXWELL, 1996, p. 134-135).

O marquês de Pombal ordenara a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759. Em 1764 eles foram expulsos da França por ordem do Duque de Choiseul, e em 1767 da Espanha, por ordem do Conde de Aranda (PONCE, 1995, p. 123, nota 41).

O retorno dos jesuítas

Depois que sua ordem foi extinta por breve de Clemente XIV (papa de 1769-1774), de 21 de julho de 1773, os jesuítas se refugiaram em conventos de outras ordens religiosas em países que não os hostilizavam. Em 1801 o imperador da Rússia, Paulo I (1754-1801, reinou desde 1796), filho da déspota esclarecida Catarina II, solicitou permissão para que os jesuítas, espalhados pelo mundo, pudessem se congregar neste país, o que o papa Pio VII (beneditino, papa de 1800 a 1823) concedeu, pelo breve de 7 de março deste ano de 1801. Este mesmo papa, em 1814, tornou oficial o restabelecimento universal da Companhia de Jesus através da bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, datada de 7 de agosto deste ano.

Em Portugal, no reinado absoluto de D. Miguel (que dera o golpe em 1828, fazendo voltar ao sistema absolutista, reinando até 1834), pediu-se autorização ao papa e, por decreto régio de 30 de agosto de 1832, voltou novamente a Companhia de Jesus a ter existência legal no país, sem porém lhes ser restituído os bens, propriedades, isenções, privilégios e prerrogativas que anteriormente lhes houvessem pertencido, nem se lhes dá direito algum para pedirem a sua restituição. Reinstalados em Portugal, voltaram os jesuítas a reger o afamado Colégio das Artes de Coimbra (CARVALHO, 1996, p. 543-544).

No Brasil os jesuítas voltaram a se estabelecer em 1845 em Santa Catarina, onde abriram um colégio. Em 1847 a pedido do Barão de Caxias abriram uma escola de latim em Porto Alegre que, além de seminaristas, recebia outros alunos. Em 1867 abriram o Colégio São Luiz Gonzaga em Itu, como internato. Em 1918 este colégio foi transferido para São Paulo. No mesmo ano de 1867 os jesuítas iniciaram o colégio São Francisco Xavier em Recife, Pernambuco, mas ele durou apenas até 1873, pois os inacianos apoiaram o bispo Dom Vital que se opusera ao imperador na questão religiosa e foram maltratados e expulsos. Em 1870 fundaram em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, o ginásio Nossa Senhora da Conceição, que foi em 1912 transformado em Seminário Provincial. No ano de 1886 fundaram o colégio Anchieta em Nova Friburgo como internato, que ficou famoso e até hoje existe, mas como externato. Em 1890 fundaram o Colégio Anchieta em Porto Alegre, em 1895 o Ginásio Gonzaga, em Pelotas e o colégio Sagrado Coração de Jesus na cidade do Rio Grande, que funcionou até 1911. No ano de 1903 foi a vez do colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro e, em 1905, o Colégio Catarinense, em Florianópolis. Só em 1911 é que jesuítas vindos de Portugal (que os expulsara novamente com o advento da república) criaram na Bahia a Província do Brasil Setentrional e fundaram o colégio Antonio Vieira em Salvador. Em 1917 foi a vez do colégio Nóbrega, em Recife. Mais tarde, em 1928, os inacianos criaram em São Paulo o colégio São Francisco Xavier (MOURA, 2000, p. 87, 88-89, 100-101, 114).

Referências bibliográficas

AMARAL, José Álvares. Resumo chronologico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500 escrito em 1880, revisto e anotado por J.Teixeira Barros. *Revista do Instituto Geografico e Historico da Bahia* n. 47, p. 71-559, 1921-1922.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. 2. ed. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996. 255 p.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 803 p. Parte Terceira: A transmissão da cultura.

AZEVEDO, M.D. Moreira d´. Instrução Pública nos tempos coloniais do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol. 55 parte II, p. 141-158, 1892.

BRESCIANI, Carlos s. J. (org.) *Companhia de Jesus: 450 anos a serviço do povo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1999. 239 p.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. Vol. 1. Espírito da sociedade colonial. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2002. 237 p.

CAMPOS, Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: MEC/Conselho Federal de Cultura, 1981. 536 p.

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 965p.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Elementos Fundamentais da Pedagogia Jesuítica. *Revista Educação em Questão* v. 20, nº 6, p. 107-129, mai/ago, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto: 1996. p. 55-83.

DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. *Tratado das Ciências Pedagógicas 2. História da Pedagogia*. Trad. Carlos Rizzi, Luiz Damasco Penna; HJ.B. Damasco Penna. São Paulo: Cia Ed. Nacional / EDUSP, 1977. 559 p.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto: 1996. p. 10-27.

DEL PRIORE, Mary (org). *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p.

DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo:Contexto,1999. 444p

EBY, Frederick. *História da Educação moderna*. Teoria, organização e Práticas Educacionais. Trad. Maria Ângela vinagre de Almeida.. 2ª ed. Porto Alegre: Globo/Brasília: INL, 1976. 633 p.

EDELWEISS, Frederico. *Ensaio biográficos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 1976. 141 p.

FERREIRA, Tito Lívio. *História da educação luso-brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966. 287 p.

FISCHER-WOLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas: – De Pedro a João Paulo II*. Trad. de Antonio Estévão Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1991. 381 p.

FRANCA, Leonel S. J. O *Ratio Studiorum* dos jesuítas. In: MAIA, Pedro, org. (1986) p.11-31.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São paulo, s/d. [1953]. 437 p.

FERREIRA, Tito Lívio. *História da Educação Luso-brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966. 287 p.

GILES, Thomas Ransom. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987. 304 p.

- GOMES, Joaquim Ferreira. *Para a História da Educação em Portugal*: seis estudos. Porto: Porto Editora, 1995. 126 p.
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 19-41
- HESSSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O Teatro jesuítico no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1972. 109 p.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135 p.
- HOONAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974. 140 p.
- HOONAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991. 181 p.
- HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. 4ª ed.* Petrópolis: Vozes/Paulinas, 1992. 442 p.
- LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. 3. ed. Trad. de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Mestre Jou, 1974-79. vol. 1, 1979. 487 p.
- LEITE, Serafim, S.J. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Braga, Portugal: Livraria A.I., 1993. 291 p.
- LEITE, Serafim, S. J.. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. 4 v.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.
- MACEDO, Fernando Pinto de, S. J. O Brasil Religioso. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* ano XXV, nº 44, p.139-186, 1918; nº 45, p.1-117, 1919; n. 47, p.1-140, 1922.

- MAIA, Pedro S.J. (org.) *Ratio Studiorum*: método pedagógico dos jesuítas. São Paulo: Loyola, 1986. 64 p. (Col. Fundamentos S.J.;1)
- MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil*: o período heróico (1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958. 306 p.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 201 p.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império*: subsídios para a História da Educação no Brasil, 1823-1853. 1º vol. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 614 p.
- MONROE, Paul. *História da Educação*. Nova tradução e notas de Idel Becker. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1988. 387 p. (Col. Atualidades Pedagógicas; 34)
- MOURA, Laércio Dias de, S.J. *A educação católica no Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Loyola, 2000. 311 p.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. A bipolaridade da educação jesuítica na Bahia colonial. *Revista da Academia Baiana de Educação*, V. 1 n. 5, p. 53-59, setembro de 1997.
- NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da Educação no Renascimento*. São Paulo: EPU / EDUSP, 1980. 232 p.
- OSÓRIO, Ubaldo. *A ilha de Itaparica*: História e Tradição. 4.ed. rev. e ampl. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 564 p.
- OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*: Os engenhos. Salvador: Bigraf, 1996a. v. 1.
- _____. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*: Os engenhos. Salvador: Bigraf, 1996b. v. 2.
- PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-59, 2000.

- PEIXOTO, Afrânio. *Livro de horas*. Rio de Janeiro: Agir, 1947; 323 p.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Trad. de José Severo de Camargo Pereira. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 196 p.
- QUERINO, Manuel. Theatros da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 35, p. 117-133, 1909.
- SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931; 632 p.
- SAMPAIO, Teodoro. *História da fundação da cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 295 p. Obra Póstuma.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Mem-Martins, Lisboa: Publicações Europa-América Ltda., 1999. 375 p.
- SILVA, Alberto. *A cidade d'El Rei: aspectos seculares*. Salvador: Arquivo Municipal, 1953. 203 p.
- _____. *Raízes históricas da Universidade da Bahia*. Salvador: UFBA, 1956. 150 p.
- _____. *A primeira capital do Brasil*. Salvador: Prefeitura de Salvador / Imprensa Oficial da Bahia, 1963. 267 p. Obra Póstuma.
- TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986. 349 p.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 275 p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1981. 3 vols.
- VIANNA, Francisco Vicente. A Bahia colonial. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* ano XVII v 36, p. 3-48, 1910.

Portugal perante as invasões napoleônicas

*João Sabido Costa**

Resumo

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil beneficia em ser analisada à luz do que foram as Invasões Francesas em Portugal, causa direta daquela transmigração. Nessa análise, será fundamental a confirmação (ou “desconfirmação”) da veracidade de uma série de idéias-feitas, algumas ainda prevaletentes na memória histórica portuguesa, eventualmente criadas, mesmo que de boa-fé, para justificar a posterior implantação em Portugal, a partir de 1820, de um regime “liberal”, contrário ao anteriormente vigente.

As Invasões Francesas de Portugal, registradas no início do século XIX, estiveram na causa da vinda para o Brasil da Corte Portuguesa, acompanhada por uma parte significativa do aparelho político e administrativo do país, fenômeno que por sua vez deu um impulso essencial ao desenvolvimento da nação brasileira, e à sua independência, em 1822.

Mas, afinal, em que consistiram essas “Invasões”, de que o Príncipe D. João tão pouco bravamente teria “fugido”? Qual

* Licenciado em Direito pela Universidade Católica de Lisboa. Cônsul-Geral de Portugal na Bahia

foi a sua duração, abrangência e efetividade? Por muito tempo, as teorias históricas, para além de salientarem a “cobardia” da Corte, deram a descrição de um Portugal desfeito, economicamente destruído, impiedosamente colocado sob o domínio das forças invasoras francesas, aguardando por uma libertação vinda das armas da Inglaterra.

São estranhos os fenômenos históricos. Repousam no inconsciente do nosso coletivo, até as interrogações do presente levantarem a necessidade de que eles sejam novamente repensados, revistos, deles se extraindo, perante novas circunstâncias, uma orientação, teórica, psicológica e prática para o futuro¹. Normalmente, os fatos históricos não se alteram, na nossa memória; o que muda, sim, é a sua perspectiva e a sua focagem. E em geral, a nossa atenção, mesmo quando captada através de estudos históricos inovadores, não abrange toda a dimensão de uma época, ou de um período². Isso seria impossível, tanto quanto no dia a dia é impossível a nossa captação e compreensão da totalidade que nos rodeia. A nossa atenção e interesses históricos são guiados para aspectos concretos do passado (para responder a novas questões dos tempos), prescindindo de se ocupar de outros que, mesmo conhecidos, se afiguram não carecer de avaliação ou reponderação³.

¹ Trata-se também de encarar o presente não como uma conseqüência inevitável do passado, mas como derivado de opções e contingências oferecendo alternativas que, questionadas, abrem novas perspectivas para o futuro.

² Como refere Borges de Macedo, a nossa visão do passado e do presente “é sempre incapaz de abranger toda a realidade, dentro da qual se gerou e lhe compete exprimir” (*O bloqueio continental*, 2.ed., Gradiva, 1990, p. 22).

³ Nesse sentido, “[...] a história continua a ser – como na frase de Heródoto – uma luta contra o esquecimento: para que se mantenha possível a análise da totalidade da experiência humana” (Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 27).

Diz, assim, Augusto Jorge Cury⁴: “A cada momento em que resgatamos e reconstruímos uma experiência do passado, nós o fazemos de maneira diferente [...]. Se não ocorressem esses mecanismos, gravitaríamos em torno das experiências do passado e não promoveríamos uma revolução na construção de novas idéias que estimulariam o processo de formação da personalidade e o processo de evolução da história social do homem”⁵.

A efeméride dos 200 anos da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil permitiu e proporcionou, deste modo, uma revisão do período histórico em que ela há dois séculos decorreu. Naturalmente, como já dito, essa atenção por uma determinada época nunca será completa, dependendo da perspectiva. No Brasil, as atenções focar-se-ão no fenômeno da chegada da Corte, na sua interação com os grupos sociais locais, as realizações levadas a cabo, a emancipação gradual do país da tutela da longínqua pátria que era Portugal. Em Portugal, naturalmente, as perspectivas serão diferentes. O que importará mais é a recuperação do significado e importância do ato de transmigração da Coroa, numa altura de especial dificuldade para o país, que muitas vezes a historiografia portuguesa, principalmente a romântica e liberal, tão acintosamente soube denegrir.

⁴ *Inteligência Multifocal* – análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores. 8 ed., São Paulo: Cultrix, 1998, p. 85.

⁵ O efeito do pensamento e da reflexão histórica pode ser, talvez, comparado com o que de outro modo Bill McKibben diz, em desfavor do “iPod”, sobre o “internet radio” (“Radio Free Everywhere”, “The Atlantic”, Dezembro de 2007): “The iPod shows you mainly what’s already going on in your mind – it’s cool, but only as cool as solipsism can ever be. I’ve got a way cooler device: a squat little box that [...] connects you to pretty much the entire Earth”.

Nesse sentido, as críticas à Corte, ao Príncipe e sua Mulher na historiografia portuguesa foram, muitas vezes, de uma afirmação tendencialmente retórica, face ao passado, por parte de uma sociedade em transformação, tanto nos seus aspectos intelectuais, como de organização social, econômica e política.

Por outro lado – tendência que muitas vezes permanece nos nossos dias – prevaleceu o desejo de um perfeccionismo na História, onde o que não era percebido como virtude era criticado e caricaturado. Como se a História pudesse ser escrita como um romance, em que há personagens “bons” e “maus”, uns dignos de louvor, outros de crítica e troça. Na realidade, embora a História possa ser inspiração de bons romances, a partir de um romance não se pode fazer História. Desde a origem do Mundo, nunca existiram sociedades completamente perfeitas e, embora elas devam – e possam – ser julgadas e criticadas⁶, não convirá que o sejam com base em critérios de polarização moral, conducentes a indignados juízos de condenação alternando com desejos de glorificação, principalmente quando tais avaliações levem à distorção dos fatos e da própria História⁷.

⁶ Inclusive como aviso para o futuro, no qual certas coisas, por horrendas e desumanas, não se deverem repetir.

⁷ Não se tratará aqui de “desculpar” ou “justificar com a mentalidade da época” uma dada era histórica ou os seus protagonistas. O que está em questão é a necessidade de obviar a que certos traços de personalidade ou defeitos reais das personagens que viveram esse tempo sejam aumentados (por caricaturizadas) e a eles reduzida a própria percepção histórica. Nesse sentido, refere o Prof. Ubiratan Castro Araújo, numa entrevista sobre a época de D. João VI (*A Tarde*, 11/2/2008) que uma das prováveis causas da má imagem (no Brasil) de D. João VI seria por ser ele “[...] um homem estrategista, de gabinete, não pulava num cavalo branco para ir à batalha como o nosso Pedro I [...]” e era nessa perspectiva que ele era avaliado.

Interessará, então, proceder a uma recuperação objetiva e mais realista do período em causa, com a abrangência suficiente para, inclusive, melhor conseguirmos compreender a sua evolução para os tempos atuais.

Nesse entendimento, embora tendam a sê-lo, o fenômeno da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e suas conseqüências perderão em ser apreciadas de forma separada da causas que estiveram na sua origem, a saber, a ameaça napoleônica e a seqüente invasão do território metropolitano português.

As Guerras Napoleônicas

Não cabe aqui descrever e apreciar o desenrolar das guerras que, desencadeadas pelos episódios da Revolução Francesa, tiveram o seu apogeu nos desígnios políticos e hegemônicos de Napoleão e nos instrumentos bélicos por ele usados.

Para a Europa, as Guerras Napoleônicas tiveram uma importância extrema, pelo grau de beligerância e amplitude de destruição por elas causadas. Uma vasta parte da população européia assistiu com perplexidade à capacidade de ferocidade e ambição dos seus parceiros, assustando-se igualmente perante a sua própria capacidade de maldade.

Pelo novo grau de agressão apresentado, as guerras levadas a cabo por Napoleão terão antecedido, para a sua época, a estupefação e horror depois causado, respectivamente, pela Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Na Península Ibérica, e mais concretamente em Portugal, aquelas guerras foram sentidas, no entanto, como um fenômeno

mais longínquo, ao qual eram periféricos os habitantes peninsulares. A importância de Portugal, nesse contexto, estava essencialmente na sua costa, na organização dos seus portos e no auxílio prestado pela sua Armada à Grã-Bretanha. Durante todo esse período que antecede as Invasões Francesas, Portugal mantém-se, assim, muito útil à Inglaterra, ajudando-a, inclusive, militarmente.

Em 21 de Novembro de 1806, em resposta ao bloqueio marítimo declarado pela Inglaterra, a França declara o seu bloqueio continental. Para Napoleão, o objetivo do Bloqueio era simples: “[...] fechar o continente europeu às produções, industriais e outras, remetidas pela Inglaterra e suscitar assim a desorganização deste país, cuja prosperidade assentava no envio, para diferentes regiões, da sua produção, realizada em excelentes condições técnicas e distribuídas por um aparelho comercial também de excepcional valor”⁸.

Impondo o bloqueio à Europa continental, pensava Napoleão anular (sem a eliminar, claro) uma vantagem crucial dos ingleses: a supremacia no mar, que nunca lhes pôde ser arrancada⁹. Ora, para Portugal, existia aqui uma contradição. Pois, nessa lógica, “[...] o Oceano Atlântico escapava ao domínio napoleônico, [...]

⁸ Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 38.

⁹ A importância do poder naval no exercício da política internacional, pelo menos desde o século XVII, levará anos mais tarde o Presidente americano Theodore Roosevelt a fazer o seguinte comentário sobre a famosa obra de Mahan, *The influence of sea power upon history – 1660, 1783*”, escrita em 1890: “Captain Mahan’s effort is to show the tremendous effect which sea power has had upon the development of certain of the great nations of the World, especially at momentous crises of their history” (cit. em *The Atlantic*, Nov. de 2007, p. 108).

(e) era do Atlântico que Portugal recebia a prosperidade, a riqueza e a segurança [...] ¹⁰. Não se tratava de uma questão de “ameaça inglesa”. A manutenção desse comércio era também fundamental para Portugal, nisso coincidindo os seus interesses com os britânicos. Como proclamaria, mais tarde, o Regente D. João aos seus súbditos ¹¹ sobre a possibilidade de encerramento dos portos portugueses à Grã-Bretanha: “[...] expondo o Comércio dos meus Vassallos à total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos da minha Coroa” ¹².

Portanto, pressionado pelos franceses, ao Príncipe Regente D. João só lhe restavam duas alternativas para não prejudicar a essência do interesse econômico de Portugal: ou a neutralida-

¹⁰ Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 40. Aliás, o bloqueio de Portugal começava por prejudicar economicamente a própria França, pois era devido ao comércio da Inglaterra que aquele país podia importar de Portugal produtos que necessitava, como madeiras, couros, açúcar, tabaco, panos da Índia, lã e algodão. Nesse sentido, as exportações portuguesas para França tinham aumentado grandemente já em 1803, crescendo depois, gradualmente, até 1807. A França beneficiava, assim, da tolerância inglesa para continuação do tráfego comercial com Portugal. E “[...] Napoleão, na sua estratégia, ao ter que entregar às armas a solução da resistência portuguesa ao bloqueio continental, teve que anular como fonte essencial para os seus abastecimentos em matérias-primas” (Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 54). Do mesmo modo, refere também Borges de Macedo – op. cit., p. 61 – que, por “[...] intermédio dos portos portugueses [...] distribuíam-se pela Europa grandes quantidades de produtos exóticos, a que o público europeu [...] se havia habituado”.

¹¹ Citado por Raúl Brandão, *El-Rei Junot*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 95.

¹² Esta preocupação com os rendimentos da “Coroa”, tantas vezes mal compreendida como um desejo de lucro pessoal do Regente, e aqui tão abertamente confessada aos “súbditos” deriva do fato de nessa época, significar, a capacidade de atuação da Coroa, não só um pressuposto de organização e funcionamento do país (e do Império), como era um símbolo da própria independência e sobrevivência de Portugal.

de, ou a continuação da guerra ao lado dos ingleses. Tendo-lhe sido rejeitada a possibilidade de permanecer neutro, só lhe restava a segunda hipótese¹³.

Na realidade, relativamente a Portugal e para além de lhe pretender impor o bloqueio continental, Napoleão não agiu com grande consideração. Com vista a destituir do poder a Casa de Bragança, e com empenho prático e completamente alheio ao espírito lusitano, planeou inicialmente, já em 1806, uma anexação de Portugal à Espanha¹⁴, depois a sua divisão em três “reinos”, através do Tratado secreto (com a Espanha) de Fontainebleau, de Outubro de 1807, e por fim, ainda, já depois, a possibilidade de fazer coroar um rei francês.

Previa-se, portanto, a partir de certa altura, a ocupação de Portugal pelas tropas francesas¹⁵, através da qual Napoleão pretendia coagir o governo português a fazer a guerra à Inglaterra, levando, inclusive, a guerra à América do Sul.

Neste contexto de ameaça é, a 22 de Outubro de 1807, celebrado um acordo secreto entre Portugal e a Grã Bretanha, pelo qual se decidia, nomeadamente, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a obrigação portuguesa de poste-

¹³ No âmbito dos diversos equilíbrios europeus que se sucedem desde a execução, em França, de Luís XVI, a possibilidade da neutralidade portuguesa fora já posta em causa com a denúncia francesa do Tratado de 1804, sob a alegação de mudança das circunstâncias que o haviam tornado possível. De todas as formas, a neutralidade portuguesa em conflitos europeus de grande dimensão – como demonstrado depois na Segunda Guerra Mundial – não era forçosamente contrária à secular aliança luso-britânica, nem aos interesses concretos de Portugal e da Inglaterra.

¹⁴ Sob o então Príncipe das Astúrias.

¹⁵ Cujá marcha sobre Portugal (desde 7 de Outubro) foi conhecida em Lisboa, pelo menos desde 31 de Outubro.

riormente negociar um acordo de comércio com Inglaterra. O Acordo visa, assim, proteger interesses ingleses e portugueses, dentro do possível, no contexto do real peso político e militar de cada uma das partes. Se Portugal rompia – definitivamente – com Napoleão (de uma forma que perdia toda a ambigüidade até aí assumida), era premente que os termos em que o fazia fossem juridicamente aceites e apoiados pela Inglaterra, doravante o seu único aliado. Do lado inglês, eram os interesses comerciais, nomeadamente na América do Sul, e o apoio à sua Marinha, que passaria a ser claramente assegurado.

A transmigração da corte para o Brasil

Por conselho, inglês, decerto¹⁶, mas também por ponderação portuguesa própria, decide, assim, o Príncipe Regente a mudança da Corte para territórios brasileiros, para obviar a uma sua “captura” pelas forças napoleônicas.

Embora a decisão da ida da Corte para o Brasil possa ter parecido precipitada, e sob imposição inglesa, não se tratava, realmente, de uma idéia nova. Já surgira com o Prior do Crato, em 1580, com o Padre António Vieira, após a Restauração da Independência, e com o famoso Embaixador português setecentista D. Luís da Cunha¹⁷.

¹⁶ Neste conciliábulo luso-britânico, ter-se-á colocado a possibilidade de pelo menos, o Príncipe da Beira, filho do Regente e, então, com nove anos ir para o Brasil para assegurar a perpetuação da dinastia portuguesa e a soberania sobre o Brasil.

¹⁷ De uma maneira geral, em alturas em que a integridade metropolitana portuguesa se sentia ameaçada.

Todas essas abordagens, embora expressas em conjunturas e épocas tendencialmente diferentes indiciam, contudo, uma conceptualização: a consciência da exigüidade do território metropolitano de Portugal face à dimensão da sua política expansionista no Mundo, aliada à percepção da possibilidade de integração do espaço atlântico meridional na dimensão estratégica europeia. Tal exigia, naturalmente, um forte apoio e domínio marítimos, se não próprios, pelo menos em conexão com a potência atlântica predominante na época (a Aliança Inglesa apresentava-se, assim, como fundamental¹⁸).

Na opção pela permanência ou não em Portugal da Casa Reinante de Bragança, verifica-se, afinal, também uma nova que-rela entre as opiniões “atlânticas” (apoiadas na necessidade de manutenção da Aliança inglesa) e as “continentalistas” (neste caso, pró-francesas). Antes da transmigração da Corte, existia, assim não só alguma influência progressista nas idéias de certas camadas sociais, como inclusive um “partido” francês junto da Corte. É ainda indiretamente a este que, mesmo a 26 de Novembro, após a partida, se dirige D. João no seu Manifesto justificativo¹⁹: “[...] Eu me havia unido (a Napoleão) no Continente, na persuasão de não ser mais inquietado [...]”. Mas, afinal, a própria integridade portuguesa estava ameaçada, não só da possibilida-

¹⁸ Contudo, mostrará a História que foram os próprios britânicos (e depois os norte-americanos) que propugnaram a separação (não apenas política, mas estratégica) entre a Europa e a América do Sul – ligação que, não sendo prosseguida após a independência dos países da América do Sul dos seus antigos colonizadores, evitou que o Atlântico Sul pudesse ter tido uma expressão no pensamento geo-estratégico europeu análogo (mesmo que quantitativamente distinto, por outros motivos) ao do Atlântico Norte.

¹⁹ Citado por Raúl Brandão, *op. cit.*, p. 95

de de destituição da Família reinante, da eventual divisão do seu território continental e, mesmo da invasão por tropas estrangeiras. E mais uma vez, como ao longo da História de Portugal, sobressairá a opção pelo Atlântico²⁰: com a saída para o Brasil, é um corte com esse “partido francês” que se verifica.

Para mais, ao optar pela viagem, D. João pesa bem os riscos de deixar os territórios ultramarinos (nomeadamente o Brasil) à disposição das carências prementes do comércio e do esforço de guerra britânico²¹. Cita, assim, Raúl Brandão o posicionamento de um representante diplomático inglês²² segundo o qual: “Se o Primeiro-Cônsul (francês) invadir Portugal na Europa a Inglaterra invade os Estados ultramarinos de Portugal. Toma os Açores, o Brasil, e arranja penhores que nas suas mãos valerão muito mais do que o continente português nas mãos da França”. Opina, assim, Raúl Brandão que um desentendimento (e ainda mais um rompimento com a Inglaterra) era “[...] a perda do Brasil e das Colônias”²³.

²⁰ Diz Jorge Borges de Macedo (op. cit., p. 14): “[...] a aliança inglesa, na complementaridade dos seus dois componentes (Portugal e Grã-Bretanha), continua a ser um fator decisivo no reforço da capacidade internacional dos dois estados [...] Tudo, claro está, na dimensão própria de cada um dos países: (pois) decerto que nestas colaborações bilaterais há sempre perdedores e ganhadores relativos, em cada uma das emergências onde intervém”.

²¹ “Para a Inglaterra, pois, manter Portugal e os seus domínios afastados do sistema napoleônico era questão vital” (Pinto de Aguiar, “A Abertura dos Portos: Cairu e Ingleses”, Edição Comemorativa do Bicentenário da Abertura dos Portos do Brasil 1808-2008, Governo do Estado da Bahia, 2008, pág. 30).

²² Op. cit., p. 40, nota 2.

²³ Op. cit., p. 39. O documento anglo-português, de 22 de outubro de 1807, previa, nesse sentido, que, se para evitar uma guerra com França, Portugal viesse a fechar os seus portos à Inglaterra, o Governo inglês não faria uma expedição contra a ilha da Madeira, nem contra qualquer possessão portuguesa. Também para o Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho (Pinto de Aguiar, op.

Para a Inglaterra, contudo, a importância estratégica do Brasil seria sempre mais potenciada se relacionada com uma soberania portuguesa, já organizada e firmada no território. Afinal, era para isso que serviriam as alianças, para mais que o entendimento por parte de alguns portugueses de que o Brasil se poderia tornar nuns “Estados Unidos” à custa das colônias espanholas seria susceptível de propiciar desenvolvimentos interessantes para os ingleses na América do Sul.

Por outro lado, é um fato que a partida da Corte é uma derrota (sem armas) para Napoleão, pois Portugal, “[...] a partir da saída do Príncipe Regente, encontrava-se na situação de território sob ocupação militar que não podia ser alterado: Napoleão não tinha qualquer possibilidade de dar à sua presença [...] outra expressão que não o poder da força militar, a mais precária de todas”²⁴.

A transmigração é, assim, planeada – não o poderia ser de outro modo – com uma precisão que tanto a impeça de ser vista como uma “fuga” (o que não terá sido completamente conseguido, admitamo-lo) como alcance fazer fracassar os objetivos de Napoleão de “aprisionar” a Família de Bragança. Refere, assim, um Ofício da Corte dirigido ao Ministro de Portugal em Londres, de 17 de Outubro de 1807²⁵: “[...] S.A.R. (Sua Alteza Real) nem há-de desertar por terror pânico, o que já assustou o Povo desta Capital suscitando que ele se disponha a partir, nem

cit., p. 39), com a invasão francesa, a Inglaterra logo se apoderaria das colônias portuguesas. Existia também, de todas as formas, o perigo de corsários ingleses na Bahia.

²⁴ Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 15.

²⁵ Referido por Raúl Brandão, op. cit., p. 83, nota 1.

também há-de esperar por o último perigo”. Refere Manuel Themudo Barata²⁶: “[...] só um plano elaborado com muita antecedência permitiria organizar um embarque tão volumoso em gente, material e documentação como aquele que se verificou e que a Armada se fizesse ao largo na hora exata em que Junot acabara de entrar em Lisboa”.

Para governo do Reino em seu nome, cria D. João um Conselho de Regência²⁷.

Primeira invasão francesa – Junot

Sem uma declaração de guerra, Junot não invade Portugal como um inimigo, mas como o “libertador” (dos ingleses). Traz 28.000 homens, que se dirigem a Lisboa. Paralelamente, tropas espanholas ocupam o Alentejo (6000 homens) e o Norte do país (10.000 homens).

Segundo os atuais historiadores militares, o exército de Junot, tendo seguido o percurso de invasão que seguiu, podia ter sido detido e desativado, nomeadamente, em alguns pontos da marcha, como nas famosas Talhadas, cujas potencialidades defensivas já tinham sido reconhecidas, pelo menos, pelo Conde de Lippe. Mas não foi isso que aconteceu. Por quê? Talvez

²⁶ Um processo subversivo em marcha acelerada”. In *Nova História Militar de Portugal*. Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Círculo de Leitores, 2003, p. 157, vol. 3.

²⁷ Compunham-no, como membros efetivos, o Marquês de Abrantes, Francisco da Cunha e Meneses, o Principal Castro, Pedro de Mello Breyner e D. Francisco de Noronha. Havia ainda membros suplentes, entre os quais, D. Miguel Pereira Forjaz.

porque, também, a decisão de não lutar adotada por D. João tivesse tido em conta que se enfrentava um país com grandes recursos militares (mesmo que não presentes imediatamente na Península), para mais com possibilidade de apoio de todas as forças do único vizinho terrestre de Portugal.

Junot foi recepcionado em paz segundo as ordens de D. João VI²⁸, que dirá, também²⁹: “[...] conhecendo igualmente que eles (os soldados franceses) se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus Leais Vassallos serão menos inquietados [...]”.

Desse modo, a “(...) marcha pela Beira Baixa do exército napoleônico, já muito depauperado, irá fazer-se assim exclusivamente contra os agentes naturais – condições climatéricas e características topográficas, falta de vias de comunicação e pontes sobre os rios e ainda contra a pobreza dos recursos da região”³⁰.

Sem resistência, a 30 de Novembro, Junot ocupa Lisboa. Em 8 de Dezembro chega a Mafra uma divisão francesa, composta de infantaria, cavalaria e um parque de artilharia. É, aliás, em Mafra (dividindo-se ainda as tropas por Torres Vedras e Peniche) que Junot instala o seu quartel-general.

²⁸ Dirá D. João (citado por Raúl Brandão, op. cit., p. 95): “E querendo Eu evitar que as funestas conseqüências que se podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa”. Este posicionamento, aliás, pode também ser entendido como uma cedência ao partido nacional pró-francês, cujos elementos permanecendo em Portugal continuariam, sem dúvida, operando nas suas costas. Arditosamente, dava-lhes a oportunidade – sem riscos para a soberania nacional – de comprovarem a sua tese da possibilidade de negociar vantajosamente com Napoleão, que veio a fracassar.

²⁹ Citado por Raúl Brandão, op. cit., p. 95.

³⁰ António Pires Nunes. A primeira invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*, p. 45.

Dividem-se assim os invasores: uma 1ª divisão em Lisboa (já só 1 500 homens); uma 2ª divisão em Sintra, Mafra e pelo litoral até ao rio Mondego; uma 3ª divisão garante a barra e defende o porto; um batalhão em Elvas, no Alentejo; uma Divisão espanhola em Setúbal, vigiando o Alentejo e o Algarve; outra divisão espanhola que, no Norte, atravessa o Minho e avança sobre o Porto.

E como reagiram os portugueses a essa situação de ocupação?

Não se pode negar que alguns espíritos portugueses viram em Junot a oportunidade da vinda para Portugal de idéias “novas”, confirmadas pelas promessas de progresso material proclamadas ao país pelo General. Outros, ter-se-ão resignado com a situação de fato, que a ausência da Corte parecia ter tornado impossível de afastar. Assim, “[...] Junot não teve dificuldade em conseguir assinaturas de notáveis para uma mensagem dirigida a Napoleão, em que se pedia a nomeação de um (novo) Rei para Portugal”³¹.

Surge até, em 1808, um projeto de “Constituição”, a ser homologado sob o beneplácito dos franceses. São idéias bem progressistas (embora pró-francesas) que ditam as seguintes palavras: “Em que as nossas colônias [...] sejam consideradas como províncias ou distritos, fazendo parte integrante do reino, para que os seus representantes [...] achem em nossa organização social os lugares que lhes pertencem [...]”³².

Contudo, e pela necessidade de fazer cumprir em Portugal os desígnios de Napoleão, o próprio Junot foi anulando as sim-

³¹ José Hermano Saraiva. *História Concisa de Portugal*. 7.ed. Lisboa: Edições Europa-América, 1981, p. 263.

³² Citado por Raúl Brandão, op. cit., p. 158.

patias portuguesas, interferindo, enquanto ocupava militarmente o país, no funcionamento autônomo das suas instituições. Começa, assim, por nomear um Governador para Lisboa, seguindo-se outros atos. A 1 de Dezembro de 1807, nomeia Hermann “adido” à regência, como Comissário. Por decreto de 3 de Dezembro, é criado um administrador-geral das Finanças. Lagarde é feito Intendente da Polícia. Em 13 de Dezembro, substitui-se em Lisboa a bandeira portuguesa pela francesa. Começam a vir franceses para ocupar cargos públicos em Portugal.

Dá-se também início a uma ação de desmobilização das tropas portuguesas, que começam por ser mandadas para fora de Lisboa. Em 22 de Dezembro, os 24 regimentos de infantaria portugueses são reduzidos a 6; os 12 regimentos de cavalaria são reduzidos a 3; forma-se a “Legião Portuguesa”, que parte para França para se bater sob Napoleão. Em 11 de Janeiro de 1808, são dissolvidos os corpos de milícias e manda-se recolher as armas a depósitos; em 11 de Fevereiro, o Regimento do Porto é cercado (nas Caldas) e desarmado.

A 1º de Fevereiro de 1808, é dissolvida a própria Regência portuguesa, determinando-se que Portugal passe a ser administrado em nome do Imperador dos Franceses. Em substituição do Conselho de Regência é nomeado um corregedor-mor, encarregado de todos os ramos da administração pública. Alguns portugueses, como o Conde da Ega e José Seabra da Silva chegam a pedir um novo Rei, que seria Junot.

Assim, não obstante muitos portugueses não serem de modo nenhum indiferentes às “novas idéias” trazidas pela Revolução Francesa, a ofensiva napoleônica contra Portugal atrasou o seu progresso, pelo reflexo nacionalista que despertou. Efetivamente, é certo, a

“fuga” dos Braganças e a situação imposta por Junot ainda permitem alguma hesitação face aos franceses, mas o elemento nacionalista (implicitamente tradicionalista) vem a vencer (em Lisboa, os distúrbios contra as tropas francesas começam ainda em 1807). Como refere José Hermano Saraiva³³: “Por muito tempo, a idéia de patriotismo andou enleada na de tradicionalismo e as tendências progressivas foram suspeitas de antinacionais”³⁴.

Dizia um refrão popular³⁵:

*Sem sangue entraram os Franceses
Porque Deus lhe abriu as portas
Portugal neste conflito
Suas forças sentiu mortas*

Desenvolvimentos econômicos e comerciais

Economicamente e financeiramente, a presença de Junot em Portugal, embora não atingindo completamente os objetivos

³³ *História Concisa de Portugal*. 7. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981, p. 266.

³⁴ Com o tempo, isso foi-se alterando, e o interesse nacional é “lido” de formas diversas, culminando no constitucionalismo (lembramo-nos como na obra de ficção de Luís de Sttau Monteiro, “Felizmente há luar”, D. Miguel Pereira Forjaz, antes tido como um herói surge como um traidor, e como Gomes Freire de Andrade, que se batera sob Napoleão, é enaltecido como mártir da Pátria – independentemente da objetividade histórica comprovável, trata-se de um juízo bem simbólico). Isso ajuda também a perceber como a legitimidade das diversas autoridades durante todo esse período vem a ser periclitante e questionável, apenas se mantendo a legitimidade do Soberano, mesmo no Brasil.

³⁵ Raúl Brandão, op. cit., p. 150.

almeçados pelos franceses, é prejudicial para os portugueses. Tal começa, aliás, porque, logo em Dezembro de 1807, Junot exige aos comerciantes portugueses um empréstimo de 2 milhões de cruzados para as “urgentes necessidades” do exército francês, que devia ser deduzido aos 40 milhões de cruzados exigidos ao país por Napoleão. Dá-se também o seqüestro dos bens dos membros da Família Real e seus acompanhantes que não tivessem regressado do Abril até 15 de Fevereiro de 1808.

Despertou também a raiva popular o confisco do ouro e da prata de todas as igrejas, capelas e confrarias de Lisboa e seu termo, exigindo-se ainda uma contribuição correspondente a 2/3 dos rendimentos dos superiores religiosos. Outras contribuições foram ainda impostas à população.

Por outro lado, e apesar da sua relativa efetividade, o bloqueio imposto pela invasão de Junot vem prejudicar o comércio português, inclusive com França, pois, nos períodos antecedendo à invasão, o comércio de Portugal com este país crescera, nomeadamente devido aos produtos brasileiros, couro e algodão. Mesmo com a Guerra do Russilhão, que opusera Portugal a França, esse comércio prosseguiria, inclusive como contrabando.

Na realidade, também após a invasão a exportação de algodão (brasileiro), tão cara aos franceses, embora a princípio proibida por aqueles, continua. Contudo, as licenças para os navios saírem do Tejo (dominado pelos franceses) chegam a custar entre 80 a 120 mil francos.

E também, do mesmo modo, o vinho do Porto (que continua a ir para a Inglaterra) é exportado, apesar de a 6.400 por

pipa (em benefício, também, do próprio Junot), verificando-se em pouco tempo a saída de 30 mil pipas, volume com tendência a aumentar.

Mas não há dúvida que há um decréscimo considerável no comércio externo durante 1808, como pode ser observado pelo registo de entradas e saídas de navios de portos portugueses durante esse ano, inclusive devido a terem sido fortificados pelos franceses os pontos principais da costa.

Internamente, os gêneros encarecem: pão, algodão, café, açúcar. Criados e jornaleiros são despedidos ou vêm diminuídos os ordenados. As autoridades tentam trazer das províncias trigos, legumes e azeites para não subirem os preços. Falta peixe, porque os pescadores se viam impedidos de sair da barra. Falta o comércio do bacalhau.

O comércio português com Inglaterra fora também favorável a Portugal de 1801 a 1810³⁶, superávit que era aceite por Londres devido a outras compensações que esse tráfego trazia. Com o bloqueio, e o confisco dos bens dos vassallos da Grã-Bretanha em Portugal, é a [...] vitalidade da união de interesses anglo-portugueses (que se torna causa essencial) na luta contra a hegemonia continental de França [...]³⁷.

Contra a pressão francesa de um bloqueio marítimo comercial contrapõe-se, desse modo, a realidade de um “[...] inte-

³⁶ Para mais, porque as importações inglesas apresentavam um maior equilíbrio entre os produtos de Portugal continental e os transatlânticos, do que, por exemplo, as francesas. De 1800 a 1804, esse saldo positivo cresce 108,3% e, de 1805 a 1807, 105,8%.

³⁷ Jorge Borges de Macedo, op. cit. p. 55.

resse inglês pela posição geográfica portuguesa e o interesse português pelo tráfego atlântico, em que a colaboração inglesa era indispensável”³⁸.

Assim, é com razão que Raúl Brandão refere que: “Roliça e Vimeiro são [...] meras insignificâncias: mesmo antes de se baterem já os franceses tinham sido vencidos”³⁹.

Não será já certo, porém, quando também afirma: “Os fatos decisivos foram outros: a insurreição popular que só deixou aos franceses a terra que calcam [...]”⁴⁰. Na realidade, a insurreição popular terá sido, em grande parte, uma consequência das dificuldades e prejuízos econômicos criados, desde logo com o projeto do encerramento dos portos lusitanos à Inglaterra⁴¹.

Resistência portuguesa ao invasor

Perante a ultrajante presença francesa e desaforos aceites por Junot, os ressentimentos portugueses não se fazem esperar, ao princípio através de pequenos incidentes e motins, ocorridos ainda em 1807. Devido esta resistência (talvez surpreendente

³⁸ Jorge Borges de Macedo, ob. e ed. cit., pág. 104. Terá também de ser tido em atenção que um “[...] ano depois da chegada do Príncipe Real (ao Brasil) todos os produtos do país haviam dobrado de preço (face a uma Europa em guerra)” – Isso tornaria o tráfico para Portugal ainda mais apetecido (cf. Pinto de Aguiar, op. cit., p. 81, nota 94). As desvantagens do bloqueio continental causarão, por exemplo, já em 1810 a agitação de regiões muito mais controladas por Napoleão, como São Petersburgo.

³⁹ Op. cit., p. 243.

⁴⁰ Op. cit., p. 243.

⁴¹ A Junta Provisional do Supremo Governo adota, assim, em 27 de Junho de 1808, medidas para levantar o seqüestro (francês) dos bens ingleses, bem como para autorizar a livre circulação dos súbditos britânicos.

para Napoleão e, mesmo, para alguns modernos historiadores⁴², que sinceramente – e mal-informadamente – crêem que as dinastias reinantes na Península Ibérica eram “mal vistas” pelas respectivas populações) eclodem também, em 17 de Fevereiro de 1808, revoltas no Alentejo, determinando o envio de forças francesas. Mas pelo Ribatejo e noutras províncias portuguesas desencadeia-se o mesmo tipo de rebeliões.

Impera sempre, contudo, nas diversas regiões portuguesas uma incerteza quanto aos exércitos franceses e ao seu poder efetivo (percepção que dependia, naturalmente, dos meios de comunicação da época para se poder impor de forma clara ao país⁴³), o que atrasa o desenvolvimento da rebelião. Ainda em Maio de 1808, já depois dos acontecimentos em Espanha contra os franceses, escreve o Bispo do Porto a Napoleão: “A Pátria, órfã e incerta de quais os seus destinos é infinitamente digna de atrair as vistas compassivas de Vossa Majestade Imperial e Real⁴⁴”. Cedência, prudência, ou incerteza de objetivos por parte de alguém que, pouco mais tarde, será um dos pólos da revolta? Lá diz Raúl Brandão que “[...] a gente rica é cálculo: a vida não lhe é indiferente”⁴⁵.

No entanto, como diz Brandão⁴⁶: “A revolta contra Junot (quando explode) foi (por fim) completa e absoluta: “É [...] um povo inteiro que irrompe das tocas, de chuço em punho, sinos a

⁴² Gunther Rothenberg. “Die Napoleonischen Kriege”. Leipzig: Neuman & Nürnberg, 2000, p. 152.

⁴³ Por exemplo, após a batalha do Vimeiro (21 de Agosto) só chegam a Lisboa notícias detalhadas da vitória a 2 de Setembro.

⁴⁴ Raúl Brandão, op. cit., p. 156.

⁴⁵ Raúl Brandão, op. cit., p. 217.

⁴⁶ Op. cit., p. 218.

rebate, apóstrofes, gritos, frades de clavina, e cóleras, exasperos descendo das serras [...]’.

E a reação francesa às rebeliões portuguesas não se faz esperar: em 18 de Março, entram em Portugal mais 4 360 soldados franceses, para além de serem guarnecidas Almeida, Elvas e o Algarve.

Fator fundamental deste processo de revolta portuguesa é a violenta reação espanhola à “traição de Baiona”, que consistiria na abdicação forçada (pelos franceses) do Monarca de Espanha e do seu filho. Assim, em 2 de Maio de 1808, subleva-se Madrid contra os franceses.

A revolta de Espanha, com a conseqüente desobediência das tropas espanholas que tinham invadido Portugal, e que agora o abandonam, foi o *turn of the tide* para a reação portuguesa aos franceses. Efetivamente, os espanhóis deixam de ser aliados dos franceses para se tornarem abertamente seus inimigos. E isso altera uma situação que era prejudicial para Portugal desde a “Guerra das Laranjas”, criando muito mais oportunidades de uma vitória militar. Como bem adianta Raúl Brandão⁴⁷, “foi fator fundamental para Portugal a insurreição de Espanha opondo uma barreira formidável à retirada” (e, diríamos nós, às possibilidades de abastecimento) das tropas francesas⁴⁸.

A 6 de Junho, eclode outra revolta popular. No norte do país, para além da de Bragança, a 18 de Junho de 1808, a po-

⁴⁷ Op. cit., p. 243.

⁴⁸ Diz também António Pires Nunes (A terceira invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*, p. 129): “[...] a “Traição de Baiona”, provavelmente um dos maiores erros políticos de Napoleão, foi o detonador de um levantamento do povo espanhol”.

pulação do Porto amotina-se a 18 contra os invasores, reunindo-se a resistência em torno do Bispo D. António de Castro, que organiza um Governo Provisório, a Junta Provisional de Supremo Governo, que deterá a supremacia sobre outras Juntas Governativas que se formam. Proclamará D. António⁴⁹: “Às armas, Portugueses, para nos libertarmos de uns ímpios [...] que a título de proteção vêm arrancar as nossas vidas e os nossos bens [...]”. Dá-se, também a 18 de Junho, o combate de Peso da Régua, em que os franceses são derrotados. Nesse mesmo dia, levanta-se o Algarve.

Rebela-se todo o país, exceto Lisboa. A 1 de Julho, marcham de Lisboa 4 000 franceses para submeter o Algarve. A 30 desse mês, invadem violentamente Évora.

Com vista à libertação dos portos, o Forte da Nazaré é tomado por pescadores, e o da Figueira da Foz por estudantes de Coimbra.

Entre as medidas da Junta do Porto para combater os franceses, encontram-se as seguintes: nomeação de uma comissão de militares, lançamento de impostos para fazer face às despesas de guerra e pedido de ajuda (nomeadamente em forma de equipamento) à Inglaterra.

A 1º de agosto, após entendimento com a Junta Provisional, desembarcam na Figueira da Foz as primeiras tropas inglesas, comandadas por Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington,

Já em agosto de 1808, vem argumentar Junot aos habitantes de Lisboa⁵⁰ que: “A Espanha quer invadir, e fazer de Portu-

⁴⁹ Raul Brandão, op. cit., p. 232

⁵⁰ Proclamação de 16/8/1808, citada por Raul Brandão (op. cit., p. 214).

gal uma das suas províncias, para se fazer assim senhora da Península; e a Inglaterra quer dominar-vos para destruir o vosso porto, a vossa Marinha, e impedir que a indústria faça progressos entre vós”. Tudo muito verdade, mas composto de meias-verdades, pois não são só as atitudes belicistas da Espanha resultavam do encorajamento – e até do domínio – francês, como também era a própria França que, para destruir o poderio do comércio inglês, estava disposta a afetar de forma drástica os interesses econômicos portugueses. Já era tarde para um apaziguamento do que, mesmo que não por motivos objetivos, começara e se desenvolvera tão mal junto da opinião pública portuguesa.

Legitimidade pública e nacional das novas Autoridades

Naturalmente, as chefias nascidas da revolta contra Junot, ainda que eficazes, não possuíam a legitimidade de um governo central, agora no Brasil. O problema da legalidade do mando põe-se sempre, agudamente. Sem legitimidade não há unidades, todos podem mandar e ser postos em causa, mesmo quando por detrás esteja o ímpeto da causa nacional. A justificação de autoridade é sempre, na altura, desse modo referida ao Príncipe, como o faz o Intendente-Geral da Polícia do Porto, a 1 de Julho de 1808⁵¹: “Não é nesta ocasião só que eu tenho feito ver a minha fidelidade: sempre por ela mereci a estima do Sobera-

⁵¹ Brandão, op. cit., p. 232. O próprio Wellington o fará, também (citando o seu dever para com “my Sovereign, the Prince Regent”), quando em necessidade de impor as suas decisões aos portugueses.

no”. Também o Bispo do Porto julga, em 14 de Julho de 1808, dever justificar as suas atitudes passadas, de aparente colaboracionismo com os franceses⁵²: “Em outro tempo vos exortamos ao sossego e tranqüilidade quando entravam neste País as tropas estrangeiras [...] O nosso muito amado e Augusto Príncipe assim o deixou ordenado”.

Não se podem, então, deixar impunes os crimes de alegada traição, como o faz aquela Ordem da Real Junta do Supremo Governo de 26 de Julho de 1808, proclamada através de um edital do Intendente-Geral da Polícia⁵³: “Eu passo a tirar devassa dos inconfidentes, que depois do feliz dia da aclamação de 18 de Junho de 1808 tiverem cometido o horroroso crime de Traição à sua Pátria, e ao nosso Legítimo e Verdadeiro Soberano”. Urge, porém, evitar ajustes de contas, justificados ou não pela falta de patriotismo ou mostra de colaboracionismo. Diria, assim, o Bispo do Porto ao povo⁵⁴: “Defendei-vos do inimigo, e não mancheis a honra que ides ganhar, denegrindo-a com insultos feitos aos vossos cidadãos”.

É, no entanto, só a 8 de Setembro de 1808 que o Príncipe regente, do Brasil, encoraja os seus súbditos a resistir aos franceses, reassumindo funções o Conselho de Regência.

E embora talvez não revestido a partir daí de toda a autoridade de fato, o restabelecimento de um Conselho de Regência proporcionou, pelo menos, aos comandos ingleses a vantagem de um órgão de diálogo único em Portugal, ao contrário do que

⁵² Brandão, op. cit., p. 236.

⁵³ Brandão, op. cit., p. 233.

⁵⁴ Brandão, op. cit., p. 232.

aconteciam em Espanha, tornando ainda mais eficazes as operações militares levadas a cabo em território luso.

De qualquer modo, é patente a continuação do desencontro de opiniões, em Portugal, sobre o que é legitimidade, ou sobre o que é lealdade. É assim que as dúvidas populares conduzirão ao assínio do General Bernardim Freire de Andrade, já durante a segunda invasão, suspeito de não investir o suficiente contra os franceses.

A vinda dos ingleses

Durante os primeiros tempos da invasão, persistiu nos franceses um receio de uma intervenção militar inglesa, que pouco a pouco se foi esmorecendo. No entanto, foi uma realidade a presença naval inglesa nas costas portuguesas, que a França não conseguia anular, e que prejudicava, sem dúvida, a eficácia do Bloqueio: em 14 de Fevereiro de 1808, os ingleses apresaram uma canhoneira da guarnição que estava defronte de S. José de Ribamar e levaram-na sem ser, sequer presentidos; em 16 de Fevereiro, fundeiam em Cascais, perto de Lisboa, 11 navios ingleses.

Assim, o desembarque de tropas foi o aproveitar de uma oportunidade de intervenção que já se espreitava, e Wellesley reúne-se às poucas forças do General Bernardim Freire, em Leiria.

Naturalmente, os comandos britânicos contavam com o reforço português (nomeadamente de tropa organizada) para o seu esforço de combater os franceses em Portugal. Porém, quan-

do Wellington pede soldados a Bernardim Freire, este hesita, porque os soldados eram da Junta do Porto. Apenas lhe cede 1400 homens de infantaria e 260 de cavalaria⁵⁵.

O exército anglo-luso alcança as Caldas da Rainha em 15 de Agosto. A primeira batalha dá-se na Roliça⁵⁶, a 17 de Agosto de 1808, sendo obrigadas à retirada as forças muito mais numerosas do General Loison.

A Batalha da Roliça foi recebida com grande euforia pelos portugueses. Como escreve Raúl Brandão⁵⁷: “[...] à noite espalha-se que os franceses foram completamente derrotados e sai toda a gente para a rua dando-se os parabéns”.

Junot sai, então, de Lisboa, deixando isolado o General Delaborde, e dirige-se ao encontro do exército inimigo. Segue-se a Batalha do Vimeiro, a 21 de Agosto, a 10 quilômetros da Serra da Lourinhã, outra derrota para os franceses. Wellesley aproveita-se das colinas existentes para impedir que os franceses tirassem partido da superioridade da sua artilharia e da sua cavalaria⁵⁸.

Terminada a possibilidade francesa de se impor, as hostilidades terminam com a entrega sem combate de Lisboa e a Con-

⁵⁵ Esta hesitação em colaborar com os ingleses manter-se-á sempre, apesar da inequívoca unidade das forças “anglo-lusas” nos episódios posteriores da Guerra Peninsular. Afinal, os interesses portugueses não coincidiriam completamente com os dos britânicos, que se inseriam na globalidade estratégica do teatro de guerra europeu. Mesmo no fim das guerras napoleônicas, as esquivas portuguesas a ceder soldados contra Napoleão faz com que as tropas portuguesas não estejam, inclusive, em Waterloo.

⁵⁶ Situada entre Óbidos e o Bombarral.

⁵⁷ Op. cit., p. 215.

⁵⁸ A 13 de Maio de 1811, Wellesley receberá o título de Conde do Vimeiro.

venção de Sintra, na qual Portugal não participa, e que é francamente favorável aos franceses. Fora, inclusive, dada autorização aos militares franceses para levarem consigo o resultado das suas ações de pilhagem em Portugal.

Os termos da Convenção causam os protestos de Bernardim Freire de Andrade, da Junta do Porto e, no Rio de Janeiro, da Corte Portuguesa.

A Convenção de Sintra foi também atacada com vigor nos jornais ingleses, pela sua injustiça para com Portugal, e trouxe os seus autores (inclusive Wellesley que, não tendo o comando supremo, é também investigado) perante a Justiça Militar britânica.

Contudo, temos de reconhecer que as normas da Convenção, na ausência de uma Autoridade única e claramente instituída na metrópole portuguesa, também visam proteger as forças francesas em retirada das agressões populares⁵⁹, principalmente quando os portugueses não tinham prestado aos britânicos a colaboração militar esperada.

Reorganização do exército português

Diz Raúl Brandão⁶⁰: Com soldados, povo, algumas espingardas, com restos, formam-se quadros regimentais e uma aparência de exército. O que isto representa de trabalho obscuro,

⁵⁹ Aliás, segundo a Convenção, nenhum particular (incluindo franceses e seus aliados) seria inquirido pela sua conduta ou idéias políticas.

⁶⁰ Op. cit., p. 228

de fadiga imensa e ingloriosa, só é dado aos competentes julgá-lo. D. Miguel Pereira Forjaz e Bernardim Freire de Andrade procedem a essa tarefa esmagadora e ingrata [...] Wellesley elogia-os como aos dois portugueses mais notáveis do seu tempo”. Diz António Pires Nunes⁶¹: “Foi, assim, possível levantar um exército composto por vinte e quatro regimentos de infantaria, seis batalhões de caçadores, doze regimentos de cavalaria e quatro regimentos de artilharia” (embora tal não significasse que esses corpos estivessem completos, e os homens, que deveriam ser 52 896, a que se somariam 52 848 de milícias, nunca tivessem no total ultrapassado os 25 000 homens).

Contudo, no que respeita ao recrutamento e à sua eficácia, ter-se-á de ver que, na ausência de uma autoridade central presente, muitos se recusaram a contribuir para um esforço bélico contra um inimigo por quem não se sentiam (concretamente, ou geograficamente) ameaçados após a expulsão de Junot e pela eficácia geograficamente limitada das duas invasões seguintes⁶².

A regência pediu, então, a Inglaterra que nomeasse um oficial experiente para reorganizar o exército, recaindo a escolha em Beresford, depois nomeado Marechal do Exército Portu-

⁶¹ “A segunda invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*. p. 75.

⁶² O fenómeno poderá ser tido como análogo ao relatado por José Góes de Araújo (1812 – Bloqueio americano da Baía de Todos os Santos. In: Congresso de História da Bahia, 5, 2004, Salvador. *Anais...* Salvador, 2004, p. 567-579) sobre a oposição da burguesia baiana ao reforço da força militar naval proposta pelo Conde dos Arcos, por se tratar de um gasto que prejudicaria o investimento no tráfego comercial. Efetivamente, quando os interesses econômicos não são afetados, é difícil levar uma população a seguir objetivos meramente políticos ou bélicos.

guês. Graças à sua reorganização, em “[...] 15 de Janeiro de 1810 estava recrutado e minimamente capaz de entrar em campanha um exército de linha e de milícias bem enquadrado e disciplinado, distribuído pelas províncias portuguesas. O seu efetivo total era de 62.000 homens de tropas de linha e 53.000 milícias (48 regimentos), num total de 115.000 homens”⁶³.

O próprio Wellington, no seu documento de 7 de Março de 1809, “Memorandum on the Defence of Portugal” dirigido a Lord Castlereagh, advoga a reconstrução do exército português, regular e irregular, o qual devia ser enquadrado com cerca de 20 000 soldados ingleses, incluindo 4 000 de cavalaria.

A existência de um exército português operacional tornou-se, assim, uma pedra fundamental da estratégia britânica em Portugal, embora tal também contribuindo, como se verá, para a indefinição sobre quem devia financiá-lo.

Segunda invasão – Soult

A segunda invasão, comandada por Soult, dá-se a 4 de Agosto de 1809, por uma força de 54 000 homens, que deveria entrar, em três colunas, pelo Minho, pela Beira e pelo Alentejo. A força diretamente comandada por Soult⁶⁴ entra por Trás-os-Montes e encontra forte resistência, popular e militarmente or-

⁶³ NUNES, António Pires. A segunda invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*, p. 80.

⁶⁴ Aliás, o único cujas forças concretizam a invasão, ao contrário daquelas comandadas, respectivamente por Lapisse e por Victor.

ganizada⁶⁵. E não consegue descer abaixo do Porto, cuja conquista dá lugar ao desastre da Ponte das Barcas, que ligava as duas margens do Douro e no qual milhares de portuenses se afogam, em fuga das tropas invasoras.

Não foi difícil a Soult, de resto, a ocupação de uma cidade “comandada” por um bispo sem experiência militar e aparentemente desamparada por Beresford, hesitante quanto à estratégia a prosseguir.

Com vista a procurar ganhar a legitimidade da sua ocupação, como o tentara Junot, Soult ainda pensa, ao entrar no Porto, fazer aplicar o Tratado de Fontainebleau à parte norte do país, ou mesmo vir a ser ele rei de Portugal.

Soult acaba sendo desalojado do Porto, a 12 de Maio, por Wellesley, que, em Abril de 1809, fora nomeado Comandante em Chefe do exército anglo-luso, e acaba por deixar Portugal.

Como diz António Pires Nunes⁶⁶: “A intenção de Napoleão de ocupar o nosso país falhou, de novo, tendo para isso contribuído o levantamento em massa da população, a ação das milícias, a passividade dos generais (franceses) Lapisse e Victor que deveriam entrar pela Beira e pelo Alentejo e a intervenção inglesa em Portugal”.

⁶⁵ Os desentendimentos entre a população e os chefes militares sobre o modo de operar contra os franceses conduz, inclusive, como já referido, ao assassinato de alguns oficiais, como o próprio Bernardim Freire de Andrade – mais uma vez aqui se comprova a menor consistência da autoridade então imposta pelos poderes presentes no Reino.

⁶⁶ A segunda invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*. p. 89.

Terceira invasão – Massena

A terceira invasão inicia-se em agosto de 1810, comandada por Massena e envolvendo 86 000 homens, designados na logística militar francesa como o “Exército de Portugal”.

Perante a invasão, a estratégia de Wellington foi a seguinte: conservar-se na defensiva sobre toda a fronteira ameaçada, recuando, se necessário, apenas dando batalha em terreno favorável; evacuar e devastar a região abandonada; empregar forças de ordenanças e milícias para fustigar os flancos e retaguarda do inimigo; organizar em volta de Lisboa um vasto campo fortificado, para abastecimento marítimo das tropas e, se necessário, evacuação das forças inglesas em face de uma eventual derrota. Para este efeito, é construída uma gigantesca linha de defesa, cujos resquícios ainda hoje existem, que é assim descrita pelo Prof. Edivaldo Boaventura, que teve a oportunidade de a visitar recentemente: “[...] verdadeira barreira de fortificações que se estendia do Tejo até ao Atlântico, formando um conjunto defensivo de 152 fortes, baterias e redutos com 85 quilômetros de extensão [...]”⁶⁷. O total da obra representou um custo de 200 000 libras.

Já do lado português da fronteira, dá-se a batalha do Côa, junto às muralhas de Almeida, vila portuguesa do distrito da Guarda que era uma praça de guerra fronteiriça. Esta foi tomada após uma explosão desastrosa do paiol de munições e das conseqüentes divergências entre portugueses e ingleses sobre se se devia optar pela continuação dos combates, se pela rendi-

⁶⁷ *A Tarde*, 3 de janeiro de 1808.

ção aos franceses. Marcas destas divergências entre aliados terão conduzido, aliás (embora em grande parte, como depois se viu, como manobra para enganar os franceses) que parte das forças portuguesas defensoras da praça tivessem aceitado passar-se para as tropas de França.

Após a conquista de Almeida, Massena é, porém, derrotado no Buçaco, serra situada na convergência dos distritos de Viseu, Coimbra e Aveiro. De 26 a 28 de Setembro de 1810, combate-se na vertente setentrional da serra, perdendo os franceses mais de 4000 homens, face aos menos de um milhar por parte de ingleses e portugueses.

Por sorte, os franceses descobrem, mesmo derrotados, um caminho para Coimbra, pelo desfiladeiro de Boialvo⁶⁸.

Massena prossegue o seu avanço para Lisboa. Estaca, porém, perante as poderosas Linhas de Torres. Sem forças nem mantimentos suficientes, iniciou depois a sua retirada.

Em Janeiro de 1811, Wellington recapturara Almeida (e Ciudad Rodrigo, em Espanha). Daí a três anos, os franceses abandonavam também o território espanhol.

⁶⁸ Diz António Pires Nunes, *A terceira Invasão Francesa*, in *Nova História Militar de Portugal*, p. 106: “Não se compreende que (Wellington), saindo vencedor do Buçaco, ficasse inativo mas suas posições durante os dias 28 e 29, perdendo toda a liberdade e iniciativa, e que só por acaso tenha dado conta de que estava a ser contornado”. Para alguns historiadores britânicos, Wellington terá tido medo que, se a Terceira Invasão terminasse no Buçaco, se tornassem um escândalo os gastos efetuados para construção (completamente inútil, nesse caso) das Linhas de Torres Vedras. Aceitando o Buçaco como o ponto final da invasão, Wellington estaria também a dar razão a certos elementos do Conselho de Regência, que advogavam que o inimigo deveria ser detido o mais perto possível da fronteira, evitando uma devastação do território que acabou por se verificar.

Considerações finais

Militarmente, o território português, fácil de defender pela fronteira terrestre, constituiu um grande obstáculo para as tropas de Napoleão, pelas dificuldades de abastecimento local e de manobra mostradas. Napoleão subestimou, aliás, os problemas operacionais da Península Ibérica⁶⁹ e, segundo a avaliação de Wellington, não teve, também, disponibilidade para enviar o número suficiente de tropas para a Península para obter a vitória. A dificuldade das vias terrestres e a contingência de não dispor (ou não conseguir articular com eficácia) forças armadas suficientes anula, assim, a estratégia normal de Napoleão: “[...] rapidez das marchas, para acumular num dado ponto forças superiores às do inimigo [...]”⁷⁰.

Para a Inglaterra, senhora dos mares, e com possibilidade de abastecimento (e eventual retirada, se necessária) pela costa, a guerra mostrou-se muito mais facilitada. Na sua estratégia tendencialmente (ou inicialmente) defensiva⁷¹, as forças inglesas

⁶⁹ Isso se reflete, inclusive, na pouca preparação ou sentimento de necessidade de preparação dos oficiais que invadem Portugal. Tal é notório, nomeadamente, durante a Terceira Invasão, em que Massena sofre com as “[...] deficientes e erradas informações que, nalguns casos, lhe foram fornecidas por parte de oficiais que tinham vindo a Portugal com Junot, o que o leva a interrogar-se como isso foi possível por parte de quem tinha estado largos meses no país” (Manuel Themudo Barata, *Uma Muralha Defensiva*, in *Nova História Militar de Portugal*, p. 176). Eventualmente, a própria ausência de resistência armada verificada durante a invasão de Junot convencera Napoleão da falta de vontade de guerrear dos soldados portugueses.

⁷⁰ Raúl Brandão, op. cit., p. 49.

⁷¹ Diz John Grehan (*The Lines of Torres Vedras – The cornerstone of Wellington’s strategy in the Peninsular War, 1809-12*, Spellmount 2000, p. XII): Wellington’s policy from 1809 to 1812 was simple in its design, though

na Península nunca precisaram ultrapassar 40 mil homens, incluindo a “King’s German Legion” e tropas portuguesas.

Wellington soube, assim, aproveitar as bases marítimas portuguesas, enquanto as linhas de abastecimento francês se estendiam até França.

Terá também de se ter em atenção a interdependência entre a ação do exército regular anglo-luso e a atividade das forças irregulares, que impedia a concentração de grandes forças francesas, que se tinham de dispersar⁷². Nesse sentido, uma “[...] vez que o poder francês na Península só dispunha de um poder militar desafiado, foi possível, em Portugal e na Espanha, conduzir uma guerra de libertação nacional e, em menos de dez meses, Junot (por exemplo) pôde ser expulso, quando a hegemonia napoleônica era ainda total em toda a Europa”⁷³.

necessarily complex in its execution. All he had to do was avoid defeat”. E ainda: “His [...] consideration was for the location of a defensive position which, by virtue of its geographical attributes, could be rendered strong enough for his small Anglo-allied force to do battle against the full might of Napoleon’s Imperial armies on equal terms”.

⁷² Portugal e Espanha foram, juntamente com o Tirol e a Calábria, das grandes revoltas armadas prolongadas que se opuseram a Napoleão. Relativamente a Portugal, por exemplo, a luta popular contra as “invasões” é objeto da obra de ficção “Morte aos franceses” (Publicações Europa-América), de C. S. Forrester, um autor que muito escreveu sobre as Guerras Napoleônicas, que conta como um soldado profissional inglês organiza e comanda guerrilheiros portugueses contra as tropas francesas entre a Batalha do Buçaco e as Linhas de Torres. Em Portugal, contudo, essa ação militar irregular, em parte conduzidas pelos (ou alguns) corpos de ordenanças não se encontrará ainda, porventura, estudada e explicada. Os corpos de ordenanças eram forças de defesa territorial, profundamente articuladas com a estrutura social das terras que defendiam. Assim, seria interessante ver, por exemplo, quais corpos de ordenanças lutavam, que territórios representavam, e quais os seus comandos e como estes se organizavam (e como eram financiados).

⁷³ Jorge Borges de Macedo, op. cit., p. 15/16.

Mas, eventualmente com receio de que a imagem de derrota tivesse reflexos no resto do cenário europeu, persistiu na permanência das suas tropas na Península⁷⁴.

Efeitos na organização econômica e social de Portugal

As invasões expuseram, por outro lado, as deficiências de infra-estrutura⁷⁵ e de alguma organização econômica portuguesa, as quais, apesar de constituírem um dos principais obstáculos à invasão do país, foram posteriormente origem de fortes críticas ao poder “absoluto” pelo período político que se lhes seguiu durante o século XIX.

Talvez por isso, a visão imediatamente posterior da História dá uma imagem de um Portugal destruído economicamente pela guerra.

Por exemplo, o escritor Silva Gayo procura dar uma imagem desse tipo⁷⁶: “[...] tinha o exército de Portugal entrado em duzentas e setenta e seis ações contra os franceses, de 1807 a 1814. Tinha recebido em troca de tantos sacrifícios o seguinte: o seu solo devastado; a agricultura e a indústria abandonadas, 2 000 000 de francos (360 000\$00 reis de indenização. Muito menos do que o preço da baixela de prata que dera a Lord Wellington; a perda de Olivença, ou o que tanto valia; a exploração que de nós fazia a grande Inglaterra; a ignomínia da re-

⁷⁴ Cf. Gunther Rothenberg, *op. cit.*.

⁷⁵ Por exemplo, a pouca qualidade das vias terrestres, que impediam o avanço maciço de tropas (neste caso, em benefício da defesa da fronteira).

⁷⁶ Mário. Porto: Livraria Civilização, 1961, 2º volume, p. 94.

gência; e o suave carinho do inglês Beresford”. Para este liberal, a Coroa (absolutista, de D. João) “[...] nem se lembraria de que este povo fora um herói na defesa do país [...]”⁷⁷.

Também no romance de Forrester, *Morte aos Franceses*⁷⁸, é dada essa explicação para as dificuldades de abastecimento local das tropas francesas: Os franceses [...] tinham vivido com o que encontravam pelo caminho, num país naturalmente pobre e, naturalmente, já devastado”.

E será isto verdade, essa ruína e devastação de Portugal durante as Invasões, tão apregoada ao longo da nossa História?

Eventualmente, nas partes do país sujeitas às tropas invasoras e aos combates, isso terá sido uma realidade, a que terá ajudado a política de “terra queimada” decidida e imposta por Wellington, principalmente na Terceira Invasão, para impedir o aprovisionamento e o avanço dos invasores (causando uma onda de destruição e despovoamento que começou, naturalmente, por não ser bem vista e aceita pelos portugueses, perante o deslocamento de mais de um quarto de milhão de pessoas, a morte de dezenas de milhar de portugueses e a devastação de vastos tratos de terra).

Igualmente o diferencial de objetivos entre as forças inglesas em campanha (mesmo quando incorporando portugueses) e o interesse real de Portugal, pelo menos enquanto definidos por alguns membros do Conselho de Regência e agentes econômicos portugueses terá também contribuído, paradoxalmente, para

⁷⁷ Mário. op. cit., 2º volume, p. 94.

⁷⁸ Publicações Europa-América., p. 86.

essa visão tão negativa⁷⁹. Para Wellington, “[...] Portugal era a base de todas as operações inglesas na Península [...]”⁸⁰, assim referindo também António Pires Nunes⁸¹: “Tomava-se claro que, se para Wellington a principal preocupação era a situação em Espanha, e Portugal era um território de refúgio e de preparação, o inimigo eleito de Napoleão era a Inglaterra e a ocupação de Portugal um meio de a derrotar⁸²”. As preocupações militares portuguesas, contudo, não iriam além da fronteira – pelo menos da terrestre –, embora forças nacionais tivessem feito a Guerra Peninsular toda ao lado de Wellington.

Essa diferença de objetivos entre Wellington e, nomeadamente, o Conselho de Regência português, mas também parte da população⁸³, terá levado a que o militar inglês tivesse de enfrentar dois tipos de constrangimentos às necessidades financeiras da sua estratégia: uma, do próprio Governo inglês, ao qual tinha de convencer da importância da Guerra Peninsular, a fim de que se dispusesse a financiá-la em termos adequados; outra,

⁷⁹ Ironicamente, a própria lógica do cotidiano, como era visto pelos comandos ingleses, para os quais o dia começava quando “um cavalo cinzento pudesse ser visto a uma milha de distância” não corresponderia exatamente ao entendimento da sociedade civil e política lusitana.

⁸⁰ A segunda invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*, p. 93.

⁸¹ A segunda invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*, p. 93.

⁸² Diz John Grehan (op. cit., p. 7): “The invasion of Portugal was [...] a matter of the highest priority to the French and Napoleon ordered that the conquest of Andalusia and southern Spain should be postponed until Portugal had been subdued”.

⁸³ Os próprios militares das milícias desertavam em grande número quando se tratava de trabalhar nas colheitas (de onde vinha o sustento da economia do país).

das Autoridades portuguesas, que procurariam ao máximo que os encargos da guerra ficassem sob responsabilidade inglesa, inclusive a pré dos soldados lusitanos⁸⁴. Nesse sentido, aos ingleses, Wellington tinha de convencê-los da incapacidade financeira de Portugal para subsidiar o esforço bélico⁸⁵; e, aos portugueses, o seu empenho era no sentido de convencê-los de que os objetivos britânicos seguiam de perto os de Portugal, devendo, pois, ser em grande percentagem por este pagos.

A idéia inglesa daí resultante (pelo menos nos relatórios militares) terá, assim, sido a de um Portugal genericamente empobrecido e endividado, a ponto de não poder pagar as suas despesas de guerra.

A “propaganda” anti-francesa terá também marcado o imaginário do país. Durante a Guerra Peninsular verificou-se, em Portugal, “[...] uma extensa produção panfletária antinapoleônica, muitas vezes primária e distorcendo os fatos, de forma a empolar as atrocidades das tropas estrangeiras e a encorajar o ódio ao invasor”⁸⁶.

Contudo, mostram-nos os números comerciais (incompatíveis com um país devastado e economicamente desorganizado) que as invasões francesas nunca puderam ser efetivas no

⁸⁴ Em Abril de 1810, cerca de 30 mil soldados portugueses eram pagos pela Inglaterra.

⁸⁵ Diz John Grehan (op. cit., p. 5): Wellesley considered that the Portuguese should be offered all the financial and political support necessary to enable them to re-build their army [...]. Nesse sentido, Wellington chegou a anunciar o déficit português como de 900 000 libras. E, em Abril de 1810, o subsídio “de guerra” inglês ao Governo Português foi elevado a 1.500 000 libras.

⁸⁶ Margarida Magalhães Ramalho, “Trabalho de Sapa”, “Expresso”, 2 de Fevereiro de 2008.

bloqueio dos portos portugueses, e duraram sempre pouco. Dos três invasores, só Junot dominou parcialmente os portos, principalmente Lisboa.

Se analisarmos, como o faz Borges de Macedo⁸⁷, o movimento dos portos portugueses metropolitanos de 1806 a 1810, verificaremos que foram os seguintes os números de navios ingleses entrados: 354 (1806), 305 (1807), 165 (1808), 474 (1809) e 536 (1810). Verifica-se desse modo que, não obstante a queda das visitas de navios britânicos a Portugal durante 1808 (ano da ocupação por Junot), o fluxo até aumentou, face ao passado imediato, nos restantes anos de guerra. Relativamente aos navios portugueses, entre 1806 e 1810 as entradas de navios atingiram o seu mínimo em 1808 (66 navios), após terem tido o seu pico em 1806 (826), mas logo recuperaram para 303 em 1809 e ainda para 547 em 1810.

Serão ainda digno de registo a recusa por parte de agricultores portugueses em vender as suas produções ao exército, por se considerarem mal pagos (e sinal de que teriam melhores compradores), bem como dos soldados portugueses que desertavam da guerra para trabalhar nas colheitas (não o fariam se o soldo militar fosse mais rendoso).

Tal contradiz, assim, a possibilidade de um Portugal economicamente (e comercialmente) destruído.

A “brandura” inglesa da Convenção de Sintra, que pôs termo à primeira invasão, pode, aliás, ser lida como conseqüência da pouca efetividade do bloqueio francês dos portos portu-

⁸⁷ Op. cit. p.

ses, com menores prejuízos, para os britânicos, dos que os inicialmente previstos.

Também o fato de, pelo menos duas, vezes, Wellington ter usado o território português para reorganizar as suas tropas para prosseguir as operações em Espanha prova que o país (Portugal) não se encontrava devastado e oferecia possibilidades de abastecimento⁸⁸.

Eventualmente, a situação das finanças públicas do país, fragilizadas por uma situação de guerra e precariamente organizadas, na ausência da máquina administrativa da Corte, terão tido dificuldades, que se compreendem. Do mesmo modo, partes específicas do país, e parcelas da população, mais expostas ao confronto bélico, terão sofrido verdadeiramente. Mas não haverá (por enquanto) argumentos que defendam a ruína total de Portugal como consequência das invasões.

O que se passou, eventualmente, foi uma distorção das calamidades da guerra (que não podem ser negadas, pelo menos enquanto respeitem a vidas humanas perdidas⁸⁹) pelos arautos posteriores do Liberalismo que, de fato, foram os mais ime-

⁸⁸ Diz John Grehan (op. cit., p. 36), citando um oficial francês: “Behind it (a linha defensiva “de Torres Vedras”) was a great capital with its arsenals, workshops, magazines to furnish all needs, workers of every description, artillery, depots, and numerous batteries where large calibre guns were concentrated”.

⁸⁹ Todos estes anos de guerra – iniciados mesmo antes das invasões francesas – causam, em Portugal, mais de 100 000 mortos em combate e em ações de represália (também se incluindo as vítimas da fome). Durante a terceira invasão, calcula-se que pelo menos 300 mil pessoas se refugiaram na capital (87 mil das quais num só dia), tendo havido cerca de 40 mil mortes naquela cidade no Inverno de 1810-11.

diatos “fazedores” de história. Do mesmo modo, determinados grupos sociais terão sido mais afetados, ou gravemente afetados, mas, pelo que atrás descrevemos, não se pode dizer que a guerra tivesse posto em causa o ritmo comercial, ou mesmo da produção agrícola portuguesas, de modo a não permitir a evolução da sua economia, pelo menos até 1810.

Efeitos culturais das invasões

No imaginário português, as invasões francesas não deixaram muito lastro. Foram, sim, símbolo de bravura para defesa da pátria, sem mais comentários que as dramatizem⁹⁰. Geralmente, são evidenciadas ações de massacre e vingança popular, como no conto oitocentista do Conde de Ficalho “A caçada do malhadeiro”, sobressaindo, no entanto, sempre, a impiedade da ação de “revanche” contra um invasor indesejado⁹¹.

Como reminiscência da sua estadia em Portugal, refere Braz do Amaral: o “[...] pequeno monumento feito de pedras do próprio local, a pouca distância de Santa Comba, à margem do Rio Dão, e nas quais inscreveram (os portugueses) a vitória alcançada

⁹⁰ Como escreve o autor oitocentista português e grande apologista do liberalismo, Silva Gayo, sobre o seu personagem Jorge Pinto (“Mário”, v. 1, Livraria Civilização Porto, 1961, p. 32-33): “Veio a primeira invasão francesa, e achou-o na Beira, altivo, indomável, a pregar a cruzada contra o estrangeiro. Pouco depois, à testa de guerrilhas, combatia os destacamentos franceses; na vanguarda sempre temerário, inexorável aos vencidos, e à menor tibieza, ou piedade dos seus”.

⁹¹ Por exemplo, a expressão usada por Júlio Dinis (também oitocentista) em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, “camisa de franceses”, indica algo que todos podem “pisar” e ultrajar.

ali pelo exército anglo-português contra os franceses; e acrescenta: “E eu [...] notava ali como um povo e pobre, mas vigoroso pelo seu inquebrantável patriotismo, sabia honrar, com expressão e singeleza, os lugares onde se haviam passado fatos notáveis da sua existência”⁹².

Nesse sentido, as Invasões foram para Portugal uma questão de honra, que foi oportunamente lavada.

Conclusão

A História desse período, pelo menos no que respeita às Invasões Francesas, precisará, assim, de ser revista e melhor analisada, à luz de novas perspectivas que já não se compadecem com as necessidades propagandísticas dos arautos liberais e depois republicanos.

O primeiro ponto que valeria a pena focar seria, assim, a da alegada submissão portuguesa a Inglaterra. Na realidade, Portugal serviu, e bem, os interesses ingleses, políticos, comerciais e bélicos – para mais sendo seu Aliado. Mas tal teve como contrapartida o grande serviço prestado por Inglaterra a Portugal, seja no contributo para a transmigração da Corte para o Brasil, seja na desocupação sucessiva do território português das forças francesas, na reorganização do exército nacional, ou na protecção, diplomática e naval, do Império luso – a diplomacia é sempre uma estrada de duas vias.

⁹² Recordações Históricas. 2.ed. revisada. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2007, p. 216.

Outro “mito” que cumpre desmascarar é o da grande impreparação e incapacidade das forças portuguesas na época. Tal é, não só, negado pelos atuais historiadores militares – Junot poderia ter sido derrotado por Portugal⁹³ –, como a própria compreensão de Wellington da utilidade de reorganização do exército português choca com a ausência de tropas treinadas e armamentos minimamente capazes.

Um terceiro aspecto é o da eficácia e abrangência da presença francesa em Portugal. Na realidade, só a invasão de Junot teve um sucesso relativo – embora não tivesse durado sequer um ano. A segunda invasão, de Sout, não conseguiu descer abaixo do Porto e, a terceira, de Massena, foi logo derrotada no Buçaco, só estranhamente conseguindo prolongar-se até às Linhas de Torres, embora sem quaisquer vantagens estratégicas.

Como contrapartida desse aspecto, está a resistência da economia e comércio portugueses durante as invasões. Mesmo as devastações militares, ou a política de “terra queimada” praticada não conseguiram anular o seu progresso – tal se devendo, em grande parte, ao fato de a Armada francesa não dominar os mares.

Tal não invalida, contudo, todo o sofrimento, também inegável, de parte da população de Portugal, que nessa altura seria de três milhões, com mortos e feridos, fome e desolação.

⁹³ Tal constituindo, aliás, paradoxalmente, uma das acusações feitas à alegada incúria do Príncipe Regente com a situação nacional.

Mas, rompidos os dogmas históricos liberais, interessaria muito, a partir de agora, alargar e aprofundar a realidade portuguesa dessa época, da sua economia, das suas finanças, da sua estratégia e das sua política, alcançando-se, nomeadamente, uma imagem conjugando todos esses aspectos essenciais, para se evitar uma visão distorcida. Figuras importantes, como, por exemplo, a de Rodrigo de Sousa Coutinho⁹⁴, que acompanhou esse período, em Portugal e depois no Brasil, ganharão em ser divulgadas, pela qualidade do seu pensamento, clarividência e capacidade de intervenção na época. O próprio Príncipe Regente D. João viu a sua figura completamente revista e restaurada, pela ação e pela reflexão, neste caso, graças aos esforços do Brasil em assinalar e comemorar devidamente (nas suas conseqüências passadas, presentes e futuras) os 200 anos da Chegada da Corte a terras brasileiras.

Também no Brasil, o Visconde de Cairu, poderá ter a sua obra econômica, prática e teórica, apreciada e estudada no seu espírito de vanguarda e profundidade.

Tudo isso, de que apenas foram referidos exemplos, será um patrimônio (histórico) que portugueses e brasileiros poderão legar – conjuntamente – às gerações futuras, para que estas possam, com mais firmeza, decisão e orientação, prosseguir a obra dos seus maiores.

⁹⁴ Que especialmente tem sido estudado pela Prof^a Andréé Mausuy Dinis Silva, da Universidade de Paris.

Referências

- PINHO, Wanderley de. *A abertura dos portos na Bahia: Cairu, os ingleses, a independência*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2008. Edição Comemorativa do Bicentenário da Abertura dos portos no Brasil, 1808-2008.
- AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Recordações históricas*. 2.ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2007.
- ARAUJO, JOSé Góes de. Bloqueio americano da Bahia de Todos os Santos. In: Congresso de História da Bahia, 5, 2001. Salvador. *Anais...* Salvador, 2004, v.2. p. 567-579.
- BARATA, Manuel Themudo. Milícias e ordenanças na luta contra o invasor. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. v.3.
- BARATA, Manuel Themudo. Um processo subversivo em marcha acelerado. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. v.3.
- CURY, Augusto. *Inteligência multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores*. 8.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FORRESTER, C. S. *Morte dos franceses*. Lisboa: Europa-América, 1989.
- GAYO, Silva. *Mário*. Porto: Livraria Civilização, 1961, v. 1 e 2.
- GREHAN, John. *The lines of Torres Vedras - the cornerstone of Wellington's strategy in the Peninsular War, 1809-12*. London: Spellmount, 2000.
- MACEDO, Jorge Borges de. *O bloqueio continental*. 2.ed. Lisboa: Gradeira, 1990.
- MAGAHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1991.
- NUNES, Antonio Pires. A primeira invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. v.3.

NUNES, Antonio Pires. A primeira invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. v.3.

NUNES, Antonio Pires. A primeira invasão francesa. In: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. v.3.

ROTHENBERG, Gunther. *Die Napoleonischen Kriege*. Leipzig: Neuman & NUnrberger, 2000.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 7.ed. Lisboa: Europa-América, 1981.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Visão norte-americana do comércio no Rio de Janeiro e Salvador em 1808. In: Congresso de História da Bahia, 4., 1999, Salvador. *Anais...* Salvador, 2001, v. 2. p. 633-641.

Sabão em mão de lavadeira

Gisela d'Arruda

Resumo

Lavadeiras no Brasil cantam para ouvidos moucos. Pouco valorizadas, ao contrário das suas irmãs de Portugal, nem os folcloristas se lembraram de coligir os seus versos. Os chafarizes construídos para elas foram postos abaixo, fossem eles no centro do Rio ou em áreas mais pacatas: mulher lavando era algo que o poder não queria ver. Visitantes estrangeiros como Debret e Rugendas felizmente documentaram a profissão com era em seu tempo. De brasileiros, para registrar métodos, hábitos e ervas usadas, só raríssimas pesquisadoras mulheres.

Do carvão eu faço a cinza, da cinza faço o sabão, com o sabão eu lavo a roupa da Maria Conceição, cantava um garoto no interior de São Paulo, selando um cavalo nos anos 1960. Quem dera! Mais fácil a Conceição lavar a dele junto com a do dono do cavalo.

Lavadeiras no geral têm pouca sorte na boca do povo. Seu **dia** é o Sete de Setembro, dia *dos tanques e das trouxas*. Mas entranhada na memória popular como o encardido no pano, a figura da mulher lavando na beira do rio só desbota com o tempo.

Em Recife, o *vira-roupa* atrapalhava as mulheres, sujando e roubando cambraias. Ou assim diziam elas quando o rol de roupa não conferia. A atual **Festa da Lavadeira** na mesma ci-

dade parece até homenagem. Não é. Ao evento acorrem músicos famosos, outros menos; coros ou solos de lavadeiras não há, não que falte material. O nome provém da uma imagem de mulher ajoelhada à beira d'água e trazida nos anos oitenta por um escultor para o seu jardim; visível da rua, foi *lida* pelo povo em voz alta como *a lavadeira*, e em voz baixa como imagem de santo ou orixá: flores e velas sempre renovadas enfeitam o lugar. Apesar da proximidade do mar sugerir Iemanjá, note-se que Oxum tem um aspecto de lavadeira em seus mitos. E ambas são mães d'água.

Lavar é tarefa universal o mais das vezes delegada à mulher, como no Brasil. O varão em caso extremo lava: dos primeiros atos registrados da Armada em Porto Seguro foram alguns homens lavar roupa ao rio Mutari. Nos inícios da Colônia, os padres notaram que a tarefa entre os tupi-guaranis era dos homens; entenda-se que desciam eles ao rio lavar as redes de algodão da família. Mais uns anos e os jesuítas ensinavam as mulheres a cortar, coser e lavar roupas como em Portugal.

Terra essa aliás onde valorizam o trabalho das mulheres, homenageiam a pessoa e registram seus cantos. No Brasil a dificuldade de pesquisar os cantos é imensa: auto-desvalorização das mulheres, sub-valorização de tudo que lhes dizia respeito na visão dos que podiam ter registrado o cantar de criaturas sofrendo de exclusões múltiplas: mulheres, pobres, mestiças, escravas; aparente ausência de cantos temáticos como os de Portugal, como esta quadra alusiva a um rio tão caro aos corações portugueses que deu nome a inúmeros bares e edifícios deste lado do Atlântico: *ó moças do rio Triste, andai a lavar ao alegre! A água do rio Lima põe a roupa como a neve!* Não há

dúvida que as lavadeiras cantassem e cantem, onde ainda existem, mas novo problema vem surgindo, com a crescente evangelização das mulheres e o abandono de toda forma de cultura alheia à da igreja freqüentada.

Os cantos das lavadeiras capixabas têm linda fama. Mas em Praia de Jucu não se achou quem conhecesse sequer um ou indicasse lavadeiras. Pesquisa informal junto a vendedores espírito-santenses de abacaxi no Rio revelou prática quase uniforme da religião evangélica, desconhecimento de cantos próprios ao ofício e relatos de senhoras que *estavam lavando no rio, mas sempre louvando a Deus! e receberam o Espírito Santo ali mesmo.*

As obras dos folcloristas, notadamente os capixabas, omitem o tema. O folclorista Luiz da Câmara Cascudo menciona no verbete *lavadeira* o passarinho alvinegro que voeja à beira d' água. E só. Na pesquisa de campo para *O Cortiço*, Aloysio de Azevedo soube ouvir o bastante para coletar cantiga que não deixou outro rastro: *Maricas tá marimbando, Maricas tá marimbando, Na passage do riacho Maricas tá marimbando.*

Marimbar, de marimbau, ou berimbau, é primeiro tocar o instrumento, em segundo lugar vadiar, diz o *Aurélio*. Maricas, em vez de lavar a roupa, como sugere a presença do riacho, preferiu dar um *mau passo*. A personagem que canta é uma velha mestiça de índio, cachimbo na boca. Suas vizinhas mais novas e urbanas *não sabiam engomar sem cantar*: cantavam os lundus e modinhas que à noite tocavam no cortiço e onde a figura da lavadeira não estaria presente – nem mesmo por alusão à *passage do riacho*.

Mas é do Espírito Santo este canto, não entoado talvez por lavadeiras, mas que as traz até nós: *Cadê o meu lenço branco, lavadeira, que eu dei para lavar? – Não me importo dizer o que se passou: deu uma chuva muito forte e o vento carregou.* Senhoras idosas de comunidades negras ainda o conhecem, e a melodia lembra a de certos jongos.

Embora Câmara Cascudo reproduza só aquela quadrinha, onde é o tal passarinho quem lava a roupa do Menino Jesus, muitas versões mostram a Virgem lavando e estendendo cueiros. *Embala, José, embala que a Senhora logo vem, foi lavar seu cueirinho no riacho de Belém.* Esses acalantos têm inúmeros irmãos na tradição mediterrânea, que nunca viu nada de mais na Mãe lavar a roupa do Filho. Crianças sujam fraldas. Delegar a tarefa ao pássaro já parece coisa mais inspirada na segregação social das casas-grandes. A maioria dos acalantos inclui, como no exemplo acima, um ativo São José, embalando ou estendendo solidário: talvez uma idealização de parceiros de carne e osso bem menos companheiros.

Se em Portugal doutores e homens comuns coligem os cantos de trabalho, e até Dom Diniz, fundador da Universidade de Coimbra, dedicou um longo poema às lavadeiras que avistava das janelas, no Brasil só mulheres parecem se importar. Um autêntico canto *de lavadeiras* referido pela pesquisadora Hildegardes Viana diz assim: *Você diz que rola pedra, rola pedra nem por isso, no dia que eu tô à toa, rola pedra pra patroa. Você diz que rola pedra, rola pedra nem por isso, no dia que eu tô à toa, rola pedra no serviço.* É o canto das lavadeiras da fazenda Redenção, em Botucatu, SP.

A lavadeira de rio e tanque lava, e lavava, cantando, sempre; sejam lundus, jongs, toadas ou louvações a Jeová. Onde o clima ajudava e a tradição local permitia, lavava seminua. Até pouco tempo, em regiões de forte tradição indígena, as lavadeiras desnudavam pelo menos a parte de cima do corpo, fosse no Ceará, no Piauí, ou no Pará onde por volta de 1940 em Belém registrou o poeta Álvaro da Cunha mulheres lavando a roupa da cidade à beira do rio, sem camisa ou porta-seios, a supor que usassem um. À beira do rio, ajoelhadas, não de pé dentro dele: a posição varia com a topografia e a tradição local. Da Cunha (*Pássaro de Chumbo*) dedicou um poema à parteira Mãe Luzia, também robusta lavadeira seminua em seus cinqüenta anos. Mãe Luzia *nunca perdia um parto e aparou* em seu tempo meia Belém. Hoje há uma maternidade com seu nome; o poeta homenageou antes disso as suas mãos capazes e o seu tronco moreno e molhado.

Importa perceber, além do cartão-postal colorido, o que em profundidade estamos vendo: uma categoria regida por leis que só a ela se aplicam, leis não escritas derivadas de uma lógica incontornável, e diversas senão contrárias à lei que rege as ruas. Caminho d'água, o rio tem outras leis, nadem iaras no fundo ou lavem mulheres nas margens.

Talvez por não lavarem em rio as lavadeiras que Pancetti* retratou nas então intactas lagoas de Abaeté se mantivessem tão cobertas. O fulgor da areia branca abrasaria a pele longamente exposta. Não há melanina que proteja do reflexo do quartzo aquecido. Seria a técnica dos homens azuis do Saara.

Cabe dizer que os tempos mudam devagar e as Igrejas pentecostais se multiplicam: hoje no interior do Ceará ainda se lava no rio, mas se está ainda que sucintamente vestida.

Ervas ajudavam a deixar a roupa limpa em tempos de sabão de sebo e cinzas, escuro e gorduroso. Ainda existe em lugares remotos como o Quilombo de São José, RJ, onde poucas ainda o empregam mas todas descobriram que os raros visitantes adoram levar de lembrança. Com ele, se *batia barrela*. A barrela até hoje vive na boca do povo como sinônimo de coisa vagabunda. *Um amigo barrela, uma aula barrela*. Filha das caprichadas *decoadas* mediterrâneas, a barrela no Brasil era malcheirosa e perigosa, acrescida com frequência de químicas corrosivas. Mas permitia lavar no frio, na chuva, e com cólicas. Mulher *em seus dias* não ia e nem vai ao rio. Permitia à mulher idosa lavar, e a quem não podia deixar o lar por ter filho pequeno incapaz de brincar perto d'água com segurança. Mesmo na tina acanhada, cada uma acrescentava algum tempero seu. A folha mais representativa qualquer que fosse o ambiente é *Momordica charantia*, o melão-de-são-caetano, uma cucurbitácea como os melões de ir à mesa, e tão usada em lugar do sabão que o outro nome era **erva-das-lavadeiras**, tendo ainda hoje farto uso medicinal. A análise detectou saponina só nos *frutos*, mas a *rama* se usava inteira e surtia bom efeito.

Hildegardes Viana observou mulheres lavando nas fontes baianas e usando folhas das quais algumas estavam em uso nos lavadouros e rios observados por Jean-Baptiste Debret no Rio de Janeiro: “*rama de melão-de-são-caetano, folha de mameiro* [essa para certas manchas], *folha de bilreiro, folha de quitoco* [...] *além do patchuli para ajudar a tirar o sujo. [..] Fervura com patchuli deixava a roupa cheirosa, mas separava casais; com quitoco esfriava as naturezas dos rapazes; com bilreiro, afastava os olhos maus e os sonhos ru-*

ins.” Como o patchuli tem fama moderada de afrodisíaco e de *chamar amores*, as lavadeiras antecipavam as conseqüências para os fregueses.

Para tirar mancha usava-se suco de limão, fava de biri (*Canna indica*, comum nos jardins) sendo que esta estragava a roupa em pouco tempo- lavadeira séria não usava. No Rio de Janeiro, o que o ouvido de Debret captou como *timbubu*, ou a boca da moça africana articulou: **timbaúba**, *Stryphnodendron guianensis*, leguminosa tropical cuja casca se aproveita em curtumes. O nome deriva do tupi *timbo* ‘*îwa*, “árvore da espuma”; espuma aproveitada pelas moças em seu labor. Nesta área e noutras, os africanos tiveram de adaptar o vasto conhecimento de folhas que traziam, às plantas que aqui encontraram.

Debret, Moritz Rugendas, Thomas Ender e outros viajantes do tempo dos escravos deixaram testemunho precioso deste saber desprezado pelos senhores das mansões onde se hospedavam. Gravuras e relatos pintam um quadro bastante exato. Encontrando-os *muito superiores aos da Europa*, Debret elogia a arte e o capricho das mulheres, em seu tempo sempre escravas de casas ou de ganho. Rugendas reproduziu variada coleção de utensílios: batedor de roupa, tinas, tacho de goma e vemos uma lavadeira branca* em meio às escravas, todas de canelas metidas ao rio: uma portuguesa lavando para a família? Só Debret menciona bosta de cavalo, alternativa às ervas que fixavam as cores, e pintou a apanhadora de bosta fresca* ao lado das companheiras lavando e quarando. Nem sempre se acham todas as ervas, sempre se acha bosta de cavalo. Não fixar as cores, em tempos que a roupa não chegava com o excesso da tintura retirado industrialmente, levaria a manchar as

outras peças na manipulação, com conseqüências desagradáveis para todas as partes e principalmente para as escravas lavadeiras.

Com as cidades crescendo, tornou-se necessário construir tanques para as lavadeiras. Ainda por muito tempo escravas, por vezes escravos, lavavam a qualquer hora – devemos lembrar que havia mais procura do que espaço disponível – e o ruído dos batedores soltando a sujeira do pano era trilha sonora noturna – de dia não se chegava a notar senão de perto. Com a modernização urbana, os grandes tanques da Carioca foram demolidos e o Império e a República empurraram a cada vez mais os tanques e a quem os pilotava para os cortiços e em seguida as favelas, num movimento contínuo de varrer para debaixo do tapete aquilo que não se desejava ver. O tanque do Largo do Moura, perto do porto, e erguido em 1794 pelo vice-rei, desapareceu em 1903 junto com o largo para dar lugar ao Mercado novo. No Largo, os poderes públicos haviam erguido primeiro a forca, depois o necrotério; era o lugar onde capoeiras aprendiam a arte e a exerciam em batalhas famosas, onde se armavam picadeiros de circo, onde soldados encontravam prostitutas, e onde lavadeiras da Saúde e Gamboa aproveitavam a freguesia das mulheres e dos navios atracados. Exatamente por isso eram mal vistas e tidas como parte integrante da poluição urbana, rótulo irônico para quem ganha a vida tornando limpo o sujo.

Em cidades menores os tanques centrais permaneceram mais tempo e em muitos casos ainda se encontram nas praças. Um bom exemplo é o de Papari, no Rio Grande do Norte, a poucas horas de Natal. O espaço reservado às lavadeiras cos-

tumava ser nas laterais: a área da frente era para beber e encher vasilhas. Quando o rio era caudaloso, algumas casas conseguiam alimentar uma cacimba própria com a água que banhava o quintal da família, instalavam um tanque, e a roupa suja se lavava literalmente em família.

Permaneceram alguns tanques esquecidos em capitais como o Rio de Janeiro. Alguns são chafarizes polivalentes como o da Glória (agora recuperado) e o da rua do Riachuelo (do tempo da Colônia, e que aguarda igual sorte). Não eram espaços concebidos para lavar roupas embora não deva ter faltado quem deles fizesse esse uso, gerando brigas. Acontecia também da roupa se estender em plena rua para corar antes do enxágüe final, seja em varais coletivos seja, em locais tranquilos, direto no pé-de-moleque do calçamento, como se observa em fotografia que Marc Ferrez tirou do Largo da Mãe do Bispo. Não raro os guardas precisavam intervir em disputas por espaço ou furto de peças. Esse espaço era vital: embolar, amassar peças alheias molhadas e cheias de sabão podia mofar o pano: prejuízo sério, e sendo roupa de fregueses, pior ainda.

Já o tanque da rua Fonte da Saudade, várias vezes modificado e por fim demolido, devia o nome às lavadeiras portuguesas que ali cantavam, segundo o historiador Milton Teixeira. Contruído principalmente para a lavagem de roupa, possuía em posição frontal o *tanque da lavadeira*. Prefeitos sucessivos sentiram a necessidade de *modernizá-lo* mais e mais, transformando uma encantadora construção de alvenaria em simples bica, hoje engolida por um dos condomínios daquela rua.

Ninguém se preocupou em anotar o que as saloias cantavam à beira da Lagoa de Sacopã; mas elas vivem ainda em

provérbios e ditados, alguns aqui mencionados. Leonardo Motta recolheu adágios como *Não tenho nada com o sabão e sim com a roupa lavada!* (só me interessa o resultado final, não quero saber de explicações) e “*estar no rio*”, significando *estar na mão da lavadeira*. Para o universal *Roupa suja se lava em casa* Leonardo Motta fornece traduções em cinco idiomas; não parece ter conhecido o machista *Vai lavar um tanque de roupa* que aos poucos cai em desuso. Pesquisando ao vivo ou em adagiários, encontrará o leitor outros ditados, como o que dá nome a este artigo.

Ilustrações sugeridas:

Jean-Baptiste Debret, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 2º tomo, pranchas 24 e 48. (48) Às portas do Rio Antigo, lava-se e apanha-se bosta para deixar clara a roupa. (24) *Casa de Ciganos*: escravos ainda crianças ajudam as lavadeiras à beira do poço, e no fundo as **peças** recém-chegadas da África, alinhadas como jarras, aguardam serem vendidas.

(Johann Moritz) **Rugendas, Viagem Pitoresca Através do Brasil**, prancha 4/11. O escravo homem pode ter vindo transmitir recado, apanhar ervas ou frutas ou apenas conversar.

Thomas Ender, gravura 705, *Chafariz do Largo do Moura*; percebem-se lavadeiras em atividade no alto dos degraus; um bebedouro permite dar água às bestas sem ter de buscá-la ao chafariz.

Almeida Jr, as Lavadeiras, São Paulo, coleção particular: cabeça coberta por panos vermelhos, a cor que melhor pro-

tege do sol, mulheres vestidas lavam direto no rio procurando molhar-se pouco, enquanto peças já lavadas quaram ou secam

Pancetti, *Lagoa do Abaeté*; aguardando que as peças sequem, facilitando a viagem de volta, lavadeiras se protegem do sol com chapéus de palha e bastante roupa.

Sugestão de leituras:

Jean-Baptiste Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*
(Johann Moritz) Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*

Memória sobre a Fundação e Custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, Barão do Paty do Alferes, seleção de Thalita de Oliveira Casadei, *Tribuna de Petrópolis*, viii-2000.

Hildegardes Vianna, *As Lavadeiras faziam assim*, **Jan-gada 2000**, Bahia.

Cancioneiro Popular Português, coligido por José Leite de Vasconcelos, Universidade de Coimbra, 1983.

Sobre texto e autora

O artigo resume ensaio meu ainda inédito sobre o tema, *Um Tanque de Roupa*, à procura de editora. Estudei História na Sorbonne, Paris, até a *licence*, lecionei francês e História durante anos e hoje trabalho com a arte da cura e pesquiso ervas e folhas. Tenho um livro publicado sobre o tema, *Sinais de Vida (Nova Razão Cultural)* e outros mais, com sorte, de-

verão sair. Durante esse tempo todo, tenho lavado roupa, o que acabou me inspirando.

Discursos e palestras

A festa do 114º aniversário do **IGHB**

*Consuelo Pondé de Sena**

Além da importância que atribuo à fundação do IGHB, ocorrida nos idos de 1894, esta noite se reveste de singular significação para a história da entidade. É que a Casa da Bahia está realizando, com o patrocínio do governo do Estado e a parceria de várias instituições, a solene abertura do Simpósio Internacional dos 200 anos da chegada da Corte Portuguesa à Bahia de Todos os Santos, no dia 22 de janeiro de 1808.

Agregou-se à cerimônia anual da festa aniversária da Casa da Bahia a realização do importante conclave, desejo que felizmente se concretiza lastreado que sempre esteve na vontade de que se realizasse.

Não peço desculpas pela combatividade com que defendi a realização do evento dessa natureza. Assim, promoveu Cinco Congressos de História da Bahia, o primeiro, 1949, para assinalar os 400 anos de fundação da Cidade do Salvador, seguindo-se, o de 1952, para marcar a instalação do I Bispado, o terceiro, em 1973, comemorativo dos 150 anos do Dois de Julho, o quarto e o quinto, respectivamente nos anos 1999 e 2000

* Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

para rememorar a descoberta da Baía de Todos os Santos e os 500 anos do Descobrimento do Brasil.

E porque tenho a convicção de que a vitória justifica o combate, incluí na meta deste ano, no calendário das atividades culturais do IGHB, a essencialidade deste encontro cultural.

Disse Carlyle, ensaísta, filósofo e historiador inglês: “O homem que quer proceder conscienciosamente sempre deve crer firmemente”.

Minha crença fundamental é a de que cada ser humano possui, em si, uma centelha divina, sobre a qual se sustentam desejos e convicções.

Se essa coragem é uma qualidade moral, portanto, mais importante do que a física, quem a possui agrega ainda o espírito de luta e a responsabilidade.

Afora isso, existe uma relação muito profunda entre a coragem moral e a verdade, pois a verdade é integridade e a inverdade sempre está próxima da covardia moral.

A coragem moral, porém, não é prerrogativa peculiar de um só indivíduo, de determinada classe social e profissional. Aflora invariavelmente em qualquer setor da existência que exija e aceite responsabilidade. É requerida, porém, daqueles que foram talhados para exercer a liderança. Não importa o tamanho da missão, mas a força capaz de acionar o esforço necessário à sua realização.

Os que fazem parte desta agremiação sabem que sua trajetória é uma trajetória combativa e, o que se desenvolve hoje em termos de trabalho voluntário e desinteressado, existe há mais de um século de ininterruptos serviços prestados à Bahia e ao seu povo.

Espaço democrático e de acolhimento, esta Casa sempre esteve aberta à celebração de fatos e vultos da História da Bahia, tendo sempre recebido no seu quadro social pessoas das mais diversas categorias sociais, sem que em tempo algum se tenha deslustrado a sua condição de Casa da Bahia, prédio construído com a contribuição da gente da Bahia e de outras partes do Brasil, graças ao idealismo de Bernardino José de Souza, seu ex-Secretário Perpétuo. Àquele notável sergipano, que adotou a Bahia e nesta terra foi e é, até hoje, reconhecido como o maior incentivador cultural de todos os tempos. A ele, mais uma vez, rendo neste instante o preto da minha admiração e respeito.

Com efeito, Bernardino José de Souza tem sido o guia e o estimulador das ações que aqui se efetivam graças ao seu perfil de homem idealista, ao seu exemplo magnífico de devotamento à causa da instituição e da Bahia, muitos dos que aqui mourejam têm procurado imitar-lhe o exemplo de dedicação e o desprendimento.

Vale referir neste instante que, o escritor cearense, Herman Lima que na Bahia realizou seus estudos de medicina, destacou, no seu livro de memórias: “Travessia”, o que lhe pareceu notável na conduta pública do mestre de Bernardino, ou seja, o seu “patriotismo ingênuo”. Com efeito, seu elevado espírito público levou-o a edificar, por meio de subscrição popular, este edifício monumental e o da antiga Faculdade de Direito, hoje sede da OAB.

Alterando a praxe dos anos anteriores, nesta festa aniversária, teremos a abertura desse conclave, tendo a honra de receber, como conferencista, o Professor Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, na pessoa de quem, esta instituição reverencia os demais congêneres de todo o País.

Desejo agradecer ao DD. Governador do Estado da Bahia que, num ato de justiça e respeito às tradições desta terra, incluiu a presidente desta Casa na Comissão dos 200 anos, e patrocina o Simpósio, ao Prof. Ubiratan Castro de Araújo, presidente da Fundação Pedro Calmon, ao Dr. Fernando Schmidt, ao Prof. Paulo Costa Lima, presidente da Fundação Gregório de Mattos, da Prefeitura Municipal do Salvador, e tantos quantos nas suas específicas funções e com suas preciosas contribuições cooperaram para a realização deste evento.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar a delegação da Academia Portuguesa da História, aqui representada pela DD. presidente, Dra. Manoela Mendonça, ao DD Secretário, Dr. Miguel Monteiro, bem assim ao Acadêmico Antônio Vicente, que nos honram a todos com suas nobres presenças. Somos, igualmente gratos aos historiadores de vários Estados brasileiros, que aderiram ao Simpósio, aos presidentes dos Institutos Históricos de Santa Catarina, Prof. Carlos Humberto e de Sergipe, Prof. José Ibarê Dantas, aos colegas, confrades, estudantes e amigos da instituição.

Ditas essas palavras, desejo que o Simpósio dos Duzentos Anos da Chegada da Família Real à Bahia seja um momento de troca de informações entre brasileiros e portugueses, de reflexão sobre o acontecimento que promoveu a transformação do nosso País, preparando-o para a conquista da sonhada independência.

Muito obrigada pelas honrosas presenças.

História da Universidade Federal da Bahia¹

*Roberto Figueira Santos**

Ao instalar-se o presente seminário, em comemoração dos 60 anos transcorridos desde a criação da Universidade Federal da Bahia, cabe-me saudar a presença dos visitantes oriundos de países amigos, dos reitores de outras unidades da nossa República Federativa, assim como dos colegas das demais Universidades situadas na Bahia. A todos, pois, os nossos votos de boas-vindas. Dirijo-me, igualmente, aos professores, alunos e funcionários da nossa própria Casa, e a todos quantos nos honram com as suas presenças, rejubilados que estamos com as demonstrações de apreço e de reconhecimento pelos serviços que a UFBA tem prestado à comunidade baiana.

Em verdade, mesmo para um país relativamente jovem como o Brasil, 60 anos representam, ainda, um período curto para a vida de uma Universidade, tendo em vista a alta complexidade dos encargos a nós atribuídos. A secular demora na criação desta nossa instituição tem explicações que se confundem com a evolução social, política e econômica do Brasil e, em especial, com a história da educação em nosso país.

¹ Discurso pronunciado na oportunidade das comemorações dos 60 anos da UFBA

* Ex-Reitor da UFBA

Durante os primeiros séculos da história da colonização, não foi permitida a oficialização dos estudos de nível superior realizados no território do Brasil, embora não tivessem faltado corajosos esforços das autoridades locais junto às instâncias das quais dependíamos. Num país onde nem sempre se encontram registros convincentes acerca de fatos históricos de muita relevância, é impressionante a documentação disponível sobre as sucessivas petições originadas nesta Cidade do Salvador, visando a equiparação dos cursos aqui realizados aos das Universidades de Évora e de Coimbra. Essa documentação, reunida em livro pelo Professor Alberto Silva, se estende por mais de duzentos anos, a partir do século XVI. Inicialmente, assinadas pelas autoridades eclesiásticas, e dirigidas a Lisboa e a Roma, e, mais tarde, subscritas pelas autoridades civis, **todas essas** petições foram explicitamente **recusadas** ou por longo tempo, **ignoradas**. Em conseqüência, os jovens que aqui viviam e reuniam condições para realizar cursos superiores, deslocaram-se para a Europa, a fim de continuar seus estudos. E isso ocorreu com número apreciável de brasileiros, muitos dos quais voltaram para exercer na sua terra, o que haviam aprendido fora daqui.

Conforme é de geral conhecimento em nosso meio, datado de 18 de Fevereiro de 1808, um dos primeiros atos da realeza de Portugal ao transferir-se do país de origem para o Brasil, foi a criação da “Escola de Cirurgia do Real Hospital Militar de Salvador”, precursora da Faculdade de Medicina que integra a Universidade Federal da Bahia. Registrou-se, assim, o primeiro passo dado no Brasil, no sentido da evolução de entidades responsáveis pela formação de profissionais com nível superior de

educação. No início do século XIX, antes de proclamada a nossa independência, ainda com a presença da família real portuguesa em território brasileiro, foram instalados outros cursos para a preparação dos profissionais dos quais a população necessitava com a maior urgência. Na área da saúde, além do situado em Salvador e já mencionado, instalou-se outro, no mesmo ano, no Rio de Janeiro. No campo do Direito, instituíram-se, também, um em São Paulo e outro em Recife. A Escola Central do Exército, criada poucos anos depois, desempenhou, parcialmente, o papel de uma Escola Politécnica.

Implantaram-se esses cursos sem qualquer vínculo com outras entidades de natureza cultural – nem com outras escolas superiores para configurarem uma Universidade, nem, tão pouco, com Academias ou Sociedades científicas e literárias. As Faculdades resultantes da evolução desses cursos foram completas em si mesmas, pois cada qual oferecia o ensino de todas as disciplinas necessárias à obtenção do diploma, incluindo as disciplinas básicas, de feitiço propedêutico e as que transmitem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes pertinentes ao exercício de uma profissão.

Foi este o modelo único e exclusivo – o de escolas profissionais isoladas e completas em si mesmas – que serviu a todos os estabelecimentos de ensino superior que funcionaram no Brasil até o **começo da década de 1930**. Tratava-se de adaptações do modelo francês, dito “napoleônico”. Malgrado os imensos serviços prestados pelas Escolas organizadas segundo esse modelo, ao longo de mais de um século, significaram elas nova demora na implantação de Universidades que tivessem como **compromissos institucionais**, além da formação de profissio-

nais, outros objetivos culturais mais amplos, inclusive a realização de pesquisas técnico-científicas de finalidade utilitária. Todo o pessoal docente dessas Faculdades trabalhava em regime de tempo parcial. Curiosamente, das escassas pesquisas científicas registradas em nosso meio ao longo do século XIX e no começo do século XX, poucas se originaram nas Faculdades. Realizaram-se esses trabalhos, predominantemente, em instituições especializadas nas áreas da saúde e da agricultura, ligadas ou não ao poder público, a fim de atender aos problemas urgentes da sociedade. Os nossos estabelecimentos de ensino não costumavam ocupar-se, então, com especulações de ordem puramente intelectual, que fossem desligadas, sistematicamente, do preparo de recursos humanos, nem com a solução de problemas de natureza econômica ou social, que dependessem da ampliação das fronteiras do conhecimento, sob os rigores do método científico.

Continuou, assim, ao longo da nossa história, a demora no início do funcionamento das Universidades. Depois de o Brasil haver proclamado a sua independência e tornar-se um Império, e ainda durante as primeiras décadas após a implantação, em 1889, do regime republicano, frustraram-se as várias tentativas de criação, **com feito universitário**, de instituições de ensino superior. De fato, essas tentativas não tiveram força suficiente para superar o prestígio adquirido pelas escolas profissionais isoladas. Somente na primeira metade da década de 1930, saíram do papel e **entraram em funcionamento**, pela **aglomeração de Faculdades existentes**, as nossas primeiras Universidades, a de S. Paulo e a do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro). As mais antigas Universidades no nosso país contam,

pois, **com essa configuração**, pouco mais de **setenta anos**, embora algumas incorporassem entidades muito mais antigas.

As duas primeiras Universidades **a funcionar** no Brasil – a de S. Paulo e a do Distrito Federal – muito diferentes, uma da outra, tiveram destinos também diversos entre si. Cada qual a seu modo, contudo, mostrou que valeu a pena a junção de escolas superiores para formarem uma nova entidade. Teve continuidade, por isso, entre as autoridades educacionais, a intenção de **criar outras Universidades**.

Qual era a situação do ensino superior na Bahia, na década seguinte, em 1946, quando surgiu a oportunidade da criação de uma Universidade conforme o modelo então adotado, que era o da aglutinação de Faculdades nos maiores centros demográficos, e em que **todo** o pessoal docente trabalhava em **regime de tempo parcial**?

Em pleno funcionamento, em Salvador, estava a Faculdade de Medicina cujas raízes datavam de quase século e meio. Mantida com recursos federais, ocupava prédio de sólida construção, que abrigava a administração, a biblioteca e os laboratórios das disciplinas pré-clínicas, ocupados por equipamento didático parcialmente importado da Europa. O ensino clínico era oferecido em Hospital de caridade, mantido pela Santa Casa da Misericórdia, com apoio financeiro da própria Faculdade. Vários dos professores haviam estagiado em instituições europeias, predominantemente, francesas, e o currículo era calcado, igualmente, na tradição francesa. Anexos à Faculdade de Medicina funcionavam os cursos superiores de Odontologia e de Farmácia. A Faculdade de Direito, com cerca de meio século de existência, mantida por uma instituição privada, estava bem instalada, fisicamente, e contava

com um corpo docente que incluía advogados e juizes de renome, além de bacharéis em direito com apreciável tradição política. A Escola Politécnica, nascida como instituição privada e, subseqüentemente, vinculada, ora ao Governo da Bahia, ora ao Governo Federal, possuía, no corpo docente, profissionais de reconhecida experiência. Era, porém, servida por laboratórios didáticos precariamente equipados. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, também privada, era de criação recente e possuía um corpo docente com respeitável projeção acadêmica e social. As suas instalações deixavam muito a desejar, sobretudo depois que cresceu, rapidamente, o número dos alunos. Eram particularmente precários, os laboratórios que serviam às áreas das ciências. A Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, mantida por empresários locais, tinha por objetivo formar pessoal para atender às necessidades imediatas de empregos no comércio da cidade. E a Escola de Belas Artes havia sido iniciada por um grupo de artistas que ofereciam cursos livres dificilmente habilitados ao reconhecimento oficial, como sendo de nível universitário. Vinculava-se a ela, um curso de Arquitetura. Cumpre repisar, a despeito do cunho repetitivo dessa afirmação, que não havia nenhum docente em regime de dedicação exclusiva, tradição essa que, somente, **começou** a ser alterada há menos de cinquenta anos.

Assim era o ensino superior na Bahia do meado da década de 1940, quando, no mundo, as forças da democracia haviam derrubado as ditaduras nazi-fascistas e, no Brasil, o governo ditatorial de Getúlio Vargas cedera lugar à redemocratização. Fora eleito Presidente da República, o General Eurico Gaspar Dutra, que nomeou seu Ministro da Educação o Professor Ernesto de Souza Campos. Catedrático de Microbiologia da

Universidade de S. Paulo e Doutor em Saúde Pública pelo famoso curso da Universidade de Johns Hopkins, o novo Ministro esclareceu junto ao Presidente Dutra a importância que teria a implantação de duas Universidades Federais no Nordeste Brasileiro, respectivamente, em Salvador da Bahia, e em Recife, no Estado de Pernambuco. Assim, nasceu em 1946, sob a liderança do Professor Edgard Santos, a **Universidade da Bahia, pela aglomeração das Faculdades** mencionadas, com objetivos de natureza cultural que ultrapassavam a soma dos propósitos das unidades que a compunham. Seguindo o modelo anteriormente adotado nas Universidades de S. Paulo e do Distrito Federal, ao se unirem para constituir a Universidade da Bahia, cada Faculdade preservou os dispositivos para o ensino das disciplinas básicas, assim como os destinados à formação profissional.

Esse modelo de estabelecimento de ensino superior, adotado por todas as Universidades criadas no Brasil entre as décadas de 1930 e o ano de 1960, resultava na fragmentação dos recursos humanos, materiais e financeiros destinados aos setores básicos do conhecimento (matemática, física, química, biologia, geociências, filosofia, ciências humanas e letras), o que fragilizava os trabalhos dos departamentos correspondentes e atrasava o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação de professores para o futuro.

Após a criação das primeiras Universidades, as antigas Faculdades conheceram notável surto de progresso material. A integração verificada do ponto de vista administrativo e financeiro, entretanto, não ocorreu sob o ângulo das **atividades acadêmicas**, uma vez que continuava a pulverização, entre diferen-

tes unidades, dos dispositivos referentes a cada ramo das ciências básicas. Como era praxe entre nós, nos *curricula* oferecidos para a atribuição de diplomas de nível superior, os setores básicos do conhecimento funcionavam, apenas, como simples apoio ao preparo para as diferentes categorias de profissionais.

Quando se articularam as Faculdades locais para constituir a Universidade da Bahia, havia cerca de dez anos que a nossa Faculdade de Medicina vinha sendo dirigida por um dos Professores de Clínica Cirúrgica, o Dr. Edgard Rego Santos que, logo, se destacou na liderança do processo de criação da nova entidade. Instalada a Universidade, o Professor Edgard Santos foi escolhido seu primeiro Reitor e permaneceu no cargo durante quinze anos consecutivos, mediante eleições que se repetiram a cada três anos. Ao lado dele, outros baianos ilustres, com **projeção nacional** nas áreas cultural e política, junto ao Governo da República, muito contribuíram para a consolidação da nova Universidade.

A fase inicial da vida da instituição, muito trabalhosa do ponto de vista administrativo, incluiu a adaptação de todas as Faculdades às normas do serviço público federal, o que, para a maioria delas, assegurou a captação de verbas do orçamento da União, em escala muito superior aos recursos financeiros de que dispunham antes de integrarem a Universidade. De outra parte, coube às unidades universitárias elaborar regras comuns de convivência e ajustar-se a essas novas práticas, o que nem sempre foi fácil, pois estavam, até então, habituadas a resolver internamente os seus mais variados problemas. Cresceram as dificuldades quando o primeiro Reitor cuidou de implantar cursos que não existiam entre nós, destinados a formar categorias

de profissionais necessários ao desenvolvimento do Brasil e da Bahia, e que não haviam, ainda, angariado prestígio social comparável ao dos egressos das Faculdades originais. A competência, a autoridade moral e a habilidade política do Reitor Edgard Santos constituíram fatores essenciais ao sucesso dessa fase da nossa história.

Ocorreu, assim, a expansão dos serviços prestados pela Universidade da Bahia, nas mais diversas direções. Todas as Faculdades tiveram ampliadas suas instalações e o equipamento didático de que dispunham, de forma nunca antes observada. As atividades relacionadas à formação dos recursos humanos da **Saúde** atingiram padrões desconhecidos no nordeste e no norte do Brasil, graças ao início do funcionamento do **Hospital das Clínicas** da Faculdade de Medicina, de todos o projeto que mereceu a mais cuidadosa atenção do Reitor, e cuja execução começara quando era ele, ainda, Diretor da mesma Faculdade. Foi este, talvez, o mais importante evento na área da Saúde, na Bahia, ao longo de todo o século XX. Particularmente beneficiada foi a área das **Artes**, em termos completamente inovadores para o meio universitário brasileiro. Nos campos da Música, do Teatro, da Dança, Edgard identificou, por todo o Brasil e na Europa, artistas de grande mérito que, atraídos para a Universidade, revelaram-se líderes capazes de transformar o panorama cultural da nossa terra. A eles o Reitor emprestou total apoio e propiciou as melhores condições de trabalho que o ambiente comportava. O antigo Convento dos Carmelitas Descalços, com a sua Capela de Santa Tereza, foi restaurado a fim de comportar o Museu de Arte Sacra, um dos mais importantes monumentos da história da nossa terra.

Entre os cursos criados, também, por iniciativa do Reitor Edgard, incluíram-se os de Enfermagem, Administração, Geociências, Nutrição, Biblioteconomia, Jornalismo, além de outros. A **assistência ao estudante** adquiriu feição inteiramente nova dentro de todo o país, e mereceu a constante atenção pessoal de Edgard. A legislação da época permitia a recondução do Reitor por tempo indeterminado, e durante os quinze anos do reitorado de Edgard Santos, a Universidade viveu clima de progresso e otimismo, apesar das críticas de uma persistente minoria.

Nas sucessivas fases da nossa história, os estabelecimentos de ensino superior reunidos para formar a Universidade Federal da Bahia vêm contribuindo, de maneira essencial, para criar a identidade que caracteriza a gente baiana como uma sociedade multiétnica, multicultural, progressista e amante da paz. Os recursos humanos preparados por esta instituição têm acompanhado a evolução que se observa no mundo em prol da melhor qualidade de vida baseada no humanismo e nos avanços da ciência e da tecnologia.

Historicamente, a quase totalidade dos brasileiros tem reconhecido a formação de bons profissionais como sendo a essência da missão universitária. Era, também, assim, na Bahia. Ao se unirem para constituir a Universidade da Bahia, **cada Faculdade preservou**, pois, os dispositivos para o ensino das disciplinas básicas, assim como os destinados à formação profissional. Esse modelo de estabelecimento de ensino superior, adotado por todas as Universidades criadas no Brasil entre as décadas de 1930 e o ano de 1960, resultou na fragmentação dos recursos humanos, materiais e financeiros destinados aos setores básicos do

conhecimento (matemática, física, química, biologia, geociências, filosofia, ciências humanas e letras). Ao fragilizar os trabalhos das cátedras correspondentes, esse modelo atrasava o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação de pesquisadores e de professores para o futuro. As poucas pesquisas técnico-científicas então realizadas, originavam-se mais da iniciativa individual de professores, que de compromissos institucionais. Têm sido impressionantes as mudanças de atitude a esse respeito, nas décadas mais recentes, a partir de quando o ritmo de desenvolvimento do Brasil se acelerou, nos anos próximos a 1960, coincidindo com o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A sociedade passou a perceber a inadiável necessidade do mais profundo conhecimento da nossa própria realidade, mediante a **investigação técnico-científica**, objetivando a melhor exploração do potencial de progresso socioeconômico do país, diante das peculiaridades das nossas matérias-primas, do nosso mercado e da nossa mão-de-obra.

Como principal causa da deficiência que, até então, se verificava, identificou-se a mencionada **pulverização**, entre as unidades de cada universidade, dos dispositivos para o ensino e a pesquisa nas ciências básicas. Logo diremos o por quê. Exemplificando, para maior clareza, lembraremos que, em cada Universidade, existiam várias cátedras de Matemática esparsas pelas Faculdades de Engenharia, de Filosofia, de Arquitetura, de Economia, e outras. Idêntica tradição ocorria nas áreas da Física, da Química, das Geociências, das Ciências Humanas, e dos demais ramos básicos do conhecimento. Proporcionalmente à dimensão dos programas de cada entidade, de modo geral, essas cátedras não atingiam “massa crítica” para oferecer bons

projetos de pesquisas e de pós-graduação. Ressalvadas umas poucas Faculdades, já então, envolvidas, institucionalmente, na busca de novos conhecimentos, a maioria das Universidades brasileiras não vinha atingindo o nível de produção intelectual desejável nas atividades de **pesquisa e de pós-graduação**.

Pela sua própria natureza, nas cátedras ou nos departamentos de ciências básicas, verificou-se a expansão do regime de **dedicação exclusiva do pessoal docente**, inegavelmente favorável às atividades de pesquisa. Não existia **nas instituições federais** de ensino superior daqueles tempos regime salarial compatível com a dedicação exclusiva ao magistério. O atraso na adoção desse regime, havia resultado, em grande parte, da maior ênfase atribuída, até então, às disciplinas de preparo profissional, a cargo de professores que, além das tarefas universitárias, tinham outros compromissos e outras fontes de renda na sociedade. Mais ainda: o pessoal docente encarregado das ciências básicas, não tendo a sua atenção dividida com as tarefas não-acadêmicas, poderia estreitar o contato direto com as rigorosas exigências da aplicação do método científico. Apesar de alguma resistência em regiões do país onde a economia era menos dinâmica, o nítido resultado dessas providências foi o pronto incremento da pesquisa e da pós-graduação. Tem sido esta, aliás, a marca da evolução das Universidades brasileiras nas últimas três a quatro décadas.

Durante a construção da cidade de Brasília, inaugurada em 1960, os educadores brasileiros Anísio Teixeira e Darci Ribeiro idealizaram uma Universidade nova para a futura Capital do País. De forma pioneira, nela se atribuiu aos setores básicos do conhecimento uma prioridade inexistente nas instituições congêneres

criadas até àquela data. Projetou-se, assim, a Universidade de Brasília para um ambiente onde nada existira antes, no campo da educação superior. Entreviu Edgard Santos, no período final do seu reitorado, a perspectiva de fazer da Universidade Federal da Bahia, **com toda a sua tradição, um modelo de adaptação aos novos postulados**, por parte de uma Universidade cujas raízes datavam do começo do século XIX. Nesse meio tempo, frustrou-se a experiência originada em Brasília, por motivos políticos. Porém, o seu ideário, não apenas sobreviveu, como serviu de inspiração para que os membros do Conselho Federal de Educação preparassem os documentos básicos para a reestruturação das Universidades brasileiras, que serviram à elaboração de documentos legais datados dos anos 1966 e 67. A estrutura modernizada, assim, das Universidades, teve como alvo principal a maior valorização dos setores básicos do conhecimento e obedeceu à legislação elaborada por educadores **brasileiros** de incontestável competência, do mais elevado padrão ético e de convicções políticas merecedoras do máximo respeito. Apesar do muito que se tem falado e escrito, equivocadamente, essa reestruturação nada teve a ver com dispositivos de muito menor significação, a exemplo dos relacionados à preparação de listas de nomes para a escolha dos dirigentes universitários e à representação estudantil em órgãos gestores das instituições, os quais figuraram em legislação posterior, datada de 1969.

A Universidade Federal da Bahia, graças aos estudos que vinham amadurecendo desde os reitorados de Edgard Santos, Albérico Fraga e Miguel Calmon, tornou-se pioneira na implantação da nova estrutura, lastreada nos postulados de Anísio e de

Darci e na legislação de 1966/67, elaborada pelo Conselho Federal de Educação. A segunda metade da década de 1960 foi marcada, **em todo o Brasil**, pela modernização das Universidades no sentido de **evitar-se a duplicação de meios para fins idênticos**. Continuando a exemplificar com a Matemática, para maior clareza, dentro da mesma Universidade, na nova estrutura, todos os dispositivos dedicados ao ensino e à pesquisa naquele ramo da ciência, oriundos das diversas Faculdades, foram aglutinados para constituir uma só unidade, com dimensão mais adequada ao cumprimento de programas de pós-graduação e de pesquisa. Providência análoga ocorreu em relação a cada qual dos demais ramos das ciências básicas, inclusive das disciplinas pré-clínicas da área da Saúde. Para cada setor das disciplinas básicas, criou-se uma unidade universitária, com a designação de “Instituto”, com instalações próprias, para esse fim construídas e equipadas. As disciplinas formadoras das várias profissões continuaram reunidas sob a tradicional designação de “Faculdade”. A implantação da nova estrutura na Universidade Federal da Bahia ocorreu, preponderantemente, durante o meu mandato de Reitor, entre 1967 e 1971.

Tem sido esta, portanto, a marca da evolução das nossas Universidades nas últimas quatro décadas. As conseqüências dessa reestruturação logo se fizeram sentir, conforme fora planejado. Exemplificando, mais uma vez: como resultado dessas providências, **em âmbito nacional**, a produção de artigos publicados em periódicos categorizados, saltou de menos de 2.000 em 1981, para 10.500 em 2.001. E, quanto à pós-graduação *stricto sensu*, nos termos da nossa regulamentação, ao longo da década de 1990, o número de mestres diplomados, anual-

mente, subiu de 7.000 para 20.000, enquanto a diplomação de doutores saltava de cerca de 1.200 para mais de 6.000. A Universidade Federal da Bahia, em 2.002, de um total de 1.700 docentes de diversas categorias, contava com mais de 1.100 em regime de tempo integral, dos quais cerca de 600 eram doutores e mais de 430 tinham o título de mestre. O ótimo desempenho da pós-graduação na UFBA atraiu, em 2.005, nada menos que 500 bolsas de mestrado oferecidas por várias instituições de fomento, assim como mais de 200 bolsas de doutorado. Essa extraordinária expansão da pesquisa e da pós-graduação certamente não teria ocorrido se houvesse sobrevivido a antiga estrutura. Atuando sobre práticas já consagradas entre nós, nota-se atenuação da influência francesa do passado, enquanto é reforçada a presença da tradição alemã, representada pela Universidade “humboldtiana”, que já havia deixado sua marca em parcela expressiva do ensino superior norte-americano.

Quando ainda em curso esse processo inovador, ocorreu, no país, uma enorme **expansão do ensino nos níveis fundamental e médio**, o que resultou num grande e rápido aumento no número de **candidatos aos estudos superiores**. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho se tornou muito mais exigente do que antes, em relação à escolaridade compatível com o exercício de empregos melhor remunerados. Nesse conjunto de circunstâncias, as finanças do Poder Público se revelaram insuficientes para o correspondente aumento da rede oficial de ensino superior de boa qualidade, e a iniciativa privada encontrou campo aberto à expansão que se vem testemunhando.

A fim de atender à crescente demanda da sociedade, à medida que passaram os anos, foi-se tornando evidente que a rede de Universidades privadas não teria como substituir, substancialmente, a rede pública no exercício da **função pesquisa**. Havia sido, justamente, para ajustar-se a esse campo de atuação, que as Universidades públicas se haviam submetido, com sucesso, à reestruturação desencadeada na década de 1960.

Ainda não é unânime entre as lideranças do nosso país, a convicção de que a função pesquisa seja parcela essencial à vida universitária. A formação de pesquisadores e o preparo sistemático dos futuros professores para o nível superior de ensino têm de estar afetos às universidades, ou deixarão de existir nas sociedades que negligenciarem essas obrigações. Não há como substituir, no nosso ambiente acadêmico, as Universidades **públicas** nesse mister. E qualquer sociedade que prescindir da pesquisa técnico-científica na presente “era do conhecimento” não terá como adaptar-se ao mundo moderno e irá retroceder.

Ao atingir 60 anos desde a sua fundação, a Universidade Federal da Bahia vem assumindo novos encargos. Sabem nossos conterrâneos que a bela Capital do Estado e a região que a circunda, conhecida como Recôncavo Baiano, constituem o principal centro demográfico, econômico e cultural do Estado da Bahia, que ocupa área superior a 560.000Km², e excede, portanto, a de vários países europeus, inclusive a da França. A cidade do Salvador e a região circunjacente, historicamente, têm absorvido a maior parte dos investimentos destinados à infraestrutura física e social e oferecido a parcela maior dos empregos melhor remunerados, em todo o Estado. Deverá ser essa a

razão pela qual, diferentemente de outras unidades da Federação, a Bahia, até bem pouco tempo, tenha contado com uma, e apenas uma, instituição de ensino superior **mantida pelo Governo Federal**, e que se situa, naturalmente, em Salvador.

Começa, entretanto, a modificar-se essa realidade. De um lado, a própria Universidade Federal da Bahia está se desdobrando em unidades situadas no interior do Estado, a exemplo do Campus Anísio Teixeira, em Vitória de Conquista, e do Campus Edgard Santos, em Barreiras. E o Governo Federal está instalando duas outras instituições universitárias com o feitiço “multicampi”, sendo uma, em municípios do Recôncavo Baiano e outra, parcialmente implantada na Bahia, na Cidade de Juazeiro, que a divide com a vizinha Cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco. Além dessas, conta a Bahia com quatro Universidades mantidas pelo Governo do Estado e expressivo número de estabelecimentos privados de ensino superior.

É esta uma nova fase da nossa instituição, para a qual será necessário mobilizar recursos de vária natureza, e que surge como promessa de grande valor para a realização do imenso potencial de riqueza do Estado e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Simultaneamente, a Universidade Federal da Bahia, graças às inovações na **política de admissão** dos alunos de graduação, tem-se mostrado capaz de iniciativas pioneiras na promoção social de categorias da população até agora menos favorecidas.

O Reitor Naomar Almeida tem demonstrado imaginação, coragem e entusiasmo ao liderar esses movimentos que hão de

ter como conseqüência, o maior dinamismo das atividades culturais e da economia do Estado, na integralidade do seu território. Será esse fator dos mais importantes para a melhoria dos indicadores de desigualdade econômica e social que nos constroem, a nós brasileiros, e a nós, baianos, até agora.

Os novos encargos assumidos por esta Universidade representam acréscimos ao núcleo existente, atualmente, em Salvador, resultado de esforço imenso dos seus professores, alunos e funcionários. As comemorações dos 60 anos foram concebidas, em grande parte, para analisar a história e formular propostas quanto ao futuro. Não posso nem devo antecipar-me ao que serão as recomendações da coletividade. Mas, vou aventurar-me a resumir o que foi dito e que parece irretorquível: as realizações da UFBA no domínio da formação de profissionais deverão merecer constante aprimoramento, graças ao esperado crescimento dos minguados recursos orçamentários, que têm limitado as aspirações da instituição. Para atender às exigências de uma economia em que passaram a predominar a indústria e os serviços, em substituição à base agrícola-exportadora do passado, é imprescindível a constante adaptação da UFBA à nova realidade. O papel da Universidade será, também, o de intensificar a participação que sempre tivemos no desenvolvimento artístico-cultural da nossa terra, assim como na ampliação das fronteiras do conhecimento pela pesquisa técnico-científica, especialmente em busca de inovações que favoreçam a Bahia e o Brasil na competição diante dos mercados interno e externo. Não recuaremos diante desses desafios e, dentro de tais propósitos, programaremos as nossas forças para melhor atender às aspirações da gente baiana e de todos os brasileiros.

Sessenta anos é, sem dúvida, tempo reduzido para uma instituição com as responsabilidades da nossa. Estamos, contudo, trabalhando denodadamente para superar a demora com que ocorreu o nascimento da Universidade, e os obstáculos que, porventura, possam dificultar os serviços que serão prestados, com sucesso, à Bahia e ao Brasil, pela Universidade iniciada por Edgard Santos, há exatos 60 anos.

*Luís Henrique Dias Tavares, o Historiador**

*Consuelo Pondé de Sena***

Embora, há poucos dias, tenha modestamente declarado que se tornara historiador em função da atividade docente, que o levara a pesquisar, creio, de preferência, que o pendor natural pela história, o gosto pela investigação, definiram o rumo da existência de Luís Henrique Dias Tavares. Nenhum outro motivo poderia, contrariando a conduta da maioria dos jovens do seu tempo, levá-lo a pleitear o ingresso na, então, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Bahia, nascente e desprestigiada unidade de ensino superior.

Por isso, deixou de lado os preconceitos da época e decidiu submeter-se ao vestibular de Geografia e História, em 1948, na instituição criada por Isaías Alves a 13 de junho de 1941.

Foi, cronologicamente falando, um dos primeiros representantes do gênero masculino a frequentá-la. Preferiu-a, em lugar de tentar a formação superior em qualquer das Faculdades de prestígio da época, que abrigavam cursos seriados das carreiras “nobres”: medicina, direito e engenharia.

* Discurso de Saudação, pronunciado no Conselho Estadual de Cultura, em Salvador, 7 de fevereiro de 2006.

**Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Indagando-lhe se o vestibular a que se submetera teria sido sua primeira opção, confessou-me nunca ter experimentado outro apelo, senão o da História. Jamais se interessara por qualquer outro curso universitário.

Admirável, portanto, foi a sua determinação em pleitear acesso ao novo espaço, preferentemente ambicionado pelas moças que desejavam alçar vôos mais altos no exercício docente.

Ensinar história, especialmente as do Brasil e da Bahia, foi a opção prioritária de Luís Henrique no direcionamento da sua vocação de professor. Quanto ao fato de ter-se tornado historiador, entendo-o como predisposição do seu espírito, condição decorrente ao seu pendor investigativo, um gosto natural que faz parte da sua gênese. Não se tornou um pesquisador, nasceu com tendência de perscrutar os segredos do passado. Por isso, é impossível imaginá-lo, reparem que digo imaginá-lo, atuando em qualquer outro campo de ação.

Em decorrência da vocação natural pelo trabalho construtivo, em toda a vigência da atividade docente, Luís Henrique foi trabalhando sistematicamente na edificação da sua obra. Lenta e pacientemente, como convém a quem se dedica à tarefa de garimpar nos veios do passado, a defender os conceitos que espousa e os pontos de vista que pretende comprovar.

Animou-o inicialmente o propósito de investigar o ideal revolucionário da conjuração de 1798, tornando-se um dos pioneiros da investigação sobre o assunto. Alia-se, portanto, ao empenho de Afonso Rui de Souza e Kátia de Queirós Mattoso, estudiosos que, na Bahia, primeiramente se debruçaram sobre o tema.

Com dedicação buscou interpretar o sentido da sedição e tentou explicar os motivos que reuniram seus protagonistas na luta por uma causa tão árdua quanto grandiosa. Apresentou suas conclusões em tese de docência livre e doutorado, na Faculdade de Filosofia, *Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798*, trabalho que sucede à sua primeira publicação: *Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798*.

Não se deu por satisfeito com esta iniciação ao tema. Continuou a estudá-lo, reunindo, em publicação de 2003, intitulada *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*, novos estudos gerados pela busca pertinaz e contínua sobre o movimento.

Depois volta-se para o grande tema da independência do Brasil na Bahia, que continua a aguçar-lhe o interesse de pesquisador, tantos são os claros e os mistérios insuficientemente revelados até os nossos dias. Por isso continua a investigar o memorável episódio, movido pelo interesse de deslindá-lo mais e mais.

Certamente, creio eu, para anular as injustas avaliações de historiadores que desmereceram a campanha baiana, ou, quem o sabe, para que o assunto passe a ser conhecido ou reconhecido pelos colegas de outras partes do país. Todavia, não o move qualquer sentimento de ufanismo ou de supervalorização do feito histórico. Antes tem a volúpia de descerrar o véu que recobre de silêncio o que, até nossos, dias continua irrevelado.

Na condição de historiador baiano, e da Bahia, sente o forte impulso de rever, com isenção, a história do seu Estado. Por isso, tem-se dedicado, com enorme disciplina e não menor

dedicação, à trajetória histórica da nossa terra e da nossa gente. É visceralmente um douto cultor da História da Bahia. Dela vem-se empenhando, sem descanso, desde 1959, quando a escreveu pela primeira vez, publicando-a pela Civilização Brasileira. Várias edições têm-se sucedido, sendo que a décima e mais completa deveria integrar a biblioteca de todos os conterrâneos que amam a sua terra e desejam conhecer o seu passado. Apesar disso, Luís Henrique não a reconhece como trabalho definitivo, anunciando futuras reformulações e acréscimos.

Todo este cuidado se consubstancia na disposição de não diversificar a sua temática, mas, sempre crescer-lhe novos subsídios. Observações geradas pelas novas pesquisas que empreende e pela produção de jovens historiógrafos egressos dos cursos de pós-graduação. Estes aportes revelam a sua grandeza, assinalando que não se recusa em acolher a contribuição das novas gerações. Absorvê-la de modo a enriquecer a sua produção com essas achegas, fruto das pertinentes e cuidadosas sondagens realizadas nos últimos anos.

Luis Henrique alcançou o estado de “sabedoria”, conferida pela experiência e pela dedicação aos estudos. Sabe que a história é uma construção contínua. Reconhece que métodos e conceitos se renovam graças ao trabalho e à meditação. Por isso, não se envergonha de rever conceitos e defender novas reformulações surgidas por meio da pesquisa contínua e séria. Percebe que as interpretações seguem o curso natural da transformação dos conceitos e acompanham o progresso do conhecimento. Entende que somente os fatos, estes sim, são particulares e irreversíveis.

Vale, a propósito, lembrar que o primeiro grande filósofo da história, Hegel, assim sentenciou: “Os fatos históricos não aparecem senão uma vez no transcurso do tempo e não se reproduzem nunca de modo igual”.

Luis Henrique, que se iniciou na imprensa, militou em vários órgãos baianos: Em *O Momento*, no *Jornal da Bahia*, e em *A Tarde*, escreve de maneira acessível e agradável.

Como profissional da História, redige com o que requer a linguagem histórica, vale dizer concisa e objetivamente. Evita o tom discursivo oratório e os arremates de estilo. É preciso e direto, incisivo e claro. Descreve as revoluções como expressões de rebeldia, geradas pela insatisfação, pelo inconformismo, mas também pelo espírito de luta que mobiliza os insurretos, seja qual for o contexto em que se manifestem.

No bojo dessas considerações, permito-me recordar Dilthey, que sustentava não ser a história precisa nem exata tal como as ciências naturais. Aliás, é bom que se afirme, que tal propósito jamais teve pretensões. Isto porque, ao estudar a aventura humana, da qual se aproxima, sabe que sempre está sujeita as imprecisões.

O que cumpre, ao historiador, sobre todas as exigências do ofício, é fundamentar as suas hipóteses de trabalho no uso adequado das fontes. O bom uso, como todos sabem, consiste, antes de tudo, em proceder às críticas externa e interna do documento.

Afora isso, ao escrever história, este profissional, a que se denomina historiador, tenta reconstruir a “atmosfera” do tempo em que o fato ocorreu, seja do ponto de vista das circunstâncias

que o motivaram, seja das idéias e pensamentos que, então, circulavam. Só assim terá condições de interpretar o fato histórico. Saibam os desavisados que a Pós Modernidade propõe o processo de desconstrução, o que vale da mesma maneira, tomada pelo avesso do avesso.

Por isso, digo e repito: está faltando um teórico, do porte de José Honório Rodrigues, para retomar o trabalho pioneiro, transmitir as novas lições de maneira ordenada e didática, a fim de torná-las acessíveis a quase todos. Ou, quando nada, aos menos aquinhoados pelas oportunidades de conhecer os progressos ocorridos nos centros de excelência do mundo.

Agrada-me insistir que a história é essencial ao ser humano. Sem ela, é impossível sobreviver. Daí ter saído da pena erudita de Ortega y Gasset a seguinte afirmativa: “A história é a realidade do homem. Outra não há. Nela se chegou a fazer tal como é. Negar o passado é absurdo e ilusório, porque o passado é o natural do homem que volta a galope. O passado está aí e não tomou o trabalho de passar para que o neguemos, mas para que nos integremos nele”.

Em palavras recentemente pronunciadas e, em seguida, publicadas na imprensa, Edivaldo Boaventura afirma: “Com Luís Henrique começa a corte dos professores universitários de história. A geração que o precedeu, com mais exatidão que nos precedeu, veio da experiência política, da formação jurídica, do jornalismo”. A esta afirmativa acrescento: da medicina também, pois médicos foram Braz do Amaral e Alberto Silva, tendo sido, inclusive, o primeiro deles, professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

Entretanto, se dispusesse, apenas, do salário de professor Luis Henrique não teria condições de proceder às investigações que tem realizado, no exterior. Tendo sempre contado com a compreensão de Laurita, e por que não confessá-lo, com o seu consentimento, tem viajado e pesquisado no exterior. É que se aproximou das agências federais da investigação, conforme mencionou Boaventura, especialmente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Graças a condição de bolsista do CNPq, foi aceito pelo Professor Leslie Bethell, da University College London, na condição de Honorary Research Fellow of Latin American Studies Institute. Esta ponte estabelecida com o meio histórico britânico tem lhe possibilitado freqüentes idas e vindas à Inglaterra, onde tem pesquisado acerca do seu comércio proibido de escravos.

Ao versar sobre a sua obra de historiador, que modestamente confesso não conhecer inteiramente, julgo indispensável aludir que esta atividade também tem estado a serviço do ensino. Efetivamente, Luis Henrique tem distribuído com os seus discípulos o saber e a experiência acumulados, durante todos esses anos de dedicação à carreira docente e à pesquisa histórica.

Por último, cabe uma referência especial à sua derradeira publicação, com relançamento previsto para dias do próximo mês. Refiro-me à obra *A Independência do Brasil na Bahia*, obra de Mestre consumado, livro que, antevejo, se tornará um clássico na bibliografia baiana e brasileira, não só pela profunda análise realizada, pela reavaliação histórica do episódio, mas pela freqüente demanda de interessados no assunto. Trabalho consistente de pesquisa, reflexão, reavaliação e análise, editada pela Edufba é uma obra que, de há muito, Luís Henrique devia à

Bahia. Tratando-se de uma edição universitária, o livro deve ser difundido em todas universidades do País, exigindo igualmente ampla divulgação nos meios culturais e conveniente integração em todas as bibliotecas do Brasil.

O prefácio do historiador Marco Morel é uma consagração. Além disso, faz justiça ao autor quando assinala: “Trata-se de obra clássica sobre o assunto e que interessa não apenas à Bahia, mas ao Brasil: embebida na documentação (de arquivos europeus e brasileiros) e nos tradicionais mestres da historiografia, apresenta-nos uma visão atualizada, renovada e crítica sobre tema tão envolvido em mitologias e ocultações ou tratado de forma acessória nas “histórias gerais”.

Luís Henrique, que a Bahia culta conhece e admira, não descansará da faina diária enquanto tiver força e disposição para o trabalho. É desses intelectuais discretos, que trabalham em silêncio, mas sempre surpreendem pelo que fazem e como realizam. Como professor sempre orientou e estimulou os discípulos, apontando-lhes o caminho a seguir, tudo fazendo discretamente. Não disputa cargos, nem postula homenagens. Praticamente se restringe às funções para as quais é espontaneamente convocado.

Por tudo isso, congratulo-me com o Conselho de Cultura, ora sob a batuta da charmosa presidente, Eulâmpia Reiber, pela homenagem mais que merecida que, nesta hora, está prestando a um dos mais operosos, organizados, recatados e competentes intelectuais da Bahia.

Salvador, 7 de fevereiro de 2006

Cid Teixeira e o reconhecimento popular

Consuelo Pondé de Sena

Ouso apropriar-me de uns versos de Drummond e, em lugar dos setenta anos, que ele canta, acrescento mais uma década para dizer:

*Fazer 80 anos não é simples.
A vida exige, para o conseguirmos,
Perdas e perdas no íntimo do ser,
Como, em volta do ser, mil outras perdas,*

*Fazer 80 anos é fazer
Catálogo de esquecimentos e ruínas
Viajar entre o já – foi e o não será.
É, sobretudo, fazer 80 anos,
Alegria pojada de tristeza*

A aceitação e o reconhecimento popular do intelectual Cid Teixeira concede-lhe lugar “especial” na comunidade baiana, que o tem como seu mais legítimo representante em nossos dias..

Sem jamais se ter envolvido em a militância política, nem se vincular formalmente a essa ou aquela corrente ideológica, adquiriu popularidade pelos caminhos da comunicação e do conhecimento.

Sempre dedicou a maior parte do seu tempo às salas de aula, ao contacto com o público por meio do rádio, de palestras e conferências pronunciadas nos mais diversos espaços de convivência social em nosso meio. Servido por um timbre de voz característico e inimitável, por uma memória invejável, Cid Teixeira verbaliza como poucos nesta terra de tantos e tão privilegiados oradores.

Ao tentar defini-lo e situá-lo no seio da comunidade em que vive, a sua, a minha e a nossa Cidade do Salvador, acode-me recordar palavras de Simone de Beauvoir sobre Sartre, lembrando que o pensador concebera o intelectual, em certo momento de sua vida, “como um técnico do saber prático”, idéia que rompia a contradição entre a universalidade do saber e o particularismo da classe dominante da qual era produto: encarnava assim consciência infeliz, tal como Hegel a define; satisfazendo sua consciência através dessa própria má consciência, julgava que ela lhe permitia situar-se ao lado do proletariado.”

Ao fazer esta “associação” entre o filósofo francês, pai do Existencialismo e o historiador baiano, situamo-la nos limites em que deve ser posta, ou seja, numa analogia entre o que significam para seus países de origem. Legítimos representantes da inteligência e do saber, jamais se revestiram das “pompas” acadêmicas para “colocar-se na condição de” donos do conhecimento e da erudição”, antes acatando, com naturalidade, as galas conferidas pelo povo que os legitimou como seus autênticos e reconhecidos representantes.

Semelhantemente a Sartre, Cid escapou da categoria de intelectual clássico para se enquadrar na condição de alguém que, detendo embora, saber erudito se funde com a massa que

o entende e admira, nele corporificando o espírito, a sagacidade, a originalidade e a intuição da gente baiana. Sem se dar conta de quanto é “popular”, bonachão e desapegado da glória que muitos perseguem e acalentam, Cid parece não se envaidecer com este reconhecimento comunitário.

Aliás, é bom que o enfatize, Cid não corteja os que lhe concedem a “primazia” entre os maiores intelectuais baianos “do seu tempo. Jamais levou em conta a opinião dos que insistem em não lhe reconhecerem os méritos. Tem clara consciência de que “a voz do povo é a voz de Deus”. Por isso, jamais perseguiu o reconhecimento “oficial”, antes preferindo a consagração popular, esta sim, sincera e desprovida de qualquer interesse subalterno.

Há algum tempo sua saúde vem preocupando a sua família e os amigos, mas Cid jamais foi um “paciente” dócil, disposto a acatar as recomendações médicas ou submeter-se a tratamentos prolongados. Cuida da saúde como “administra” a fama. De modo deficiente e despreocupado. Na realidade, não se poupa, nem se permite descansar.

Cultiva um certo desapego em relação à vida, atitude que se manifestou mais viva ainda após a morte de Expedita e do único filho, José Afonso. Senhor do controle das suas emoções, imprime ao sofrimento uma postura dignificante. Por isso mesmo, até nos instantes mais dolorosos da vida, nas mais dramáticas circunstâncias que teve que enfrentar, manteve-se aparentemente sereno, sob o turbilhão do espírito açoitado pela dor e pelo desapontamento. Sofrido, golpeado no cerne da sua alma, jamais desesperou, nem permitiu fosse levado ao público, à gente que o admira e ama, a real dimensão da sua desventura.

“O tempo caleja a sensibilidade e oblitera a memória das coisas”, escreve Machado de Assis, o mais agudo e penetrante dissecador de almas da literatura brasileira. Que seria de nós, pobres mortais acossados pela tragédia da morte, se as emoções não se amainassem no lento marulhar das vagas do tempo?

Cid Teixeira se interessa por muitos assuntos, embora todos eles sejam conectados com a Cultura Brasileira ou, mais especificamente, com a baiana.

A velhice é um processo irreversível e todo ser humano se dá conta, percebe e sente quando ela se instala, dando início à degradação do corpo humano.

“É preciso se ser modesto, quando se é velho”, disse Sartre a Simone de Beauvoir ao perceber-se decadente e limitado nas suas expansões de vitalidade.

Com efeito, a decadência física e intelectual faz parte do processo de envelhecimento. Por isso, vale considerar o conceito de Machado de Assis: “O passado é um pecúlio para os que já não esperam nada do presente e do futuro; há ali sensações vivas que preenchem as lacunas de todo o tempo”.

Lacunas que se refletem na sensação da perda da energia, no entorpecimento de certas emoções, nas alternâncias do humor e da disposição para novas empreitadas. Essas indisposições, contudo, nem sempre têm a ver com as atividades intelectuais, nem a memória, mas com o desencanto e “os males” do espírito combalido e marcado pelas perdas irreparáveis.

O temperamento

Os caminhos da vida de Cid Teixeira foram definidos pela força de suas preferências. Assim, tanto quanto me é dado saber, jamais foi um espírito voltado para a vida mundana, preferindo sempre a intimidade do lar e o convívio com amigos escolhidos. Conhece um mundo de gente e é muito festejado onde quer que se encontre. Todavia, não é de muitas expansões, nem muitos entusiasmos. Introspectivo, é extremamente reservado e discreto com seus assuntos e os relacionados com outras pessoas da sua convivência.

Recebe inúmeros convites para um sem número de eventos, mas sempre prefere estar entre aqueles que elege como fazendo parte de seu grupo íntimo de amigos. Deixa revelar que se sente como qualquer outra pessoa e nada tem de especial. Não se considera um gênio, como muitos outros conterrâneos que “posam” de celebridade. É um homem de emoções subjetivas, que não mantém relações íntimas e profundas com quem não faz parte do seu círculo familiar, embora tenha muitos amigos e admiradores. Não gosta de falar de si e dos seus sentimentos. É muito reservado em relação à vida privada, poucas vezes se manifestando acerca do passado e das suas experiências. Quando indagado, responde aos questionadores sobre sua infância e os bairros onde viveu.

Reconhece a importância de algumas pessoas que admirou e com as quais manteve relacionamento respeitoso de admiração e apreço. Sempre foi seletivo em relação a essas personalidades que elegeu como paradigmas. Com duas delas convivi:

Francisco da Conceição Menezes e Frederico Edelweiss. Sobre o primeiro, seu padraço, além da admiração intelectual dedicava verdadeiro amor filial. Apesar disso, quando do centenário de nascimento do ex -Secretário Perpétuo do Instituto, sendo orador da solenidade, não preparou, por escrito, o seu discurso, como lhe fora solicitado. Preferiu falar ao sabor da emoção e, cheio de sentimento, discorreu sobre a vida e a obra daquele honrado e querido professor da mocidade baiana.

Quanto a Frederico Edelweiss, meu mestre inesquecido, não só freqüentava assiduamente a sua casa, como pesquisava na notável brasiliana, confessando-se admirador daquele que detinha tão sólidos e amplos conhecimentos. Amigo de Edelweiss foi muito solidário no curso da enfermidade que o vitimou, ajudando-me a fazer-lhe companhia nas horas de sofrimento e solidão do tupinólogo baiano.

Quanto ao “velho” Mestre, sei que não só admirava o talento de Cid como lhe dedicava afeição e confiança. Convém referir que ambos não eram dados a externar suas emoções. Tal como Cid o é, Edelweiss sempre se esquivou das manifestações ruidosas em torno de si e dos seus feitos. Muito menos perseguiu a obtenção de honrarias. Por isso, jamais aspirou à conquista de cargos e prêmios. Nunca pleiteou funções de natureza honorífica. As que recebeu, nasceram do reconhecimento da comunidade e ele as acatou com perfeita naturalidade. No caso de Cid, diria que as tem acolhido da mesma maneira, jamais porque se arrogue a este direito. Simplesmente se submete ao que assim o consideram.

Desde criança reconheceram-lhe a inteligência e a vivacidade. Talvez, por isso mesmo, sempre foi um privilegiado, feliz

por ter nascido dotado de tantos atributos, com os quais convive naturalmente.

Como todos os humanos em alguns lugares sentiu a manifestação de sentimentos hostis. A esses espaços jamais se ligou efetivamente e, quando os deixou, fê-lo sem qualquer sentimento de perda. Peço desculpas por não decliná-los em respeito aos sentimentos do homenageado que prefere ignorá-los.

A vida pessoal

Tanto quanto me foi dado conhecer, a relação amorosa de Cid e Expedita resultou num encontro harmonioso entre um casal que se ajustou plenamente à vida conjugal. Juntos edificaram um sólido casamento, tiveram dois filhos, tendo a primogênita falecida logo depois do nascimento e José Afonso desaparecido brusca e precocemente na maturidade.

Ao refletir sobre essas faltas substantivas na vida do homenageado, repito palavras de Machado de Assis, segundo as quais “Nada há definitivo no mundo: nem o infortúnio nem a prosperidade.”

Cid e Expedita eram diferentes, mas se completavam, sendo cúmplices e amigos. O estreito vínculo afetivo que os uniu, resistiu ao tempo e às vicissitudes decorrentes da enfermidade que invalidou a brava parceira e colaboradora, mantendo-a presa ao leito durante mais de uma década. Naquela circunstância dolorosa, direi mesmo dramática, Cid foi parceiro excepcional, que a ela se dedicou com carinho, zelo, respeito e dedicação.

O homem de rádio e o comunicador.

Comunicador nato atuou Cid Teixeira em programas educativos, que eram divulgados em algumas estações de Salvador, tornando-se muito conhecido do público baiano pela voz inconfundível e pela presteza com que satisfazia a curiosidade dos ouvintes. Parece que estou a escutá-lo no popular *Pergunte ao José* quando sabatinado pelos curiosos em obter informações sobre a história da Bahia, e do Brasil, além de notícias referentes à música popular brasileira, que ele conhece como poucos.

Popular sem apelar para a divulgação do seu nome, é atração nos cursos ministrados em Salvador, onde tem público cativo.

Apesar de seus méritos e da sua notória aceitação, não tem tido reconhecimento oficial, tanto assim que, apesar de estar sendo aqui homenageado pela passagem do seu octagésimo aniversário de nascimento, ocorrido no dia 11 de setembro, jamais pertenceu ao Conselho de Cultura do Estado da Bahia, ausência, aliás injusta e inexplicável.

Acredito que, independente e pouco dado a qualquer tipo de subordinação, não possui perfil adequado ao desempenho de tarefas que, de certa forma, têm que se ajustar à política de acomodação dos governos.

O Acadêmico

Tendo sido eleito pela Academia de Letras da Bahia em 9 de dezembro de 1993, não ingressou precocemente na Casa de Arlindo Fragoso. Apesar de já possuir um nome consagrado em todo Esta-

do só alcançou a cadeira número 19, por insinuação indireta dos seus conterrâneos.. Por esta razão, o Acadêmico Edivaldo Machado Boaventura incluiu-o entre os que, naquela Casa, devem ser considerados detentores de candidaturas comunitárias, um grande “achado” para justificar a aceitação de seus nomes, graças à manifestação silenciosa, mas sempre justa, do reconhecimento popular.

Não se empenhou, como muitos, em postular uma Cadeira na Casa de Arlindo Fragoso. Nela ingressou, portanto, por méritos que lhe foram reconhecidos, sem que jamais se impusesse pela presença contínua no Palacete Góes Calmon ou pela insinuação da “procura” do apoio formal daqueles que poderiam postular a seu favor.

Esta independência em relação “política” de conchavos e de “troca de favores” é, para todos que assim se comportam, uma atitude inegociável, prazerosa e confortadora como só pode ser tudo quanto se reveste de autenticidade.

O historiador baiano

Cid Teixeira faz parte daqueles cultores da história que foram forjados na prática sistemática do estudo e na aplicação à pesquisa. Salvador é o assunto da sua predileção e a Bahia sua maior paixão intelectual. Conhece, como poucos, os entrelaçamentos das estirpes familiares do seu Estado natal.

Poderia, se assim o desejasse, dar continuidade à tradição iniciada pelo frade pernambucano Fr. Antonio de Santa Maria Jaboaão, que publicou seu Catálogo em 1768, bem assim os que lhe seguiram os passos.

Reconheço, todavia, que o tempo é curto para dar conta de tanta atividade e que o avançar da vida faz que todos nós tornemos mais indolentes e inativos.

Cid Teixeira é, pois, este homem amado pela Bahia, referencial de conhecimento e de saber de seu estado natal, que, neste momento, recebe a homenagem da sua gente, pronta a segredar-lhe: Muito obrigada, Cid José Teixeira Cavalcante, arauto e guia de todos os baianos.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2007

*Edivaldo M. Boaventura**

Nesta festa em que se comemora o aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ocorrido a 13 de maio de 2007, acolhemos com alegria os novos sócios, efetivos e correspondentes, ao tempo em que no calor da saudade recordamos os que partiram e serviram à causa da instituição. Voltamos a nossa lembrança em um primeiro direcionamento efetivo e afetivo a Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, presidente de honra, exemplar e dedicado servidor deste Instituto. Desejamos destacar a contribuição de Antônio de Carvalho Assis Barros, Claudionor Ramos, Dibon White, Edvaldo Flores, Edson Carneiro, Geraldo Bensabath, João Fernandes da Cunha, José Simões e Silva Júnior, Oldegar Franco Vieira e monsenhor José Gilberto Luna.

1. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt

Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, herdeiro consciente de longa e nobre tradição familiar, era um homem deveras polido, cavalheiro, educado em todas as circunstâncias e atitudes, comportando-se com discreta elegância britânica. Ocupou im-

* Orador Oficial do IGHB

portantes cargos públicos. Inicialmente, dirigiu a Biblioteca Pública do Estado, a Secretaria do Interior e Justiça e integrou o Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Foi deputado à Assembleia Constituinte de 1947 e continuou na representação até 1955.

A presença de Jorge Calmon foi marcante na Universidade Federal da Bahia. Como um dos fundadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, ao lado de Isaías Alves, Thales de Azevedo e outros expoentes da cultura baiana, ajudou a erguer um dos importantes pilares para a existência da Universidade. Regeu a cátedra de História da América e legou estudos sobre essa matéria. Mas foi na imprensa que se realizou plenamente. Ascendeu de repórter a secretário de redação de ATARDE, de redator-chefe a diretor do jornal. A associação do seu nome com ATARDE é uma ligação consensual. A sua liderança neste periódico terminou por identificar a personalidade com o papel de jornalista, efetivamente, exercido.

Responsável por um importante órgão da imprensa baiana, tinha posições definidas, segurança na liderança e energia pronta e decidida no comando. Não tergiversava com os auxiliares no acatamento à linha do jornal, colocando-o sempre no altíssimo plano da autonomia, do respeito ao leitor e do acesso à notícia.

A sua vida profissional de jornalista condicionou o seu estilo de escritor. Confessou, certa feita:

Jornalista tenho sido, mais que qualquer outra coisa, no terreno das letras. Salvo um ou outro texto, que vieram a lume sob forma diversa, até as páginas que poderiam – como benevolência – classificar como de literatura, e alguns modestos estudos, foi em jornal que se publicaram. É como se

tudo que eu escrevi tivesse obrigatoriamente como destino as páginas do jornal.

O talento desenvolvido no jornalismo marcou-o profundamente e refletiu na comunidade baiana como homem público e professor universitário.

Contribuiu enormemente para o desenvolvimento comunitário não somente em campanhas como também no apoio efetivo a entidades de assistência social, cultural e profissional. Destaque-se a sua marcante contribuição para a Associação Baiana de Imprensa (ABI), que dirigiu por muitos anos. Como acadêmico de larga convivência, usou do seu prestígio pessoal em apoio à Academia de Letras da Bahia, que muito lhe deve moral e materialmente. Igual atenção deu ao nosso Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual foi, com muito acerto, presidente de honra.

Com toda essa presença, granjeou prestígio e projetou-se na comunidade baiana, desfrutando sempre de muito respeito e acatamento. Soube com espírito de altruísmo utilizar o seu prestígio em favor das grandes causas da Bahia.

2. Antônio de Carvalho Assis Barros

Em Antônio de Carvalho Assis Barros, admirava-se a inteligência brilhante, a cultura acumulada pela leitura constante, a capacidade de diálogo. Conversava sem exibição sobre o muito que sabia, sobre tudo o que lia. Estava, absolutamente, em dia com tudo o que se publicava. Companheiro inseparável dos livros que era, e sempre bem informado, reuniu uma ampla biblioteca, atualizada com constantes aquisições.

Barros era um colega da Universidade Federal da Bahia que mantinha um relacionamento fácil e proveitoso pela porta aberta da conversa erudita. Nos nossos encontros, havia sempre comentário oportuno, crítica ajustada, opinião abalizada em literatura e cultura em geral. Era não somente homem lido, mas sobretudo erudito.

Com referência à Literatura Brasileira, sua disciplina no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, colocava sempre em primeiro plano Machado de Assis. Sabia escolher o que havia de melhor pelo seu bom gosto literário. Certa vez, procurava-se uma edição de Castro Alves, e ele indicou a da Aguiar, de 1966, em papel bíblico. Oportuno dizer que acerca deste poeta a conversa era uma constante, pois o seu tema da tese de docente livre envolvia o grande poeta romântico. Em toda conversa acadêmica, pessoalmente ou por telefone, manifestava o espírito crítico indispensável à vida universitária. Criticava obras e autores, apontando os melhores. Era impressionante a sua capacidade crítica de leitor maduro e altamente exigente.

Diplomado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia (Ufba), estudou na Alemanha, fez docência livre e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Ele compôs a primeira geração de professores formados em Letras, na Bahia, juntamente com sua esposa Zilma Gomes Parente de Barros, Cláudio Veiga, Luiz Angélico Costa, Joselice Macedo de Barreiro e outros.

Barros ensinou por muito tempo, com brilho, Literatura Brasileira. Foi também professor de Cultura Brasileira e diretor da Escola de Teatro da Ufba. Ainda na Universidade Federal

trabalhou, no Departamento de História, ensinando a várias gerações. No início da carreira lecionou no Colégio Central da Bahia. Em todos esses cargos demonstrou conhecimento pleno da matéria que ensinava. Falava correntemente o inglês e outras línguas modernas. Gozava da maior admiração nos meios acadêmicos pelo seu talento e pela sua cultura literária. Com seu falecimento em dois de abril de 2007, fica o vazio da sua presença de homem culto, excelente *conversant* e a saudade sentida do amigo. Ingressou no Instituto em 29 de janeiro de 1963.

3. Claudionor Ramos

A vida do desembargador Claudionor Ramos foi marcada pelo direito e pela educação. Formado em 1937, foi promotor de justiça em Caetité e depois ingressou na magistratura fazendo o périplo pelas diversas comarcas, chegando ao Tribunal de Justiça em 1963. Logo que assumiu a comarca de Itabuna, começou a desenvolver um trabalho pioneiro em educação. Trouxe com Luiz Rogério de Souza para a Bahia a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (Cneg), depois, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Cnec). Conjugando esforços comunitários, fez surgir vários ginásios no interior dos municípios, beneficiando estudantes pobres. Após a aposentadoria, assumiu cargos diretivos no Colégio dos Órfãos de São Joaquim, do qual foi provedor. Retornou, assim, ao ensino e à proteção dos menores.

4. Dibon White

O desembargador Dibon White iniciou a vida profissional como advogado. Foi pretor em Belmonte e promotor em Porto Seguro, entrando depois para a carreira da magistratura, serviu nas comarcas de Paratinga, Itapicuru, Castro Alves, Jequié, Feira de Santana. Finalmente, por merecimento, chegou à comarca da capital, servindo nas Varas da Fazenda Pública Municipal e da Fazenda Pública Nacional, na Vara de Acidentes do Trabalho e Registro Público, na Justiça Eleitoral, quando alcançou o Tribunal de Justiça. Dentre as suas dedicações, especial atenção teve com a Comissão de Jurisprudência e com a revista Bahia Forense.

5. Edvaldo Flores

Na vida política do agrônomo Edvaldo de Oliveira Flores, o cargo de vice-governador, de 1983 a 1987, foi marcante, tendo substituído o governador João Durval Carneiro algumas vezes. Coube a Edvaldo Flores passar o governo a Waldir Pires, em 15 de março de 1987. Coursou o Ginásio Clemente Caldas, de Nazaré, notório estabelecimento de ensino que formou geração de interioranos, igualmente, como os Ginásios de Ilhéus, Santanópolis de Feira de Santana e Wagner de Ponte Nova. Formou-se, no Rio de Janeiro, pela Escola Superior de Agronomia, especializando-se na Universidade de Londrina e na Universidade Nacional do México. Destacou-se como líder da pecuária, tendo sido um dos primeiros fazendeiros a fazer a inseminação artificial com sucesso e também um dos pioneiros

na introdução do gado pardo suíço. Foi não só agrônomo como também pecuarista e cafeicultor na região de Vitória da Conquista.

Nascido em ilustre família, destacou-se pela sua liderança não somente na agricultura como também na política. Começou como diretor de Obras da Prefeitura de Vitória da Conquista e chegou a prefeito desta cidade, com destacada atuação no setor da energia elétrica. Por eleição do Departamento das Municipalidades, foi considerado um dos dez melhores prefeitos do Brasil. O seu bom desempenho como prefeito possibilitou sucessivas eleições como deputado federal. Lutou pela inclusão do seu município na área da Sudene. Foram inúmeros os seus projetos na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Como parlamentar visitou os Estados Unidos e o México e participou de congressos na área de sua especialidade. Publicou *Indústria e agricultura*, em 1960, *Política de exportação*, em 1970. Tem o seu nome em inúmeros estabelecimentos de ensino e em estádios da região sudeste da Bahia. Faleceu em 13 de junho de 2006, tendo frequentado bastante esta Casa.

6. Edson Cardoso

Edson Francisco de Oliveira Cardoso, médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, capitão de fragata, diretor do Hospital Naval de Salvador, nasceu na cidade de Nazaré das Farinhas, em 11 de setembro de 1928, e entrou para o Instituto em 1971. Na Faculdade de Medicina, a sua dedicação aos estudos e pesquisas o preparou para a car-

reira de médico de reconhecido valor. Dirigindo por 12 anos o Hospital Naval de Salvador, cursou a Escola de Guerra Naval, apresentou tese e em seguida dirigiu o ensino do Hospital Marcílio Dias. Regressando a Salvador, dirigiu a assistência médico-social da Bahia (Iapseb, Pamese e atual Planserv). De alto nível intelectual, dado à leitura, colecionador de discos e filmes, deixa-nos uma releitura de Maquiavel. O reconhecimento em homenagens e condecorações comprova-lhe o mérito. Deixou-nos em 25 de abril de 2007.

7. Geraldo Bensabath

Geraldo Raymundo Bensabath, exemplo de servidor público bem preparado e dedicado, ingressou neste Instituto em 10 de março de 1958. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador e aperfeiçoou-se constantemente em inúmeros cursos. Tem uma formação complementar em 36 instituições. Pertenceu a várias instituições culturais e órgãos de classe. Na administração estadual e na comunidade baiana, Geraldo foi sempre uma constante, compondo conselhos, assessorando governos, dando a sua rica contribuição. Serviu com verdadeiro espírito de diplomata nas secretarias e em funções protocolares, na recepção de visitantes ilustres. Fazia parte de sua personalidade a educação fina e discreta, lhaneza no trato, polidez nas atitudes. No trato político era um esmerado, no serviço público um dedicado. Comprovam o seu desempenho diplomático as inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, como a Ordem do Infante D. Henrique, Ordem de Rio Branco, Cavaleiro da Ordem do Mérito da Bahia. Dentre

os seus trabalhos, agregamos uma leitura útil e agradável *Casa dos governadores*, que merece uma reedição. A Geraldo Bensabath a nossa lembrança com um abraço à sua esposa Marizete Bensabath.

8. João Fernandes da Cunha

A Fundação João Fernandes da Cunha, entidade cultural, educativa e promocional, instituída em 21 de maio de 1992, é um marco na vida do nosso sócio e orador oficial João Fernandes da Cunha que muito frequentou esta Casa. Nascido em Juazeiro da Bahia, diplomou-se em Ciências Contábeis, em Economia e em Jornalismo.

Participou de inúmeros cursos de aperfeiçoamento e foi, durante mais de trinta anos, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, sendo seu diretor de 1970 a 1974. Fernandes da Cunha exerceu a liderança em sua Faculdade e se distinguiu em diversas iniciativas na vida universitária baiana, haja vista o seu livro *Ação na universidade*. Foi também professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador (Ucsal). Paralelamente, trabalhou no Banco do Brasil de 1940 a 1970 quando se aposentou no último posto da carreira. Exerceu inúmeros cargos executivos e de conselho de empresas e de entidades de classe, a exemplo do Conselho Regional de Economia da Quinta Região (Bahia). Como orador fluente, realizou inúmeras conferências. Dentre suas publicações, destacam-se *Município de Juazeiro-BA: aspetos históricos e geográficos*, 1950; *Memória histórica de Juazeiro*, 1978; *Genealogia, vida e obra de*

Wanderley Pinho, 1984; *Palavras de amor a Juazeiro*, 1999; *Ação na universidade*, 1999; *Memória*, edição iniciada em 1999 e não concluída.

9. José Simões e Silva Júnior

O exercício da reitoria da Universidade Católica do Salvador (Ucsal) exigiu do nosso sócio José Simões a maior energia e determinação durante o período de crise em que a dirigiu, de 1980 a 1986. Reconhecendo o esforço, a Ucsal outorgou-lhe o título de professor emérito. Nascido em Salvador, estudou com os jesuítas, formou-se sucessivamente em Medicina, em 1946, Odontologia em 1949 e em Direito em 1997. Estudou na Argentina, Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin, e em São Paulo. Dedicou-se por cerca de 50 anos ao ensino da Fisiologia, como professor assistente e docente livre da Universidade Federal da Bahia e da Ucsal. Legou mais de 43 trabalhos na sua especialização tendo inclusive escrito a história da cátedra de Fisiologia da Ufba.

10. Oldegar Franco Vieira

Como bem disse João Eurico Matta, que lhe fez, recentemente, o elogio na Academia de Letras da Bahia, Oldegar: “foi um intelectual múltiplo, de muitos talentos, como jornalista, poeta, educador e professor emérito da Ufba.” Ingressou no Instituto em 28 de março de 1948. Bacharel em Direito, professor do ensino médio e sobretudo do superior, dirigiu a educação do

então Território Federal do Guaporé e o ensino do Senac. Ocupou a cadeira número 11 da Academia de Letras da Bahia e era o seu decano quando faleceu em 16 de novembro de 2006. Nascido em Salvador em 28 de abril de 1915, estudou no Colégio Estadual da Bahia (Central). Além de educador, destacou-se como poeta desde 1932, quando escreveu o poema da morta. Estimulado pelo seu professor Deraldo Dias, Oldegar foi um dos primeiros no Brasil a publicar haicais, que são poemas de origem japonesa. Pelo seu relacionamento com a cultura nipônica, recebeu prêmios. Em 1940, destaca-se pela publicação do seu livro *Folhas de chá*, tendo recebido críticas elogiosas. Além de professor da Ufba, foi procurador do Estado da Bahia, organizador e primeiro diretor da Escola de Administração da Ufba. Integrou inúmeras associações culturais como Academia de Letras Jurídicas da Bahia, Academia Baiana de Educação, Academia Mater Salvatoris. Não somente a Ufba lhe reconheceu o mérito como também inúmeras entidades o condecoraram incluindo o governo japonês. Dentre muitas das suas publicações, é destaque *Estado de direito e Estado de cultura* (1983), republicado pela Câmara dos Deputados com o título *A Constituição de um Estado de Direito e de Cultura*.

11. Monsenhor José Gilberto Luna

O padre Luna faleceu em 6 de maio de 2007 depois de longa enfermidade. Nascido em Juazeiro, ordenou-se em Salvador, voltou à sua terra quando foi pároco de Curaçá. Retornando a Salvador, dirigiu a Paróquia de Nossa Senhora Santana por 40 anos. Como dinâmico vigário, trabalhou esfor-

çadamente pela Igreja de Cristo, servindo-a com denodo e integração de vida. Sem medir esforços, atendia a todos, fosse para casamentos, confissões e prédicas. Solidário com todos que sofressem. Em artigo para o jornal A Tarde, Yvette Amaral fala assim sobre Luna:

Aqui pretendo apenas sublinhar que, nos espaços onde Deus o colocou, ele foi um padre santo, um apóstolo infatigável e uma pessoa admirada e amada. Deixou pegadas nas várias estradas que percorreu e recordações inesquecíveis nos corações de quem ele beneficiou com seu trabalho, seu dinamismo, sua dedicação e sua sensibilidade. Nesta arquidiocese, foi um dos sacerdotes preferidos para sermões, homilias e palestras, porque seu discurso era fluente, elegante, correto, não obstante encadernado em muita simplicidade (*A Tarde*, p. 3, 14 maio 2007).

Meus confrades e meus amigos e amigas,

Anualmente, nos reunimos para lembrar os sócios que partiram. Na nossa lembrança, a homenagem do Instituto. No mesmo dia, recepcionamos os que chegam para integrá-los à nossa comunidade. Porque somos uma sociedade cultural aberta, admitimos pela análise do currículo.

No conjunto dos serviços à comunidade, o Instituto exerce as funções de pesquisa pelo acesso às fontes do conhecimento e as funções de educação quando promove cursos e conferências. Quando há dúvida sobre a verdade de um fato histórico, busca-se o Instituto, que cada vez mais se aparelha para responder às solicitações. No ano de 2006, registram-se 1462 usu-

ários, em 1311 jornais, 522 revistas e 1452 livros. Além destas funções, é o Instituto guardião da tradição. Basta olhar a coleção de retratos dos que fizeram a Bahia. Mantém com Salvador a tradição dos seus símbolos, sendo o Caboclo e a Cabocla os mais significativos.

Comprova a espiral de melhoramento da gestão Consuelo Pondé de Sena a indexação da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a ser lançado o número 101 hoje. É um trabalho técnico da professora e bibliotecária Esmeralda Maria de Aragão e direção de Edla Alcântara Angelim. Vamos em busca do Qualis, “instituição nacional que coordena as publicações brasileiras de institutos universitários, enquadrando-as nas recentes normas de editoração.” Todo periódico precisa de Qualis, como todo professor da plataforma e currículo Lattes, nos registros da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Qualis, Lattes e Capes formam um conjunto. Temos plena consciência que pertencemos à sociedade do conhecimento e que procuramos sempre a qualidade dos serviços.

Todo 13 de maio é dia de festa no Instituto!

Na recordação positiva dos que se foram com suas realizações, obras e feitos, combina-se a recepção dos que chegam para enriquecer a nossa companhia. Somos também uma organização que dissemina o conhecimento em palestras, seminários e publicações.

Para terminar, tomemos o exemplo de Jorge Calmon fixado na oração fúnebre de nossa presidente Consuelo Pondé de Sena:

Não sei de personalidade outra da cena baiana que mais tenha servido, decisiva e desprendidamente, ao seu Estado do que o saudoso Jorge Calmon. Muito menos reconheço alguém que, desinteressada e dedicadamente, tenha se comprometido em colaborar com as instituições baianas, em particular as voltadas para a área cultural. A todas elas, sem exceção, jamais negou o prestígio do seu nome e a firmeza do seu incondicional apoio.

Sigamos Jorge Calmon na disponibilidade de servir à Casa da Bahia.

Gratos pela atenção

Salvador, 15 de maio de 2007

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2008

*Edivaldo M. Boaventura**

Comemora festivamente o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, neste ano de 2008, os seus 114 anos de vida. Cento e quatorze anos guardando as fontes documentais, disseminando o conhecimento e mantendo a tradição. E é nesse clima de festa que Portugal e Brasil, particularmente a Bahia, celebram o bicentenário da vinda da família real portuguesa. Saudamos efusivamente os participantes do Simpósio Internacional A Família Real na Bahia 1808-2008.

Ainda neste ano, o Instituto assinala o quarto centenário de nascimento do padre Antônio Vieira, o centenário de falecimento de Machado de Assis e o primeiro centenário de nascimento do historiador e governador da Bahia Luiz Viana Filho, tão fortemente ligado à esta Casa.

A sessão do aniversário homenageia os sócios que partiram: Antônio Carlos Peixoto Magalhães, Evandro Pereira Andrade, George Fragoso Modesto, Iramaia Victória de Carvalho, Lafayette de Azevedo Pondé, Pedro Moacir Maia e Renato Rollemberg da Cruz Mesquita.

* Orador oficial do IGHB

A homenagem aos sócios falecidos

Antônio Carlos Peixoto Magalhães, formado em Medicina, faleceu em 20 de julho de 2007, e foi sucessivamente, deputado estadual, deputado federal, prefeito de Salvador, governador por três mandatos, presidente da Eletrobrás, ministro de Estado das Comunicações, senador federal e presidente do Congresso Nacional.

No que concerne à Casa, ajudou a mantê-la com subvenções que foram de importância vital para a Instituição. E mais, foram os únicos recursos financeiros com os quais contou esta Casa durante longo período. Conforme reconheceu a presidente Consuelo Pondé de Sena: “Antônio Carlos Magalhães acompanhou, de perto, as angústias vividas por seu pai, o Professor Francisco Peixoto de Magalhães Neto, ao longo dos vinte anos que este presidiu a Casa da Bahia” (REVISTA IGHB, 102, p. 13). No primeiro ano de governo, de 1971 a 1975, a Prefeitura de Salvador, sob sua determinação, restaurou este edifício. Com o seu concurso, atendendo a Jorge Calmon, o prédio foi anos depois restaurado com o apoio de Norberto Odebrecht. Por tais serviços, a diretoria, por indicação de Renato Berbert de Castro concedeu-lhe o título de Grande Benemérito (REVISTA IGHB, 91, p. 53-55).

Evandro Pereira Andrade formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1932, dedicou a sua vida à magistratura. Foi juiz da Vara de Família e desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia.

George Fragoso Modesto, natural de Patos, Paraíba, nasceu em 20 de dezembro de 1918 e faleceu, em 13 de março de 2007, em Salvador. Integrou a turma de 1945, da Faculdade de Direito da Bahia e doutorou-se em 1955. Foi advogado com inscrição número 900, na Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, todavia fez carreira no Ministério Público, chegando a Procurador da Justiça e presidente do Conselho Penitenciário da Bahia.

Como professor, realizou trajetória funcional na Faculdade de Direito da UFBA, iniciando como professor assistente de Direito Constitucional, adjunto por progressão funcional, diretor da Faculdade, coordenador do Curso de Direito, chefe do Departamento de Direito Público, membro do Conselho Superior de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário da UFBA. Atuou no Mestrado em Direito. Dentre os muitos trabalhos destacam-se: *Reconstrução do crime* (Salvador, 1954); *Inovações da Constituição de 67* (Salvador, 1970, tese de professor assistente); *Instituto dos Advogados da Bahia* (Salvador, 1982); *Bacharéis, mestres e doutores em Direito* (2. ed. Salvador: Faculdade de Direito da UFBA, 1996).

Iramaia Victória de Carvalho nasceu na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 17 de abril de 1926, e faleceu em 17 de fevereiro de 2008, em Salvador. Formou-se em magistério no Instituto Normal da Bahia e em Línguas neolatinas pela Universidade Federal da Bahia. Distinguiu-se como professora de português no Colégio Central da Bahia e em inúmeros estabelecimentos. Tinha especial interesse pela história da

Bahia, e particularmente, pelos fatos relativos à independência deste Estado, o nosso Dois de Julho. Compôs a comissão revisora da Constituição Baiana de 1989.

Lafayette de Azevedo Pondé ocupou os mais altos cargos, desde interventor do Estado a secretário de Justiça e membro do Tribunal de Contas. Na Universidade Federal da Bahia, prestou marcantes serviços, sendo professor da Faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia, Administração e Direito, da qual foi catedrático de Direito Administrativo. Como primeiro diretor da Escola de Administração, notabilizou-se pela sua implantação como uma unidade acadêmica inovadora. Vice-reitor e por fim reitor da UFBA, nos conturbados anos setenta. Da reitoria da UFBA, foi designado para o Conselho Federal de Educação que veio a presidir. Conhecedor profundo do Direito Administrativo e da Legislação do Ensino deixou estudos e pareceres da maior importância para a vida educacional do país. Em bem lançado artigo para o jornal A Tarde, de 17 de abril de 2008, o confrade Roberto Figueira Santos assim o caracterizou:

Parte, agora (Lafayette Pondé), depois de haver completado 100 anos de vida produtiva. Deixa saudades entre parentes e amigos e serve de exemplo inolvidável pela correção de suas atitudes, pela dedicação ao trabalho e ao estudo e pelo amor à sua Universidade, a que foi ligado por tão vigorosos laços de afeição e à qual serviu com dedicação e competências inexcelsíveis.

Pedro Moacir Maia diplomou-se em Línguas neolatinas pela Universidade Federal Bahia, em 1956. Começou a carreira docente no Colégio Central da Bahia e no Curso de Letras desta Universidade. Secretariou o Instituto de Estudos Portugueses, dirigido pelo professor Hélio Simões. Pedro Moacir foi um cultor da literatura portuguesa e brasileira, no país e no exterior.

Em 1964, começou a atividade cultural de caráter diplomático em vários países, notadamente, no Senegal (1964-1970), Argentina (1970-1976) e no Chile (1976-1981). Durante essa rica experiência, realizou cursos, conferências, congressos e exposições. Voltando à Bahia, dirigiu o Museu de Arte Sacra da UFBA e publicou o seu catálogo. Dedicou-se à organização de livros de arte e de literatura. Como editor foi dos mais sérios e requintados, destacando-se as edições *Dinamene*. Mais recentemente, dedicou-se, especialmente, ao estudo dos azulejos. Tudo o que produzia era de alta qualidade, conclui Waldir Freitas Oliveira. Membro da Academia de Letras da Bahia. Faleceu em 8 de janeiro de 2008.

Renato Rollemberg da Cruz Mesquita. Advogado, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e do Instituto Central de Educação Isaías Alves, foi deputado estadual e desembargador. Incorporo o depoimento do seu primo e amigo, o médico Thomaz Cruz, escrito para este relato:

Renato Rollemberg da Cruz Mesquita, sergipano que retornou à terra do seu avô paterno, Thomaz

Rodrigues da Cruz, baianizou-se como poucos. Culto advogado, operoso deputado, eficiente desembargador, cristão dedicado, foi marido e pai exemplar e avô entusiasta, amigo fiel, parente amigo e um homem justo e íntegro. Será lembrando por estes predicados mas sobretudo pela gentileza, *finesse*, *fairplay* e pela sua bondade inata e irradiante.

Simpósio Internacional *A Família Real na Bahia*

O Simpósio Internacional A Família Real na Bahia 1808-2008, de 13 a 16 de maio de 2008, se inicia hoje, neste Instituto. O evento compõe o elo de uma cadeia de celebrações que começaram em Lisboa, de 26 a 30 de novembro de 2007, com as Primeiras Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para ao Brasil 1807-2007, promoção da Academia Portuguesa da História com a participação da Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa e Comissão de História Militar.

Para o nosso evento, contamos com as presenças significativas dos membros da Academia Portuguesa da História, primeiramente, da presidente professora doutora Manuela Mendonça, secretário-geral professor doutor Miguel Monteiro, nosso confrade, e o eminente doutor Antônio Pedro Vicente, professor da Universidade Nova de Lisboa, e sua esposa a escritora Ana Vicente.

Aos três colegas portugueses abraçamos carinhosamente com todas as veras da nossa amizade e admiração intelectual. No conjunto dos amigos portugueses, incluímos a destacada

colaboração do cônsul João Sabido Costa, presença atuante de Portugal na Bahia. Sejam bem vindos ao nosso simpósio e ao nosso convívio.

Saudamos efusivamente o professor Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É uma honra tê-lo logo na abertura do Simpósio e é sempre um renovado prazer receber o nosso sócio correspondente.

Uma das diretrizes da presidente Consuelo Pondé de Sena, perfeitamente harmonizada com a liderança nacional do professor Wehling, é a aproximação com os Institutos Históricos brasileiros.

No plano internacional e no espaço da lusofonia, temos cada vez mais nos concertado com a joanina Academia Portuguesa da História que, desde a sua reestruturação nos anos 30, tem contado com a participação de baianos. Dois luminares são evocados Afrânio Peixoto e Pedro Calmon.

Na presidência do professor Joaquim Veríssimo Serrão, nosso sócio honorário, a desejada aproximação fortaleceu-se com o ingresso dos professores Luiz Viana Filho, Luiz Henrique Dias Tavares, Consuelo Pondé de Sena e nosso.

Reciprocamente, integram o nosso Instituto dom Marcos de Noronha da Costa, Fernando Guedes, Eurico Malafaia e Miguel Monteiro.

Temos o prazer de hoje, nesta sessão solene integrar em nossos quadros a presidente Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, professora de História da Universidade de Lisboa. Com a doutora Manuela Mendonça teremos mais viva a figura de D. João II, um precursor das origens da

modernidade em Portugal, com a sua rica experiência dos anos de trabalho na Torre do Tombo Ao longo de sua carreira docente, assumiu o encargo de diversas cadeiras e seminários, na área da História Medieval. Fundou o Mestrado em História Medieval, tendo participado de vários conselhos acadêmicos e de mestrados e doutoramentos. Na área da pesquisa, privilegiou para além dos temas de História de Portugal, as relações luso-castelhanas e, posteriormente, o estudo da expansão, com particular destaque para o Brasil. Investiga igualmente temas ligados à pobreza e marginalidade. Seja, pois, bem-vinda à nossa companhia, doutora Manuela.

Este Simpósio é bem uma oportunidade de efetiva aproximação entre as duas instituições, a portuguesa e a baiana. Para sua realização, contamos com a colaboração do governo do Estado da Bahia.

A cadeia de comemorações prosseguirá na próxima semana, de 19 a 21 de maio de 2008, no Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o Colóquio Luso-Brasileiro Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

O motivo de realizarmos o Simpósio no mês de maio prende-se ao Carnaval logo no início de fevereiro e as férias de fim de ano que não nos permitiram fazê-lo mais cedo, considerando que a família real chegou à Bahia em 22 de janeiro de 1808.

Duzentos anos da Imprensa Nacional

Para finalizar, uma palavra sobre o lançamento da segunda edição do livro *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Obra que integra o fundo editorial da Academia de Letras da Bahia (ABL). Em homenagem ao Instituto e por se tratar de um tema histórico, solicitamos, como presidente da Academia, que fosse aqui lançado. O dia é bem propício por assinalar os 200 anos de criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, pelo príncipe regente Dom João. O decreto de 13 de maio de 1808 determinava: que “se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaisquer obras, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria”.

Deve-se assinalar a persistência do nosso sócio Luiz Guilherme Pontes Tavares, na pesquisa da história da imprensa, como também em atualizar o texto e incluir novas contribuições. O prefácio é do professor Sérgio Mattos, secretário geral deste Instituto.

Em 2008, o Brasil comemora três fatos fundamentais da história da indústria gráfica e do jornalismo: a instalação da Imprensa Régia, o periódico *Correio Braziliense*, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da Corte. Por sua vez, em 2011, a Bahia comemorará os duzentos anos da instalação da imprensa em seu território: a tipografia baiana do empresário português Manuel Antônio da Silva Serva e o jornal *Idade d’Ouro do Brazil*.

Meus senhores, o sentido maior das comemorações do bicentenário da transferência da corte portuguesa para o Brasil é que elas assinalam a criação de instituições que estão em plena vigência, o que demonstra a extraordinária visão de futuro do governo de D. João VI. Atestam o acerto das suas decisões dois atos importantíssimos assinados na sua passagem pela Bahia: a abertura dos portos e a criação do ensino superior público com o Curso Médico Cirúrgico

Gratos pela atenção

Salvador, 13 de maio de 2008.

Memória do Dois de Julho

O dia Dois de Julho (Comunicado)

Eis nos chega pela vigésima terceira vez a mais aprazível, a mais afetuosa de todas as recordações nacionais para os baianos, a do faustíssimo, e jubilosíssimo *Dois de Julho*!! Quanto mais percorrem anos sobre esse magno dia, quanto mais saboreamos seus doces frutos, suas benéficas dádivas, tanto mais surge fervorosa em nossas mentes a deliciosa lembrança de sua salvadora aparição, tanto mais se apodera de nossos corações a gratidão que ele nos merece. Pudéssemos nós ter a virtude de fazer de um tão caro dia ser um ser vivente, capaz de sensibilidade, e de entendimento consciencioso; ah! como não seria por nós condecorado com todas as honras, oferendas, e cultos devidos a um anjo tutelar, a um enviado do Empíreo!

Sim, não seja a repetição contínua de seus fatos que esfrie o fervor da imaginação de seu brilhantismo. Nós que o vimos raiar, nós que o vimos esconder no horizonte do ocaso depois de ter deixado os tesouros da paz, da liberdade, da propriedade, das garantias individuais, dos direitos das gentes, nós que saudosos lhe ficamos rogando um leito de rosas, um sono de paz, qual se um ser humano fora, não podemos jamais submeter tantas recordações, tantas arrebatadoras imagens, a um hábito frio, insensível, e irrefletido: perenes incentivos, novos e sempre doces estímulos nos estão avivando a luzente e provida face do grande *Dois de Julho*.

Também vós, ó jovens, que hoje ouvis de nossa tradição e nosso ocular testemunho, as fadigas, as prisões, as lutuosas perdas, a que veio pôr termo o dia Baiano, acompanhai-nos com o mesmo júbilo na recordação desse dia, como se igualmente tivésseis sofrido dele, e tivésseis depois dele, e por ele cessado de padecer. Hoje talvez desvanecidos à sombra do zelo e ternura de pais livres travais o curso de vossas dedicações para um dia serdes homens da Pátria; mas a quem o deveis? A esse dia de regeneração, de vida social, dia que ergueu do abatimento a vossa cara Pátria vacilante, aflita, e lutuosa. Depois desse salutar dia tudo foram congratulações, regozijos, comodidades, desfrutes, e direitos. Oh! dia poderoso!!! Tu não só segu-rastes aos baianos a sua emancipação, como cooperastes grandemente para a de todo o império de Santa Cruz: és glória da Bahia, e a honra dos brasileiros. Nossos vindouros jamais se deixarão acusar de amortecerem a lembrança vossa, transmitida por nós por modo solene e pomposo: eles não serão ingratos aos legados que por vosso benefício lhes deixamos certamente com esta condição, uma das principais, que sobre eles devem pesar, mormente pesando tão apazivelmente. A comemoração desse ínclito dia pertence especialmente aos baianos, como sua propriedade, de direito inaulerível, universal, e imprescritível: e transmitida de herança por todas as gerações que nos sobrevierem: todas elas que têm o direito a gozar de seus frutos, têm também o dever de o celebrar em seus aniversários. Triste seja daquele que ousar interromper o público aplauso de alguns aniversários de um dia, que embora por ele não testemunhado sensivelmente, e já abscondito no irreduzível abismo da eternidade, contu-

do, dessa mesma longevidade, lhe outorgou bens nunca assaz gratificáveis.

Dia salvador, tua recordação é um sagrado dever nosso; um culto social nos impuseste; és um ídolo intelectual de nossos devotamentos humanos: tu nos regeneras; e cada vez que ti aplaudimos, retumba pelas mais nações o eco de nosso amor da pátria, de nossa magnanimidade, e de nosso nacional caráter .

O Guaicuru, BA, 3(104): 409, 1º jul. 1845

O dia 2 de Julho

Nunca devem ser esquecidas as épocas determinativas da regeneração de um povo, e o povo que as não comemora tem perdido sua energia, sua dedicação às coisas da pátria.

Foi nesse dia dois de julho que os heróis do Cabrito concluíram a obra da regeneração do povo brasileiro, da independência do império, foi nesse dia que completamente sacudimos o jugo da metrópole, que nos lavamos da nódoa da escravidão, que deixamos de ser colonos, que fomos um povo, que nos constituímos em nação soberana.

Graças ao heroísmo dos brasileiros! honra à Cidade de S. Salvador, que foi teatro das nossas gloriosas vitórias pela independência da pátria! honra aos baianos que primeiro empunharam armas para nos libertarem! honra aos pernambucanos, paraibanos, cearenses, e fluminenses, que tão denodadamente correram a ajudar seu irmão na defesa de tão nobre causa! Ah! quão diferentes nos achamos desses dias de entusiasmo, de glória e de honra!!

E onde estão todos esses heróis, que se cobriram de louros nas campinas de Pirajá, Itapuã e Cabrito? O que é feito deles? Ah! essas glórias nacionais uma a uma tem-se recolhido ao seio do seu Criador, e poucas nos restam...

Receba hoje o honrado coronel José de Barros Falcão, único chefe que nos ficou em Pernambuco, dessa gloriosa campanha, as felicitações da pátria e dos puros patriotas que inda

restam. Dia virá em que, se a providência o guardar, veja o valente pernambucano o resultado de seus esforços e sacrifícios.

Viva o povo brasileiro, viva a democracia!

O Guaicuru 9 jul. 1846, p. 4 (transc. do *Nazareno*, PE, 4 jul.1846).

O Povo há de vencer

Enganaram-se os dominadores: o povo há de vencer. Travou-se a luta. De um lado é o poder sustentando-se no dinheiro de estrangeiros; de outro lado é a nacionalidade, apoiada nos verdadeiros amigos do país. De um lado é a imprensa corrompida e corruptora assalariada ao governo, e os estrangeiros: de outro lado a imprensa liberal, alta na nobreza de sua posição, a sustentar os direitos do povo.

Não vos enganeis, senhores do ministério, a nacionalidade há de triunfar. A linha divisória está determinada ou o poder ou o povo.

Tendes corrido muito: é tempo de recuar, ou de cair.

Comprimistes de mais: assolastes o infeliz Pernambuco, ensopando-o no sangue de brasileiros. Sobre suas cinzas levantastes uma cadeira de senador.

Corrompeis muito: vilipendiais o Pavilhão Brasileiro, deixando que seja insultado por estrangeiros orgulhosos, ao passo que recebeis ouro de outros estrangeiros os portugueses por cujo apoio subistes ao poder: promoveis uma guerra nas fronteiras para aniquilar a força do país.

Amesquinhais os filhos do país e protegeis os estrangeiros.

Mandais assalariar soldados estrangeiros, que vos serviram para melhor abafar os gemidos do povo, que comprimis tão desabridamente.

Bem vedes: é muito. O povo já vos conhece, e vos conhece bem.

Caminhai depressa, senhores ministros, tocai à meta de vossa tirania organizada. Prendei, matai, se quereis, os amigos do povo; ide depressa neste caminho de tirania. Vossa hora esta próxima. Não agonizeis tanto tempo.

(Do *Dois de Julho* da Bahia)
A Imprensa, PE, 9 jan. 1851.

Viva o dia Dois de Julho!

Foi hoje que as armas baianas ganharam a vitória sobre o exército dos tiranos, dos déspotas, dos portugueses, que nos esmagavam sob o peso de sua opressão maldita.

Foi hoje que nós, os baianos, inspirados pelo Anjo da Liberdade despedaçamos os pesados grilhões, que nos arroxavam os pulsos.

Foi hoje que nossos cruéis inimigos, os lusitanos, tremendo diante do poder de nossos brios, dos brios de um povo americano, fugiram, deixando esta cidade, que eles tinham assolado. Deixaram-na fugindo do Exército Pacificador, que vinha vingar os ultrajes, que aqueles perdidos aventureiros tinham feito ao país hospitaleiro, que os recebera em seu seio.

Depois deste dia glorioso, nossa Independência devia ser selada. O estrangeiro ambicioso não devia mais dar leis em nosso país. O Brasil devia ser dos brasileiros.

Mas a ambição de alguns homens degenerados, vendidos ao ouro português tem falsificado a Independência do Brasil. Hoje, na segunda metade do século 19, no dia Dois de Julho de 1851, a Independência do Brasil não está feita ainda. Acobertado com a proteção de um governo hipócrita, de uma tirania estúpida, o estrangeiro dá leis em nosso País, decide as questões mais vitais da sociedade brasileira, influenciando na eleição das Câmaras Legislativas, no único padrão da soberania popular. O estrangeiro é tudo na terra que nos viu nascer.

Honras, glória, riqueza, influência administrativa é para o estrangeiro. Impostos, recrutamento, miséria, nulidade social é para o brasileiro.

Nós, oprimidos, ludibriados pela mão pesada de um governo tirano e mesquinho vimos nosso irmão do Norte – o imortal NUNES MACHADO, o herói pernambucano expirar, assassinado, entre as mais dolorosas agonias. Vimos seu cadáver insepulto, arrastado pelas ruas para servir de ludíbrio aos mandões a fim de satisfazer ao rancor dos portugueses, que o odiavam de morte, porque dele partira a idéia de NACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO.

Nós, vítimas dos desvarios do poder, vimos nessa infeliz Polônia, o malfadado Pernambuco ensopado em sangue, no sangue precioso de seus filhos...

Nós, infelizes proscritos em nossa própria terra, nós, os filhos do Norte, somos arrastados todos os dias, com algemas aos pulsos, para o Rio Grande do Sul, a povoar com nossos cadáveres aquelas campinas, onde o gaúcho argentino decide a sorte da guerra. E o governo atual mandou vir tropa estrangeira para o Brasil, a fim de dominar os brasileiros por meio do terror, aniquilando nossos brios com baionetas mercenárias.

Bem vedes, povo, nossa Independência não está feita ainda. O estrangeiro tem um governo no Brasil. O português, traiçoeiro e protegido, é dono de nossa terra. O inglês, orgulhoso e atrevido, vem ditar leis dentro de nossos portos, obrigando um governo infame a cumprir tratados, que são violados pelos portugueses.

O francês, ativo e soberano, vem tirar das mãos do ministério a bandeira brasileira, o pavilhão nacional para arrastá-lo de rojo pelo chão, no meio de salvas de artilheria.

Bem vedes, povo, a nacionalidade brasileira está vilipendiada.

Não há mais Independência no Brasil.

Povo, tu, o soberano pelo direito divino e humano, tu, que à custa de teu sangue conquistaste a liberdade do dia de hoje, tu não tens um lugar no banquete social! A eleição, a tua soberania legal, está nas mãos do poder e do estrangeiro! Tu não tens representantes nas câmaras legislativas!

Povo, é necessário conquistar tuas garantias.

Mas é cedo ainda. Não manches a aurora do dia de hoje com pensamento de vingança. Sofre e espera.

Homens do poder, que oprimis o povo, refleti enquanto é tempo! A punição é inevitável.

Olhai! vede bem: há um momento em que o povo já não pode sofrer, em que seu sofrimento o leva ao desespero, e o desespero o acorda do letargo.

Esta hora é o acordar do leão: é um acordar horroroso.

Esta hora, povo, será a hora de tua redenção.

Então, estes hóspedes insensatos se arrependerão do que tem feito.

Então, povo, este governo infame vendido ao estrangeiro, sumir-se-á da face da terra.

Então os ossos dos bravos, que alvejam nas campinas de Pirajá, se levantarão da terra, e virão reunir-se conosco para conquistarmos a Independência do Brasil.

Então puniremos os ultrajes que temos sofrido: então reivindicaremos nossos brios: então seremos livres e independentes.

A grandeza de nossa soberania, povo, está na paz, e na concórdia.

Por ora perdoa aos insensatos.

Hoje nem uma palavra contra eles; nem uma expressão de ódio, de rancor.

Hoje perdão aos loucos: não sabem o que fazem.

Caminha ao teu festim, povo, caminha pacífico, majestoso, digno de ti.

Esquece o ódio: apaga nas ondas da alegria a chama do rancor.

Sê grande, como tens sido, nobre, generoso.

Viva a Independência do Brasil!

Viva o Povo da Bahia!

Viva o Partido Liberal!

(Do Dous de Julho)

O Argos Sant'Amarense, 12 jul. 1851, p. 2-3.

O dia Dous de Julho

O arrefecer dos famosos estímulos pela – Liberdade – é o prelúdio fatal para o estado sem honra e vilíssimo do cativo: – é na – Liberdade e só na – Liberdade – que o homem encontra a grande origem de todas as verdadeiras felicidades da vida: – ela é que misteriosamente atraindo a si o coração da criatura – fá-lo sentir por tal forma a imensidade dos bens, de que é capaz – que o coração abrasado no fogo do mais puro amor por ela – torna-se com justo fanatismo o idólatra feliz do que – depois de Deus – existe de mais caro sobre a terra.

E por que havia de um *Scevola* com um heroísmo, acima de toda a expressão entregar a destra ao poder das chamas – Catão, os estames de uma vida primorosa ao gume doloroso da espada?

O grego audacioso – como o romano constante pelos sentimentos da mais austera virtude – não provaram, por certo – as almas sublimes, de que os houvera a Divina Providência enriquecido, um pelo fogo – o outro pelo ferro – senão arrastados pela força extraordinária desse condão famoso do ente dotado de razão – a – Liberdade.

E tanta intrepidez por ela – como igual jamais se pudera dar por nem um outro princípio!!...

Sim.

É que aí na alma do homem o primeiro – o sentimento rei dos sentimentos, que depositara o – Eterno, – foi – e é o da – Liberdade. – Pode em muitas coisas modificar-se o espírito do

homem – mas o desejo de ser livre não pode nunca submeter-se às leis do tempo – e nem é para ele a força lenta do esquecimento o que é para as paixões.

Então é das paixões a paixão unicamente duradoura – aquela, que vive enquanto vive o homem – aquela que fenece, quando ele fenece – a paixão da – liberdade.

Assim, pois – como um indivíduo deseja com a – liberdade – o bem supremo de todos os demais bens – e por ela estremece – e todas as adorações acha poucas para ela como anjo de seus dias – como o nune por quem estremece – é isto o que evidentemente acontece com um povo inteiro.

E um povo inteiro representando um indivíduo, mas um indivíduo colossal – e que na intensidade de uma sua resolução heróica olha para o céu, e só reconhece a Deus acima de si – nunca jamais arrefeceu-se nos estímulos sagrados pela – Liberdade – e nunca antepôs a ignomínia da escravidão o direito santo de gozá-la, e de com ela prosperar.

Não quis mais no cativo ostentar-se a desgraçada antítese da ventura dos mais povos, que, assim como a ele, colocara Deus na porção a mais primorosa do universo.

E foi esse povo o povo Brasileiro, a quem atormentara por mais de três séculos o infrene e pesado poder lusitano na condição ignóbil de desprezível colono – e a quem dera em troca do oiro puríssimo de suas minas as cadeias infames do pesado ferro de uma tiranizada escravidão.

E uma vez esse povo, empregando toda a sua fé no Divino Mártir da Cruz – deliberado para o triunfo – seguiu o caminho para ele aplainado e triunfou de senhores despóticos.

A tímida presunção dos tigres da Lusitânia pelas duplicadas façanhas dos seus antigos heróis murchou e caiu como a folha da hástrea dressequida [...] verde das palmas da vitória Brasileira.

E essa vitória para o gozo pleno de direitos por tempo tão longo usurpados pela ferocidade do despotismo custou sangue e vidas – porque de sangue e vidas de verdadeiros heróis que serão por todo sempre saudosissimamente lembrados – dependia o primeiro e mais santo desses direitos – a Liberdade.

A cena famosa dessa façanha imortal representou-a a grande Bahia fadada a ser o teatro do heroísmo brasileiro.

E uma vez erguido o grande edifício da Liberdade – veio consolidá-lo este formoso dia, que aí desponta mais uma vez a encantar-nos como a virgem, que une à flor dos anos as sedutoras graças da beleza.

Este dia é o excelso Dia dous de Julho – cujo sol – depois de um tão dilatado cativo – foi o primeiro que resplendeu sobre um povo já livre, e o que raiou fatal para os seus opressores.

E este Dia tão fecundo de felicidades, essas felicidades não as soube devidamente aproveitar o povo, que podendo desde então ser o soberano de si mesmo, quis ser generoso demais em seu fatal prejuízo.

Salvou-se do antigo cativo – para sacrificar-se a um horrível engano. Sem o querer – reduziu a sua ventura à condição de meteoro, que brilhou, e desapareceu.

E hoje o que lhe sobra da felicidade pela qual tão heroicamente esforçou-se? – Nada: – um sonho mentido do que foi ele

nos primeiros tempos de sua – Liberdade: – de real, somente a existência desse poder hediondo, que a perto de quatro anos os despotiza!!!!

Mas resignada aplaude a Bahia cada vez mais fervorosa o primeiro dos dias para ela – o primeiro para todo o Brasil.

É que o povo jamais pode esquecer a origem do maior de seus bens, embora dele não goze.

Mas não é um mistério insondável, e que só pertence ao Criador, envolve este dia, e que o povo sentindo-o sem o conhecer, parece, contudo, que nas suas conjecturas aguarda neste Dia o remate da sua regeneração com a grande obra da – constituinte.

O Cascavel, BA, nº 30 – 2 jul. 1852, p. 2-3

A festividade do dia Dois de Julho

*Quiconque dè sire, fortement, obedient.
CHATEAUBRIAND,
Gênio do Cristianismo.*

Aí se aproxima o aniversário do Dia Dois de Julho e, conforme o costume, já se trata de solenizá-lo com aquela pompa e entusiasmo, que permitem as circunstâncias, atuais do País, quer em relação a política terrível que nos flagela, quer em relação à escassez de meios e recursos pecuniários da Província.

Em o nosso bem fraco pensar essa festa anual já não tem e não pode ter o caráter de nacionalidade, que em outras épocas teve: para muitos ela não passa de um divertimento bem semelhante a outros muitos, que têm lugar durante o curso do ano; para alguns, e nesse número entramos nós, ela, além de nenhuma importância política, somente significa um contraste, uma afronta às idéias e às recordações do dia.

Quem se contenta com as exterioridades vive de contínuo enganado: a convicção, que não tem por base a experiência e o exame aprofundado do objeto, não passa de mera ilusão e muitas vezes de um erro fatal.

Muito valem os atos externos, mas é necessário que o homem pensador entre nas consciências e procure achar nelas a ratificação do que os seus olhos vêem e os seus ouvidos ouvem.

A julgar-se das vantagens, que nos trouxe o Dia Dois de Julho, pelo modo por que ainda hoje festejam o seu aniversário, dir-se-ia que elas foram muitas e positivas, pois que, a despeito de tantos anos, ainda atualmente o aniversário desse Dia desperta prazer e alegria; mas haverá engano maior, decepção mais deplorável?

A festividade do Dia Dois de Julho inteiramente degenerou, e hoje não é mais do que uma simples distração para o Povo, e uma cerimônia toda oficial para o Governo.

É verdade que nesse dia o Povo ri, folga, canta, passeia e se entusiasma; porém que alcance podem ter tais demonstrações, mormente para aqueles que conhecem a índole dos povos que vivem debaixo dos trópicos? O Povo não faz a mesma coisa nos dias festivos e assinalados pela Religião?

Esse prazer nem representa a convicção de sua independência, toda nominal, toda irrisória, toda ilusão, e nem indica felicidade, porque até o mais desgraçado dos entes, o escravo, tem um ou outro dia em que, esquecendo os seus contínuos padecimentos e misérias, se entrega a este ou a aquele divertimento; tal é o coração frágil da humanidade!

Julgamos que ninguém se atreverá a contestar o que temos dito, principalmente se refletir que o Povo já chegou a fazer uma verdadeira e manifesta distinção na solenidade desse Dia.

O Povo, talvez inspirado pela Providência, ou pela força de um instinto inexplicável, já não festeja o Dia Dois de Julho; festeja, sim, a véspera desse Sol cujos raios o despertam das ilusões da noite do dia 1º da festividade do Dia Dois; naquela é o Povo ingênuo, dócil, pacífico e leal quem rende cultos e ado-

rações à Liberdade; neste é o governo refalsado, opressor, armado e tirano quem ostenta o seu poder, as suas fofas presunções, todo o seu orgulho.

O que é que se vê nesse dia? A resposta é a seguinte:

Não são os bravos e heróicos guerreiros de Pirajá os que passam por baixo do suor do Povo; e nem são os beneméritos defensores da Independência os que dirigem as coortes, que simbolizam o Exército Pacificador; muitas vezes é um *estúpido* lusitano, um *verdugo* dos Brasileiros, um *traidor jurado* de nossa liberdade, quem, sob aparências de patriotismo e contentamento, comanda a tropa baiana. Tristíssima condição, grandíssima vergonha!!!

O que acontece com a tropa, acontece com tudo o mais.

No Templo há precedências de lugares, e todo ele só respira aristocracia, altivez e tirania, porque o cortejo (se cabe esta expressão) compõe-se dos funcionários públicos, dos instrumentos ou dos servos humilíssimos do Poder: o Povo espia e envergonhado recua.

Se o Povo corre aos teatros, lá vê, em vez de emblemas e alusões próprias do Dia, lá vê – a efígie do ídolo; lá vê o emblema da escravidão; e, procurando deparar com o Dia Dois de Julho, só depara e encontra com – Pedro 2º !!! Que inversão!

Até a Sociedade Dois de Julho ela nos permita toda a franqueza e liberdade, até a Sociedade Dois de Julho se tem deixando arrastar pelas influências *ab alto*.

Que na catedral, que nos teatros, que no palácio do Governo avulte o retrato do Imperador, desculpará aquele que entende que ele deve figurar em todos os atos públicos, e ser o

selo de todas as festividades nacionais; porém que no palacete da Sociedade, que representa o Dia Dois de Julho e o Povo, faça a primeira figura a – *estampa* – do Imperador, é o que nenhum patriota verdadeiro pode desculpar, porque não há nada mais excêntrico do que isto. O estrangeiro que vir esse palacete e ignorar a origem da festa, tomá-la-á por festividade *régia*, e não por uma solenidade toda popular, toda liberal e patriótica. Faça-se ao menos uma exceção desse Dia, abstraia-se da idolatria monárquica no Dia Dois de Julho; ou então não se levantem mais esses arcos e palacetes, ou como quer que se chamem. Confundir as recordações do Dia Dois de Julho com os *cultos miseráveis* da realeza, é ou grande ignorância da natureza da festa, ou indesculpável servilismo e adulação ao Poder, quando nesse Dia não se celebra outra coisa senão a soberania Popular. Este procedimento da Sociedade, posto que para muitos seja em extremo louvável, e para outros indiferente, tem todavia esfriado o entusiasmo de muitas pessoas, tem chegado mesmo a fechar-lhes a bolsa, porque com todo o fundamento se entende que no Dia Dois de Julho comemora-se a Liberdade e não a monarquia, personificada no Sr. D. Pedro 2º.

Muitas reflexões nos vão acudindo neste momento; porém é prudente pôr termo a este escrito para nos não excedermos.

Povo Baiano, gente tão digna de melhor sorte, não podemos concluir sem dirigir-vos a palavra. Ouvi-nos. O Dia Dois de Julho já não existe, já se acabou; resta-vos somente o desejo ardente de sua restauração; ela se realizará em algum tempo, e talvez que não muito longe esteja essa época. Continuai, pois, a sonhar com ele, porque ele por fim raiará, e trazer-vos-á tudo quanto anelais e nós convocamos igualmente anelamos.

Ele raiará para nunca mais ver-se ofuscado e falseado.

Ele raiará para completar as venturas que, a preço do vosso sangue, julgáveis adquirir em 1823.

O País, BA, nº 22, 14 jun. 1854, p.2

O dia 2 de Julho

O dia glorioso de nossa liberdade política raiou cheio de prazer e entusiasmo para os Baianos. Ao mesmo tempo que ele nos recorda a aurora feliz de nossa independência excita mui profundamente no coração do povo os sentimentos de gratidão para o Senhor Deus dos exércitos que lhes preparou a vitória.

No imortal Dois de Julho reunimos os Baianos na majestosa Catedral e prostrados ante o trono do Deus vivo rendem ações de graças pelo triunfo de nossas armas.

O *Noticiador Católico* pois já por patriotismo e já pela religião não pode deixar de juntar sua débil voz às aclamações deste grande dia, que nunca será esquecido pelos filhos de Catarina tão livre quanto piedosa.

E quando em nossa missão de escritor Eclesiástico pregamos as máximas da Religião é o melhoramento de nossa Pátria que procuramos promover pelo desenvolvimento de seu verdadeiro amor, que a mesma religião inspira, recomenda e santifica; e nem acreditamos que haja melhoramento possível sem partir desse princípio. Sem a abnegação, que o Evangelho aconselha não pode haver verdadeiro patriotismo; só ela fará que o homem não anteponha seus interesses e cômodos ao bem do seu País. A Escritura Santa nos apresenta inumeráveis exemplos de amor e dedicação pela Pátria e pela Liberdade. Seja pois Deus louvado que nos deu o necessário esforço para conquistarmos a emancipação e nacionalidade da terra que nos viu nascer. Nun-

ca o entusiasmo do povo é mais justo do que nesse dia de grata recordação. Coroas de glória circulam na eternidade as frentes vitoriosas dos mártires e heróis de nossa Independência. Seus nomes servem de outros tantos estímulos dos brios de seus vindouros para conservar a obra deles.

O Rev. Sr. P^e. M^e. Rodrigo Inácio de Menezes, compenetrando-se da grandeza de seu assunto, desenvolveu com sua costumada eloquência os belos e tocantes quadros dessa luta gloriosa. O Te-Deum, em que oficiou S. Ex.^a Rm.^a, esteve brilhantemente concorrido; e o majestoso Templo elegantemente ornado. A Religião e a Pátria exultam nesse dia grandioso, porque nele nos foram restituídos nossos Altares e nossa Liberdade.

Nada dizemos sobre o gravíssimo escândalo e torpe insulto à Religião e à moral que conspiraram o Bando anunciador desse dia memorável, porque felizmente para honra da civilização da Bahia já um periódico, que não é Eclesiástico, protestou contra essa vileza imprópria até dos festejos da barbaria da escravidão.

O Noticiador Católico, BA, 7(55):1, 8 jul.1854

Dois de Julho

Não é muito que no meio desta atonia a que reduziu-se a sociedade baiana; não é muito que, neste entorpecimento de todo o império brasileiro para os sentimentos puramente nacionais, se levante uma manifestação pelo veículo da imprensa, como expressão sincera do coração que sente, do coração que, cheio de fé, palpita de patriotismo.

É que há ainda, quem compreenda-o e que este nobre sentimento que devera unânime transluzir todos os dias, embora no envoltório de entenebrecidas nuvens, guarda suas louçanias, sua majestade, e grandeza, para o dia que resume o todo, que o simboliza; porque com ele se identifica.

O dia dois de julho nunca poderá ser esquecido!

Embora, não como se deveria ostentar, a coroa de todos os sacrifícios que puder caber em forças humanas, guiadas pela esperança de uma nacionalidade, da liberdade e do progresso; embora, não o remate desta brilhante auréola que devia circundar o engrandecimento do império brasileiro – embora e, dissemos nós e ainda o dia Dois de Julho o reflexo desta gloriosa aspiração.

Seu pensamento íntimo pode porventura perder-se em tão curto espaço de tempo?

Pode desvirtuar-se porque parte da geração presente e não compreende?

Não de certo.

O decorrer da vida emancipada é o orgulho de toda a nação que o [...] quanto mais dilatada mais se dilata sua grandeza.

E aqueles da geração presente que o não compreendem, serão a parte gangrenada de nossa sociedade, que tem de ser substituída; senão os membros pútridos que têm de cair decepados pela força irresistível de uma revolução social.

Denegá-la – ou resisti-la debalde, sua força está em si mesmo, e de amadurecida e útil tem sido o cataclismo de grandes reformas.

Não a aconselhamos porém, e praza aos céus que meditada e pacífica surja antes das idéias passadas pelo cadinho da experiência, que do sabre empunhado no campo da batalha.

Queremo-la filha do nosso regimen, provada no certamen da imprensa, e da tribuna, e no incontestável direito de petições, antes que operada pela resistência *autocrata*, do que quer resistir a liberdade de seus súditos, ou do despotismo oligarca – que quer tentar esmagá-la. Adotamo-la pois sem passar pelos vórtices e horrores da anarquia, que acompanham inevitavelmente a maior parte das revoluções; que abrem, na sublime frase de um escritor um vasto túmulo para as artes e as ciências. E seja assim feita porque a verdade a que pôs mira a redenção do império da Santa Cruz em seu complemento no dia dois de julho, não tem sido mais do que o desideratum de toda a nação que ainda não foi satisfeito.

A bandeira que hasteou-se gloriosa sobre o aviltamento da metrópole portuguesa tão ousada e refalsada quanto opressora, ainda não se ostentou em relação ao brilhantismo com que triunfante tremulou no dia Dois de Julho de vinte e três!

O que prometeu-nos gozar sob os melhores auspícios, falseou-se infelizmente, os males que teve em vista extirpar ficarão subsistindo, e parte desta geração que aderiu à glória de seu dia, falsária e má, criou em sua propaganda nacionais degenerados.

O pensamento desta legítima e briosa revolução tem sido, pois, iludido porque a independência ainda não se fez.

O comércio fonte da riqueza nacional, entregue aos estrangeiros portugueses nossos inimigos, que ao passo que apresentam riquezas opulentas vêm na miséria os filhos do país, a quem opressora legislação os faz lutar com os maiores embaraços da inquisição de quaisquer riquezas.

A agricultura que devia passo a passo acoroçoar o comércio depois que por felicidade nossa extinguiu-se o tráfico de carne humana [...] de nossa nascente [...] dia a dia, a esperar do governo que [...] seus melhoramentos que lhe alcance meios para sua [...] mede a profundidade do abismo para o qual caminha.

De momento a momento se multiplicam os onerosos impostos e vexações para o povo, que trabalha com o suor de seu rosto somente para riquezas colossais de seus ministros, e para pobreza e miséria sua.

Estes ministros, seus primeiros funcionários com responsabilidade indefinida, mas inverificável, saem constantemente da órbita de seus deveres e já *hoje consideram quimérica a idéia de seu castigo.*

A nação o testemunha e convencida está de que não mais deve acreditar em promessas, e sim nos fatos, que esta bandeira fementida de conciliação que ultimamente levantou-se só teve em vista calar no ânimo de todos os seus justos ressentimentos.

Caro Dois de Julho a exposição ligeira do quadro de males que sofre o país não deve contudo desanimar-te.

Esperamos que no vindouro ano a tua aurora possa se anunciar esplêndida, compreende teus males, que a idéia de tua salvação não morre.

Os cerrados nevoeiros se descarregam e no horizonte da pátria raiará de novo a liberdade que conquistaste!

A esta mocidade disposta a lutar contra os avelhentados princípios, cumpre não abandonar a arena em que o combate se tiver de atear.

Firme, decidida, possuidora de talentos e cheia de fé, tornar-se-á digna de ti; porque é filha de teu íntimo pensamento – e de tuas nobres e gloriosas aspirações, – de civilização – e liberdade!

A. R.

O Protesto, BA, 1(16):1, 2 jul. 1855

Atividades culturais



**INSTITUTO GEOGRÁFICO
E HISTÓRICO DA BAHIA**

Calendário de Atividades 2007

FEVEREIRO	
14	Palestra do professor José Amaral Lopes, vereador de cultura de Lisboa – comemorativa aos 200 anos da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.
ABRIL	
24	Lançamento da 2ª edição do livro <i>Anais da Imprensa da Bahia, 1º Centenário (1811-1911)</i>
MAIO	
03	Lançamento do livro <i>Arte Sacra de Alagoas – um tesouro da memória</i> , de autoria dos historiadores Douglas Tenório e Carmen Dantas
09	Lançamento do livro <i>A Potencialidade do Semi-Árido Brasileiro – O Rio São Francisco: Transposição e Revitalização</i> , de autoria do eng. Manoel Bomfim Ribeiro
15	Sessão Solene comemorativa aos 113 anos de fundação do IGHB
JULHO	
16	Inauguração do retrato a óleo do presidente de honra, jornalista Jorge Calmon
AGOSTO	
15	Palestra do engenheiro militar Christóvão Dias de Ávila Pires sobre Caramuru e Paraguaçu: cinco séculos de história nas origens européias do Brasil.

SETEMBRO	
14	Reserva do auditório para a Solenidade de Posse da nova diretoria da Associação dos Arquivistas da Bahia.
18	Palestra da professora Célia Gimenez (Faculdades do Descobrimento) sobre A questão da Terra Indígena Pataxó no Sul da Bahia.
19	Lançamento do livro Leveza do Soneto, de João Justiniano da Fonseca
21	Solenidade de Formatura da Turma de Geografia das Faculdades Jorge Amado.
25 a 27	Seminário sobre a obra de Ariano Suassuna, com a escritora Ligia Vassalo (UFRJ)
OUTUBRO	
8	Centenário de nascimento do ex-prefeito Osvaldo Velloso Gordilho
19	Lançamento do livro do Pe. Sebastião Heber – Irmandade da Boa Morte
NOVEMBRO	
07	Lançamento do livro do professor Ivan Argolo
08 e 09	2º Seminário José Calasans – A caminho dos sertões de Canudos
28	Palestra do prof. Pablo Sotuyo Branco (sócio do IGHB) sobre “A música de Damião Barbosa de Araújo no âmbito da Devoção do N.S. Bom Jesus dos Navegantes”. (EM PARALELO – Lançamento do livro OS CINEMAS DA BAHIA)
DEZEMBRO	
04	Caruru
13	Eleição de Diretoria do IGHB, Lançamento da Revista 102, Informativo mensal, site www.ighb.org.br e folder institucional.
18	Confraternização Natalina
24 e 25	Natal

Biblioteca Ruy Barbosa

Relatório do exercício de 2007

1 – INTRODUÇÃO

No exercício de 2007, a Biblioteca “Ruy Barbosa” do IGHB, desenvolveu suas atividades técnicas (registro, tombamentos e catalogação) além do atendimento normal a usuários.

2 – AQUISIÇÃO E REGISTRO

Livros doados: 95

Livros encadernados: 41

Livros comprados: 10

Jornais encadernados: 28

Jornais reencadernados: 300

Livros e revistas inseridos no sistema: 466

Livros catalogados: 416

3 – ATENDIMENTO

Usuários registrados: 1572

Consultas :

Jornais: 1097

Revistas: 641

Livros: 1701

4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O BOLETIM INFORMATIVO DO IGHB

A Biblioteca “Ruy Barbosa” no exercício de 2007, divulgou dados de seu funcionamento, informações sobre aquisição de novas publicações adquiridas por compra e doação.

5 – MURAL

Dentro do seu objetivo de informar sobre datas e eventos patrocinados pelo IGHB, a biblioteca manteve o seu propósito de ser um veículo de comunicação com seus usuários.

Esmeralda Maria Aragão
Diretora da Biblioteca

Maria Augusta M. Cardozo
Bibliotecária Chefe

Relatório do Arquivo Histórico
Theodoro Sampaio
2007

COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio do INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA possui mais de 11.000 documentos, sendo formado por documentos doados entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias, etc.. Em 2007 recebemos parte do arquivo da Prof^ª. Consuelo Pondé de Sena.

MOVIMENTO DE CONSULTA

234 usuários consultaram em nosso acervo 75 documentos e 2570 fotografias.

METAS PARA 2008

A Diretoria de Arquivo Histórico Theodoro Sampaio aguarda espaço e material próprio para melhor acomodação do material arquivístico.

Consulta de Usuários ao Arquivo

Meses	Usuários	Fotografia	Documentos
Janeiro	–	–	–
Fevereiro	3	–	4
Março	14	14	29
Abril	6	12	95
Maiο	7	36	32
Junho	9	271	6
Julho	14	1647	50
Agosto	8	483	2
Setembro	5	41	8
Outubro	1	1	–
Novembro	5	42	8
Dezembro	3	23	–
TOTAL	75	2570	234

Arq. Zita Magalhães Alves
Diretora

Sócios do IGHB

BENEMÉRITOS

ANTÔNIO DE PÁDUA CARNEIRO
ANTÔNIO JOSÉ IMBASSAHY DA SILVA
FERNANDO PAES DE ANDRADE
NORBERTO ODEBRECHT
PAULO RENATO DANTAS GAUDENZI

HONORÁRIOS

FERNANDO MANUEL DA SILVA REBELO
JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

EFETIVOS

ADÉLIA MARIA MARELIM
ADELINDO KFOURY SILVEIRA
ADEMAR OLIVEIRA CIRNE FILHO
ADRIANO EYSEN REGO
ADROALDO DE JESUS BÉLENS
ALBERTO PIMENTEL CARLETTO
ALDELY ROCHA DIAS
ALFREDO EURICO R. MATTA
ALÍRIO FERNANDO BARBOSA DE SOUZA
ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO JR.
ANA LÚCIA DA SILVA TEIXEIRA
ANDRÉ JORGE PUBLIO DIAS
ANGELINA NOBRE ROLIM GARCEZ
ANTÔNIO CARLOS LEÃO MARTINS
ANTÔNIO CÉSAR JOAU E SILVA
ANTÔNIO IVO DE ALMEIDA
ANTÔNIO LIMA FARIAS
ANTÔNIO LUIZ CALMON TEIXEIRA
ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA
ARAMIS DE ALMADA RIBEIRO COSTA
ARCHIMEDES JOSÉ STIEBLER PEDREIRA FRANCO

ARISTEU BARRETO DE ALMEIDA
ARTHUR CÉSAR COSTA PINTO
ARTUR JOSÉ RUANDO RANGEL
ASTOR DE CASTRO PESSOA
ÁTICO FROTA VILLAS BOAS DA MOTA
BRANCA HORTÉLIO FERNANDES
CAIO CÉSAR TOURINHO MARQUES
CAIUBY ALVES DA COSTA
CARLOS ARTUR RUBINOS BAHIA NETO
CARLOS D'ÀVILA TEIXEIRA
CARLOS ROBERTO DE MELO KERTESZ
CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
CÉLIA MARIA LEAL BRAGA
CÉSAR A. BORJA FERNANDEZ CARDILLO
CÍCERO VILAS BOAS PINTO
CID JOSÉ MASCARENHAS
CLAUDELINO MONTEIRO DA S. MIRANDA
CLÁUDIO PONDÉ AVENA
CONSUELO NOVAIS SAMPAIO
DENASCY PHYLOCREON DE CASTRO LIMA
DILTON DOMINGOS GOMES DOS SANTOS
DINORAH BERBERT DE CASTRO
DJALMA NAVARRO FALCÃO
DORINE DAISY PEDREIRA DE CERQUEIRA
EDUARDO MORAIS DE CASTRO
ELLEN MELO DOS SANTOS RIBEIRO
EMILTON MOREIRA ROSA
EPAMINONDAS COSTA LIMA
ERIVALDO FAGUNDES NEVES
ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO
EUGÊNIO WALTER PINTO MONTALVÃO DE FIGUEIREDO
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUZA
FERNANDO DE SOUZA PEDROSA
FERNANDO SANTANA ROCHA
FRANCISCO BENJAMIN DE CARVALHO
FRANCISCO CÉSAR LINS SANTANA
FRANCISCO JORGE DE OLIVEIRA BRITO
FRANCISCO NETO DE BORGES REIS

FRANKLIN DE CARVALHO OLIVEIRA JUNIOR
GABRIELLA MICKS
GERALDO DANNEMANN
GERALDO MAGALHÃES MACHADO
GERANA COSTA DAMULAKIS
GERSON PENNA NETO
GILBERTO CAETANO DE JESUS
GILBERTO SAMPAIO PITHON
GLÁUCIA LEMOS
GUARANI VALENÇA DE ARARIPE
GUILHERME CORTIZO BELLINTANI
GUILHERME REQUIÃO RADEL
GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA
HÉLIO DE OLIVEIRA CARDOSO
HÉLIO JOSÉ BASTOS CARNEIRO DE CAMPOS
HYLO BEZERRA GURGEL
IRTON VILLAS LEÃO
ISRAEL DE OLIVEIRA PINHEIRO
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
IVANILTON SANTOS DA SILVA
JAIME OLIVEIRA NASCIMENTO
JAN MAURÍCIO OLIVEIRA VAN HOLTHE
JAYME RAMOS DE QUEIROZ
JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA MATTA
JOÃO AUGUSTO DE LIMA ROCHA
JOÃO BOSCO SOARES DOS SANTOS
JOÃO DA COSTA FALCÃO
JOÃO JUSTINIANO DA FONSECA
JOACIFONSECA DE GÓES
JOAQUIM AUGUSTO CAVALCANTE BANDEIRA
JORGE SANTANA BISPO JR.
JORGE VAZ LORDELO
JOSÉ ANTONIO DE JESUS
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA
JOSÉ BERNARDO CORDEIRO FILHO
JOSÉ CARLOS AUGUSTO DA SILVA
JOSÉ DA SILVA GAZAR
JOSÉ DIONÍSIO NÓBREGA

JOSÉ DO PATROCÍNIO COELHO DE ARAÚJO
JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA FILHO
JOSÉ EUGÊNIO TRAMONTANO
JOSÉ JORGE RANDAM
JOSÉ LUIZ GANEM
JOSÉ MARCOS PONDÉ FRAGA LIMA
JOSÉ NILTON ALVES PEREIRA
JOSÉ PENEDO C. DE ALBUQUERQUE
KÁTIA MARIA COELHO DE C. CUSTÓDIO
LEDA LÁZARA PIMENTEL LOPES
LIZIR ARCANJO ALVES
LÚCIA MARIA DA FRANCA ROCHA
LUIS FERNANDO GALVÃO DE ALMEIDA
LUIS GUILHERME PONTES TAVARES
LUIZ ANTÔNIO CAJAZEIRA RAMOS
LUIZ DE PINHO PEDREIRA DA SILVA
LUIZ GONZAGA DA SILVEIRA
LUIZ OVÍDIO FISCHER
LUIZ VIANNA NETO
LUIZA MARIA VASCONCELOS VIANNA
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO
MANOEL J. F. DE BARROS SOBRINHO
MARCEL LAVALLÉE
MARCOS GORENDER
MARIA ANGELINA M. DE OLIVEIRA RANGEL
MARIA BETTY COELHO SILVA
MARIA DE VASCONCELOS TAVARES
MARIA ELEONORA CAJAHYBA
MARIA HELENA LANAT P. DE CERQUEIRA
MARIA LUIZA PINTO LEITE GONÇALVES
MARIA NADJA NUNES BITTENCOURT
MARIA TEREZA SALLES N. DE BRITO MATOS
MÁRIO DE MELLO KERTÉSZ
MÁRIO LINDENOR BASTOS BRITO
MÁRIO MENDONÇA DE OLIVEIRA
MAURÍCIO TOURINHO DANTAS
MAZINETE VASCONCELOS DE LEMOS
MIGUEL ÂNGELO ALMEIDA TELES

MOACYR PINHEIRO DA SILVA
NANCI ELIZABETH ODDONE
NEWTON CLEYDE ALVES PEIXOTO
NILSON JOAU E SILVA
ORLINS SANTANA DE OLIVEIRA
OSVALDO DE ALMEIDA BOMFIM
OSVALDO DE OLIVEIRA BASTOS NETO
OSVALDO FRANCISCO MARTINS
PABLO SOTUYO BLANCO
PAULO FARIA
PAULO COSTA LIMA
PAULO SEGUNDO DA COSTA
PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS
PEDRO FAUSTINO DE SOUZA PONDÉ
PENILDON SILVA FILHO
RAMIRO SENNA BERBERT DE CASTRO
RAUL AFFONSO NOGUEIRA CHAVES FILHO
RENATO SIMÕES FILHO
RITA DE CÁSSIA CARVALHO ROSADO
RITA MARIA CRUZ PIMENTEL
RIZOVALDO DA SILVA MENEZES
ROBERTO FIGUEIRA SANTOS
ROBERTO GONDIM PIRES
ROBERTO NUNES DANTAS
SEBASTIÃO HEBER VIEIRA COSTA
SÉRGIO AUGUSTO SOARES MATTOS
SÉRGIO EMÍLIO SCHLANG ALVES
SÉRGIO FRAGA SANTOS FARIA
SILVIA ATHAYDE
SOANE NAZARÉ DE ANDRADE
SÔNIA MARIA DE COUTO JONAS
SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA
SYLVIO DE CARVALHO MARBACK
TASSO PAES FRANCO
TATIANA BRITO DE ARAÚJO
VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI
VERA MADALENA P. BARRETO DE ARAÚJO
VICENTE FAVELLA

VICTOR GRADIN
VIVALDO COSTA LIMA
WALDETTE MARIA DOS SANTOS
WALTER LUIZ BRITO DOS SANTOS
WELLINGTON CARLOS LEÃO SAMPAIO
WILLIAM VIEIRA DO NASCIMENTO
WILSON THOMÉ SARDINHA MARTINS
WOLF IMMISCH
YARA DULCE D. ATAÍDE
ZITA MAGALHÃES ALVES

REMIDOS

ABIGAIL MARIA DE SOUZA LORDELLO
ADHEMAR MARTINS BENTO GOMES
ADINOEL MOTTA MAIA
AFONSO MACIEL NETO
AGNALDO BAHIA MONTEIRO
AIDRE DA CUNHA GUEDES
ALBERTO SALES PARAÍSO BORGES
ALMERINDO CÉSAR DE QUADROS
ALMIR DE OLIVEIRA SANTOS
ALOILDO GOMES PIRES
ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO
ANNA AMÉLIA VIEIRA NASCIMENTO
ANTÔNIA DE A. ERDENS
ANTONIETTA D' AGUIAR NUNES
ANTÔNIO JESUÍNO DOS SANTOS NETO
AUGUSTO MANOEL T. DE SOUZA BRAGA
CÍCERO PESSOA DA SILVA
CID JOSÉ TEIXEIRA CAVALCANTE
CLÁUDIO DE ANDRADE VEIGA
CLÓVIS ÁLVARES LIMA
CONSUELO PONDÉ DE SENA
CYDELMO CLYDES TEIXEIRA CAVALCANTE
EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
EDLA ALCÂNTARA ANGELIM
EDUARDO JORGE MENDES MAGALHÃES
EDUARDO SABACK DIAS DE MORAES

EUVALDO DE CASTRO BATISTA NEVES
EVERALDO PEDREIRA ROCHA
FERNANDO DA ROCHA PERES
FERNANDO PINTO DE QUEIROZ
FRANCISCO PINHEIRO LIMA
GASPAR SADOCK DA NATIVIDADE
GEORGE ALAKIJA
GERALDO DANNEMANN
GERMANO DIAS MACHADO
GERMANO TABACOFF
GERSON PEREIRA DOS SANTOS
HELENA MARGARIDA M. ABREU
HERMANO AUGUSTO MACHADO
HILDETE MARIA DA ENCARNAÇÃO
ISAURA PRISCO PARAÍSO
JAIRO CUNHA
JOÃO CARLOS TOURINHO DANTAS
JOÃO DA COSTA PINTO VICTÓRIA
JONAS DE SOUZA CARVALHO
JOSÉ AUGUSTO GUIMARÃES
JOSÉ CARLOS MAGALHÃES
JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
JOSÉ GÓES DE ARAÚJO
JOSÉ MARIA MAGNAVITA
JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUZA
JOSÉ PEROBA
JOSÉ RAMOS DE QUEIROZ
JOVINIANO DE CARVALHO NETO
LAMARTINE DE ANDRADE LIMA
LÚCIA MARIA RUAS GASPAR
LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES
MANOEL JOSÉ PEREIRA DA SILVA
MARIA DO CARMO SARDINHA MARTINS
MARIA DO SOCORRO TARGINO MARTINEZ
MARIA HELENA OCHI FLEXOR
MARIA INÊS CORTES DE OLIVEIRA
MARIA MERCEDES DE OLIVEIRA ROSA
NELSON FIGUEIREDO PONDÉ

NILTON JOSÉ DE SOUZA FERREIRA
OLGA MAGNAVITA BATISTA NEVES
REMY POMPILHO F. DE SOUZA
SÍLVIO DE ALMEIDA PASSOS
VASCO AZEVEDO NETO
VITOR HUGO CARNEIRO LOPES
WALDIR FREITAS OLIVEIRA
WALTER CARNEIRO DA SILVA

CORRESPONDENTES

A.J.R. RUSSEL WOOD
ABILARDE DUARTE
ADILSON CÉZAR
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO
AIDENOR AIRES PEREIRA
ALBERTO ALMADA RODRIGUES
ALBERTO FREDERICO LINS CALDAS
ALBERTO MARTINS DA SILVA
ALBERTO VENÂNCIO FILHO
ALCEU MAYNARD DE ARAÚJO
ANTÔNIO AUGUSTO DE MENEZES DRUMOND
ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA
ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
ANTÔNIO FERREIRA PAIM
ANTÔNIO PEDRO DE BACELAR CARRILHAS
ANTÔNIO POSSIDÔNIO SAMPAIO
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS
ARNALDO ARANTES
ARNO WEHLING
ARRAES DE VILHENA FALCÃO
ARTUR MARTINS FRANCO
AURELIANO LEITE
BERTHOLD ZILLY
CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA
CARLOS MAGNO ESTEVANOVIC
CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA

CARLOS VIANEY OLIVEIRA
CELSO JALOTO ÁVILA JÚNIOR
CRHISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JÚNIOR
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
DANIEL ANTUNES JÚNIOR
DAVIS RIBEIRO DE SENA
DICK EDGAR IBANA GRASSO
DINO WILLY COZZA
DOUGLAS APRATTO TENÓRIO
EDIVAL DE MELO TÁVORA
EDMUNDO ANÍBAL HERÉDIA
EDMUNDO FERNÃO MONIZ DE ARAGÃO
EDUARDO DA SILVA
ELIANA CALMON ALVES
ELIZABETH PAULINA GEALH
ENÉLIO LIMA PETROVICH
EPITÁCIO PEDREIRA DE CERQUEIRA
ESTHER CALDAS GUIMARÃES BERTOLETTI
ESTHER REGINA LARGMAN
FERNANDO ABOIT GALVÃO
FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
FERNANDO HIPÓLITO DA COSTA
FRANCISCO DE VASCONCELOS
FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
GLORIA KAISER
GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'ÁVILA LINS
GUTEMBERG MEDEIROS COSTA
HELENA PARENTE CUNHA
HENRIQUE PINTO REMA
HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
HUGO RAMÍREZ
IONAM GALO TOSCANO BRITO
ISIDORO VÁSQUEZ DE ACUNÃ Y GARCIA DEL POSTIGO
IVO GASTALDONI
JAIR FERNANDES DE MOURA
JANETE RUIZ DE MACEDO
JOÃO ALFREDO DE SOUZA MONTENEGRO
JOÃO ANTÔNIO DA SILVA CEZIMBRA

JOÃO MAURÍCIO DE ARAÚJO PINHO
JORGE DE SOUZA DUARTE
JORGE FORJAZ
JOSÉ ANTÔNIO NUNES BEJA DA COSTA
JOSÉ ARTHUR RIOS
JOSÉ AUGUSTO VENTÍN PEREIRA
JOSÉ IBARÊ DANTAS
JOSÉ MENDONÇA TELES
JOSÉ PEDRO NICODEMOS
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
KABENGELE MUNANGA
LÉA BRÍGIDA ROCHA DE ALVARENGA ROSA
LUÍS ALBERTO CIBILS
LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA
LUIZ DA MOTA MENEZES
LUIZ DE BARROS GUIMARÃES
LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
LUIZ PHILIPPE PEREIRA LEITE
LYDIA PINHEIRO DE ARAÚJO SÁ
MANOELA ROSA COELHO MENDONÇA DE MATOS FERNANDES
MARCUS JOAQUIM MACIEL DE CARVALHO
MARCUS SOARES DE ALBERGARIA DA COSTA
MARCUS VINÍCIUS VILAÇA
MARIA BELTRÃO
MARIA DULCE COELHO MATOS
MARIA THÉTIS NUNES
MÁRIO PORTUGAL FERNANDES PINHEIRO
MARYDEL PRIORE
MAX JUSTO GUEDES
MIGUEL MARIA SANTOS CORRÊA MONTEIRO
NAPOLEÃO TAVARES NEVES
OLINDO HERCULANO DE MENEZES
PAULO COELHO DE ARAÚJO
PAULO FERNANDO DE MORAES FARIAS
PAULO ROBERTO PEREIRA
PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO
PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO
RAIMUNDO DE OLIVEIRA BORGES

RAIMUNDO FELIPE SOBRINHO
RAUL GIOVANNI DE MOTA LODY
RAYMUNDO LARANJEIRA
RICARDO DE CARVALHO
ROBERTO CASALI
ROBERTO MARTINS DA SILVA
ROBERTO VENTURA
RUI MANUEL CORDEIRO DE VIEIRA RASQUILHO
RUY N. MIRANDA
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
SÉRGIO MARTÍNEZ BAEZA
TÚLIO VARGAS
VAMIREH CHACONA. NASCIMENTO
VERÍSSIMO DE MELO
VICENTE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WAGNER EUSTÁQUIO DE ARAÚJO
WALTER CARVALHO MERLING JÚNIOR
WASHINGTON LUÍS ANDRADE ARAÚJO
WELLINGTON ESTEVANOVIC
WILSON ESTEVANOVIC NETO
WILSON GEALH

Normas para apresentação de Trabalhos

1. Os trabalhos/artigos devem ser digitados em Programa **Word**: fonte **Times New Roman**, observando que o texto deve estar em corpo 12, as citações em corpo 10 e as notas de rodapé em corpo 9.
2. Configuração da página: A-5 (14,8 X 21) margem de 2 cm em todos os lados (esquerda, direita, superior e inferior).
3. Parágrafo com alinhamento justificado e espaçamento interlinear de 1,5 cm
4. Recuo de 1 cm para a primeira linha dos parágrafos e 2,5 para citações (em coluna)
5. As referências bibliográficas, em nota de página, devem ser restritas ao mínimo indispensável. Caso necessário, seguir o exemplo: (Castoriadis, 2000: p. 151). A bibliografia deve constar no final da página do artigo com a referência completa, ou seja, a) autor b) título da obra (em itálico); c) ano da edição, se não for a primeira; d) local da publicação; e) nome da editora; f) data de publicação; g) número da página. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000; p. 151.
6. Para artigos citados: a) autor; b) Título do artigo; c) Título do periódico (em itálico); d) local da publicação; e) número do volume; f) número do fascículo; g) página inicial e final; h)

mês e ano. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. O marxismo: balanço provisório. *Revista Qvinto Império*, Salvador, n. 1, p. 25-42, jan./mar., 2006.

7. À medida do possível, as Normas Brasileiras de Documentação (ABNT) devem ser seguidas.
8. Identificação do artigo, do autor e o resumo devem constar do trabalho apresentado. O nome do artigo em negrito (centralizado), fonte Times New Roman, corpo 14. O nome do autor em fonte arial, corpo 12.
9. No final da página constar um memorial resumido do autor do artigo.

Exemplo:

Autor: Antonio Pi

Doutor em Letras pela USP

Professor da UNEB, Departamento XYZ

E-mail: pi@uol.com.br

10. Do resumo do artigo (caixa alta e negrito).
Fonte Times New Roman, corpo 10 (centralizado)
Palavras-chave
Do **abstract** (caixa alta e negrito)
11. Dois toques após as referências do resumo e palavras-chave em Português ou em outra língua, a prioridade em inglês para o **Início do Texto**.
12. As **ilustrações** ou quaisquer outros como gravuras, fotografias, gráficos, esquemas são designados como Figuras, numeradas no texto, de forma abreviada, entre parênteses

ou não, conforme a redação; quando indispensável o uso das figuras e/ou fontes especiais, indicar o programa em que foram gerados e enviar o arquivo fonte em disquete ou mídia (cd).

Exemplo: Fig. 1. As figuras devem trazer um título ou legenda, abaixo da mesma, digitado na mesma largura desta.

13. Entrega dos artigos: Os textos deverão ser remetidos ou entregues à Editoração Geral da Revista.

O artigo deverá ser apresentado em disquete ou mídia (cd) devidamente etiquetado e identificado com o nome do autor e uma cópia impressa.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

é uma edição da Quarteto Editora.

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213 – Ed. Golden Plaza, s/702
Parque Bela Vista – Brotas – Salvador-Bahia
CEP 41.275-000 – Tel.: (0xx)71-3452-0210 – Telefax: (0xx)71-3353-5364
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br
josec.santanna@terra.com.br
Salvador – 2008

Impressão e acabamento:



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Rua Mello Moraes Filho, nº 189 – Fazenda Grande do Retiro
CEP 40.352-000 – Tels.: (71) 3116-2850/2806

Fax: (71) 3116-2902

Salvador-Bahia

E-mail: egba@egba.ba.gov.br